UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

MIGUEL BUSTAMANTE F NAZARETH

Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro

São Paulo

2017

MIGUEL BUSTAMANTE FERNANDES NAZARETH

Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro

Versão Original

Trabalho apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Habitat

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

N335v

Nazareth, Miguel Bustamante Fernandes
Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro / Miguel Bustamante Fernandes Nazareth ; orientadora Maria de Lourdes Zuquim. - São Paulo, 2017.
201 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat

1. Favelas. 2. Espaço Público. 3. Cidades. 4. Política Urbana. 5. Apropriação do Espaço. I. Zuquim, Maria de Lourdes, orient. II. Título.

Nome: NAZARETH, Miguel B. F.

Título: Vila Nova Jaguaré entre favela, comunidade e bairro

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todos os moradores da Vila Nova Jaguaré e trabalhadores do Centro Cultural e Profissionalizante da Congregação de Santa Cruz que me confiaram seus conhecimentos e seu tempo. Essas personagens ocultas são a alma desta pesquisa. Suas trajetórias de luta inspiraram o desenvolvimento deste trabalho e seus olhares sobre sua própria realidade me proporcionaram profundo aprendizado e crescimento pessoal.

Agradeço imensamente a minha orientadora Lurdinha, uma professora com sensibilidade para incentivar, sugerir, criticar e, principalmente, reconhecer o trabalho de seus alunos. Como diria Liliana, minha irmã de pesquisa, as orientações de Lurdinha são como um terremoto; abalam as estruturas fracas e precipitadas e atuam como uma poda necessária para o desenvolvimento forte e sadio daquilo que é essencial: o coração da pesquisa.

Liliana foi uma parceira de todas as horas, sempre disposta a debater, explorar, aconselhar e com enorme fôlego para criar – foi uma das muitas mãos que ajudou a construir esta pesquisa. Sou muito grato a ela por nos ter recebido como *hermanos* em sua terra natal, assim como a seus conterrâneos Alberto, Diana, Luis Alberto, Santiago, Robinson, Juan e Catalina por terem feito da viagem de nosso grupo de pesquisa a Medellín uma experiência inesquecível.

Agradeço, também, aos pesquisadores e funcionários do Napplac que sempre tive por perto e que proporcionaram um ambiente de trabalho amigável e produtivo: Ana Júlia, Guilherme, Karina, Denise, Marcia Prestes, Marcia Itani, Ariella, Gabriela, Lais, Sofia e Ronaldo. Ainda, não poderia deixar de agradecer a equipe do georreferenciamento, Robert, Lís, Rafaela, Ricardo e Eunice, pessoas sempre solícitas e cujo trabalho proporcionou belos mapas que auxiliaram uma análise mais aguçada dos processos territoriais. No dia-a-dia do Napplac, tive a oportunidade de conviver com Yvonne e Lurdinha, duas pessoas por quem cultivo grande admiração e que me motivam a seguir pesquisando.

Além disso, como este mestrado envolveu minha mudança para São Paulo, o apoio da minha família foi fundamental. Agradeço aos meus pais pelo suporte financeiro e motivação e ao meu irmão por sempre estar presente em minhas visitas ao Rio. Em São Paulo, fui acolhido por Regina, Roy e Fernando, minha família paulista a quem devo enorme gratidão. Mas, principalmente, agradeço a Clau pelo companheirismo nos momentos difíceis e por todo incentivo que me emprestou. Clau, Tigre e Careta foram meu porto seguro ao longo desses anos.

Muitas amigas e amigos também foram importantes nesse processo Agradeço especialmente ao Mehdi, Pedro, Rafinha, Rafael, Carol, Eugênia, Nina, Maia, Bia, Cunha, François e Meire, pelas trocas proveitosas e bons momentos que passamos. A Eugênia, também, pela revisão minuciosa.

Finalmente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro ao longo dos dois últimos anos do mestrado.

RESUMO

Este trabalho trata, de modo específico, da apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré e, de modo geral, da forma como os processos de urbanização de favelas interferem na apropriação do espaço nesses assentamentos. Seu objetivo central é, portanto, descrever a apropriação do espaço verificada nessa favela recém-urbanizada, confrontando as teorias do pesquisador com o saber popular dos moradores sobre seu próprio lugar. Trata-se de uma aproximação a uma *favela urbanizada*, explorando essa nova realidade a partir de narrativas que articulam melhorias, oportunidades, conflitos e atividades que fazem parte de seu cotidiano. Em primeiro lugar, explora-se o contexto da formação do bairro do Jaguaré e da consolidação da Vila Nova Jaguaré, uma história marcada por diferentes períodos, em que a relação com o poder público, a organização dos moradores e o aspecto físico-urbanístico da Vila variaram muito. Em seguida, apresenta-se a apropriação das áreas livres na Vila Nova Jaguaré a partir de pesquisa de campo realizada entre 2014 e 2017. Inicialmente, descreve-se as transformações que saltavam aos olhos do pesquisador e, depois, aprofunda-se a visão dos moradores sobre o momento atual do assentamento. Finalmente, confrontando posicionamentos individuais de moradores que situavam o momento atual entre avanços e impasses, observou-se que a *favela urbanizada* Vila Nova Jaguaré apresenta três narrativas principais. Ou seja, como a Vila Nova Jaguaré reúne novas condições de desenvolvimento, formalidade e institucionalidade juntamente com seus traços históricos de precariedade, informalidade, criminalidade e laços de vizinhança, dependendo do ponto de vista, pode ser considerada *favela*, *comunidade* ou *bairro*. Conclui-se, portanto, que, ao longo de sua consolidação, as melhorias urbanas e outras ações de reconhecimento de direitos sociais implantadas por parte do poder público não foram capazes de garantir a cidadania plena. A dimensão a que os moradores se referem como *favela* persiste, pois ela faz parte de seu processo de desenvolvimento, como se a *urbanização da favela* se desse simultaneamente à *favelização do urbano*.

Palavras-chave: favelas, espaço público, cidades, política urbana, apropriação do espaço.

ABSTRACT

This paper presents, specifically, the appropriation of space in Vila Nova Jaguaré and, generally, how slum upgrading processes interfere with the appropriation of space in these settlements. It's main objective is to describe the appropriation of space that was verified in this recently upgraded slum, comparing researcher's theories with common knowledge that dwellers have about their own site. Therefore, this paper is a scientific approach to an *upgraded slum*, exploring this new reality based on narratives that explores ameliorations, opportunities, conflicts and activities which are part of everyday life. First, it explores the context of the formation of Jaguaré and the consolidation of Vila Nova Jaguaré, a history marked by different periods in which the relation with the government, dwellers organization and physical appearance of the settlement have changed considerably. Next, this paper presents appropriation of public space in Vila Nova Jaguaré based on field research conducted between 2014 and 2017. Initially, it describes the evident transformations to the researcher's eyes, and then it explores dwellers' point of view about settlement's current moment. Finally, comparing dwellers' individual stances that placed the current moment between advances and impasses, it was observed that the *upgraded slum* Vila Nova Jaguaré presents three main narratives. In other words, as Vila Nova Jaguaré brings together new conditions of development, formality and institutionally along with its historical traits of precariousness, informality, crime and neighborhood ties, depending on the point of view, it can be considered *slum*, *community* or *neighborhood*. In conclusion, during the consolidation of Vila Nova Jaguaré, the urban improvements and other actions that recognize social rights implemented by the government were not able to guarantee full citizenship. The characteristics that dwellers refers to as *slum* persist because it is part of their development process, as if *slum's urbanization* occurred simultaneously with the *urban's precariousness*.

Key-words: slums, public space, cities, urban policies, appropriation of space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO BAIRRO E A CONSOLIDAÇÃO DA VILA NOVA JAGUARÉ **27**

1.1. ENTRE O PROJETO E A REALIDADE: A FORMAÇÃO DO JAGUARÉ **30**

1.1.1. Centro Industrial Jaguaré: o projeto de Villares **30**

1.1.2. A lógica da urbanização do Jaguaré **37**

1.1.3. O fracasso do bairro operário **41**

1.2. PARQUE, FAVELA, VILA, NÚCLEO: A CONSOLIDAÇÃO DA VILA NOVA JAGUARÉ **43**

1.2.1. Favela do Jaguaré **43**

1.2.2. Vila Nova Jaguaré **48**

1.2.3. Favela Vila Nova Jaguaré **57**

1.2.3.1. Movimentos de favelados **60**

1.2.3.1.1. União dos moradores da vila nova jaguaré e do butantã **64**

1.2.3.1.2. Adensamento e precarização **66**

1.2.3.2. Democracia, neoliberalismo e violência **71**

1.2.3.2.1. Urbanização de favelas **74**

1.2.4. Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré **81**

1.2.4.1. Projetado **84**

1.2.4.2. Executado **87**

CAPÍTULO 2 – APROPRIAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES NA VILA NOVA JAGUARÉ **91**

2.1. TRANSFORMAÇÕES QUE SALTAM AOS OLHOS **94**

2.1.1. Do aparente ao oculto **105**

2.1.2. "A urbanização trouxe coisas boas e ruins" **107**

2.1.3. Novos conflitos **111**

2.2. UM VELHO PROBLEMA EM UM NOVO CONTEXTO **119**

2.2.1. Melhorias e oportunidades: benefícios em disputa **122**

2.2.2. Áreas livres em disputa: entre melhoria e oportunidade **126**

2.2.3. Espaço é memória: novos conflitos ou velhas disputas **130**

2.2.4. Das áreas livres à *favela urbanizada* **134**

CAPÍTULO 3 – NARRATIVAS DA VILA NOVA JAGUARÉ 137

3.1. A "GRAMÁTICA" DA APROPRIAÇÃO 140

3.2. *FAVELA URBANIZADA* EM "MÚLTIPLOS PLANOS" 144

3.2.1. "Ainda é favela" 149

3.2.2. "Minha casa é aqui" 155

3.2.3. "Um bairro como qualquer outro" 161

3.3. A *URBANIZAÇÃO DA FAVELA* E A *FAVELIZAÇÃO DO URBANO* 169

CONSIDERAÇÕES FINAIS 180

REFERÊNCIAS 186

APÊNDICES 200

INTRODUÇÃO

Desde as primeiras intervenções em favelas[1] até os dias atuais, as políticas públicas direcionadas a esses assentamentos se deslocaram significativamente. As ações de desfavelamento vigentes na década de 1950 deram lugar a programas de urbanização de favelas caracterizados pelas regularizações urbanística e fundiária, grande conquista dos movimentos de moradia, mas que também apresentam novos impasses. As transformações físicas em favelas que passam por processos de urbanização são notórias, e os processos de valorização imobiliária, verticalização, mudança de perfil socioeconômico e reocupação de áreas livres vêm sendo extensamente explorados pela literatura atual.

As obras estimulam novos processos, novos conflitos, novas atividades e modificam inclusive o imaginário das pessoas sobre seu lugar de moradia. Afinal, geram melhorias em qualidade de vida e trazem outras conquistas de alto valor simbólico, sendo a principal delas a formalização da posse da terra. Por outro lado, mesmo que agora esses assentamentos façam parte do cadastro formal da cidade e as pessoas paguem impostos e taxas individualmente, ainda persistem diversas condições que diferenciam a vida nessas favelas de outros bairros da cidade. No que tange à atuação do poder público, em geral não existem ações de regulação urbanística ou controle urbano, e a conduta mais truculenta das forças policiais reforça ainda mais uma cidadania relativa. Além disso, quanto aos serviços urbanos, existe muitas vezes um diferencial em qualidade e regularidade. Outro exemplo, talvez a condicionante que mais impacta na vida dos moradores, é a presença de facções criminosas, que, em suas disputas entre si e com o Estado, produzem um cotidiano marcado pela violência – embora a atuação desses grupos varie muito nas diferentes favelas de São Paulo e do Brasil.

As mudanças no cotidiano das favelas são óbvias até ao observador externo, mas ainda são poucas as análises na área de arquitetura e urbanismo que buscam

[1] Neste trabalho, o termo favela se refere a assentamentos humanos que têm sua origem em processos de ocupação de áreas ociosas e que, além de possuírem características físico-urbanísticas próprias, também envolvem uma identidade própria, produzida por lutas políticas e consolidação urbana específicas.

situar essas transformações a partir do discurso dos moradores. Em geral, o foco dos estudos de urbanização de favelas está na política pública, apontando avanços e impasses ou propondo novos parâmetros para as intervenções. Há também trabalhos que adotam uma perspectiva mais próxima ao projeto urbano, indicando transformações na paisagem e nos usos, além de outros que tratam das novas formas de precariedade e do risco geotécnico oriundo das reocupações de estruturas de contenção de encostas. Já em outras áreas, como, por exemplo, nas ciências sociais, os estudos costumam adotar uma perspectiva interna, mas em geral tomam a realidade dessas favelas como contexto e fixam a análise em dinâmicas e categorias mais específicas, como trabalho, religião, criminalidade, política etc.

Nesse contexto, esta pesquisa busca, de modo específico, compreender a apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré, favela recém-urbanizada situada na Zona Oeste de São Paulo, e, de modo geral, investigar a forma como os processos de urbanização de favelas interferem na apropriação do espaço. Para tanto, pretende-se entender a realidade atual a partir não só da forma como os moradores se relacionam hoje com o espaço, mas também situando-a em seu contexto histórico. Afinal, a forma como as pessoas apreendem o espaço está baseada em uma relação construída historicamente, o que fica bastante claro na fala dos moradores, que estão sempre tensionando avanços e impasses para opinar sobre o momento atual.

Na maior parte dos estudos que envolvem esse tema, a apropriação se resume ao uso que as pessoas fazem do espaço. Também, costuma-se abordá-la a partir de sua dimensão mais visível, isto é, as disputas entre atores sociais. Além disso, a apropriação aparece em muitos estudos misturada ao conceito de *produção do espaço* de Lefebvre (2000) sem que se faça uma distinção teórica nos termos das diferentes metodologias e objetos de estudo que adotam essas duas linhas de análise. Sendo assim, é necessário, antes de tudo, esclarecer o que se entende por apropriação do espaço, um conceito de certa forma abrangente e que permite diversas abordagens.

A confusão entre a *apropriação* e a *produção* do espaço existe justamente porque esses dois processos realmente estão relacionados, já que a apropriação (re)produz o espaço – o que fica bastante claro quando o espaço físico se transforma permanentemente, quando se apropria para construir, por exemplo (LEFEBVRE,

2000). No entanto, considerando os estudos que tomam um ou outro conceito como central, percebe-se uma clara diferença de ponto de vista. Por um lado, nas análises da produção do espaço, em geral assume-se uma perspectiva mais ampla, considerando os papéis históricos do Estado, da sociedade e do mercado e seus reflexos na formação do ambiente urbano. Ou seja, o foco está no resultado da interação entre as políticas públicas, a atuação dos movimentos sociais e o setor privado – uma disputa política que acaba ganhando dimensão material em nossas cidades.

Por outro lado, a apropriação do espaço não faz sentido se não estiver situada em indivíduos ou grupos sociais, pois sua compreensão depende de *quem*, *para que* e *em que contexto* se apropria determinado espaço. Isto é, a ocupação temporária ou permanente para o desenvolvimento de certas atividades ocorre através da leitura do lugar, uma projeção de valores que faz com que o espaço adquira significado. Por isso, a apropriação é um processo que se dá entre as pessoas e o espaço, e seu estudo envolve entender as regras sociais e as categorias que o organizam e o classificam.

Para melhor compreender esta relação entre pessoas e espaço, deve-se ter em mente que o espaço não é só um suporte físico, mas também uma construção social (Ibidem). O espaço é sempre compreendido a partir de uma cultura, já que incorpora elementos estruturais da sociedade na qual está inserido (GARCIA, 1976). Naturalmente, é esse o motivo do estranhamento que temos enquanto turistas, quando visitamos países ou povoados com culturas distantes da nossa, já que se faz necessário familiarizar-se com os costumes locais para que se possa efetivamente compreender o ordenamento socioespacial do lugar visitado. O espaço incorpora, portanto, um componente físico e outro social e reflete tanto as opressões e as lutas sociais quanto a ideologia e a cultura dos povos que ali habitam, ou seja, engloba um suporte material sobre o qual são projetados valores que moldam seus significados e suas possibilidades de uso (GARCIA, 1976; SANTOS, VOGEL, 1981; LEFEBVRE, 2000; BOURDIEU, 2012). O espaço é produzido socialmente e é ao mesmo tempo reflexo de seu passado e presente: acontecimentos históricos produziram-no como é hoje, mas ele também está cotidianamente sendo (re)produzido (LEFEBVRE, 2000).

O espaço tem múltiplas dimensões, compreendendo tanto objetos como significados e ações, e as formas como as pessoas interagem com ele podem ser vistas de várias perspectivas. As análises mais simples e, por isso mesmo, facilmente compreendidas, em geral descartam as subjetividades dessa relação, adotam um ponto de vista único baseado nos valores do pesquisador e elaboram um diagnóstico objetivo. É o caso, por exemplo, da abordagem usada por Jane Jacobs, que torna central o conceito de *vitalidade urbana*, classificando usos como bons ou ruins. Em seu livro "Morte e vida de grandes cidades" (2011), a autora traz diversos exemplos do que considera *vitalidade* ou *degradação*, fazendo com que a leitura do espaço se dê através de um julgamento de valor. Para ela, a vitalidade de um bairro ou rua está em um equilíbrio entre moradores e visitantes que produz uma significativa diversidade de usos, povoa o espaço público em diferentes horários do dia e provoca uma sensação de segurança. Ou seja, é necessário que o leitor concorde com essa premissa para que a análise seja válida, já que as mudanças de parâmetros que Jacobs propõe ao planejamento urbano estão baseadas em sua visão do que é melhor para as cidades.

A título de exemplo, podemos tomar o momento atual de intensa polarização política no Brasil para levar as contradições desse tipo de análise ao extremo. Existe hoje, principalmente em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, uma forte mobilização social relacionada a grupos com certo alinhamento político em prol da ocupação dos espaços públicos. Essas reivindicações fazem parte de uma luta democrática que visa facilitar o acesso a espaços de lazer e cultura, já que a grande maioria dos equipamentos públicos está localizada nas áreas mais valorizadas da cidade e muitos dos eventos de música e arte são caros e, portanto, inviáveis à população mais pobre. Entretanto, existem, por outro lado, setores mais conservadores da sociedade que não veem este uso democrático do espaço como vitalidade, e sim como ameaça, degradação. Preferem as áreas VIPs, as grades, a segregação para estar entre seus iguais – ou seja, não veem a diversidade sociocultural como essência da vitalidade urbana.

E essas diferenças de valores não atravessam somente classes sociais, mas também variam entre indivíduos com trajetórias de vida e personalidades diferentes.

Em várias ocasiões durantes os trabalhos de campo, fomos confrontados com diferentes visões sobre atividades que se desenvolvem na Vila Nova Jaguaré: bares, festas, feiras, tráfico de drogas e até mesmo a reocupação de áreas públicas são práticas que dividem opiniões, consideradas boas ou ruins. Até mesmo um bar movimentado pode ser visto como degradação, foco de barulho, de sujeira e, por vezes de uma sociabilidade masculina que afastas as mulheres, pois as agride física e psicologicamente. Ou, ao contrário, uma "biqueira" do tráfico – ponto de venda de drogas – pode ser tida como vitalidade, pois promove a segurança e a sociabilidade dos usuários de drogas. Tudo depende do ponto de vista individual, ou seja, de valores que seguem recortes de classe, etnia, gênero, orientação sexual, alinhamento político etc.

Já em outros estudos, a apropriação aparece como uma disputa, que em geral se limita ao espaço físico, mas pode também se estender a outros capitais (sociais, culturais, políticos, econômicos etc) que compõem o espaço (BOURDIEU, 2012). Nessas análises, não são os valores que diferenciam os atores sociais, mas sim suas "capacidades de apropriação", o que determina os que podem e os que não conseguem apropriar o espaço (Ibidem, p.165). Ou seja, essa perspectiva traz a questão de classe ao primeiro plano e evidencia opressões e privilégios que influenciam na vida cotidiana.

Essa dimensão da apropriação está muito presente em pesquisas que fazem denúncias sociais, sendo utilizada para dar suporte teórico às críticas sobre processos urbanos de valorização e elitização que restringem os espaços urbanos. Para Bourdieu (2012), existe uma diferença essencial entre *viver* e *habitar* um espaço, já que *habitar* envolve não só ocupá-lo fisicamente como também deter a capacidade de usufruir dos bens e serviços disponíveis. Ou seja, quando processos urbanos transformam usos públicos em privados, modificam estilos visando um perfil de usuários mais elitizado ou simplesmente encarecem o custo de vida, acabam por promover a inclusão de pessoas com maior poder aquisitivo e valores típicos das classes dominantes, processo que ocorre simultaneamente à exclusão dos mais pobres e das formas de expressão cultural das minorias políticas.

Atualmente, diversas regiões em diferentes cidades do Brasil vêm passando por processos de mudança de perfil socioeconômico. Seja para expandir as fronteiras de atuação do mercado imobiliário e do capital em geral, promover o marketing urbano e atrair investimentos ou revitalizar antigas áreas industriais em degradação, diversas iniciativas se inserem nesse contexto. No caso das favelas, principalmente as políticas de segurança pública e de urbanização acabam também submetidas a essa lógica especulativa de planejar as cidades, produzindo efeitos praticamente irreversíveis na apropriação do espaço (HARVEY, 1989). O fenômeno é tão comum que existe até um nome para esse processo de expulsão indireta dos mais pobres, a chamada "remoção branca". Neste estudo sobre a Vila Nova Jaguaré, essa perspectiva da apropriação foi inicialmente adotada, visto que as transformações suscitadas pela recente intervenção estimularam tanto a valorização dos aluguéis e o aumento do custo de vida quanto a promoção de novas atividades culturais que nem sempre são bem vistas por toda a população. Ou seja, a intervenção proporcionou a entrada de novos capitais que estão sendo disputados por agentes com diferentes "capacidades de apropriação", o que se traduz em disputas pela destinação dos usos do espaço público.

Finalmente, a abordagem da apropriação do espaço que mais contribuiu para esta pesquisa é aquela que centraliza a análise nos diferentes valores que são projetados sobre o espaço e fazem com que ele assuma múltiplos significados. Afinal, os conflitos existem justamente porque existem várias maneiras de olhar o espaço, mesmo que as atividades que efetivamente se concretizem sejam aquelas movidas pelos interesses dos grupos mais poderosos. Em outras palavras, esse enfoque toma a apropriação pelos seus meios – as formas dar significado ao espaço – e não pelas suas consequências, isto é, as disputas entre atores sociais.

A apropriação segue uma gramática que opera recortes sobre o espaço físico e atribui significados a eles, já que o espaço *continuum* não é inteligível, sendo incompatível com a vida social (GARCIA, 1976; SANTOS; VOGEL, 1981). Cada categoria que utilizamos em nosso dia-a-dia – como a calçada, a rua, a casa, a praça – aponta para ambientes que permitem diferentes usos e comportamentos, além de excluírem ou incluírem determinados grupos: a casa é lugar da família, a praça é

local de lazer, a rua é lugar do trabalho e a calçada faz a intermediação entre a casa e a rua (GARCIA, 1976; DA MATTA, 1981; SANTOS; VOGEL, 1981). Naturalmente, cada um desses recortes evoca significados dominantes e aponta para os usos mais habituais, mas esses espaços também podem se transformar a depender do contexto que se apresenta. As festas são o exemplo mais notório de deslocamento de valores: uma comemoração em casa de família ressignifica seus cômodos e permite a circulação de pessoas que não pertencem ao círculo familiar; de outro modo, as festas populares, como o carnaval de rua, transformam o espaço público em lugar de lazer e sociabilidade (GARCIA, 1976; DA MATTA, 1981). Nesse sentido, a abordagem dos valores trata não só de oposições, como, por exemplo, o par público-privado que distingue a casa e a rua, mas também permite arranjos que tensionam esses valores e produzem novas formas de apropriação.

Embora essa última perspectiva tenha sido a mais reveladora e tenha permitido uma profunda compreensão da apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré, todas essas abordagens tiveram suas contribuições em diferentes momentos da pesquisa. Isso porque, ao longo dos trabalhos de campo, sempre que as falas dos moradores contradiziam as teorias que guiavam o olhar do pesquisador, suscitavam mudanças na abordagem utilizada. A apropriação do espaço é um fenômeno essencialmente subjetivo e, nesse sentido, a cada novo ponto de vista que se apresentava, os arranjos teóricos sofriam desvios. No entanto, tudo isso só foi possível pois se adotou desde o princípio um duplo movimento, típico da etnografia, de aproximação e distanciamento do objeto de estudo (MAGNANI, 2012). Isto é, um ciclo contínuo que envolvia aproximar-se da realidade e descrevê-la, distanciar-se e reformular as teorias, até que finalmente fosse possível produzir uma síntese que refletisse a instrumentalização científica de um saber popular: o conhecimento dos moradores da Vila Nova Jaguaré sobre sua própria realidade.

Como a construção da metodologia foi resultado não só dessa abordagem etnográfica, mas também de vínculos que já existiam entre o Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente Construído (Napplac, FAU-USP), o Centro Cultural e Profissionalizante (CCP) da Congregação de Santa Cruz e outras

personalidades e lideranças da Vila Nova Jaguaré, convém, desde já, apresentar o contexto no qual esta pesquisa se insere.

Este mestrado está articulado a uma pesquisa mais abrangente[2], realizada pelo Napplac, e que envolveu, além da Vila Nova Jaguaré, outras duas áreas de estudo. A proposta dessa pesquisa maior, da qual participaram diversos pesquisadores do Napplac entre 2014 e 2016, era de analisar as transformações territoriais resultantes de experiências recentes em urbanização de favelas, e este mestrado[3] contribui para esse quadro com o estudo da apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré, onde as obras de urbanização se encerraram em 2011.

Além disso, o Napplac já havia consolidado uma parceria com o CCP desde 2009, do que resultou um vídeo didático intitulado *Velha Nova Jaguaré* (ZUQUIM; MAUTNER, 2013) e outras diversas pesquisas de iniciação científica (TRENTO, 2011; SATO, 2013; BARROS, 2014; VALIERIS, 2015). A partir disso, surgiu, em 2014, a ideia de realizar uma atividade para que a comunidade pudesse indicar mudanças que a intervenção proporcionou em seu cotidiano. Para isso, contamos com a colaboração do CCP, e organizamos, juntos, a oficina "A Vida na Nova Jaguaré", realizada em junho de 2015.

Os primeiros resultados deste mestrado foram produzidos a partir dessa oficina, análises que eram em grande parte objetivas e focadas nos processos urbanos. No entanto, a fala da comunidade também estimulou reflexões sobre a metodologia que, até então, havia sido construída e apontou para caminhos mais favoráveis, conforme será apresentado mais adiante. Sobretudo, essa atividade foi fundamental por ter sido a porta de entrada para os trabalhos de campo; ao longo do desenvolvimento da oficina e, principalmente, em sua etapa de divulgação, estabelecemos muitos contatos, acompanhamos e participamos de conversas informais e nos aproximamos de temas sensíveis, e que, por isso mesmo, só surgiram

[2] "Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil – Medellín/Colômbia", financiada pela FAPESP (processo 14/01328-2).

[3] Este mestrado também contribuiu para a construção de um site que apresenta diversos dados e publicações que podem auxiliar o leitor a compreender temas aqui tratados (URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2017). Especificamente sobre a Vila Nova Jaguaré, o site reúne mapas temáticos, resultados da oficina "A Vida na Nova Jaguaré" e dados georreferenciados, como, por exemplo, 100 fotos tiradas no Jaguaré.

depois de ter sido estabelecida uma certa confiança. Também, com a ajuda do CCP, foi possível conseguir entrevistas para uma segunda etapa de levantamento de dados.

Por esse motivo, a pesquisa de campo esteve bastante associada ao CCP e a seus funcionários e usuários desse espaço, que são pessoas com um perfil mais ou menos específico, por serem, em sua maioria, católicas, moradoras da parte alta da comunidade e cujas famílias chegaram ao Jaguaré durante os anos 1970 e 1980. Por outro lado, mesmo com um perfil que não necessariamente engloba a diversidade do universo social da Vila Nova Jaguaré, essas pessoas, às quais me refiro ao longo deste trabalho como os interlocutores da pesquisa, possuíam trajetórias de vida muito particulares, o que se refletia em múltiplos olhares sobre a realidade atual.

Entre abril e maio de 2016, foram realizadas oito entrevistas utilizando a metodologia de história de vida[4] (VILLEGAS; GONZÁLEZ, 2011; LOPEZ, 2008; BONI; QUARESMA, 2005). As entrevistas foram feitas em conjunto com a aluna de iniciação científica Sofia Toi, e a ideia era que se pudesse captar as impressões individuais sobre o momento atual dentro do contexto das trajetórias particulares de cada pessoa. Eu e Sofia intervínhamos somente para esclarecer dúvidas e estimular os entrevistados fazendo perguntas sobre a época em que haviam chegado ao Jaguaré e a respeito do cotidiano de antes, durante e depois da urbanização. Além disso, aproveitamos os dias de entrevista para andar pela comunidade, acompanhar o cotidiano e as transformações urbanas e, principalmente, conversar informalmente com os interlocutores da pesquisa. Quando eu voltava dessas saídas de campo, descrevia minhas observações e levantava algumas reflexões em um caderno de campo. Foi no contexto dessa observação participante e na análise das entrevistas e das anotações de campo que surgiram os principais *insights* da pesquisa.

Embora também tenham sido analisados dados e entrevistas de trabalhos precedentes[5], a maioria das citações, porém, foi extraída das entrevistas que eu e

[4] Todas as entrevistas foram precedidas por Consentimento Livre e Esclarecido, algumas de forma oral, outras por escrito.

[5] Foram analisadas dezessete entrevistas realizadas durante a produção do vídeo *Velha Nova Jaguaré* (ZUQUIM; MAUTNER, 2013), sete entrevistas realizadas pela aluna de iniciação científica Gabriela Barros (2014) e dados obtidos por outra aluna de iniciação científica, Lais Valieris (2015), através de

Sofia realizamos, pois elas foram mais longas e permitiram ir mais a fundo nas questões tratadas neste trabalho. No entanto, como a Vila Nova Jaguaré é um local onde "todos se conhecem" e o universo desta pesquisa é bastante delimitado, optou-se por não assinalar as falas com nomes fictícios ou numeração, para que não fosse possível reconstituir o perfil de cada um dos entrevistados, de modo a inviabilizar sua localização[6]. Essa opção se deu principalmente porque acabaram surgindo denúncias relacionadas a grupos organizados que influenciam enormemente o cotidiano da comunidade, grupos estes que serão abordados ao longo deste trabalho pelo nome genérico de *crime*[7]. Além do levantamento e análise desses dados primários, também foram consultados outros trabalhos acadêmicos e o acervo online da Folha de São Paulo e do Diário Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

Desde o início, a principal motivação da pesquisa era a de explorar a grande diversidade de formas de apropriação que se verificava em muitas favelas e, com isso, enfatizar que elas têm muito a contribuir com temas que tocam o planejamento urbano. Isto é, a intenção era de buscar alguma chave de entendimento que permitisse compreender essa intensa apropriação coletiva de espaços públicos em favelas, uma qualidade que muitos bairros planejados não possuem. Além disso, o tema também tocava as políticas de urbanização de favelas, pois, como tais políticas continuam a reforçar uma imagem desses assentamentos associada ao atraso ("assentamentos precários", "aglomerados subnormais"), focam no combate à precariedade sem explorar suas potencialidades e ignorando outras problemáticas, ou seja, não compreendem outras dimensões de sua realidade.

Contudo, essas reflexões ainda estavam muito associadas a uma perspectiva externa da apropriação do espaço, um olhar atento aos processos urbanos e às

---

duzentos e seis questionários aplicados a moradores dos conjuntos habitacionais Kenkiti Simomoto, Nova Jaguaré e Alexandre Mackenzie.

[6] As citações extraídas das entrevistas que eu e Sofia realizamos aparecem referenciadas somente como "informação verbal", enquanto nas outras utiliza-se a referência dos trabalhos das quais foram extraídas.

[7] A expressão "crime" é tomada ao longo deste trabalho por seu uso cotidiano na Vila Nova Jaguaré. Durante os trabalhos de campo e também em conversas com pesquisadores que estudam favelas e periferias, foi identificada a existência de uma facção criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), relacionada a pelo menos um processo de reocupação. No entanto, as informações obtidas ao longo da pesquisa não permitem aprofundar as atividades e formas de atuação desse grupo, apesar de darem pistas que apontam para seu importante papel no desenho da apropriação do espaço em Vila Nova Jaguaré.

transformações físico-urbanísticas que grande parte das favelas que são urbanizadas sofrem. Também, estavam relacionadas a estudos no campo da arquitetura e urbanismo que apontam diversas contradições entre o discurso dos programas de urbanização e o resultado das obras, buscam novos parâmetros para os projetos ou voltam na questão da precariedade para denunciar novas situações de risco. Por isso, ainda era necessário situar a perspectiva "*de perto e de dentro*", desvincular a análise da apropriação do espaço dos processos urbanos decorrentes da urbanização e entender como as pessoas se relacionavam com o espaço da Vila Nova Jaguaré (MAGNANI, 2012, p. 251, itálico nosso).

A atividade que iniciou essa mudança de perspectiva foi a oficina "A Vida na Nova Jaguaré", primeira oportunidade que se teve de ouvir a população. Ao longo de todo o desenvolvimento da oficina, ficou claro que muitos dos processos urbanos problematizados por pesquisadores podiam ser vistos inclusive como positivos (como, por exemplo, a valorização imobiliária) e o que realmente afligia os moradores eram alguns conflitos que passaram a existir depois da intervenção. Nesse sentido, começou-se a entrar em contato com múltiplos pontos de vista que faziam os processos urbanos e atividades oscilarem entre positivos e negativos, o que suscitou um distanciamento do conceito de *vitalidade urbana* e uma aproximação a uma abordagem da apropriação do espaço enquanto disputa.

Para isso, foi necessário desviar o olhar dos processos e espaço urbanos para investigar a relação das pessoas com eles, ou seja, como eram beneficiadas ou prejudicadas, quais usos eram desejados e quais eram criticados. Essa perspectiva colocou as áreas livres no centro da análise, pois era justamente nas suas várias formas de apropriação que se situavam os conflitos; isto é, as áreas livres evocavam diferentes significados. Em linhas gerais, notou-se que existia um choque entre, de um lado, as relações comunitárias e o uso coletivo das áreas livres e, de outro, a mercantilização do espaço, que estimulava sua apropriação visando ganhos individuais. Ou seja, os conflitos apontavam para uma importante mudança na conjuntura do assentamento: com a entrada de novos capitais na Vila Nova Jaguaré, intensificou-se a dimensão da apropriação do espaço como disputa.

Dessa forma, os conflitos indicavam uma nova realidade que distanciava a Vila Nova Jaguaré de seu passado tanto ao nível da paisagem, das atividades que ocupavam o espaço público, da dinâmica urbana, como também no imaginário das pessoas: a Vila era agora uma *favela urbanizada*. Entretanto, para muito além dos conflitos que abrange, o momento atual também permite novas possibilidades, arranjos que tensionam diferentes leituras que, quando entram em disputa, parecem antagônicas. Afinal, a apropriação das áreas livres na *favela urbanizada* mistura atividades culturais e comerciais, usos individuais e coletivos, valores de uso e de troca e produz espaços que se situam entre as dinâmicas da casa, de lazer e de negócios.

Dessa forma, começou-se a perceber que a apropriação não é só fruto de disputas, mas também da interação de diferentes valores. Mesmo quando os interlocutores da pesquisa se posicionavam contrários a certas atividades, revelavam nas entrelinhas outras leituras possíveis. Afinal, festas também podem ser fonte de renda, casas podem ser convertidas em mercadoria e espaços de lazer comunitário podem misturar relações familiares e de vizinhança. Na Vila Nova Jaguaré, existem leituras principais das áreas livres que estruturam sua apropriação, combinam-se e produzem múltiplas formas de utilização.

Paralelamente aos trabalhos de campo, a investigação, que havia começado como uma reconstituição das intervenções públicas na Vila, acabou se tornando mais detalhada e abrangendo a urbanização do Jaguaré e todo o processo de consolidação daquela que foi a primeira favela do bairro. Ao longo dos anos, a população da Vila Nova Jaguaré vivenciou diversos ciclos de avanços e retrocessos: sofreu ameaças de remoção, conquistou direitos, implantou melhorias por mutirão, passou por novos processos de adensamento e precarização, até que finalmente a Vila começou a ser alvo de políticas públicas. Nessa trajetória, o assentamento nasceu como *favela*, organizou-se e autoproclamou-se *vila*, reencontrou-se como *favela* por seu imbróglio fundiário, para enfim consolidar-se como *núcleo urbanizado*.

A realidade de hoje é interpretada de diferentes formas. Nas narrativas da população, os diferentes pontos de vista estavam sempre amparados nas experiências individuais de cada um dos interlocutores, tensionando melhorias e

impasses em relação ao passado. Para cada maneira de ver e se relacionar com o lugar, empregava-se uma categoria diferente; dependendo do ponto de vista, a *favela urbanizada* pode ser considerada *favela*, *vila*, *bairro*, *comunidade* ou, ainda, qualquer combinação possível desses conceitos. E, afinal, a imagem que as pessoas têm hoje da Vila é fruto de uma composição de diferentes narrativas que estiveram presentes ao longo de sua história.

Nesse contexto, articulando a história e o momento atual e as perspectivas externa do pesquisador e interna dos moradores, o estudo da apropriação das áreas livres deslocou-se para uma visão mais geral do assentamento: a apropriação *na* Vila permitiu uma leitura mais ampla *da* Vila Nova Jaguaré[8] (MAGNANI, 2012). Finalmente, a principal conclusão foi de que, apesar de estar em um novo contexto que proporcionou uma nova conjuntura de forças, a apropriação do espaço nessa *favela urbanizada* ainda se estrutura a partir dos mesmos valores, refletindo as mesmas contradições que a produziram.

A estrutura desta dissertação reflete, em grande parte, a trajetória da pesquisa. No primeiro capítulo, apresenta-se a formação do bairro do Jaguaré e a trajetória de consolidação da Vila Nova Jaguaré. Esse capítulo visa contribuir às pesquisas que tomam como base esse assentamento, pois, além de sistematizar diversos registros feitos em estudos precedentes, também revela antecedentes históricos que não apareciam nesses trabalhos. Como a ocupação que deu origem à Vila Nova Jaguaré está totalmente relacionada ao processo de formação do bairro, o ponto de partida desse capítulo é o projeto de urbanização do Jaguaré: o projeto do Centro Industrial Jaguaré. Em seguida, a consolidação da Vila é separada em quatro momentos que se diferenciam pelas estratégias de luta dos moradores, pela infraestrutura e aspecto físico-urbanístico do assentamento e, principalmente, pelo relacionamento com o poder público. Tal capítulo é essencial para compreender as reflexões que sucederam às primeiras observações em campo, já que o momento atual da Vila Nova Jaguaré se reconecta em diversos aspectos com dilemas que se apresentaram ao longo de toda a sua história.

---

[8] "Penso que a Antropologia *na* cidade, com sua multiplicidade de recortes empíricos, pode caminhar na direção de ou contribuir para uma nova e instigante perspectiva *da* cidade, na medida em que se proponha a construir modelos mais gerais." (MAGNANI, 2012, p. 311, itálico do autor)

Já no segundo capítulo, parte-se de uma descrição detalhada das transformações do espaço físico que saltavam aos olhos do pesquisador para, em seguida, tensionar essas primeiras observações com o olhar dos moradores sobre sua própria realidade. Esse capítulo conduz o leitor no sentido de uma aproximação à apropriação do espaço nessa favela recém-urbanizada, trajetória em que a abordagem que guiava a análise teve de ser constantemente revista para que refletisse diferentes aspectos ocultos a um olhar externo. A perspectiva dos moradores trouxe à luz disputas e interações de interesses que são projetados sobre as áreas livres e que permitem uma análise mais profunda sobre a apropriação do espaço físico. Ainda, retomando a história da Vila Nova Jaguaré apresentada no capítulo anterior, notou-se que a atual apropriação das áreas livres reflete valores presentes ao longo de toda a consolidação do assentamento, ou seja, notou-se que os mesmos valores situam-se agora em um novo contexto. Por fim, compreendendo melhor a forma como a apropriação das áreas livres se constrói, foi possível passar de uma análise da apropriação *na* Vila Nova Jaguaré para uma leitura mais ampla da apropriação *da* Vila Nova Jaguaré, desenvolvida no capítulo seguinte.

Nesse sentido, o terceiro capítulo se descola de uma análise da apropriação que tange somente o espaço físico. Isso porque os posicionamentos sustentados pelos interlocutores da pesquisa apontavam para diferentes formas de se relacionar com o espaço, tensionando problemas e virtudes do momento atual do assentamento. Como a realidade da *favela urbanizada* é extremamente complexa, apresentando novas conquistas e velhos impasses, existem múltiplas formas de classificá-la – até hoje, a Vila Nova Jaguaré ainda é chamada de *favela*, *vila*, *comunidade*, *bairro* e *núcleo*. Entretanto, notou-se que os olhares dos moradores oscilam entre três narrativas principais que destacam aspectos contraditórios da *favela urbanizada*: dependendo do ponto de vista, pode ser considerada *favela*, *comunidade* ou *bairro*. Finalmente, este novo entendimento da realidade da Vila Nova Jaguaré revelou que os processos de consolidação e urbanização nesse assentamento estiveram sempre associados a novas dinâmicas de precarização, tanto ao nível do espaço físico quando dos direitos sociais. Ou seja, conclui-se que a *favela urbanizada* é produzida por um processo em que a *urbanização da favela* ocorre simultaneamente à *favelização do urbano*.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DO BAIRRO E A CONSOLIDAÇÃO DA VILA NOVA JAGUARÉ

CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO BAIRRO E A CONSOLIDAÇÃO DA VILA NOVA JAGUARÉ

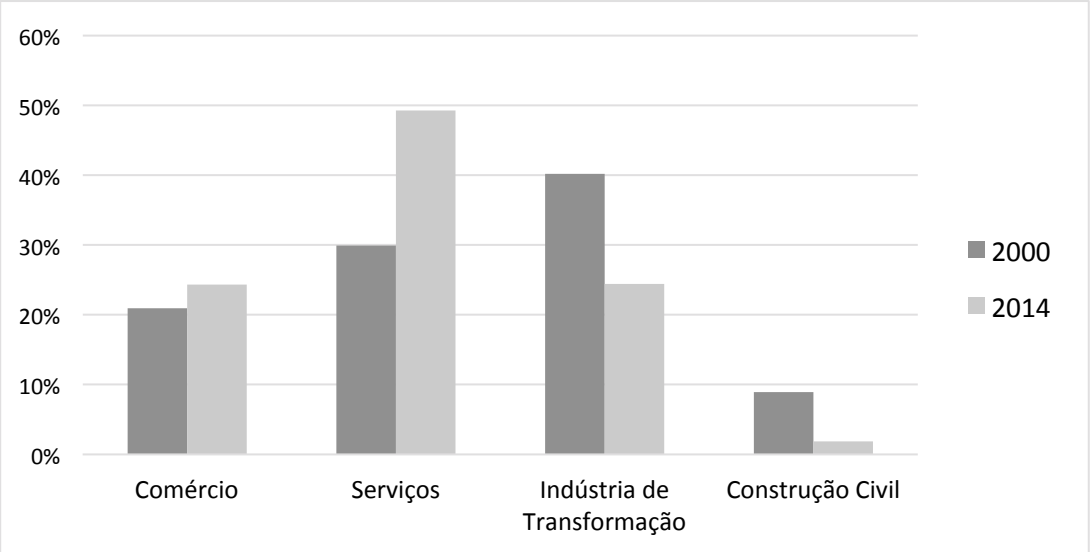
Figura 1 – Localização da Vila Nova Jaguaré dentro do distrito do Jaguaré e do município de São Paulo – sem escala

Fonte: elaboração nossa a partir de mapa obtido em habitasampa.inf.br, acesso em 31/01/2017.

A Vila Nova Jaguaré é hoje um núcleo urbanizado, ou seja, uma favela onde, após as obras de urbanização entre 2006 e 2011, regularizou-se o acesso aos serviços urbanos básicos e, em 2015, outorgou-se a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, etapa final da regularização fundiária. A comunidade está situada no Jaguaré, distrito da Zona Oeste de São Paulo limítrofe ao município de Osasco e próximo à confluência dos rios Pinheiros e Tietê (figura 1).

O Jaguaré foi um dos primeiros bairros planejados da cidade, cuidadosamente projetado na década de 1930 para abrigar o Centro Industrial Jaguaré, e que se transformaria em uma das regiões mais industrializadas do município nos anos 1970, atraindo muitos trabalhadores. Porém, a desconcentração econômica e a obsolecência das antigas plantas industriais afetaram profundamente a economia local (FREIRE, 2006). Atualmente, o distrito ainda persiste como importante centro industrial, mas vive um processo de requalificação. Os antigos lotes industriais dão lugar a atividades do setor terciário, ramo que, em 2014, já empregava aproximadamente 75% dos trabalhadores formais do bairro (figura 2).

Figura 2 – Distribuição dos empregos formais no distrito do Jaguaré entre 2000 e 2014



Fonte: elaboração nossa a partir de dados obtidos em infocidade.prefeitura.sp.gov.br, acesso em 31/01/2017.

No entanto, todo o desenvolvimento do bairro começou a partir da idealização do Centro Industrial Jaguaré, projeto que buscava associar estabilidade e satisfação do operário a baixos custos de mão-de-obra para as indústrias. Contava com áreas residenciais e industriais, além de equipamentos de lazer e serviços. Entretanto, foram vendidos muito menos lotes residenciais do que o esperado, o que iniciou uma ocupação desordenada do bairro. Em meio a esse processo, um dos equipamentos do bairro, um parque público de 160 mil m², começou a sofrer um processo de ocupação na década de 1960, incentivado principalmente pelo descaso com a área e pela crescente demanda por moradia na região, tendo em vista o parque industrial que vinha se instalando no bairro desde os anos 1940.

Nascia, então, a Favela do Jaguaré, uma das primeiras ocupações do município e que, depois de um longo processo de lutas populares e intervenções públicas, consolidou-se como Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré. Localizada em uma encosta com alguns trechos de alta declividade, a comunidade abriga hoje entre 15 e 18 mil pessoas9. É considerada a maior favela de São Paulo em área contínua, ou seja, sem malha viária, e possui densidade populacional próxima a 1000 hab/ha10.

[9] Em entrevista com líder comunitário, apontou-se a população residente entre 15 e 18 mil pessoas. Por outro lado, levantamentos da prefeitura estimam 4.500 domicílios (HABITASAMPA MAPA, 2016).
[10] Cálculo aproximado feito com base na estimativa populacional e área do assentamento revela densidade entre 938 e 1.125 hab/ha (HABITASAMPA MAPA, 2016).

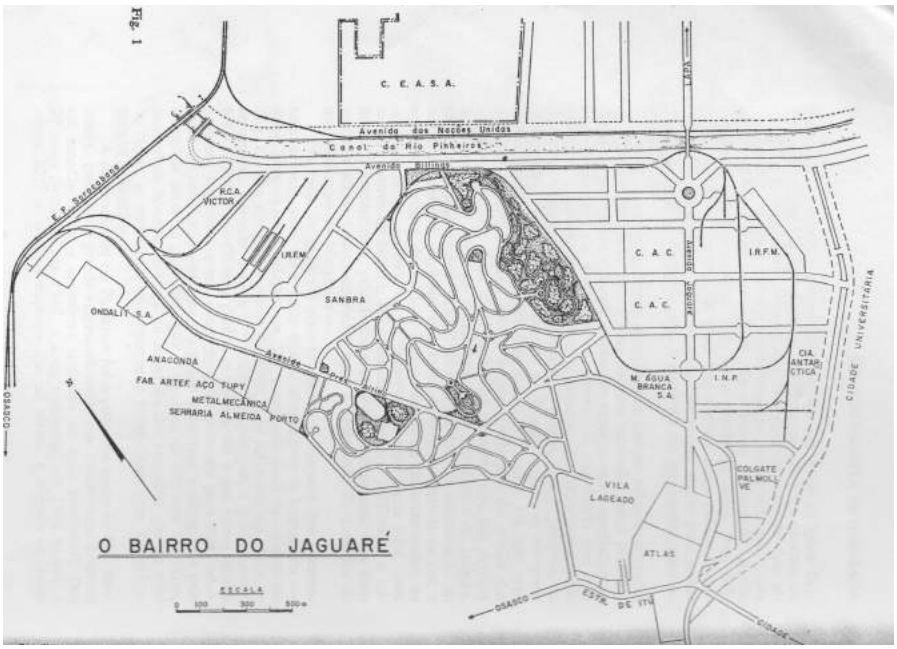
Como, ao longo deste trabalho, são citadas diferentes ruas, praças e conjuntos habitacionais da Vila Nova Jaguaré, elaborou-se um mapa ilustrado apontando as principais localidades mencionadas (apêndice A).

1.1. ENTRE O PROJETO E A REALIDADE: A FORMAÇÃO DO JAGUARÉ

1.1.1. Centro Industrial Jaguaré: o projeto de Villares

Em 1920, a região do Jaguaré ainda apresentava uma ocupação incipiente, visto que os meandros do rio Pinheiros, com suas várzeas sazonalmente alagadas, ainda desestimulavam a expansão imobiliária nessa direção. Foi com a retificação do rio, realizada a partir da década de 1930, que o bairro passou a interessar ao mercado. Até a conclusão da obra, só havia residências esparsas e pequenas instalações industriais em sua margem oeste. Tratava-se de uma região suburbana do município e que era formada principalmente por chácaras e fazendas de imigrantes húngaros e portugueses. Em mapa de 1930, verificam-se em torno de 25 casas, mas não há sinais de arruamento (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972). O rio marcava, portanto, o limite do aglomerado urbano da capital, uma fronteira à sua expansão.

Figura 3 – O bairro do Jaguaré no final da década de 1960



Fonte: Goldenstein e Rossini, 1972.

Em 1935, a S/A Imobiliária Jaguaré, pertencente à família Dumont Villares, reuniu as glebas que constituiríam um loteamento de quase 4 milhões de metros quadrados, área em grande parte fruto de aterramento das várzeas do rio. A empresa tinha como objetivo promover um distrito industrial, com a implementação de um loteamento industrial nas áreas planas associada a um loteamento residencial operário nas colinas (figura 3). Influenciado por preceitos inaugurados pelo movimento modernista, tal qual o planejamento racionalista da "cidade funcional", e inspirado em bairros industriais de Manchester e Chicago e no planejamento de bairros com o conceito de Cidade-Jardim[11], o projetista e engenheiro Henrique Dumont Villares idealizou um empreendimento que ofereceria vantagens tanto para os trabalhadores quanto para as indústrias[12]. Segundo Fioravanti (2013), o distrito deveria proporcionar aos seus moradores: i) habitações salubres; ii) locais e condições de trabalho adequadas; iii) facilidades para o descanso do corpo e da mente; e iv) transporte eficiente. A proximidade entre local de trabalho e de moradia e lazer visava, portanto, favorecer a reprodução da força de trabalho. Nas passagens abaixo, fica claro o viés racionalista característico do modernismo e a preocupação em conciliar benefícios ao trabalhador e à indústria.

> A Cidade Orgânica fará, para tanto, a distribuição das suas funções por órgãos ou aparelhos especializados, pois de outra forma não será possível corrigir o caos urbano que o intenso desenvolvimento econômico e o surto industrial produziram. Na utilização racional das áreas, assume importância capital o problema da localização dos estabelecimentos industriais. (VILLARES, 1946, pp. 24–25)

> A disposição da propriedade obedece aos padrões de suas congêneres, que se provaram tão práticas e úteis à indústria em outros países, tais como o Trafford Park, nos arrabaldes de Manchester, Inglaterra; Degenham e Slough Estates, a pouca distância de Londres; North Kansas Industrial District, The Central Manufacturing District, Chicago; e muitas outras. (Ibidem, p. 254)

[11] Em São Paulo, os bairros jardim começaram a ser implementados pela Cia. City em 1915.

[12] Os bairros operários surgiram no final do século XIX, na medida em que as precárias condições de vida dos trabalhadores passaram a preocupar os capitalistas, visto que eram associadas à perda de produtividade. Constituíam, portanto, uma forma de controle social do trabalhador tanto nas horas de trabalho como nas horas livres, tratando-se de um mecanismo disciplinar que impunha a moral e as normas de vida da burguesia, garantindo também à classe trabalhadora condições de vida mais adequadas.

> O indivíduo mal repousado, fatigado pelas dificuldades a que tem de se sujeitar diariamente para atingir o local de trabalho, ou dele regressar ao lar, não pode ser um produtor eficiente, a sua capacidade de trabalho sofre os reflexos da situação e o seu rendimento é inferior àquele que produziria em condições normais e sadias. (Ibidem, p. 36)

Consciente dos problemas colocados pelo surto industrial, como a degradação da qualidade de vida nas cidades, e convencido dos benefícios sociais do desenvolvimento industrial, Villares (1946) se empenhou em fazer um minucioso estudo a respeito da implementação de um distrito industrial no município de São Paulo[13]. Dada a escassez de solo urbano e sua consequente valorização em áreas centrais, houve uma forte tendência de crescimento industrial em direção às áreas periféricas. Nesse contexto, o Jaguaré foi escolhido para implementação do projeto, principalmente devido à proximidade à Estrada de Ferro Sorocabana e aos bairros proletários da Lapa, de Pinheiros e de Presidente Altino.

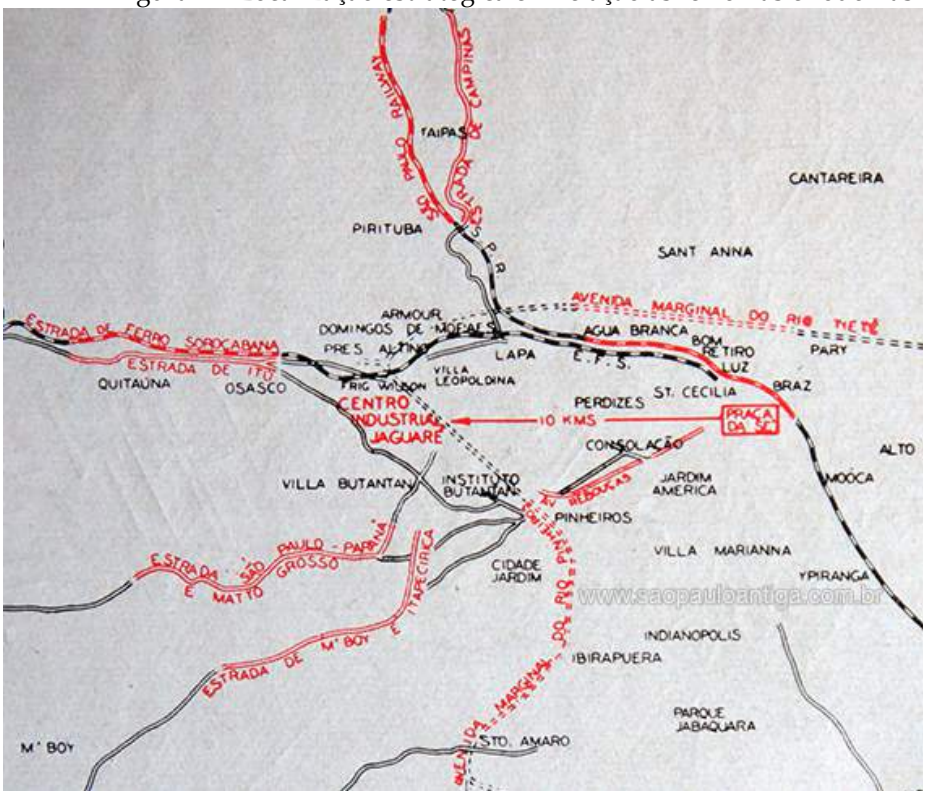
Dentre outros fatores que também sustentaram a opção figuravam a abundância de corpos d'água na região, a facilidade no escoamento da produção e a implementação de equipamentos que contribuíram a uma atmosfera de parque industrial e tecnológico, como a Universidade de São Paulo (Usp), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Em primeiro lugar, a proximidade ao rio Pinheiros e ao ribeirão Jaguaré viabilizava água em abundância, insumo essencial tanto para viabilizar a produção industrial quanto o descarte de resíduos. Apesar do papel central que as ferrovias assumiram no projeto, o escoamento de mercadorias passaria a ser praticamente todo feito por caminhões. Mesmo assim, a opção pela área continuava favorável na medida em que a Marginal Pinheiros conectava a região a rodovias que rumavam ao interior e litoral do estado de São Paulo bem como ao sul do Brasil (figura 4). Inclusive, há indícios de que o engenheiro acreditava que o rio Pinheiros fosse navegável, o que o teria incentivado a erguer o Farol do Jaguaré[14] no ponto mais alto do loteamento.

---

[13] Em *Urbanismo e indústria em São Paulo* (1946), Villares expõe os motivos de se empenhar na implementação de um distrito industrial e da localização escolhida para o empreendimento.

[14] Também chamado de Mirante ou Relógio do Jaguaré, foi construído em 1943 após uma visita de Henrique Dumont Villares à Holanda, onde se fascinou com um semelhante. Algumas fontes indicam que o Farol teria sido construído para servir de símbolo ao novo bairro (JAGUARÉ SP, 2010).

Figura 4 – Localização estratégica em relação às ferrovias e rodovias

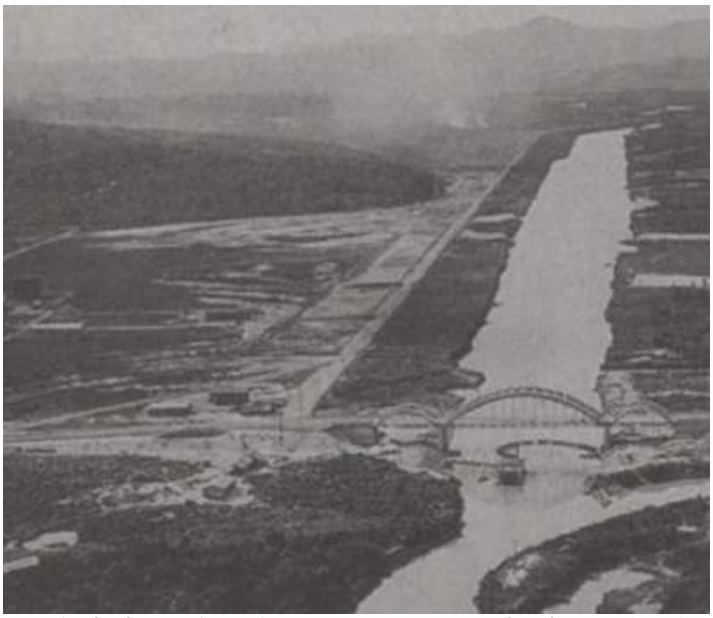


Fonte: extraído de saopauloantiga.com.br/jaguare-e-bunge/, acesso em 30/05/2016.

Para reforçar ainda mais as vantagens locacionais do bairro, foram também realizados importantes investimentos em infraestrutura. Preocupado em facilitar o acesso de matérias-primas e o escoamento das mercadorias industriais, Villares determinou que os ramais de ligação à ferrovia fossem realizados em duas bitolas, o que permitia compatibilidade com todas as ferrovias do país (figura 5). Também financiou, mediante doação de 700 réis à prefeitura, a construção da ponte do Jaguaré (figura 6), pois pretendia amenizar a principal barreira de acesso ao bairro, o rio Pinheiros[15]. Com a conclusão da ponte, surgiram, a partir de 1948, as primeiras empresas de ônibus que serviam o bairro do Jaguaré[16].

[15] A doação foi realizada em 1940 e a ponte foi concluída em 1947 (MIRANTE DO JAGUARÉ, 2012).
[16] "Denominava-se 'Bacarelli' e ligava Presidente Altino à Lapa". (FIORAVANTI, 2013, p. 35)

Figuras 5 e 6 – Anúncio de terrenos para armazéns ou indústrias publicado em 1946 enfatizando o terceiro trilho (esq.) e a Ponte do Jaguaré em 1947 (dir.)



Fonte: estacoesferroviarias.com.br/p/presaltino.htm, acesso em 31/05/2016 (esq.); acervo Napplac, 2016[17] (dir.).

Mas o projeto não se limitava a garantir as melhores condições para o estabelecimento das indústrias. Villares também se dedicou ao planejamento interno do bairro, desenhando casas, ruas, praças, equipamentos e assegurando o fornecimento de energia e coleta de lixo. Seu projeto programatizou o modo de vida que se desejava ao operário, delineando seu cotidiano tanto dentro quanto fora da fábrica, ao empregar ideais que condicionavam sua habitação, sua sociabilidade e suas relações familiares (FIORAVANTI, 2013).

O zoneamento foi feito de forma simples, discernindo somente as áreas referentes ao uso industrial e residencial. As áreas planas, com traçado urbano ortogonal, foram reservadas ao uso industrial, enquanto as moradias seriam implementadas nas colinas ao centro da gleba. A implantação do loteamento residencial segue a topografia do terreno e apresenta traçado orgânico e sinuoso,

[17] Referência à data em que foram obtidas do acervo Napplac.

última tendência trazida ao município pela Companhia City[18]. No centro desta área, desenvolveu-se uma área comercial[19].

O bairro residencial ocupa uma área de 800 mil m², onde seriam construídas duas mil casas operárias de diferentes estilos e tamanhos para atender aos diferentes estratos do proletariado e exclusivamente destinadas às famílias dos trabalhadores do bairro. A arborização das vias também estava prevista, com o plantio de cinco mil árvores fornecidas e selecionadas pelo horto florestal de São Paulo, que indicariam as espécies mais adequadas para as condições locais. Buscava-se trazer elementos da vida campestre para evitar a monotonia habitual das vilas operárias.

Considerando a infra-estrutura prevista, pretendia-se consolidar um bairro com uma qualidade de vida bastante elevada. A condição do bairro enquanto periferia da cidade, excluído do circuito de equipamentos públicos de lazer e serviços centrais, seria compensada por uma ampla rede de equipamentos. Conforme relata Freire (2006), estavam previstos uma escola, uma praça de esportes, pelo menos um restaurante, 42 praças, um centro de recreação, um belvedere equipado com churrasqueiras, além de um cinema e um centro cívico e comercial que não foram construídos. Além disso, o projeto previa a implementação de um parque público na "encosta leste da colina mais próxima ao rio, com declividades elevadas, com pior orientação solar e exposta aos ventos frios e úmidos do sudeste" (FREIRE, 2006, p. 99). Esse parque, além de servir como área de lazer aos habitantes locais, também amenizaria a fronteira entre os loteamentos industrial e residencial.

Complementando os equipamentos do bairro, Villares cede um terreno no centro do loteamento residencial a um grupo de missionários canadenses da Ordem da Santa Cruz, que construíram ali a Igreja de São José e o centro paroquial[20]. Em

---

[18] ""Se as experiências realizadas pela Companhia City foram destinadas a bairros residenciais de padrão médio a alto, a produção realizada por outros engenheiros destinou- se, com poucas exceções, a bairros populares localizados nas áreas suburbanas e rurais da cidade". (KOWAI apud FREIRE, 2006, p. 98)

[19] Pelas fontes pesquisadas, não fica claro se fora previamente demarcada uma área comercial. Enquanto algumas fontes apontam para um zoneamento simples, definindo áreas residenciais e industriais, outras apontam para uma prévia demarcação da área comercial, como fica claro a seguir na fala do Padre Roberto Grandmaison. (FREIRE, 2006; GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972)

[20] Os terrenos do centro paroquial e da igreja foram doados em 1945. Em 1946, os padres já haviam se instalado no bairro e praticavam assistência social. Em 1948, após uma permuta de terreno, foi doado o local definitivo onde se encontra atualmente a Igreja de São José. Devido à escassez de recursos, o projeto foi redesenhado e a igreja só pôde abrigar seu primeiro culto em 1951. A obra só seria concluída em 1967. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2016; COLÉGIO SANTA CRUZ, 2016)

1947, funda, em parceria com a Congregação de Santa Cruz, o Externato Jaguaré[21], primeiro colégio da congregação no país. Como relata o padre Lionel Corbeil em suas Memórias:

> A Cia. Imobiliária Jaguaré, naquele tempo, procurava uma ordem religiosa para cuidar da formação espiritual e recreativa, da educação e da saúde da pequena, mas futura população operária do bairro de Jaguaré (de apenas 800 habitantes em 1945). Como os padres estavam sem recursos financeiros, a Cia. deu-lhes, para começar as suas obras, um terreno com pequenas casas e outro para construção da futura igreja, bem como o uso da bela escola por ela construída.
>
> Já bem no início de 1947, a Cia Imobiliária Jaguaré nos confiava o prédio de sua escola sob a direção do pároco e oferecia generosamente para pagar as despesas para a manutenção dos professores, funcionários e do prédio. (PARÓQUIA SÃO JOSÉ CELEBRA 70 ANOS DE FUNDAÇÃO, 2015)

Padre Roberto Grandmaison, membro da Congregação de Santa Cruz, atual pároco da Paróquia São José, fundador do projeto social Programa Jaguaré Caminhos (que atende a famílias da Vila Nova Jaguaré) e morador do Jaguaré desde 1968 até recentemente, conta-nos um pouco sobre a proposta de Villares para o bairro. Em sua visão, o engenheiro propunha a criação de um bairro que integrasse produção, residências e cultura:

> (...) é um bairro totalmente urbanizado, pelo Henrique Dumont Villares que começou nos anos 30, que veio, foi estudar na Europa o urbanismo, etc, ele trouxe para cá conceitos novos na época para urbanismo e arquitetura, enfim. E quando ele voltou, ele comprou, eu não conheço bem, no início dessa história, mas ele comprou uma gleba grande da Matarazzo e da Companhia Suburbana Paulista, que essa gleba é o bairro inteiro do Jaguaré. E dentro do bairro do Jaguaré ele já urbanizou. Não tem nada clandestino aqui. Diferentemente da época, diferentemente de outras regiões de São Paulo. Aqui todos os terrenos, todos os espaços públicos e particulares foram já delimitados e já organizados. Tanto que a escritura do bairro reza que tem casas residenciais, tem casas comerciais, tem indústria, tem ramos ferroviários, tem espaços públicos, praças, todas as praças públicas foram delimitadas e doadas para a prefeitura. (ZUQUIM; D'OTTAVIANO, 2013)

[21] Hoje, o espaço é ocupado pela Sociedade Benfeitora Jaguaré, uma organização sem fins lucrativos que atende aos moradores do bairro.

> [Henrique Dumont Villares] urbanizou o bairro, que não tem nada de clandestino, tudo é oficial. É um bairro privilegiado por ser planejado, principalmente industrial. Tem o núcleo central, o residencial, o comércio. Hoje, o zoneamento mudou, e o bairro se adequa. A proposta do bairro era real, organizada e oficial, envolvendo lazer, comércio, moradia. Tudo foi previsto no plano urbanístico. A vocação do bairro foi feita inicialmente para ser um conjunto de aspectos industriais, residenciais e comerciais. É uma abordagem econômica, é um bairro produtivo e não um bairro dormitório. (FIORAVANTI, 2013, p. 26)

1.1.2. A lógica da urbanização do Jaguaré

Como vimos, o plano urbanístico do Centro Industrial Jaguaré foi cuidadosamente pensado em seus detalhes. Mas a promoção do empreendimento não parou em seu planejamento. Ao menos nas primeiras décadas que se sucederam ao início do lançamento dos lotes industriais, a Cia. Imobiliária Jaguaré ainda atuou articulando ações que facilitassem a consolidação do bairro. Visava-se fundamentalmente criar condições necessárias à permanência das indústrias e à habitabilidade do bairro.

Os incentivos à construção da ponte do Jaguaré e ao estabelecimento da Ordem da Santa Cruz no bairro, por exemplo, foram desempenhados nesse contexto[22]. Sobretudo, a ponte era extremamente necessária para se adequar aos novos tempos, dado que as políticas públicas adotariam cada vez mais um viés rodoviarista, conforme apontava o Plano de Avenidas do prefeito Prestes Maia, de 1930, que subsidiou intensa transformação viária entre os anos 1938 e 1945 (BUENO, 2000). A ponte era, portanto, fundamental ao escoamento da produção das indústrias e, ainda, aproximava a região da Lapa, centralidade mais próxima em que os moradores podiam usufruir de serviços ausentes no Jaguaré[23]. Já a ordem religiosa atendia a outras demandas da área; conforme relata padre Lionel Corbeil[24], cabia à

---

[22] Além dos incentivos citados, moradores antigos apontam que a Cia. Imobiliária era responsável por construir poços residenciais de abastecimento de água e também colocou, em 1946, um caminhão para circular fazendo a ligação entre Presidente Altino e a Lapa. Este transporte era extremamente necessário, pois ainda não havia linhas de ônibus que servissem o bairro (FIORAVANTI, 2013).

[23] Antigos moradores do bairro relatam ir à Lapa para desfrutar de serviços como banco (FIORAVANTI, 2013).

[24] Padre Lionel Corbeil nasceu em Montreal, Canadá, em 1914. Membro da Ordem da Santa Cruz, partiu para o Brasil quatro anos depois de sua ordenação, convidado a fundar a Congregação de Santa Cruz em São Paulo, juntamente com outros dois companheiros. Em 1944, foram convidados pelo

ordem a "formação espiritual e recreativa, da educação e da saúde" (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2015) da população do Jaguaré. Além das atividades propriamente religiosas, geriam uma escola, um pequeno ambulatório, organizavam sessões de cinema, atividades esportivas e festas de bairro. No trecho abaixo, elaborado a partir das memórias de Corbeil, recontam-se as condições do bairro quando da chegada da Ordem da Santa Cruz e de seu papel no início da ocupação do bairro.

> O que era o Jaguaré em 1946? Um parque industrial em progresso, com várias fábricas, na sua parte plana, e umas 50 pequenas casas construídas pela Cia. Imobiliária Jaguaré nas colinas ao redor. As ruas bem delineadas segundo um plano urbanístico eram todas de terra. Não havia condução para a cidade nem centros de culto, de educação, de saúde ou recreativo.
>
> Logo os padres perceberam que o problema mais urgente era saúde: muitas crianças doentes, mortalidade infantil por falta de cuidado e até por ignorância. A primeira iniciativa não foi religiosa e de culto, mas sim de assistência social. Foi aberto um ambulatório em uma das pequenas casas. Com a colaboração do doutor Nery Siqueira e Silva, começava o atendimento gratuito duas vezes por semana ao povo pobre da Paróquia. (PARÓQUIA SÃO JOSÉ CELEBRA 70 ANOS DE FUNDAÇÃO, 2015)

Os anos 1940 marcaram uma virada na história do Jaguaré. A partir do início da venda dos lotes industriais em 1942, o bairro passou a atrair cada vez mais pessoas, inicialmente trabalhadores, mas também famílias em busca de lotes a preços acessíveis, onde pudessem construir suas moradias. Inclusive, muitas dessas famílias eram constituídas por europeus – portugueses, espanhóis, italianos –, dado o movimento migratório que se deu entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Para as famílias, o processo de migração acontecia por etapas; uma vez empregados e bem estabelecidos, os primeiros migrantes chamavam outros familiares e ajudavam com sua inserção na cidade e no mercado de trabalho. Assim, a região, que, na década anterior, tinha uma paisagem marcada por chácaras e fazendas e usos predominantemente rurais, passava a acolher cada vez mais indústrias e trabalhadores urbanos.

---

arcebispo de São Paulo a fundar uma paróquia no Centro Industrial do Jaguaré, a atual Paróquia São José do Jaguaré. Anos mais tarde, os padres também fundaram o Colégio Santa Cruz (COLÉGIO SANTA CRUZ, 2016).

Na medida em que a área se integrava à cidade e o uso do solo se transformava, suas características de subúrbio desapareciam e indicavam sua nova condição enquanto periferia da cidade em expansão[26]. Mesmo em localização privilegiada, a 12 km do Centro, essa condição fica clara pela desassistência de serviços e transporte públicos e pelo incremento das atividades industriais.

O início da venda dos lotes se deu antes da conclusão de todos os aspectos previstos pelo projeto. É bastante seguro afirmar que a Cia. Imobiliária dependia do sucesso na venda dos lotes para cumprir com seu planejamento. Como é comum em loteamentos periféricos, a venda dos lotes é feita por etapas, para que se aproveite a valorização do solo provocada pela chegada de infraestrutura[27], à diferença que, nesse caso, é possível que a estratégia tenha sido utilizada somente para os lotes industriais. Beneficia-se, também, de sua transformação de rural a urbano, momento de maior valorização do solo (SANTORO; COBRA; BONDUKI, 2010). Essa lógica a partir da qual as empresas de loteamento operavam permite compreender a situação em que o bairro se encontrava até meados da década de 60, conforme descrito nas passagens abaixo:

> De modo geral está muito mal equipado. Os serviços públicos de água, luz e esgoto são inexistentes ou insuficientes. Não dispõe de rede de esgoto, utilizando fossas negras, muitas vezes de uso comum a várias casas. Os serviços de água e iluminação pública não o recobrem. Os telefones são raros. (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972, p. 63)

> Dummont Villares fez grande parte das ruas, mas não tinha asfalto e não havia água encanada. (FIORAVANTI, 2013, p. 34)

Em meados da década de 1960, o contraste entre os loteamentos industrial e residencial era bastante grande. Segundo Goldenstein e Rossini (1972), enquanto apenas 20% da área industrial estava operante, o restante do bairro sofria uma

---

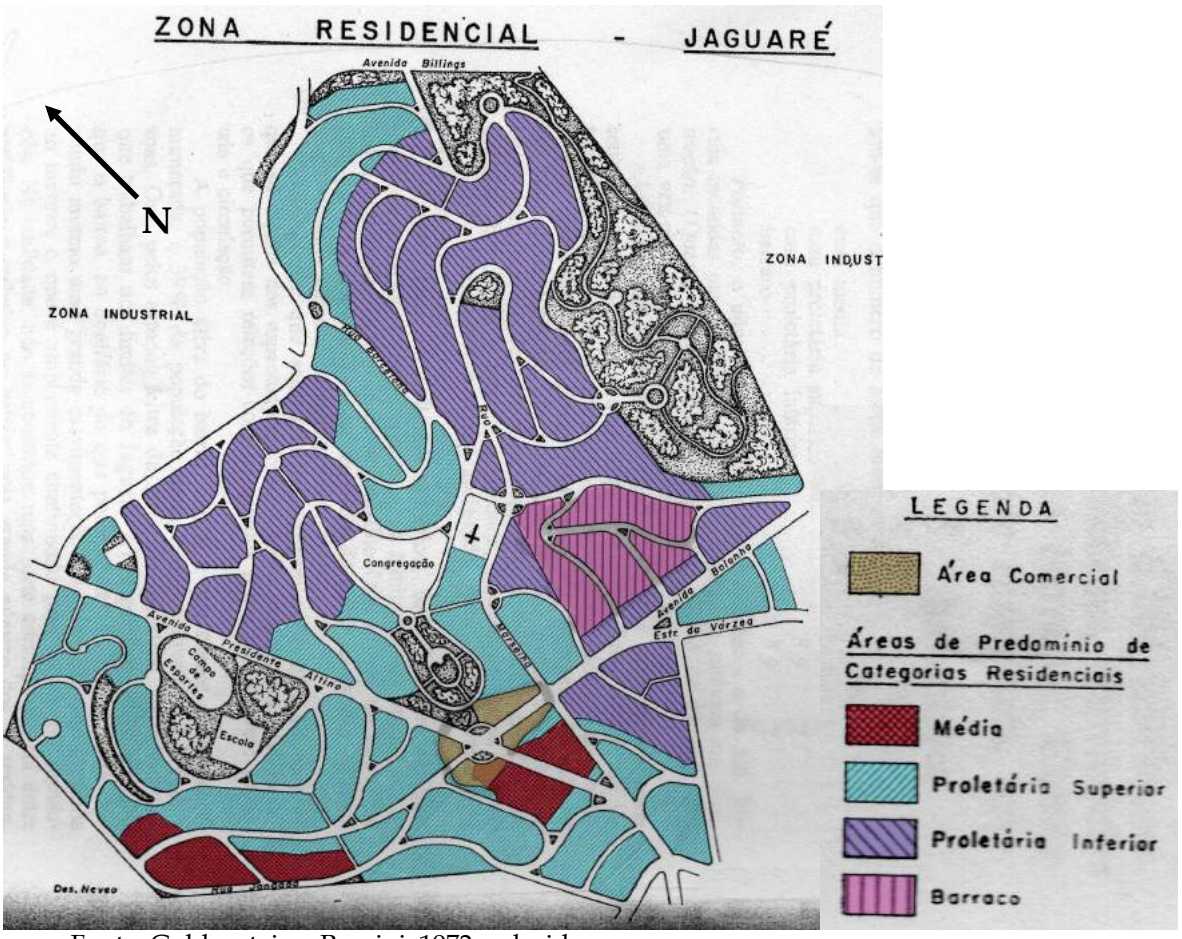
[26] Periferia no sentido de limite do algomerado urbano, não no sentido de lugar da exclusão social. A ideia de situar as transformações na área a partir de sua relação com a cidade, ou seja, da passagem de sua condição de subúrbio a periferia e, finalmente, de periferia a centralidade, foi extraída de Fioravanti (2013).

[27] Em conluio com agentes públicos e privados do desenvolvimento urbano, principalmente políticos e empresas de transporte urbano, muitas empresas de loteamento do início do século manipulavam a valorização da terra. A lógica especulativa seguia um princípio de venda por etapas. Primeiro, comercializavam-se as porções mais desfavorecidas, o que motivaria a criação de linhas de ônibus que servissem a região. Com isso, as melhores áreas da gleba valorizavam-se enormemente, o que garantia maior retorno aos empreendedores. Para mais detalhes sobre a lógica especulativa dos loteamentos do início do século, ver Rolnik (1997, pp. 130–145).

ocupação desordenada. Como a comercialização dos lotes residenciais dependia, a princípio, da instalação de indústrias no bairro – visto que eram designadas exclusivamente a trabalhadores locais – a baixa atividade industrial, juntamente com a crescente demanda por terra a preços acessíveis, contribuiu para essa desordem.

A situação da zona residencial do Jaguaré em 1963 é relatada em detalhes por Goldenstein e Rossini (1972). A partir de levantamento das residências do bairro, as autoras as discerniram em quatro categorias decorrentes de aspectos exteriores, como materiais, implantação no terreno, presença de automóvel etc. As casas foram então divididas entre médias, proletárias superiores e inferiores e barracos. Enquanto a grande maioria das casas era de tipo proletário (85,6%), a presença de barracos já era expressiva (12,5%). A figura 7 indica as áreas onde predominava respectivamente cada categoria residencial.

Figura 7 – Distribuição das categorias residenciais no Jaguaré.



Fonte: Goldenstein e Rossini, 1972, colorido nosso.

O mesmo levantamento aponta que, na área residencial, 45% dos lotes estavam desocupados. Alguns terrenos eram utilizados provisoriamente como passagem, depósito de lixo, pequenas oficinas ou comércio improvisados em barracas. Freire (2006) aponta que, uma década depois do lançamento do bairro residencial, apenas uma centena de casas, das duas mil previstas, havia sido construída. Segundo Goldenstein e Rossini (1972), o parque público a leste da gleba se encontrava em mau estado de conservação, sem usos recreativos, mas ainda não havia sinais de ocupação.

Por outro lado, as casas médias, residências mais abastadas do bairro, localizavam-se essencialmente em seu limite oeste e próximas ao centro comercial, na Praça Henrique Dumont Villares. Essa praça tinha caráter de centralidade e, até meados de 1960, abrigava atividades de comércio e serviço que atendiam somente aos moradores do bairro, sendo a grande maioria ligada ao setor de alimentos, alguns depósitos de materiais de construção e apenas um par de clínicas e consultórios médicos[28]. O fato de abrigar o ponto inicial do ônibus que servia ao bairro também contribuía para que a praça se consagrasse como sua centralidade.

1.1.3. O fracasso do bairro operário

Ao que tudo indica, a população que passou a se instalar no bairro detinha um poder aquisitivo abaixo do esperado, o que se refletia nas formas de ocupação. Grande parte dos lotes passou a ser vendida sem qualquer construção, o que possibilitava que fossem executados projetos mais modestos ou até o parcelamento do lote para o acolhimento de múltiplas famílias. Uma região em particular, devido às sucessivas fragmentações dos lotes e construções em madeira, possuía condições físico-urbanísticas semelhantes a outros loteamentos irregulares da cidade. Outros fatores também indicam a vulnerabilidade econômica da população do bairro, conforme evidencia aspecto peculiar das feiras da região:

[28] "São ao todo 39 estabelecimentos comerciais, 16 de serviços e 12 diversos. (...) Dos 39 estabelecimentos comerciais, 33 dedicam-se ao setor de gêneros alimentícios e 4 são depósitos de materiais de construção. Há apenas um bazar. Os serviços de que dispõe o núcleo são dos mais elementares, contando com apenas 2 clínicas, 1 consultório médico e 1 dentário." (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972, p. 63)

> (...) o bairro é servido por duas feiras semanais (terça e quinta-feira), pequenas e modestas, cuja peculiaridade é a de se realizar à tarde, o que, no dizer dos feirantes, é uma resposta ao baixo poder aquisitivo da população (os feirantes montam suas barracas pela manhã em bairros de maior movimento e à tarde, com a mercadoria restante, vão ao Jaguaré). (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972, p. 63)

Já a ocupação da zona industrial foi bem mais organizada, embora não tenha sido muito bem sucedida. Segundo Pisani (2011), as primeiras indústrias a se instalarem no loteamento de Villares foram a S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo, a Cia. Antártica Paulista e a Cia. Swift do Brasil, empresas renomadas que contribuíram para atrair outras tantas nos anos seguintes. A venda dos lotes se iniciou em 1942, mas foi só partir do final da Segunda Guerra Mundial, e também da inauguração da ponte do Jaguaré (1947), que se intensificou, principalmente nos setores de materiais de construção, de alimentos e de tecidos.

Apesar de já haver algumas indústrias em fase de instalação em meados de 1930, a grande maioria que se fixou adquiriu seus terrenos por meio da Cia. Imobiliária Jaguaré. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, a revenda dos lotes foi muito praticada, o que prejudicou a consolidação de um parque industrial. Exemplo disso foi que, dos 22 estabelecimentos industriais que dispunham de lotes em 1947, somente sete fixaram-se no Jaguaré e estavam dentre os 61 estabelecimentos presentes em 1963. Com poucas indústrias em operação, eram "numerosos os lotes não utilizados, o que reflete ou uma especulação do terreno ou falta de condição por parte das indústrias para aí instalarem-se" (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972, p. 51) – especulação da qual a própria Cia. Imobiliária fazia parte, na medida em que mantinha algumas áreas em reserva.

Foi a partir de meados de 1960 que a infraestrutura e serviços urbanos passaram a chegar ao bairro. As principais avenidas do bairro foram asfaltadas em 1966 e 1967, ano que também marcou a chegada do Ceasa à margem oposta do rio Pinheiros. Em 1968, mais da metade do bairro já era atendida por rede de abastecimento de água, a iluminação pública chegava às avenidas principais e a coleta de lixo era feita via subprefeitura da Lapa. Todas essas melhorias foram responsáveis por uma enorme valorização dos terrenos industriais, o que, de modo

geral, também reflete as altas taxas de inflação do país no período (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972).

Finalmente, o estudo realizado por Goldenstein e Rossini (1972) constrói dois argumentos sólidos que apontam o fracasso da iniciativa de Villares em criar um bairro operário nos moldes estrangeiros. O primeiro argumento seria o de que, através de estudo de circulação, verificou-se uma afluência diária de uma população quase duas vezes maior do que a do próprio bairro, o que indica que grande parte do operariado local não reside ali. Esse dado pôde ser melhor precisado através de um estudo de população, o qual constatou que mais de 70% dos trabalhadores vêm de fora. Ainda, as características da mão-de-obra são opostas ao que se imaginava: ela é instável e flutuante e predomina o elemento não especializado. Migrantes nordestinos, principalmente baianos, atuam em todos os setores industriais presentes no Jaguaré. Como segundo argumento, verificou-se um descompasso entre a ocupação residencial e o crescimento industrial. Entre 1962 e 1968, por exemplo, enquanto o número de indústrias passou de 61 a 82, o número de residências aumentou cinco vezes, apontando-se a recessão econômica do final dos anos 1960 como um motivo possível para o baixo crescimento industrial registrado (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1972).

1.2. PARQUE, FAVELA, VILA, NÚCLEO: A CONSOLIDAÇÃO DA VILA NOVA JAGUARÉ

1.2.1. Favela do Jaguaré

Na área doada à prefeitura para a instalação de um parque, estavam previstos passeios, churrasqueiras e um belvedere com vistas para o vale do rio Pinheiros. No entanto, é possivel que tais equipamentos não tenham sido implementados devido ao fracasso na venda dos lotes residenciais e à sua "ocupação caótica"[30]. Fato é que, por volta de uma década depois do início das vendas, no começo de 1950, a área já

[30] Expressão extraída de Goldenstein e Rossini (1972, p. 58), que justificam: "O bairro não apresenta aspecto cuidado. As construções, embora recentes, estão em mal estado. As ruas encontram-se em condições bastante precárias, muitas delas de tão esburacadas nem sequer permitem a circulação de veículos" (Ibidem, p. 59).

apresentava sinais de depredação, sendo utilizada para retirada de solo e aterramento de terrenos industriais[31]. Em 1959, ainda não havia sinais de barracos no local (figura 8).

Figura 8 – Foto aérea de 1959, em que é possível observar a retirada de terra da área do parque

Fonte: Freire, 2006.

A retirada de vegetação e a execução de barrancos e platôs certamente facilitaram a ocupação da encosta, que se tornou evidente oportunidade para famílias em situação de vulnerabilidade. Mas, conforme relata o primeiro morador da área em entrevista a Taschner (1982), a motivação para ocupá-la não veio somente do interesse na casa própria:

> Relata João que, recém-chegado à cidade de São Paulo, vindo de Presidente Prudente, em 1962, alugou uma casa de 4 cômodos no Jaguaré, perto da igreja. Naquela época pagava CR$ 10,00 por mês. Conversando com um moço da vizinhança, um mineiro, ele lhe falou que morava lá há uns 10 anos, em casa própria e durante todo esse tempo olhava para um "Matão" da Prefeitura no qual nunca ninguém mexia. Convidou João para ocupar a terra, plantar qualquer coisa. João relutou um pouco, "o terreno não é meu, não sei não...", depois cedeu. E lá foram, ele e o mineiro, derrubando o matagal. O mineiro, que já tinha casa, usou a terra só para o cultivo. João, além do seu roçado de mandioca do qual fala com os olhos brilhantes de orgulho,

[31] Freire (2006) aponta que o levantamento aerofotogramétrico do Município de São Paulo de 1954 já resgitrava essa situação.

> fez o seu barraco, para o qual se mudou com toda a família. (TASCHNER[32], 1982 apud FREIRE, 2006, pp. 101–103)

O bairro já estava consolidado, mas a população residente ainda conservava alguns aspectos da vida rural. Nos lotes que não haviam sido reparcelados, com as dimensões de um pequeno sítio, era comum a presença de jardins e o cultivo de alimentos. Constata-se também criações de porcos para engorda (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1979c). Assim, um vizinho, morador antigo, considerando o descaso com a área do parque e interessado em um terreno para cultivo, garantiu ao recém-chegado o sucesso da empreitada. João, motivado principalmente pelo fato de que grande parte de sua renda estava comprometida com o aluguel, ocupou-a ainda em 1962.

No entanto, uma briga de faca fez com que a Prefeitura tomasse ciência da ocupação, e a primeira tentativa de despejo aconteceria no final do mesmo ano. Com a chegada da polícia com ordens para desocupar o terreno, João se encaminhou ao Serviço de Patrimônio da Prefeitura para tentar reverter a situação. O morador se reportou a um funcionário que lhe deu um prazo de seis meses para desocupar o local, mas disse que, se "tudo corresse bem", ele o deixaria continuar lá. A partir daí, João se tornou um mediador entre o poder público e a comunidade, a primeira liderança da favela do Jaguaré; poucos anos depois, foi eleito o primeiro presidente da União dos Moradores de Vila Nova Jaguaré. Identificava-se como ajudante do fiscal da Prefeitura e dirigia a ocupação da área de acordo com as orientações de seus contatos internos.

Nos anos seguintes, a ocupação passou a gerar inconvenientes aos moradores do bairro que utilizavam o parque como área de lazer. Principalmente problemas envolvendo falta de saneamento básico, drenagem, disposição inadequada de rejeitos domésticos e o estigma dos moradores da favela afastaram este tipo de uso. Nota-se que a utilização da área para lazer da população residente no Jardim Jaguaré[34] era conflitante com o uso habitacional de baixa renda que vinha se desenvolvendo.

---

[32] TASCHNER, S. P. *Moradia da pobreza: habitação sem saúde*. São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1982.

[34] "Jardim Jaguaré" refere-se ao loteamento residencial implementado pela Cia. Imobiliária Jaguaré.

Ao longo da década de 1960, o número de famílias que habitava a favela do Jaguaré cresceu consideravelmente. As cerca de dez famílias que habitavam o local quando da primeira tentativa de despejo se multiplicariam a cerca de 400 no final da década. Contribuíram para esse adensamento o déficit habitacional paulistano e a farta oferta de emprego no bairro do Jaguaré e arredores. Ainda, o interesse pela área aumentou na medida em que a mancha urbana crescia em direção à Zona Oeste da cidade, conforme nos aponta a urbanização dos bairros adjacentes do Butantã e Alto de Pinheiros realizados pela Cia City a partir de meados de 1930 (CIA CITY, 2014). Cada vez mais, o Jaguaré se inseria no contexto da cidade, ocupando uma região em pleno desenvolvimento urbano.

No período considerado, a favela ainda não era solução habitacional comum em São Paulo, onde os pobres urbanos habitavam principalmente cortiços na zona central e loteamentos periféricos. Até os anos 1970, as poucas favelas que existiam eram vistas como uma etapa provisória pela qual os migrantes passariam até se integrar ao sistema urbano. A condição do favelado era associada à marginalidade social, econômica e humana, e a intervenção pública se dava por meio de uma política repressiva de desfavelamento. Os moradores de favelas não existiam enquanto cidadãos, e o atendimento a serviços públicos básicos era negado aos assentamentos.

Contraditoriamente, a Prefeitura estimulou, direta e indiretamente, a ocupação de terrenos municipais. Principalmente as favelas eram um problema para a execução das obras públicas, o que fazia com que as remoções fossem cada vez mais necessárias. O atendimento às famílias poderia se dar através do reassentamento em alojamentos provisórios construídos em terrenos municipais ou, em casos de urgência devido a obras ou situações de risco, em outras favelas também situadas em áreas municipais. No local provisório, os removidos receberiam educação básica e profissionalizante enquanto aguardassem a transferência para as habitações definitivas, em geral conjuntos habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab), que apoiava as ações de desfavelamento produzindo as unidades. No entanto, as condições de financiamento não eram satisfatórias para as faixas de renda mais baixas, o que bloqueava o acesso à casa própria e não proporcionava alternativas senão o prolongamento das soluções

"provisórias". O resultado foi que muitos dos alojamentos provisórios acabaram se tornando outras favelas ou se incorporaram às existentes.

A Favela do Jaguaré foi testemunha da ineficácia dessas ações, uma vez que a Cohab realizou, no final da década de 1960, o reassentamento de dezenas de famílias na área em decorrência de um programa de desfavelamento de outros assentamentos precários próximos (PISANI, 2011).

Fosse pela intervenção direta da administração municipal, pela demanda local criada por ações de desfavelamento próximas ou pelo fluxo migratório que vinha do campo à cidade em busca de emprego, a estrutura urbana da Favela do Jaguaré começou a se desenvolver conforme as ocupações avançavam.

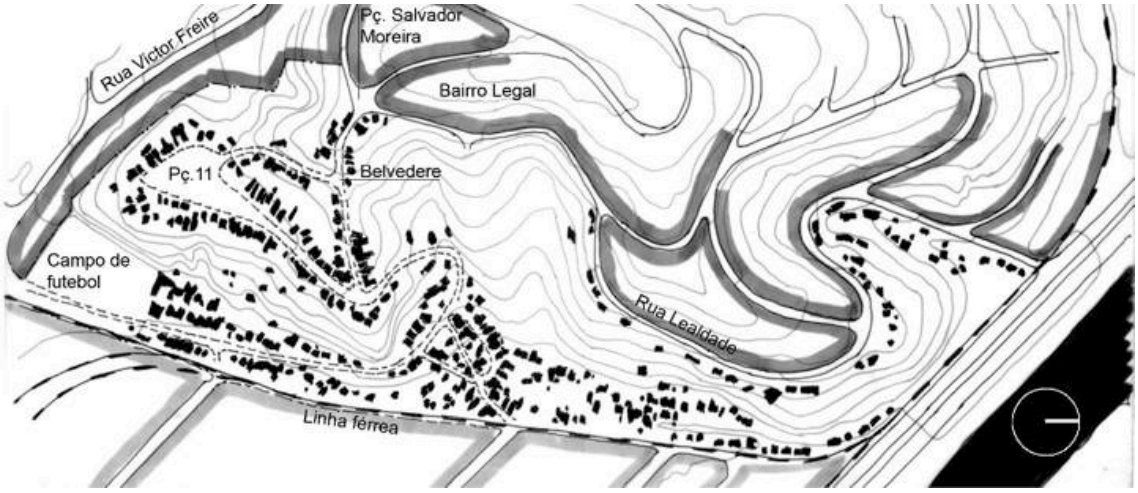
As ocupações seguiam uma lógica determinada por múltiplos fatores, como, por exemplo, a infraestrutura de transporte, topografia e organização social dos habitantes. Conforme observa Freire (2006), a ocupação segue as estruturas urbanas existentes, principalmente a linha de trem, mas também as ruas e caminhos. As áreas planificadas pela retirada de solo e aquelas onde a vegetação havia sido suprimida foram as primeiras a ser ocupadas. A partir daí, as frentes de ocupação começaram pelas áreas mais favoráveis, ou seja, pelas áreas com menor declividade e de cotas mais baixas e avançaram, na medida em que se esgotavam as possibilidades, para áreas menos favoráveis, como áreas de alta declividade e interstícios remanescentes. Nessas áreas, o primeiro elemento urbanístico que surgia era a casa e, em seguida, consolidavam-se os acessos.

Nesse primeiro momento, com a abundância de terrenos propícios, os moradores costumavam tomar posse de parcelas mais extensas que a própria moradia. Com isso, acabavam por conduzir os recém-chegados, negociando parte de seus lotes com auxílio ou não de lideranças locais. As novas ocupações estavam, portanto, sujeitas à apreciação dos moradores antigos, já que esses legitimavam a posse.

Na imagem abaixo (figura 9), que mostra a ocupação no ano de 1968, pode-se notar três frentes de ocupação. A primeira se concentra principalmente nas cotas mais baixas, próximo à antiga linha do trem. A segunda ocorre ao longo da rua Lealdade, com as construções bem próximas à via. Já a terceira, parte de um pequeno largo na rua Lealdade, descendo a favela até as cotas mais baixas. Dessa última frente

de ocupação, um desvio segue na direção sul, onde, em uma área com topografia bastante favorável, um alargamento da via conforma uma praça batizada pelos moradores de praça 11.

Figura 9 – Ocupação da Vila Nova Jaguaré em 1968



Fonte: Freire, 2006.

As únicas áreas planas que ainda permanecem desocupadas são a praça 11 e o campo de futebol, que se mantiveram graças à abundância de terras para novos assentamentos e ao seu uso cotidiano. Campos de futebol são exemplos consagrados de espaço coletivo que se conservam em favelas brasileiras – isso quando seu papel enquanto área de lazer é tão forte que consegue vencer as tensões que pressionam por sua ocupação. No caso da praça 11, o espaço era usado para feiras e festas da comunidade e abrigava um parque infantil. A manutenção destes espaços é outro exemplo do controle social exercido pelos moradores antigos que condicionava novas ocupações.

1.2.2. Vila Nova Jaguaré

Em 1967, ano em que a favela do Jaguaré ainda era considerada uma favela pequena, em formação[36], a chegada de uma nova entidade impulsionaria um "tempo de avanço". A Ação Comunitária do Brasil (ACB) foi responsável por fomentar a

[36] O relatório "Cohab – São Paulo Programa 1966–67" indica que a área abrigava 104 famílias (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1967).

organização dos moradores em torno de seus problemas comuns, movimento que cresceu até engrossar o coro dos movimentos favelados brasileiros que reivindicaram a propriedade das terras ocupadas durante a diratura militar e a abertura política.

Esta entidade foi fundada por empresários paulistas inspirados em entidade homônima que atua na Venezuela, e se diz um

> movimento sem ligações religiosas ou políticas que visa a melhoria das condições de vida das favelas ou aglomerados semelhantes, em todos os seus aspectos, através da ajuda própria e da ação comunitária. (AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL, 1967)

O objetivo da Ação era suscitar lideranças e organizações de moradores e capacitá-las para desenvolver soluções para problemas comunitários. Para isso, recrutaram assessores comunitários que motivavam os membros da comunidade a planejar e executar melhorias, indicando formas de mobilizar os recursos humanos e materiais necessários às ações. A ideia era que a entidade deixasse gradualmente de atuar nas comunidades conforme a autonomia dos moradores fosse aumentando.

A Ação buscava a mobilização da sociedade civil, de modo que, nas palavras do presidente da Ação em 1968, Alberto Figueiredo,

> os mais favorecidos se sintam responsáveis por uma parte do problema, que é de todos, e os menos favorecidos compreendam que a sua própria ascensão econômica e social depende, em grande parte, do seu próprio esforço. (AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL, 1968)

Os projetos da Ação começavam, geralmente, com a construção de escolas, postos de saúde, creches ou centros comunitários, visando aprimorar o "espírito comunitário" e mobilizando os esforços dos moradores para novas benfeitorias. Dado esse primeiro passo, as ações poderiam evoluir para a reivindicação de serviços públicos, como linhas de ônibus, iluminação, policiamento – muitas vezes firmando parcerias com secretarias municipais –, ou até melhorias urbanísticas pontuais, como abertura de vielas, instalação de telefones e terraplenagem.

Em poucos anos, as iniciativas da ACB/São Paulo se expandiram enormemente, alcançando cortiços, favelas e vilas operárias do município. Entre 1968

e 1970, sua arrecadação aumentou em mais de mil vezes[37]. No trecho abaixo, o presidente da Ação em São Paulo apresenta outra motivação, além da justificativa humanitária, para a forte adesão do empresariado paulista.

> É evidente que, além do interesse propriamente humano de prestar ajuda a um seu semelhante menos favorecido, eles se empenham com isso a aumentar a disponibilidade de mão-de-obra, já que o nosso objetivo principal é recuperar o homem marginalizado pela aculturação e profissionalização. (AJUDA PARA 40 MIL FAVELADOS, 1971)

No Jaguaré, a chegada dos assessores comunitários da Ação motivou os moradores a se unir em torno de seus problemas comuns, levantados em um seminário realizado no Colégio Santa Cruz: água, luz, educação e atendimento médico. Fruto desta oganização, nomearam as ruas, numeraram as casas, organizaram mutirões de limpeza e assinalaram este novo momento com a alteração do nome da comunidade, que passou a se designar *Vila Nova Jaguaré*. Finalmente, fundaram a União dos Moradores de Vila Nova Jaguaré, com as finalidades de congregar os moradores pela promoção do bairro, reivindicar melhoramentos e desenvolver atividades sociais, educativas, esportivas etc.

A construção de uma escola e um posto de assistência médica em regime de mutirão foram as primeiras benfeitorias vultosas. Em geral, os materiais de construção eram doados pela Prefeitura ou por entidades e os trabalhadores eram pagos com quantia arrecadada entre os moradores. A escola[38], construída em madeira com ajuda da Secretaria de Bem-Estar Social, funcionava em período integral com classes de pré-primário durante o dia e alfabetização de adultos à noite. As aulas eram ministradas por alunas do 3º ano de um colégio, enquanto cursos vespertinos de culinária e corte e costura eram lecionados por professoras do Sesi – Serviço Social da Indústria. Após articularem com a Secretaria de Saúde uma unidade de atendimento móvel, construíram um posto de saúde com a promessa de designação de uma equipe médica fixa. Meses depois, construíram também uma caixa d'água para servir aos moradores da parte alta da favela, onde a profundidade

[37] Em 1968, os recursos angariados giraram em torno de 450 mil cruzeiros. Já em 1970, a Ação mobilizou cerca de 650 milhões de cruzeiros novos. ("ACCIÓN INTERNATIONAL" PRETENDE ATIVAR SEU TRABALHO NO BRASIL, 1969; AJUDA PARA 40 MIL FAVELADOS, 1971)

[38] Essa escola é hoje a E. E. João Cruz Costa, situada na rua Três Arapongas s/n.

do lençol freático tornava impossível o abastecimento por poços. Para que todos esses equipamentos coletivos funcionassem plenamente, reivindicaram conexão à rede elétrica municipal, que passava a 200 metros da escola, sendo atendidos pouco mais de um ano depois. Quando a Light "puxou a luz", já tinham até mesmo comprado os fios para distribuir a energia e realizar as instalações elétricas residenciais, de modo que, em 1971, muitos moradores já possuíam antenas de televisão.

Toda essa militância dos moradores, além de trazer importantes melhorias à Vila, repercutiu na mídia e na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Uma matéria da Folha de São Paulo, intitulada "Uma Favela em Tempo de Avanço", refere-se à Vila Nova Jaguaré como uma "cidadezinha", ou uma "ex-favela", onde os "barracos de madeira são bem feitos e impermeáveis, sobem pelo morro em ruas largas, transitáveis, sem se empilharem em becos, uns sobre os outros" (UMA FAVELA EM TEMPO DE AVANÇO, 1968). Já na Alesp, o deputado Alfreu Gasparini cita a referida reportagem enaltecendo o "espírito comunitário" e defende que os recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH) deveriam ser direcionados a fomentar iniciativas como essa (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1968).

Essa repercussão se deu, principalmente, pela atuação diferenciada da ACB em relação a outras entidades que atuavam em favelas no final da década de 1960, contexto em que imperavam políticas de desfavelamento. Em geral, as remoções estavam ligadas a obras públicas e eram executadas pela Divisão de Serviço Social da Prefeitura, que contava com o apoio de entidades religiosas e outras assistenciais, como o Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado (MOV) e o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD). Salvo suas particularidades, todas essas entidades apoiavam as ações de desfavelamento, mas buscavam dar condições para que os removidos comprassem terrenos em bairros afastados ou retornassem para sua cidade de origem. Para tanto, cadastravam as residências para estabelecer o "congelamento" das favelas, regularizavam documentos de moradores e realizavam atendimento às famílias, buscando soluções caso a caso. De modo geral, empenhavam-se na erradicação das favelas orientando-se por uma visão do favelado como um ser marginalizado que precisava ser

reeducado e civilizado para batalhar pela sua ascensão social e buscar a casa própria por outros meios. Por isso, essas entidades se limitavam a prover educação e capacitação profissional, ou seja, ações que não incentivavam a consolidação das favelas.

A ACB, por outro lado, ao se empenhar no fortalecimento de lideranças internas interessadas na resolução de problemas comunitários, acabava por tangenciar a questão mais fundamental de todas as favelas: a posse da terra. Na Vila Nova Jaguaré, por exemplo, a cada benfeitoria executada, como a escola, o posto de saúde e a caixa d'água, a questão se tornava mais premente, visto que os moradores sentiam que suas conquistas estavam ameaçadas pelas políticas de desfavelamento. A União dos Moradores e os assessores da Ação Comunitária se viam, portanto, diante um problema cuja solução envolvia diretamente a Prefeitura, o que os levou a arriscar uma série de propostas ao longo da década de 1970.

No final da década de 1960, período marcado pelo início da atuação do BNH[40] – quando as políticas públicas ainda visavam à erradicação da favela e ao reassentamento de seus habitantes em conjuntos habitacionais periféricos –, o movimento já reivindicava a urbanização, regularização fundiária e consolidação habitacional da Vila. Em 1970, pensavam em sugerir à Prefeitura a compra de um terço da área para poder, via financiamento habitacional do BNH, construir casas de alvenaria. Três anos mais tarde, pouco depois da administração municipal indicar a consolidação de suas ruas e praças ao nomeá-las[41], a União dos Moradores se encontrava com o prefeito Figueiredo Ferraz para solicitar a regularização da situação fundiária, por meio do loteamento do terreno e da venda dos lotes às famílias, contando a urbanização com a participação da comunidade. Futuramente, com o processo de abertura política ocorrido nos anos 1980, a União dos Moradores se articularia ainda mais com outras associações de moradores e movimentos favelados e reivindicaria a regularização fundiária em todas as instâncias

[40] O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado em 1964 juntamente com o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), visando reverter a impopularidade do regime militar. Seu objetivo era combater o déficit habitacional e contribuir para uma atmosfera de bem-estar social. Segundo Zuquim (2012), sua atuação pode ser dividida em dois momentos distintos, passando a se expressar, entre 1975 e 1986, em ações paralelas de urbanização de favelas e produção de habitação social.

[41] "Solicitaram ao prefeito a cessão da área por tempo determinado, já que a vila está consolidada pela própria Prefeitura, que deu denominações a suas ruas e praças." (600 FAMÍLIAS EM TERRENO DA PREFEITURA, 1973)

administrativas, culminando com uma visita ao Palácio do Planalto para tratar do assunto diretamente com o presidente Figueiredo (FIGUEIREDO PROMETE ESTUDAR O CASO DA FAVELA DO BUTANTÃ, 1982).

No período considerado, o parque industrial do Jaguaré se desenvolveu progressivamente até atingir seu auge em meados de 1970, tornando-se o bairro mais industrializado de São Paulo, com 125 indústrias instaladas (PISANI, 2011). A demanda por mão-de-obra atraiu trabalhadores, e o bairro, onde ainda restava grande quantidade de lotes vazios, foi sendo paulatinamente ocupado. Entretanto, o Jardim Jaguaré[43] ainda não possuía saneamento básico, água encanada, eletricidade ou telefone e grande parte de suas ruas ainda não era asfaltada. As melhorias foram chegando aos poucos no início da década de 1970: a luz e as linhas telefônicas chegaram na virada da década, assim como a pavimentação das vias; já o saneamento e a água encanada foram obtidos em meados da mesma década (FIORAVANTI, 2013).

É curioso notar que as soluções em abastecimento de água e luz na Vila Nova Jaguaré, que se deram de forma coletiva, foram implementadas antes da conexão do Jardim Jaguaré aos mesmos serviços públicos. Dois trechos extraídos de reportagens da Folha de São Paulo ilustram essa situação de pontos de vista diferentes:

> — Nós trabalhamos muito em um ano, progredimos mais que o Jaguaré aí do lado", explica o barbeiro Saturnino, tambem membro da comissão. "Vai ver que eles acham que a gente está querendo demais, por isso não puxam a luz. Já falamos com a Prefeitura e com a Light e agora disseram que o caso está na A.R. (Administração Regional da Prefeitura). (Membro da União dos Moradores de Vila Nova Jaguaré. (UMA FAVELA EM TEMPO DE AVANÇO, 1968)

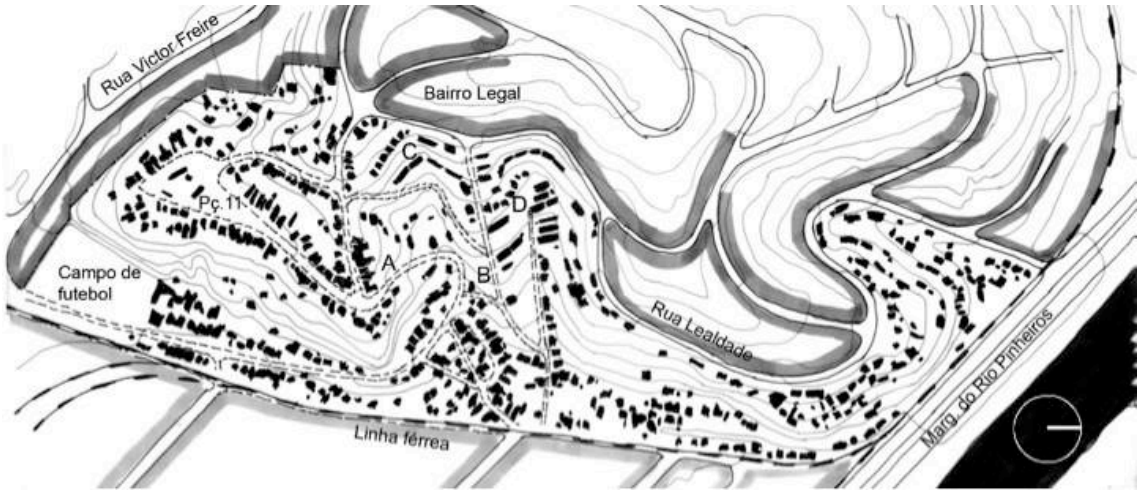
> Queixando-se da inexistência de serviços públicos, o leitor esclarece que o Jardim Jaguaré não conta com [ilegível] do DAE e não recebeu até hoje melhoramentos da Prefeitura. Surgiu no Jardim Jaguaré uma favela que é [ilegível] por ruas que a Prefeitura conserva, ao passo que as ruas onde foram construídas boas casas não tem calçamento.
> (...)
> — Há, neste morro, 60 por cento de lotes vazios [ilegível] qualquer proprietário vende quase de graça. Cadê [ilegível] para abrir um poço? Também não há luz e as bombas para retirada de água são muito caras. (JARDIM JAGUARÉ RECLAMA MELHORAMENTOS, 1970)

[43] O loteamento residencial de Villares também é chamado de Jardim Jaguaré.

As passagens acima ilustram que a situação do Jardim Jaguaré e da Vila Nova Jaguaré na virada da década de 1970 era bastante parecida em termos de provisão de serviços públicos. Por outro lado, como vimos anteriormente, as habitações do loteamento eram sensivelmente estratificadas e as mais precárias se encontravam próximas à área do parque (figura 7); talvez por isso haja certa "confusão" em registros do Diário Oficial, nos quais tanto administração pública quanto moradores se referem a ruas próximas indicando sua localização na Vila Nova Jaguaré[44].

Com as melhorias executadas em regime de mutirão, a Vila Nova Jaguaré se desenvolveu rapidamente em relação à qualidade de vida e organização social, atraindo novos moradores[45]. Em 1973, já eram 579 domicílios e, além da escola e ambulatório citados, a Vila ainda contava com 10 quitandas, 21 bares, uma barbearia, duas sapatarias, um salão de beleza e duas costureiras (PISANI, 2011). A grande maioria das construções – quase 97% – ainda era feita em madeira; as de alvenaria eram menos de 1%.

Figura 10 – Ocupação da Vila Nova Jaguaré em 1973



Fonte: Freire, 2006.

[44] A praça Bento de Assis e as ruas Catalunha, Marselha e Barão de Antonina, situadas no Jardim Jaguaré, são citadas em algumas ocasiões como situadas na Vila Nova Jaguaré (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1973, 1979a, 1979b, 1979c).

[45] "Aqui na Vila o espírito comunitário cresceu tão forte que um operário vizinho, o 'Ceará', mudou para a favela só para se engajar no movimento, porque se sentia isolado demais. 'Agora tenho outro mundo', é uma frase que ouvi dele recentemente". (UMA FAVELA EM TEMPO DE AVANÇO, 1968)

Nesse mesmo ano, a ocupação se estende por toda a área do parque, preenchendo vazios existentes, mas os miolos de quadra permanecem desocupados (figura 10). As principais vias já estavam estabelecidas, de modo que os novos acessos ou enfrentavam perpendicularmente as declividades mais altas ou as seguiam paralelamente, acomodando-se às encostas. Como a densidade construída ainda era baixa, as novas construções instalavam-se próximo aos acessos; os miolos de quadra livres eram usados para cultivo de alimentos. A Vila Nova Jaguaré apresenta diferentes padrões de ocupação, com áreas mais consolidadas e melhor infraestrutura e outras mais precárias e desprovidas de serviços urbanos. Nota-se que a praça 11, um dos locais com melhores condições de moradia e infraestrutura, já apresentava construções implantadas em meio ao largo. Os trechos abaixo trazem relatos sobre como se davam os processos de ocupação.

> (...) antes de eu chegar aqui, essa 11 era uma praça. Era uma praça que tinha brinquedo de criança... Todo esse espaço aqui do meio, se você viu a 11 ela tem um contorno que ela faz isso [gesto], esse meio aí não tinha nada, era uma praça. E aí, quando as pessoas foram chegando, que foram invadindo, aí chegou a um ponto que não tinha espaço físico, eles começaram a construir nessa praça. Foi uma pena, porque se tivesse segurado essa praça hoje era uma praça de lazer. (informação verbal)

> Eu vim de Alagoas. (...) Sou nascido em 1950, cheguei aqui no dia 29 de fevereiro de 72; nesse ano, o ano era bissexto. Cheguei aqui, morava em barraco de madeira, não tinha esgoto, era a céu aberto, e esgoto era tudo a céu aberto. Barracos chegava... Você chegava, botava madeirite, enfiava lá, cobria com umas telhas e ficava ali. Então, não tinha esgoto de forma nenhuma. Água, luz, não tínhamos, eu morava lá em cima numa rua chamada Lealdade, na Tucano, que lá a gente tinha um chafariz que era comunitário. Todo mundo chegava com uma lata d'água, pegava, só levar pra casa que não tinha água encanada. Luz também puxava um fio de luz lá e emprestava pros outros moradores. (ZUQUIM; D'OTTAVIANO, 2013).

> (...) Mas eu posso te dizer que de 30 anos pra cá eu tô acompanhando. A população da Vila, ela foi ocupando pouco a pouco todos os espaços. (...) Acho que são dois fatores. Um conhecido da área do interior, do Norte, do Nordeste que vinha aqui. Vinham se estabelecendo, vinham trabalhando e muitas vezes o homem na frente, depois, daí, traz a família e depois ele vai trazer conhecidos, parentes. Quer dizer, foi pouco a pouco ocupando a área. Tinha pessoas, antigos moradores, que falavam que antigamente tinha áreas

> muito grandes aqui, as melhores áreas. Era quase uma fazendinha aqui dentro. (...) Teve animais de criação aqui dentro. (ZUQUIM; D'OTTAVIANO, 2013)

Até os anos 1970, as favelas de São Paulo cresceram, em grande parte, devido ao fluxo migratório rumo à capital e à falta de opções de moradia para absorver essa demanda. No caso do Jaguaré, grande parte dos moradores eram migrantes nordestinos em busca de melhores oportunidades de emprego. Na grande maioria das entrevistas realizadas, os interlocutores relatam que a migração de suas famílias se iniciou entre os anos 1960 e 1980 com a chegada de um parente, conforme trechos transcritos abaixo.

> Eu vim pra aqui [*sic*] porque meu marido tava aqui, minha irmã tava aqui, e minha família tava vindo tudinho pra aqui [*sic*], e eu tava lá sozinha, e eu resolvi vim pra aqui [*sic*]. (informação verbal)

> Aí teve aquela questão da migração, né, um vem e vai trazendo o restante. Aí tinha um irmão, aí depois chegava e conseguia um emprego, aí arrumava emprego, aí avisava um outro que tava lá, o outro vinha e eles iam se juntando aqui. (BARROS, 2014)

Durante os quatro primeiros anos da fundação da União dos Moradores, não foram encontrados registros de ameaças de remoção por parte da Prefeitura. No entanto, ao se encontrarem com o prefeito Figueiredo Ferraz, em 1973, com a intenção de comprar um terço da área, foram informados de que a gestão não tinha intenções de regularizar o assentamento, pois seria construída uma praça pública ou horto na área e os moradores seriam transferidos para outro local. Em artigo da Folha de São Paulo, um dos moradores afirma que a Prefeitura pretendia iniciar um novo programa de desfavelamento, por meio do qual seriam transferidos para alojamentos provisórios e "reeducados" durante um ano, quando estariam aptos a se manter financeiramente e poderiam custear um financiamento habitacional (VILA NOVA JAGUARÉ: UMA FAVELA AMEAÇADA, 1973). Com isso, tem-se a transição a outro período da Vila Nova Jaguaré, marcado não só pelo medo da remoção mas também pela degradação das condições de vida e fortalecimento do movimento dos moradores, que tinha como principal pauta a regularização fundiára.

1.2.3. Favela Vila Nova Jaguaré

Este novo período, que vai de meados dos anos 1970 até o lançamento da proposta de urbanização, em 2003, é verificado principalmente pela mudança de postura da Prefeitura e da grande mídia, que voltaram a tratar os moradores como favelados e a Vila, como favela. Ao final dos anos 1970, a comunidade já aparece em registros do Diário Oficial como Favela Vila Nova Jaguaré.

Essa mudança pode ser analisada por dois ângulos. Primeiro, a desestabilização econômica e o aumento do desemprego agravaram suas condições de habitabilidade e a violência urbana. Com o adensamento dos assentamentos, as melhorias conquistadas foram encobertas pela degradação das condições de vida – a Vila voltou a ter aparência de favela. Por outro lado, a mobilização política dos favelados favoreceu o enraizamento de uma identidade em torno das pautas assumidas pelos movimentos de favelas, principalmente a defesa dos direitos dos moradores e a posse da terra.

Até os anos 1970, a favela era um fenômeno secundário na metrópole paulistana, sendo os loteamentos periféricos a principal forma de moradia dos trabalhadores. Com a desestabilização da economia global provocada pela crise do petróleo e a reestruturação dos países centrais, a desigualdade urbana brasileira se agravou e despontou seu padrão de urbanização excludente. Em São Paulo, a criminalização dos loteamentos irregulares fez com que a única forma de acesso à terra viável aos pobre urbanos fosse a ocupação. Entre 1973 e 1987, a porcentagem da população do município que morava em favelas passou de 1% para 9% (TASCHNER, 2012).

Além do aumento do desemprego, do custo de vida, do preço da terra e dos baixos salários, a própria ação do Estado marcada por intervenções pontuais e descontínuas também contribuiu para o agravamento desse quadro. As operações de desfavelamento desenvolvidas até o final da década de 1970 foram cruciais à dispersão dos núcleos favelados, uma vez que as formas de atendimento não proporcionavam soluções definitivas. As indenizações não permitiam a inserção no mercado formal e os alojamentos provisórios acabavam se tornando soluções definitivas, que colocavam as famílias em situação extremamente degradante. A

solução passava impreterivelmente pelo adensamento das favelas existentes e ocupação de novas áreas, artifícios dos quais a própria Prefeitura se utilizava ao reassentar famílias em terrenos municipais.

A regulação do solo urbano também foi decisiva sobre os padrões de ocupação. Principalmente, a Lei do Inquilinato, de 1942, e a Lei Lehmann, de 1979, assinalaram importantes mudanças nas formas de habitação acessíveis aos pobres urbanos. A primeira foi outorgada no contexto do desenvolvimento industrial brasileiro na tentativa de direcionar investimentos das habitações de aluguel à indústria incipiente. Culminou com a transferência dos trabalhadores urbanos a loteamentos periféricos, uma vez que a maioria dos trabalhadores de São Paulo residiam em cortiços na região central. Já a Lei Lehmann (6.766/79), que se insere no contexto da mobilização de moradores de loteamentos irregulares, possibilitou a criminalização do loteador clandestino e a regularização dos loteamentos, mas também tornou o lote popular inacessível à população de baixa renda ao vetar o parcelamento do solo sem infraestrutura. Restava o binômio *ocupação e autoconstrução* como única solução habitacional acessível aos pobres urbanos.

Desde a chegada da ACB, a Favela do Jaguaré adotara o nome de Vila Nova Jaguaré, visando negociar com a Prefeitura sua consolidação e afastar para sempre o "fantasma" da remoção; "não é favela, é vila", diziam eles. Entretanto, integrando movimentos e atuando juntamente com outras favelas do Butantã, reencontrou-se enquanto favela na luta pela regularização de sua situação fundiária. Para a administração pública – que, até os anos 1970, visava ao desfavelamento e à transferência dos moradores para conjuntos periféricos ou seu retorno à sua cidade de origem –, qualquer ação no sentido de consolidar essas favelas era incompatível com as diretrizes da política urbana. Nesse sentido, o encontro com o prefeito Figueiredo Ferraz relatado anteriormente não produziu os efeitos esperados, apesar de indicar certa consolidação do direito à moradia digna, na medida em que se prometia a transferência de seus moradores para "um lugar melhor".

No entanto, a contradição das ações das Prefeituras durante os anos 1970, situadas entre melhorias e remoções, contribuiu para o adensamento e precarização das favelas mais consolidadas. Exemplo disso, na segunda metade da década de 1970, foi o fato de a Prefeitura ter investido na remoção de dois aglomerados na

região do Jaguaré – as favelas da Fepasa e da av. General Vidal –, colaborando assim ao adensamento da Vila Nova Jaguaré (FAVELADOS DO JAGUARÉ NÃO SABEM PARA ONDE IR, 1977; FAVELA DO JAGUARÉ: A DIFÍCIL REMOÇÃO, 1977; FAVELA DA FEPASA SERÁ REMOVIDA PARA LOTE DA PREFEITURA, 1978; FAVELADOS DO JAGUARÉ VÃO SER DISTRIBUÍDOS EM ÁREAS DO BUTANTAN, 1979).

O processo de remoção dos 228 barracos da favela da Fepasa, situada atrás do Ceasa, encontrou muitas dificuldades e resistência no reassentamento das famílias. Um ano depois do início do processo, foi proposta a transferência dos moradores para terrenos da Prefeitura situados no Campo Limpo e em Santo Amaro. No entanto, a solução não foi considerada satisfatória por grande parte dos moradores, e pelo menos 70 famílias ocuparam outras áreas, inclusive a Favela Vila Nova Jaguaré. O trecho abaixo, retirado da reportagem "Favelados do Jaguaré não sabem para onde ir", ilustra a situação:

> Como a solução de remoção tem que ser a curto prazo e urgente, os moradores terão que sair de qualquer maneira. Algumas famílias já se mudaram e terão que construir os barracos novamente. Como foi o caso de uma família que mudou ontem à tarde para o alto do Jaguaré e tinha que construir o barraco até a noite para poder dormir. (FAVELADOS DO JAGUARÉ NÃO SABEM PARA ONDE IR, 1977)

Já os moradores do outro aglomerado, de apenas 25 famílias em terreno limítrofe à Favela Vila Nova Jaguaré, foram distribuídos entre diferentes terrenos municipais na região do Butantã. Em ambas as operações de reassentamento, a escolha do terreno sofreu alterações devido a manifestações de moradores contrários à transferência das famílias pobres à sua vizinhança. No trecho abaixo, padre Rubens comenta sobre o contexto dessas manifestações:

> Se vocês observarem na imprensa, vão ver que no ano de 1977, outubro, novembro, a imprensa começa a apresentar a favela como uma coisa que está perto de sua casa. A partir daí começa a perseguição contra os favelados. E isto por quê? É natural que a população tenha receio do favelado, porque ele representa no nosso íntimo a figura do bandido que a televisão nos apresenta. Vimos na televisão passeata no Butantã mostrando faixas tipo 'não somos penico para ter favelado perto'. Em Santo André também, instalou-se uma favela o ano passado e os moradores saíram para as ruas do

> Jardim Cristiane onde está escrito 'favelado é ladrão', 'favelado é vagabundo', etc. (BATISTUZZO[49], 1981, p. 133 apud BARBOSA, 2014, pp. 149–150)

Essa visão da favela expressa na fala do padre se contrapõe ao enraizamento da luta por moradia, que acabou por fortalecer a identidade do favelado em torno da luta por direitos. Sendo assim, consolidou-se uma ambiguidade que a palavra *favela* carrega até hoje: por um lado, enfatiza uma situação de precariedade, criminalidade ou marginalidade, no sentido de ser socialmente diferenciada; por outro, evidencia a luta, foca nas melhorias e aponta a união como principal motivo das conquistas.

Nos tópicos a seguir (7.1 e 7.2), o período em que a Vila voltou a ser Favela é dividido em duas partes. Entre meados dos anos 1970 e o final da década de 1980, os movimentos de moradia no Brasil e em São Paulo cresceram e se organizaram; a União dos Moradores da Vila Nova Jaguaré se alinhou com outros movimentos favelados, conquistando espaço na cena política municipal e federal. Por outro lado, a crise econômica e as ações governamentais, divididas entre remoções e melhorias, contribuíram para o adensamento da Vila Nova Jaguaré, provocando deterioração das melhorias conquistadas no período precedente.

Já a segunda parte desse período, da década de 1990 até a licitação das obras em 2003, foi marcada pelo fim do processo de abertura democrática e consolidação de um projeto econômico neoliberal, contexto do qual emergiram os primeiros programas de urbanização de favela e que fixou o modelo de gestão estatal terceirizada que atravessa os projetos de urbanização até os dias atuais (ARANTES, 2009). Ainda, no hiato criado pelo distancimento dos movimentos sociais, emergiram grupos organizados que conquistaram cada vez mais legitimidade e têm ordenado a dinâmica social das periferias paulistas.

1.2.3.1. Movimentos de favelados

A partir da gestão de Olavo Setúbal (1975 – 1979), com o surgimento de movimentos de moradia, a prefeitura passou a investir também em melhorias em

[49] BATISTUZZO, F. et al. Debates em E&D: Favelas em São Paulo. Espaço & Debate. ano I, n. 2 maio 1981.

favelas – além das ações de desfavelamento, que não acabaram. Os investimentos consistiam principalmente na aquisição de terrenos de favelas ameaçadas e situadas em áreas particulares e em benfeitorias realizadas através de mutirões.

Em 1976, a Igreja Católica, que já praticava a defesa aos direitos dos favelados através de entidades assistencialistas, ingressou no debate do problema habitacional, lançando pastorais da moradia em várias cidades. Além da Igreja, os assistentes sociais também endossaram o debate. Do contato com moradores de favelas através de seu trabalho na Secretaria de Bem-Estar Social, muitos desses profissionais passaram a tomar consciência do impacto de suas ações na vida daquelas pessoas. Um simples cadastramento poderia expor todos a atos de repressão, visto que a ditadura militar considerava as ocupações subversivas – uma ameaça ao regime (BARBOSA, 2014)[50]. Desta interação, resultou a retomada da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (Apassp), cujas atividades estavam paralisadas desde 1970 em razão da forte repressão no final da década.

A adesão da Apassp na luta dos movimentos por moradia foi importante principalmente devido ao papel central que esses profissionais exerciam nas ações de remoção. Grande exemplo disso foi a revogação do Decreto 15.086/78, que estabelecia o surgimento das favelas como consequência de falhas na administração pública de áreas municipais e incumbia as Administrações Regionais de enfrentar o problema urbanizando-as ou removendo-as com uso da força policial e intervenção de assistentes sociais. O decreto enfretou grande oposição por parte da Apassp, que orientou seus profissionais a se negar a cumpri-lo e mobilizou a imprensa argumentando que a causa das favelas era a pobreza urbana e não a existência de terrenos públicos ociosos. Muitas lideranças faveladas também se empenharam nas manifestações contrárias ao decreto, culminando em sua revogação e no início da formação de uma coordenação de favelas do município (BUENO, 2000). O decreto derrubado marcou o acirramento em torno da questão das favelas, com fortes pressões populares no sentido de sua consolidação, manifestações da elite favoráveis às remoções e uma ação pública contraditória, optando ora por despejos, ora por melhorias pontuais.

[50] Luiza Erundina relata a repercussão de uma operação de cadastramento, na qual os habitantes logo compreenderam o risco que corriam.

A partir dos anos 1970, surgiram muitas outros movimentos de moradia que combatiam retrocessos e batalhavam por avanços na política habitacional. Compartilhavam motivações similares, como a defesa do direito à moradia digna e do acesso à terra, mas empreendiam campanhas distintas no que tangia a suas alianças políticas, origem dos recursos, pautas e estratégias. Sobretudo, convergiam na luta pelo direito à localização, reagindo ante qualquer ameaça de remoção. Suas pautas diferiam pois as favelas e loteamentos irregulares de diferentes regiões de São Paulo possuíam configurações e problemas particulares. Nesse contexto, surgiram o Movimento contra os Loteamentos Clandestinos, o Movimento das Favelas de São Paulo e o Movimento de Defesa dos Favelados, cada qual com seus interesses e formas de atuação distintas[51].

Em junho de 1979, em momento de fortes pressões sociais em todo Brasil e especialmente em São Paulo, o prefeito Reinaldo de Barros (1979 – 1982) assume a municipalidade e marca uma mudança de postura frente às favelas. Com sua imagem bastante degradada[52], a Prefeitura exclui o termo *desfavelamento* e prioriza programas alternativos de moradia, produzindo moradias a baixo custo. A aplicação dos recursos do Funaps se deram no sentido da consolidação das áreas ocupadas, com execução de melhorias através do programa PROFAVELA e do convênio com as concessionárias de serviços públicos firmado nos subprogramas PROAGUA e PROLUZ. O PROFAVELA tinha duas vertentes, uma de melhorias, com a participação da população, e outra visando à remoção em casos emergenciais ou para viabilizar obras de interesse coletivo (SILVA, 2009). Apesar de o programa ter sido

---

[51] Na região sul, por exemplo, onde a urbanização se deu em grande parte na forma de loteamentos clandestinos, surgiu, em 1976, o Movimento contra os Loteamentos Clandestinos, com o objetivo de regularizar a situação fundiária mas com atuação totalmente distinta, pois operava no âmbito jurídico, uma vez que os moradores haviam adquirido os terrenos através da compra de escrituras falsas. No final dessa década também surgiram as primeiras organizações de favelados da Zona Sul, sendo grande parte resultantes de mobilização contrária a um decreto que previa a "guarda das áreas dos mananciais em termos de áreas públicas" (GOHN, 1991, p. 97) e implicaria na remoção de diversas favelas situadas às margens das represas Billings e Guarapiranga. Apesar de o decreto não ter sido revogado, culminou na fundação do Movimento das Favelas de São Paulo. Já o Movimento de Defesa dos Favelados nasceu em função de uma série de ações de desfavelamento, que ganhariam amplitude com a introdução de um decreto que estipulava todas as áreas da Prefeitura como áreas verdes, e acarretaria na remoção de diversas favelas ao longo dos rios Tietê e Pinheiros. A organização do MDF foi estruturada pela Igreja Católica, e o movimento não tinha grandes afinidades partidárias (GOHN, 1991).

[52] A imagem pública do prefeito se torna um fator importante na medida em que as eleições diretas para Governador do Estado se viabilizavam e ele pretendia lançar sua candidatura.

pioneiro na atuação em favelas, encontrou obstáculos de ordem fundiária[53] que impossibilitaram a urbanização dos assentamentos e o levaram a ficar restrito às melhorias pontuais. Quanto às ações de remoção, as famílias eram reassentadas em alojamentos provisórios em favelas mais consolidadas, o que estimulou seu adensamento.

Apesar dessa última gestão municipal ter sido pioneira na tentativa de resolver o impasse colocado entre o dito melhoramento e a remoção para outras áreas, foram realizadas somente melhorias pontuais que não promoveram a inserção urbana e não solucionaram a questão fundiária.

Após nova mudança de gestão, em 1983, o prefeito Mário Covas (1983 – 1985) direciona ainda mais a política urbana ao enfrentamento da questão. No marco do Plano Habitacional Municipal de 1984, declara-se que o mercado formal e os programas públicos de habitação estariam fora do alcance das famílias com renda inferior a dois salários mínimos, evidência que motiva estímulos aos programas municipais de urbanização de favelas e regularização de loteamentos irregulares (BUENO, 2000). O problema habitacional do município estava longe de ser resolvido, mas essas duas últimas gestões experimentaram importantes avanços nas formas de intervenção em favelas.

Esse período marcou uma inflexão no tratamento às favelas, em grande parte devido à forte crise habitacional, o que acirrou o debate em torno da questão, mas também devido ao início da abertura democrática, que possibilitou a emergência de movimentos populares com aliados políticos de oposição ao regime militar. A redação do projeto de lei que regulamentava a Concessão do Direito Real de Uso foi um grande avanço conquistado no âmbito do direito à localização, mas a favela ainda era considerada como "moradia provisória"[54], na medida em que os programas de urbanização ainda previam remoção total com provisão na mesma área. No contexto dos movimentos de luta pela moradia, emergiam novas formas de conflito urbano, como as ocupações coletivas programadas de terrenos municipais e acampamentos próximos às sedes da Sehab e da Cohab.

---

[53] Grande parte das favelas se encontrava em áreas de uso comum do povo, ocupando parques, praças e outras áreas livres.

[54] "No documento 'Relatório dos Programas de Interesse Social: PROMORAR, PROPERIFERIA e PROFAVELA', é descrito que a favela é *entendida como uma forma de moradia 'provisória'*". (SILVA, 2009, p. 119, itálico do autor)

1.2.3.1.1. União dos Moradores da Vila Nova Jaguaré e do Butantã

Em 1975, ainda no primeiro ano da gestão de Olavo Setúbal, a União dos Moradores da Vila Nova Jaguaré foi recebida novamente pela Prefeitura para solicitar a urbanização da favela, argumentando que o assentamento era um dos mais organizados de São Paulo e sua urbanização proporcionaria uma experiência única para a Prefeitura (FAVELADOS PEDEM URBANIZAÇÃO, 1975). Quatro anos depois, um movimento organizado pelas favelas da região do Butantã foi pioneiro ao se unir com o objetivo de reclamar à Prefeitura melhorias para as favelas (BARBOSA, 2014). No entanto, segundo reportagem da Folha de São Paulo[56], a Favela Vila Nova Jaguaré não estava representada nesse primeiro momento. Assim como os moradores do Jaguaré, os favelados do Butantã reivindicavam a compra do terreno, e os desdobramentos do encontro foram muito semelhantes: o prefeito Olavo Setúbal considerou a proposta "absurda", pois a maioria das favelas estava situada em áreas de uso comum do povo, e anunciou que a Prefeitura pretendia, como solução para o problema, subsidiar a obtenção da casa própria através da criação do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Funaps).

Um mês depois, mais estruturados e na companhia de deputados e vereadores, uma nova comissão de favelados do Butantã foi novamente ao Ibirapuera reivindicar a compra dos terrenos ocupados. Os dois mil favelados encontraram forte aparato policial e o prefeito Setúbal recebeu apenas uma pequena comissão em seu gabinete, onde reafirmou sua proposta dizendo que a considerava "mais digna, mais nobre e mais humana" (2 MIL FAVELADOS NA PREFEITURA, 1979). Os moradores ficaram descontentes com o resultado dos encontros, já que sua proposta envolvia sua permanência nas áreas e a consolidação dos assentamentos, conforme expõe o porta-voz da União das Favelas do Butantã, Luis Carlos Vioti no trecho abaixo:

[56] Participaram nesse primeiro momento as associações de moradores das favelas Vila Dalva, Cambará, Sapé, São Domingos, Jardim São Remo, Educandário, Vila Nova Alba e Jardim Ester (PREFEITURA SUBSIDIARÁ CASAS PARA FAVELADOS, 1979).

> Todas elas [as favelas do Butantã] – revelou – encontram-se em situação das mais precárias e como vivemos praticamente só do salário mínimo nada podemos fazer para dela sairmos. Daí estarmos decididos a comprar os terrenos que ocupamos para construirmos casas de alvenaria e assim derrubarmos os barracos. (PREFEITURA SUBSIDIARÁ CASAS PARA FAVELADOS, 1979)

Nesse período do final dos anos 1970, a União dos Moradores da Vila Nova Jaguaré, constituída legalmente em 1977 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977) e muito atuante, desenvolve benfeitorias pontuais por meio de mutirões, tais como cascalhamento de ruas, assentamento de canaletas de drenagem, implantação de escadarias e, ainda, a instalação de um telefone público comunitário (TRENTO, 2011). Em 1979, o presidente da União dos Moradores, Adalberto Vilela de Araújo, integra o Conselho Deliberativo do Funaps, fortalecendo ainda mais a importância política dos movimentos favelados do Butantã (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1979d).

Em 1981, o governador do Estado de São Paulo Paulo, Paulo Maluf (1979 – 1982) faz uma "visita surpresa" à Favela Vila Nova Jaguaré e promete a construção de novas instalações para a escola – que havia passado à direção do Estado no ano anterior –, e também de um consultório dentário e de um médico para trabalhar à disposição dos moradores. Além disso, o governador garante que forneceria "proteção" aos moradores que reivindicavam creches, rede de esgoto e policiamento (MALUF PROMETE ESCOLA NOVA PARA FAVELA, 1981).

No mesmo ano, após reivindicações dos moradores, a Administração Regional do Butantã realiza um "supermutirão" na comunidade, o primeiro em uma favela. Foram realizados serviços de limpeza urbana e terraplenagem de ruas, e os moradores voltaram a reivindicar a posse do terreno, com receio de que a Prefeitura pudesse despejá-los futuramente. Segundo reportagem da Folha de São Paulo, "os moradores querem substituir seus barracos por casas de alvenaria, mas querem ter segurança para construir suas moradias em terreno próprio". ("SUPERMUTIRÃO É UM BOM COMEÇO", DIZEM FAVELADOS, 1981)

Em 1982, acontece um fato histórico: a União dos Moradores do Butantã, representados por seis moradores de diferentes favelas da região, vai até Brasília para reivindicar a posse da terra diretamente ao Presidente da República. O diálogo

entre a comissão e o Presidente Figueiredo revela o nível de organização e o alcance do movimento:

> **Luis Vioti**, do Jardim São Remo, foi o primeiro a falar: "Viemos aqui solicitar a Vossa Excelência a posse, das casas onde moramos, na favela do Butantã..."
> **Figueiredo**: "O que interessa é a posse? Isso é um problema que tem que ser estudado. Não é assim não. Até por que tem muita gente que está morando em terreno particular. Mas vou mandar o ministro **Venturini** (dos Assuntos Fundiários) estudar o assunto. Sobre a questão das casas, vou mandar o ministro Andreazza (do Interior) estudar."
> **Vioti**: "Nossa luta é uma luta democrática, social. Eu moro na favela do Jardim São Remo, no Butantã. Já temos um projeto de urbanização. Só falta o total apoio do presidente da República..."
> **Figueiredo**: "E o prefeito de vocês? E o governador não contam, não?"
> **Aparecido Vicente Bertoncelo**, da favela São Jorge: "O prefeito e o governador estão nos ajudando, mas nossa luta é pela propriedade do local onde vivemos..." (FIGUEIREDO PROMETE ESTUDAR O CASO DA FAVELA DO BUTANTÃ, 1982, negrito nosso)

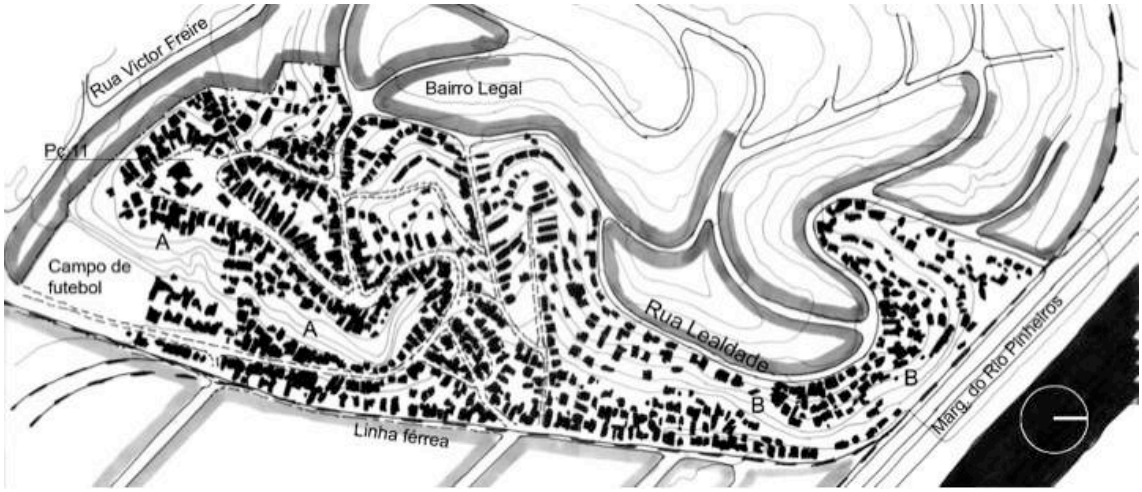
Em 1986, Paulo Maluf visita a Favela Vila Nova Jaguaré em sua campanha ao governo do Estado e promete que, se eleito, desenvolveria o que chamou de "experiência sociológica", promovendo a regularização fundiária e a urbanização (MALUF VISITA QUATRO FAVELAS E FAZ PROMESSAS, 1986). O candidato, no entanto, não consegue se eleger.

1.2.3.1.2. Adensamento e precarização

Em 1977, as habitações se espalhavam por toda a área do parque; o sistema viário principal já se encontrava consolidado (figura 11). As únicas áreas livres remanescentes eram o campo de futebol e as encostas com declividades superiores a 50% (FREIRE, 2006). A região da praça 11 se adensa ainda mais, assim como a rua Três Arapongas e a Bem-Ti-Vi, e as ocupações avançam em áreas de risco de alagamento, ao longo da linha de trem e da rua Lealdade. A maioria dos moradores entrevistados durante a pesquisa chegou ao Jaguaré entre os anos 1970 e 1980, e relembra a situação precária à época, em contraste com os dias atuais. Era "tanto barraco no mundo de fazer desgosto" e "não tinha nada", "não tinha esgoto, era a

céu aberto", "não tinha esse piso, esse asfalto... era muita dificuldade por causa da lama". (informação verbal)

Figura 11 – Ocupação da Favela Vila Nova Jaguaré em 1977



Fonte: Freire, 2006.

Com o agravamento da crise econômica nos anos 1980, muitas famílias se viram em condições de extrema vulnerabilidade social, tendo de ocupar áreas de risco de deslizamentos e enchentes. No início de junho de 1983, fortes chuvas destruíram sete barracos e colocaram em perigo cerca de 300 pessoas que se abrigavam em uma das encostas ocupadas da favela. A Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes) foi acionada para articular a remoção das famílias, mas a maioria resistiu, alegando não querer se afastar do local de trabalho (MORRO AMEAÇA 300 BARRACOS, 1983). No mês seguinte, a Prefeitura realizou a remoção de 200 famílias, transferindo-as provisoriamente para galpões do Ceagesp. No entanto, cerca de 60 voltaram a construir novamente sobre a encosta, mesmo tendo sido notificadas pela Prefeitura sobre o alto risco. Às 140 famílias alocadas nos galpões da Ceagesp foram dadas diversas alternativas[63].

Como a área ainda apresentava alto risco, foi iniciado no ano seguinte um trabalho para executar novas obras, como retaludamento do morro e instalação de estruturas de contenção e drenagem. Cerca de 20 famílias foram removidas para que as obras pudessem ser iniciadas, sendo realocadas em um alojamento provisório construído em parte do terreno do campo de futebol. Quatro meses depois, a

[63] No final, 32 famílias foram transferidas para lotes urbanizados do Educandário, 87 construíram barracos em outras favelas e 23 voltaram à cidade de origem (PISANI, 2011).

Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (Emurb) se retirou da área sem finalizar as obras, alegando falta de verba. Com isso, o alojamento se tornou uma estrutura definitiva (figura 12) e a última área de lazer restante da comunidade foi rapidamente ocupada.

Figura 12 – Galpões do alojamento (A) e novas ocupações (B) no início da década de 1990

Fonte: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), acervo Napplac, 2016.

A partir dos anos 1980, com a escassez de áreas livres favoráveis, principalmente nas favelas mais bem localizadas como a Vila Nova Jaguaré, a forma predominante de acesso à moradia se deu através da compra ou aluguel de barracos (SILVA, 2009). Com a crise, muitas famílias originalmente de classe média ou média baixa se viram obrigadas a mudar da casa de alvenaria para o barraco de madeira, processo que ocorreu com alguns moradores do Jardim Jaguaré, conforme descreve o trecho abaixo:

> O aumento progressivo dos preços dos aluguéis, os baixos salários e a alta do custo de vida foram algumas das principais causas que determinaram a transformação da condição social de parte da população para a de simples favelados.
>
> Esse fenômeno urbano já pode ser identificado claramente em vários núcleos de favelas de São Paulo, onde retirantes se misturam com um grande número de pessoas que foram expulsas de suas casas, devido a dificuldades financeiras. Na favela Vila Nova Jaguaré, que ocupa um terreno da Prefeitura ao lado da Marginal de Pinheiros, os novos moradores ainda estão se adaptando ao estilo de vida que foram obrigados a adotar.
>
> (...)

> Manoel era operário numa indústria metalúrgica e ganhava um dinheiro extra descarregando mercadorias de caminhões, o que lhe possibilitou alugar uma casa no mesmo bairro. Mas o preço aumentou muito ao longo dos anos e Manoel perdeu seu emprego fixo. E, há quatro anos, a família, já com quatro filhos e dois cachorros, decidiu construir um barraco numa parte do quintal de uma antiga moradora da favela que cedeu o terreno. Os vizinhos cederam luz e a água de seus poços artesianos.
>
> (...)
>
> A poucos metros dali, no barraco nº 8, a paulista Marina Martins da Silva, mãe de dois meninos, vive a mesma situação crítica de sua vizinha. Nascida numa familia de classe média baixa, Marina casou-se aos 21 anos com o marceneiro Antônio Soares da Silva e foram para Campinas. "Lá, eu fui realmente feliz, pois alugamos uma ótima casinha durante quatro anos e parei de trabalhar como doméstica." Mas o marido perdeu o emprego, voltou para São Paulo e comprou por dois mil cruzeiros um barraco na Favela Vila Nova Jaguaré. (CUSTO DE VIDA FAZ DA FAVELA UMA OPÇÃO, 1979)

Ao que tudo indica, algumas ruas do Jaguaré próximas à favela também apresentaram alto grau de precarização devido ao reparcelamento dos lotes e construção de barracos. Inclusive, as ruas Catalunha, Barão de Antonina e Marselha aparecem em registros do Diário Oficial como situadas na Vila Nova Jaguaré. Ainda, em nota publicada na Folha de São Paulo, o prefeito teria prometido regularizar loteamentos clandestinos na Vila Nova Jaguaré (LOTEAMENTOS CLANDESTINOS, 1983), o que não faz sentido, visto que o assentamento se situa em área pública. É possível que essa confusão entre o Jardim Jaguaré e a Vila Nova Jaguaré tenha sido ocasionada pela similaridade na implantação e nas condições físicas das edificações.

Cada vez mais, os espaços livres na Favela Vila Nova Jaguaré eram disputados e, com isso, o mercado imobiliário informal se aquecia. A população da favela já não era composta majoritariamente por migrantes nordestinos; na realidade, apresentava grande diversidade, com migrantes já estabelecidos, filhos de migrantes nascidos em São Paulo e novos ocupantes das classes baixa e média que, uma vez desempregados, viam na favela a única opção de moradia. Ela abrigava famílias em diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica, habitando casas de madeira ou alvenaria, áreas planas ou com altas declividades, suscetíveis a deslizamentos, alagamentos ou bem consolidadas.

As ocupações em miolos de quadra se davam em diferentes contextos, fosse acompanhando o crescimento da família, para receber novos migrantes familiares e

amigos, ou pela solidariedade de algum morador estabelecido que cedia seu quintal a uma nova família. No entanto, nem sempre as ocupações se davam pacificamente. Os trechos abaixo trazem esses dois lados das ocupações:

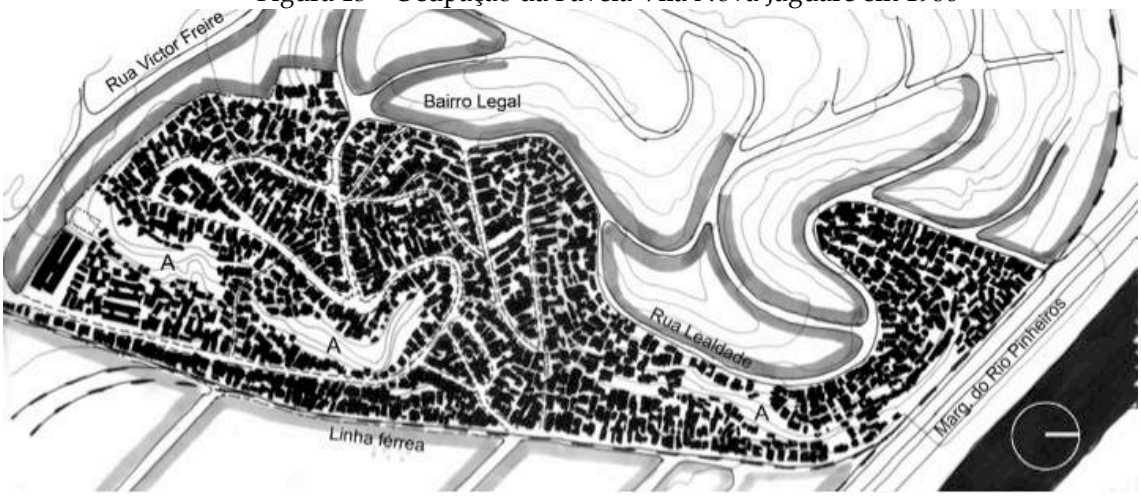
> Uma vez o que aconteceu, porque o meu pai era caminhoneiro, e estava viajando. Aí veio um pessoal e construiu no nosso quintal, minha mãe foi falar... Nossa, quando meu pai chegou, meu pai só não tocou fogo na casa da mulher porque tinha criança dentro. Meu pai ficou revoltado, porque pegou nosso quintal; nosso quintal era imenso. Nem falaram nada, pegaram, acharam que tava grande, que era um quintal grande, foram lá e pegaram, porque era cercado tudo, foram lá e pegaram. Mas meu pai ficou revoltado na época. (informação verbal)

> Eu vivenciei e achei interessante, muito bonito. As pessoas chegavam às vezes desamparadas e iam morar em casas das famílias. Muitas pessoas, não só famílias, mas às vezes vizinhos, amigos, acabavam ajudando. Porque essas famílias que já estavam morando aqui, que já tinham um pouco de estabilidade, iam ajudando essas outras famílias e assim sucessivamente. (informação verbal)

Na foto aérea de 1986 verifica-se que as únicas áreas livres disponíveis apresentam altas declividades (figura 13). O campo de futebol já estava totalmente ocupado e pode-se distinguir os quatro blocos do alojamento provisório ao norte de seu antigo local. A ocupação dos miolos de quadra se dá por meio de novos parcelamentos que fragmentam os lotes originais em terrenos menores. Quanto mais novas as construções, mais precários são os acessos e mais instáveis são as condições do solo, o que contribui para que os moradores não se sintam seguros em investir em uma tipologia mais definitiva. O contraste entre as habitações se acentua ainda mais na medida em que os moradores bem estabelecidos investem em suas moradias: em 1987, 50% das edificações eram de alvenaria (SÃO PAULO[65], 1987 apud SATO, 2013). Nas partes baixas da favela, em locais com piores condições de drenagem e suscetíveis a enchentes, a situação continua bastante precária, com maior quantidade de casas de madeira e esgoto a céu aberto. No mesmo ano de 1986, a comunidade recebeu serviços de água e luz individuais.

[65] SÃO PAULO (cidade). *Censo de Favelas*. São Paulo, PMSP, 1987.

Figura 13 – Ocupação da Favela Vila Nova Jaguaré em 1986



Fonte: Freire, 2006.

1.2.3.2. Democracia, neoliberalismo e violência

No Brasil, os anos 1990 apontam uma nova conjuntura político-econômica determinada pela tensão e confluência de um projeto político democrático e uma orientação econômica neoliberal (FELTRAN, 2010a). Enquanto, de um lado, pautava-se a reforma política e a construção de uma política pública com canais de participação civil, acolhia-se, de outro lado, uma agenda neoliberal originada na reestruturação do capitalismo e que pregava a flexibilização das relações de trabalho e a adoção de políticas sociais de caráter compensatório. No trecho abaixo, Feltran (2010a) apresenta reflexos desse paradoxo nos movimentos sociais das periferias:

> As ações coletivas das periferias sentiram na pele a cristalização desse paradoxo. Como atores políticos instituídos, estes movimentos tiveram ambientes políticos cada vez mais estáveis para atuar: marcos legais mais progressistas, canais de relação com o Estado mais numerosos e melhor instituídos, possibilidades reais de participação na formulação de políticas públicas e setoriais. Declinou a capacidade de pressão, mas aumentou a participação e o acesso a recursos. Como organizações sociais das periferias urbanas, entretanto, estes mesmo movimentos tiveram cada vez mais dificuldade para se instituir como "representantes" da população, que se modificava radicalmente. (FELTRAN, 2010a, p. 53)

A mudança no perfil da população das periferias à qual o autor se refere se deu por deslocamentos em diversas esferas da vida social: trabalho, família, religião e

também nas dinâmicas de criminalidade[66]. As novas gerações já não são mais migrantes, não desfrutam da estabilidade do projeto de vida operário e a perspectiva de ascensão social é em geral individual. Também, as famílias incorporaram arranjos mais flexíveis e hoje há forte presença do neopentecostalismo. Ainda, no vácuo provocado pelo descolamento dos movimentos sociais da realidade das periferias, a criminalidade violenta, dispersa e constituída por grupos locais característica dos anos 1970 e 1980 passou a se organizar em torno de facções criminosas que disputaram, ao longo da década de 1990, o domínio territorial das favelas e periferias.

A partir da abertura democrática e da ascensão de políticos de oposição ao regime militar nas eleições de 1982, muitos movimentos de moradia ganharam espaço de disputa no interior das instituições e, com diferentes alianças, pautas e estratégias políticas, encerraram distintos projetos político-ideológicos[67]. No plano geral de ação conjunta desses movimentos, as reivindicações introduziram a Emenda Popular da Reforma Urbana na Constituição de 1988, o que posteriormente permitiu a regulamentação do princípio da função social da cidade e da propriedade pelo Estatuto da Cidade (2001). Por outro lado, a institucionalização dos movimentos sociais modificou profundamente a sua atuação: ao invés de impulsionarem as demandas sociais à esfera pública, passaram a mediar e conduzir as decisões tomadas no âmbito das instituições políticas à sociedade; a população residente de favelas e loteamentos, que antes atuava enquanto "sujeito político" na formulação de políticas públicas, passa a "público-alvo", passiva à ação estatal (FELTRAN, 2010a).

Outra consequência do vácuo provocado pelo descolamento dos movimentos sociais da realidade das periferias e do acirramento da desigualdade social e segregação urbana foi a emergência de organizações sob liderança de poder paralelo, o chamado "mundo do crime". A expressão é utilizada no sentido de englobar os

---

[66] Sobre as transformações do perfil das periferias de São Paulo, ver Feltran (2010a, 2010b).

[67] Os movimentos divergem principalmente quanto à forma de regularizar a posse e suas alianças políticas. O Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e moradores do PROMORAR era ligado ao Partido dos Trabalhadores e tinha como pauta principal a regularização da posse via Direito Real de Uso sem pagamento de qualquer taxa. Por outro lado, o Conselho Coordenador das Associações de Favelas de São Paulo se alinhava ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro e reivindicava a posse pela compra do terreno. Já o Conselho Metropolitano de Favelas da Grande São Paulo era alinhado ao Partido Trabalhista Brasileiro e adotava um viés mais "clientelístico". Finalmente, o Movimento de Defesa dos Favelados mantinha relativa autonomia frente aos partidos políticos e atuava no sentido de garantir os direitos dos moradores de favelas (GOHN, 1991).

diferentes grupos que empreendem e gerenciam atividades ilícitas, tais como furtos, roubos, tráfico de armas e drogas[68], e se utilizam da violência armada como forma de legitimar sua atuação e autoridade nas favelas e periferias de São Paulo.

A Favela Vila Nova Jaguaré do final dos anos 1980 e início dos 1990 parece bastante representativa desta nova realidade das favelas e periferias. Contraditoriamente, o período marca o desenvolvimento das primeiras experiências de urbanização simultaneamente à desarticulação da União dos Moradores. Emergem lideranças comunitárias vinculadas a deputados e vereadores, assessores de políticos e funcionários da subprefeitura, que atuam no sentido de incluir os moradores da comunidade em políticas sociais. A violência também se faz presente no cotidiano. Apesar das dinâmicas do crime não serem tão complexas e imbricadas com a comunidade como se verifica hoje, praticava-se certo controle social legitimado em grande parte pelo medo, conforme trecho transcrito abaixo:

> (...) tinha uma época, quando eu morava na Três, tinha uma travessa [em que] todo dia morria um. Todo dia. Dava 10h, o beco ficava escuro, e sempre morria um. (...) Geralmente, ele [meu pai] chegava do trabalho [às] 23h e era a hora [em] que acontecia [*sic*] as coisas no beco. Muitas vezes a gente não dormia pensando se ele ia chegar. E como ele vinha de carro, ele tinha que entrar na garagem, tinha que abrir a garagem. Muitas vezes dava 23h e a gente tinha o toque de recolher lá embaixo. (informação verbal)

Em meados dos anos 1980, o padre Roberto Grandmaison, da Congregação de Santa Cruz, começou a se envolver diretamente com a população da comunidade, onde, inclusive, morou durante alguns anos. Tudo começou quando o padre resolveu comprar um barraco para construir uma capela com a ajuda de moradores, principalmente mulheres que organizavam festas para arrecadar fundos. Uma vez construída, os projetos do padre avançaram no sentido de atender às demandas dos moradores, começando por uma creche e evoluindo até chegar aos quatro espaços que gerencia atualmente. Os espaços mais recentes abrigam capela, creche e pequenos projetos sociais, e a primeira capela do padre hoje faz parte de um Centro Cultural e Profissionalizante (CCP) onde são lecionados cursos direcionados à

[68] Verifica-se na Vila Nova Jaguaré que estas organizações vêm diversificando suas atividades, assunto que será tratado mais adiante.

capacitação e inserção no mercado de trabalho, entre outras atividades de cultura e lazer, como aulas de música e dança, feiras e festas.

O CCP funciona hoje como sede dos projetos sociais desenvolvidos pelo padre, ministrados especialmente no contraturno do horário escolar, com o objetivo de "tirar as crianças da rua", onde estariam vulneráveis à delinquência e criminalidade, e proporcionar uma melhor formação aos jovens. O padre apoia, ainda, uma série de iniciativas relacionadas à educação, cultura e lazer desenvolvidas por entidades do terceiro setor[71] que atuam no bairro e constituem a Rede Por Um Jaguaré Mais Feliz.

Entretanto, o padre é somente uma das "lideranças" presentes atualmente na comunidade. Na realidade, os que são identificados como "líderes comunitários" são aqueles que possuem vínculos externos à Vila, principalmente políticos, e por isso podem exercer influência sobre questões pontuais que são alvo de reclamações recorrentes, como, por exemplo, a desproporcionalidade das taxas praticadas pelas concessionárias de serviços públicos.

1.2.3.2.1. Urbanização de favelas

Com o fim do processo de abertura política, fortalecimento dos movimentos de moradia e adensamento dos assentamentos, criaram-se condições para as primeiras experiências de urbanização de favelas em São Paulo e no Brasil. Entretanto, o tecido urbano das favelas ainda não estava totalmente consolidado, uma vez que práticas de reurbanização[72] ainda eram muito empregadas. A segurança da posse também variava conforme a alternância da gestão municipal entre governos progressistas e conservadores, que empreenderam projetos de regularização urbanística, reurbanização e até desfavelamento.

Exemplo disso foi a gestão de Jânio Quadros (1986 – 1988), que quebrou a continuidade dos avanços conquistados nas administrações anteriores. Com o novo prefeito, a política urbana e habitacional foi direcionada para atender aos interesses

[71] O terceiro setor engloba iniciativas de utilidade pública com origem na sociedade civil, como, por exemplo, coletivos e ONGs com objetivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos ou artísticos. Os outros dois setores seriam o governo e o privado.
[72] O termo *reurbanização* é usado para designar uma urbanização com remoção e provisão habitacional totais.

do mercado, protagonizando ações de remoção com fins de valorização imobiliária. O projeto de Concessão de Direito Real de Uso foi arquivado e operações de desfavelamento foram sustentadas com a aprovação da Lei de Operações Interligadas, conhecida como Lei do Desfavelamento. Essa lei, que oferecia incentivos à produção de habitação popular, acabou sendo aplicada no sentido de remover favelas situadas em áreas nobres da cidade. Até os dias atuais, a distância entre o discurso dos programas e a prática das intervenções é característica de gestões mais conservadoras.

Entretanto, a evolução dos programas de urbanização durante os anos 1990 afastaria definitivamente o "fantasma" do desfavelamento, abrindo caminho para a consolidação dos assentamentos e os programas de urbanização plena[73] do início dos anos 2000. Com a eleição de Luiza Erundina (1989 – 1992) à Prefeitura, o novo plano de governo foi orientado visando à inserção das favelas na cidade e à garantia de direitos sociais aos moradores. Foram características da gestão o incentivo aos programas de mutirão, esforços no sentido de aplicar a Concessão de Direito Real de Uso de terras públicas e o enfrentamento do impasse socioambiental da bacia do Guarapiranga, articulando o saneamento ambiental à urbanização de favelas[74]. Apesar do programa de urbanização de favelas se basear em intervenções pontuais, a implementação de canais de participação social trouxe dimensão política aos projetos, que incorporaram pautas dos movimentos de moradia.

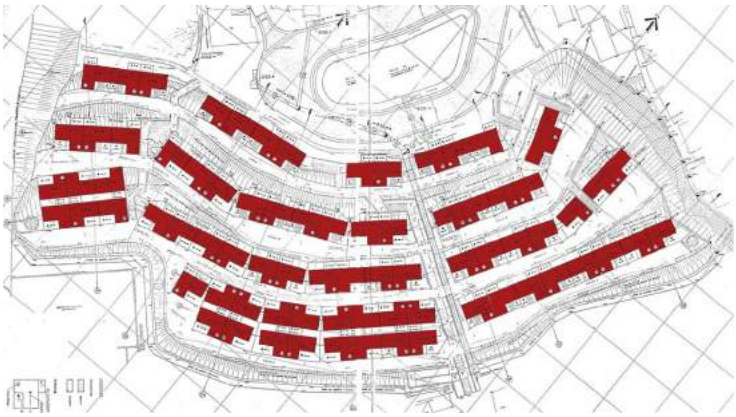
Uma das marcas da gestão Erundina foi a elaboração do Plano de Ação para as Favelas em Situação de Risco ou Emergência, como forma de subsidiar a definição de áreas de intervenção prioritária. Verificou-se que a população favelada havia crescido 1031% entre 1963 e 1987[75], e identificaram-se 240 favelas mais vulneráveis a acidentes. A Nova Jaguaré estava entre elas, por apresentar uma área de risco iminente de deslizamento, a encosta logo acima do antigo campo de futebol.

Foi desenvolvida uma proposta para a estabilização dessa encosta que envolvia execução de retaludamento e drenagem e a produção de 78 novas unidades habitacionais distrubuídas pela área (figura 14). A implementação do projeto

[73] A urbanização plena compreende a regularização urbanística e fundiária.
[74] Mais da metade das favelas cadastradas no período encontravam-se próximas a rios, córregos ou represas (PATARRA, 1996).
[75] No mesmo período, a população do município sofreu um aumento de somente 61% (PATARRA, 1996).

encontrou obstáculos na resistência às remoções e nas condições do solo da encosta, que apresentava profundas camadas de lixo. Por fim, 75 famílias foram removidas, mas as moradias não foram construídas (figura 15) e a área já havia sido reocupada um ano depois do término das obras. Além dessa volumosa intervenção, foram realizadas, em regime de mutirão, pequenas benfeitorias em drenagem e construção de muros de arrimo e escadarias.

Figura 14 – Proposta de implantação de 78 unidades habitacionais em encosta



Fonte: Trento, 2011.

Figura 15 – Retaludamento da encosta com risco de deslizamento

Fonte: Toi, 2016.

Na contramão dos avanços, as duas gestões seguintes, de Paulo Maluf (1993 – 1996) e Celso Pitta (1997 – 2000), impuseram novas diretrizes à política habitacional e especialmente às intervenções em assentamentos precários. Por meio do Programa de Urbanização de Favelas com Verticalização (PROVER), iniciado na gestão anterior e rebatizado de projeto Cingapura, a provisão habitacional se tornou o eixo central da urbanização. Os conjuntos habitacionais foram prioritariamente implantados

próximo a grandes vias de circulação, como forma de dar visibilidade aos empreendimentos e promover a administração municipal.

Devido à ocorrência de novos deslizamentos na Nova Jaguaré, foram construídos dois conjuntos Cingapura dentro dos limites da área, ambos próximos a grandes avenidas. O atendimento às famílias removidas se deu por indenização, mas 40 famílias recusaram a proposta e foram encaminhadas a um alojamento provisório na avenida Politécnica (figuras 16 e 17). No trecho abaixo, uma das pessoas removidas nesse processo, que morou mais de dois anos no alojamento com outras 173 pessoas, relembra as condições que todos enfrentavam:

> E lá era como se fosse um barracão né? Só que era dividido, cada um com sua chave, porta, era tudo separadinho, cômodo por cômodo pra cada morador. E era bem apertadinho, um pouquinho maior que essa sala aqui, imagina, uma sala dessas pra colocar todos os móveis de uma casa com uma família de 7 pessoas. E tinha que colocar tudo lá dentro, tinha que desmontar os móveis né. O banheiro de lá era comunitário, a gente reunia o pessoal pra ajudar a lavar durante a semana, então de dois em dois dias a gente lavava porque comunitário é complicado né? Ficamos mais de dois anos lá. (BARROS, 2014, pp. 23–24)

Figuras 16 e 17 – Exemplo de alojamento provisório do programa Cingapura

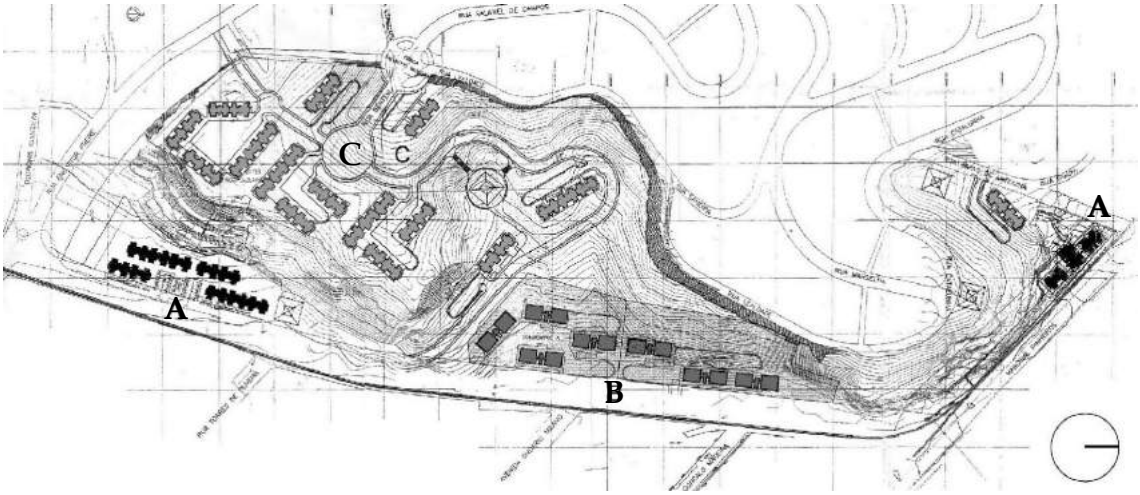
Fonte: Sehab, acervo Napplac, 2016.

Em 1997, foram concluídas as 260 unidades distribuídas em treze edifícios, sendo três próximos à Marginal Pinheiros e o restante sobre a área do antigo campo de futebol, na rua Três Arapongas. As áreas condominiais dos conjuntos eram de uso restrito, cercadas, mas mesmo assim os pátios de estacionamento e áreas livres entre os edifícios dos dois conjuntos foram reocupados (PUXADÃO: FAVELA CRESCE

DENTRO DE ÁREA DO CINGAPURA, 2015). Em 2006, os conjuntos tiveram que ser revitalizados pelo Programa 3 R's, uma vez que as estruturas de contenção já estavam ameaçadas devido à sobrecarga e ao acúmulo de lixo.

Celso Pitta, que ingressou na Prefeitura em 1997, deu continuidade à política habitacional definida pelo prefeito anterior e propôs duas novas intervenções na Nova Jaguaré ainda no âmbito do projeto Cingapura. Enquanto a primeira proposta consistia na produção habitacional de 602 unidades no centro da gleba, a segunda consistia em um projeto de reurbanização que pretendia a remoção de todos os moradores e a substituição das moradias por unidades verticalizadas dispostas em condomínios de três ou quatro edifícios (figura 18). No entanto, a obra foi inviabilizada devido às condições do terreno, que encareciam o projeto, e à impossibilidade de se atender a todas as famílias. A rejeição dos moradores e o fato de a favela já ter recebido melhorias na gestão anterior também pesaram pelo seu fim. Os projetos Cingapura dessas duas gestões caracterizaram-se pela verticalização, imposição de modo de vida condominial e descuido em relação às áreas livres.

Figuras 18 – Proposta de erradicação da favela e substituição por conjuntos verticalizados. 260 unidades construídas na administração Maluf (A) e propostas da administração Pitta de construir 602 unidades no centro da gleba (B) e 540 unidades implantadas na encosta (C).



Fonte: Freire, 2006.

Desde a década de 1980, a situação do bairro do Jaguaré enquanto periferia da cidade já começava a mudar. Com o processo de desconcentração industrial em

curso[77], os usos no bairro se alteraram e as grandes glebas industriais que o bairro ainda oferecia possibilitaram a implantação de dispendiosos empreendimentos. Na medida em que o eixo de expansão e de valorização do capital financeiro avançava na direção sudoeste da cidade, o Jaguaré passava a se apresentar como nova centralidade, atraindo lançamentos residenciais de alta renda, entre outros estabelecimentos comerciais interessados na acessibilidade privilegiada do bairro. Entre os anos 1998 e 2008, o Jaguaré foi o distrito da RMSP que mais se valorizou (FIORAVANTI, 2013). O aquecimento do mercado imobiliário do bairro também pode ter refletido na favela: entre os anos 1994 e 1995, houve grande mobilidade de seus moradores; apenas 42,1% continuaram na favela (TRENTO, 2011).

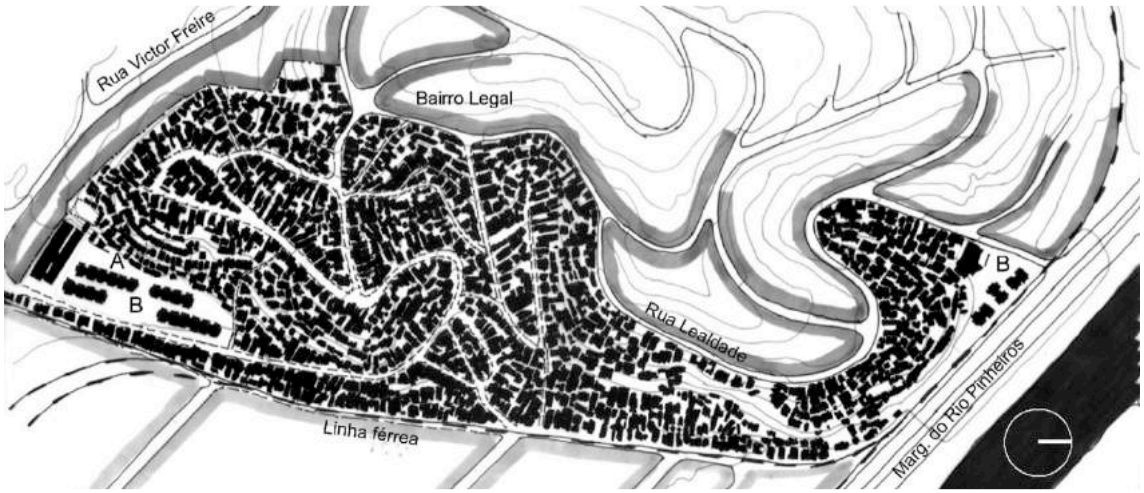
Dada a ausência de áreas livres na Vila, a década de 1990 marcou o início de um processo de adensamento populacional caracterizado pela verticalização. No entanto, esse crescimento populacional se limitou às áreas mais consolidadas da comunidade, principalmente o eixo das ruas Três Arapongas e Bem-Ti-Vi e rua Lealdade, que tinham melhores condições de moradia, infraestrutura e atendimento a serviços públicos e contavam com pequenos comércios, correio, creche, escola. Praticamente todas as habitações de Vila Nova Jaguaré já eram de alvenaria, restando somente algumas em madeira sobre a linha do trem. De modo geral, a substituição do barraco pela casa de alvenaria indica maior segurança de permanência do imóvel autoconstruído, pois é reflexo da mudança de postura da administração pública que vinha priorizando ações de regularização urbanística de favelas: a "favela consolidada" já não é mais "moradia provisória".

A foto aérea do ano 2000 mostra o talude reocupado e os dois conjuntos habitacionais do programa Cingapura construídos (figura 19). Nesse mesmo ano, o Jaguaré estava entre os cinco distritos mais favelizados de São Paulo, com 30% de sua população morando em favelas (INFOCIDADE, 2000b, 2000c), e a Favela Vila Nova Jaguaré foi tida como uma das mais adensadas, apresentando densidade habitacional de 737 habitantes por hectare (FREIRE, 2006). Em 2002, novos deslizamentos na

[77] "A situação geográfica do Jaguaré favoreceu uma intensa valorização imobiliária e, em poucos anos, o congestionamento na metrópole elevou o tempo gasto com a circulação das mercadorias. Esses aspectos, somados aos incentivos fiscais em áreas mais afastadas da metrópole, contribuíram para a saída de algumas das indústrias do Jaguaré e para um intervalo rápido de uma atividade industrial mais proeminente." (FIORAVANTI, 2013, p. 30)

região do Morro do Sabão desalojaram 26 famílias e a administração municipal realizou novamente obras de drenagem e contenção de encostas.

Figura 19 – Ocupação da Favela Vila Nova Jaguaré em 2000



Fonte: Freire, 2006.

No início dos anos 2000, a criminalidade sofreu deslocamentos e passou a se apresentar de outra forma, menos violenta, como veremos adiante. Assim, começou a ser possível que a rua fosse mais usada como espaço para música, com carros de som e grandes festas. Desde os anos 1980, pequenas festas de rua que congregavam vizinhos eram bastante comuns, como, por exemplo, em festividades ou celebrações, mas a novidade dos anos 2000 foi a presença de grupos famosos e pequenas multidões "todo final de semana", como relatado abaixo por um morador:

> Teve uma época que até veio grupo famoso aqui… (...) o Soweto e o Raça Negra… Foram os dois grupos que eu lembro que vieram pra cá. Eu não ia muito, né, tinha todo dia, todo final de semana, (...) porque antigamente nunca teve, depois de um tempo começou a ter quase toda semana.
>
> Acho que foi em 2000… Foi depois que começou a melhorar esse antigo beco que eu falei pra você que sempre falecia alguém… Depois começou a melhorar, aí eles começaram a fazer, de vez em quando, umas festas no final desse beco, que tinha uma rua grandona que hoje é a 4 de dezembro… Aí eles botavam caminhão lá, faziam uma festa danada…
>
> (...) e depois de um tempo esse caminhão foi lá pra [igreja] São José. Aí as festas começaram, a partir desse momento, começaram a acontecer todas as festas lá… Tinham grupos de dança, tinha festa junina…

> (...) acho que aqui embaixo não tinha tanto suporte… Pro caminhão entrar era um sacrifício, pra sair era outro… E tinha o trem, toda hora tinha que sair pro trem passar… Aí eu acho que, por causa disso, foi lá pra São José, porque lá não tinha esses problemas, ele chegava, parava lá, dava a festa e depois saía… (informação verbal)

Sobre o fenômeno da diminuição da violência, é muito provável que esteja vinculado a um processo que ocorreu na capital paulista de "'pacificação' das relações internas ao 'crime'" (FELTRAN, 2010b, p. 63) que se consolidou no início dos anos 2000. Assim, as divergências entre diferentes facções e a sobreposição de condutas que geravam certa desordem e agravavam os conflitos deram lugar a uma "lei" e um "comando" universais na metrópole que regiam o "mundo do crime" como um todo. No Jaguaré, o crime não acabou, mas o fenômeno da "criminalidade violenta" conhecido nas décadas de 1980 e 1990 se apazigou. Unificado, o "mundo o crime" passou a intermediar as tensões internas à comunidade, desde brigas de vizinhos até roubos dentro da comunidade. Nesse sentido, o crime oferecia certa "proteção"e "justiça" aos moradores da comunidade, o que acabou por capilarizar suas dinâmicas em meio ao cotidiano dos moradores e conferiu uma legitimidade que ia além do uso da violência armada.

Nas décadas anteriores, os moradores "não tinham conversa" com o pessoal do tráfico, "era o tráfico e os moradores. Se os moradores achassem que o tráfico tava fazendo alguma coisa errada, eles se juntavam pra ir falar com eles" (informação verbal). A partir dos anos 2000, com esse grupo disputando e gerenciando as "normas de convivência", os moradores passaram a manter individualmente canais de "comunicação" com o "tráfico". Então, se "eu tenho um bar e a pessoa vai lá e me rouba", "eu vou lá na biqueira, falo com a pessoa que comanda lá e a pessoa vai atrás dessa pessoa que roubou" (informação verbal). O crime não permite que os moradores chamem a polícia; exige que reportem seus problemas aos "irmãos". Por exercerem esse controle social, são muitas vezes apontados como "os donos da favela".

1.2.4. Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré

Em meio a um ambiente nacional de conquistas na política urbana, a prefeita Marta Suplicy (2001 – 2004) retoma os programas de regularização fundiária e provisão habitacional paralisados nas duas gestões anteriores. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e os Planos Regionais promulgados no período articulam instrumentos urbanísticos regulamentados pelo Estatuto da Cidade (2001) e estruturam nova orientação às intervenções em favelas e loteamentos populares. Instituem-se as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), que permitem a flexibilização de normas urbanísticas, subsidiam ações de regularização fundiária e garantem estoque de terras para a produção de habitação de interesse social. Ainda, resgatam-se os canais de participação popular com a criação do Conselho Municipal de Habitação, assegurando espaço para os movimentos de moradia e a sociedade civil na política habitacional do município.

Na gestão de Marta Suplicy, destacam-se dois programas habitacionais, o Morar Perto e o Programa Bairro Legal. Enquanto o primeiro visava à produção habitacional nas centralidades da metrópole, o último tinha como objetivo a requalificação urbana de áreas precárias do ponto de vista habitacional e urbano. Previa ações como a urbanização e regularização de favelas e loteamentos, provisão habitacional, implantação de equipamentos e atuava de forma integrada com programas sociais de geração de emprego e renda (SAMORA, 2009). No trecho abaixo, Samora (2009) coloca o fracasso dos conjuntos do Cingapura como principal motivo pelo qual o órgão financiador estimulava a adoção de diretrizes "alternativas":

> Os resultados pouco satisfatórios da avaliação de pós-ocupação dos conjuntos do Cingapura, efetuada pelo órgão financiador do programa, o BID, permitiram que o banco concordasse em investir o restante dos recursos do contrato em ações diferenciadas. Este acordo possibilitou a contratação de 21 projetos de urbanização pelo programa Bairro Legal. (SAMORA, 2009, p. 102)

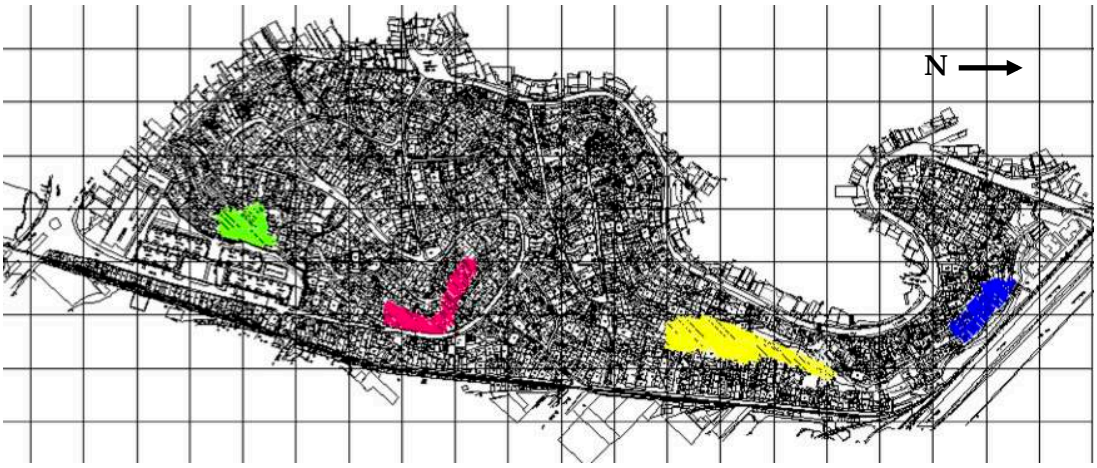
O programa Bairro Legal incorporava a experiência acumulada pelo corpo de funcionários da Sehab ao longo de anos de intervenções em favelas, articulando complexas questões que envolviam os projetos de urbanização. Pautava a integração à cidade sem a descaracterização socioespacial e, para isso, ancorava-se na

participação dos moradores e na flexibilização das leis urbanísticas, seguindo os parâmetros adotados para as Zeis. Finalmente, colocava também a questão da reincidência das situações de risco por reocupações de áreas livres, motivando sua qualificação e destinação de seus usos (SAMORA, 2009).

Foi no âmbito deste programa que o projeto de urbanização plena da Vila Nova Jaguaré foi desenvolvido, entre 2002 e 2003. Paralelamente ao projeto, ocorreu um levantamento socioeconômico realizado pela Cobrape com o objetivo de subsidiar a intervenção e selar a área para que não ocorressem novas ocupações visando aos benefícios da obra (MANSUR et al., 2007).

Verificou-se que a população era predominantemente jovem e ingressava cedo no mercado de trabalho, e que 41,8% residiam ali há menos de cinco anos. Para quase 40% das famílias, a renda familiar estava abaixo de dois salários mínimos e a maioria dos trabalhadores era registrada. Apesar de somente uma pequena parcela estar envolvida em alguma entidade que atua no bairro, os moradores recorriam, quando necessário, à ajuda de vizinhos ou parentes que também residiam na Vila. Constatou-se que todos os domicílios possuíam atendimento de água e energia elétrica – embora grande parte sem relógios individuais –, mas a rede de esgotos e a coleta de lixo só alcançavam as ruas principais da comunidade. Quanto às habitações, verificou-se que em torno de 75% eram de alvenaria e 20% tinham madeira em sua composição; em geral, não passavam de três pisos. Por fim, foram observadas quatro áreas de risco de deslizamento dentro dos limites da Nova Jaguaré (figura 20), o que, aliado ao mapeamento das habitações mais precárias, subsidiou a escolha das áreas de maior intervenção. Grande parte dessas moradias precárias estava em zona de risco de alagamento, a oeste da área amarela na figura abaixo.

Figura 20 – Mapeamento das áreas de risco de deslizamento



Fonte: Mansur et al, 2007.

1.2.4.1. Projetado

O projeto urbanístico que norteou a urbanização da Vila Nova Jaguaré, embora tenha sido elaborado no âmbito do Programa Bairro Legal, foi executado conforme o eixo programático estabelecido no marco do Programa Urbanização de Favelas. Por isso, cabe separar a concepção do projeto de sua execução.

A proposta previa atendimento em saneamento básico, estabilização de encostas e soluções de drenagem, melhorias em acessibilidade – com abertura de novas vias e regularização das existentes –, desadensamento da área e provisão habitacional e paisagismo de áreas verdes e livres em geral. No trecho abaixo, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto vencedor da licitação, Fábio Mariz Gonçalves, do Escritório Projeto Paulista, comenta sobre as diretrizes adotadas pelo programa:

> (...) a gente via que o edital que a prefeitura tinha lançado, no fundo, ele era um espelho depositário de todo um, de todos os avanços que tinham ocorrido no Brasil todo, de maneiras de lidar e trabalhar com a comunidade. Então, se você olhar, já tinha sido feito [*sic*] no Rio de Janeiro, experiências anteriores desenvolvidas pela prefeitura, seja da Grande São Paulo ou outras comunidades, as estratégias, as premissas, as questões eram as mesmas. Então a gente acreditava mesmo que eram aquelas etapas necessárias, os princípios de integração da comunidade com o entorno, da comunidade em si, transformar aquilo num bairro, de incorporar a comunidade num processo de elaboração do projeto, de remoção mínima possível, eram

> todos os princípios que nos pareciam extremamente adequados. (ZUQUIM; MAUTNER, 2013)

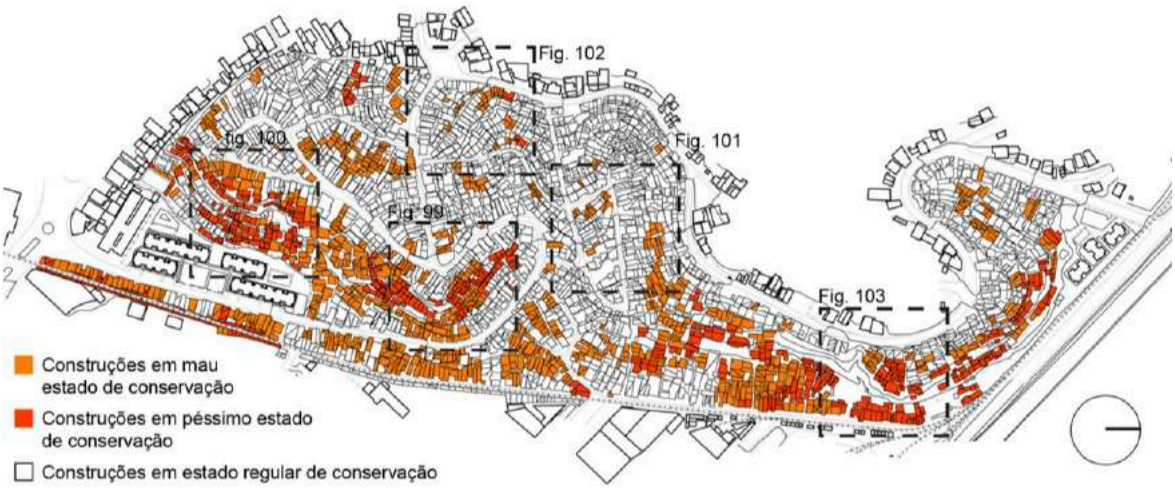
No caso da intervenção nesse assentamento, foram estipulados os seguintes objetivos: (i) eliminação de situações de risco, (ii) regularização do sistema viário para entrada das concessionárias de serviços urbanos, (iii) inclusão da área na legislação urbana relativa ao controle de uso e ocupação do solo, (iv) parcelamento do solo para regularizar a situação fundiária e (v) implantação de equipamentos públicos e coletivos (MOURA; NAZARETH; DOMINGUES, 2015). Nota-se que os dois primeiros pontos são os que têm mais impacto sobre o desenho da intervenção, por apontarem as áreas de remoção, conforme comenta o arquiteto Luis Mauro Freire, também do Escritório Projeto Paulista, no trecho abaixo:

> (...) talvez o ponto inicial de um projeto de urbanização de favela seja – uma coisa muito simples, mas talvez a mais importante e imediata – eliminar os pontos de risco. Isso é a coisa básica. (...) E aí, normalmente, não só no Jaguaré, mas em todas as favelas, as áreas de risco estão associadas às áreas de maior precariedade na favela também. Os barracos mais precários, os barracos de madeira, as condições mais precárias de vida. Então é um ponto fundamental a eliminação desses pontos de risco. Outro ponto fundamental, também, que qualquer projeto de urbanização deve considerar é a questão da infraestrutura e de que os serviços públicos sejam universais a todas as pessoas. Isso vai gerar decisões de projeto relacionadas, por exemplo, a remoção. (ZUQUIM; MAUTNER, 2013)

As remoções, certamente o ponto mais polêmico das intervenções, são definidas basicamente nestes dois grupos: remoção por risco e remoção por frente de obra. No projeto desenvolvido, optou-se por articular as remoções também ao estado de conservação das habitações, priorizando a remoção em áreas menos consolidadas do ponto de vista habitacional. Em linhas gerais, as remoções por risco se articulariam à provisão habitacional e as remoções por frente de obra expandiriam o sistema viário com seu traçado acompanhando as unidades mais precárias nos miolos de quadra, segundo mapeamento dos níveis de precariedade das construções (figura 21). No trecho abaixo, o arquiteto Fábio Mariz Gonçalves explica como as exigências colocadas pelas concessionárias influenciam no desenho do projeto:

> Então você tem que, logo no início do processo, fazer um confronto entre o impacto das demandas dessas concessionárias e a remoção da comunidade conseqüente da necessidade de alargamento de vielas, vias, etc. Então a gente começa a fazer uma análise de qual é o tamanho do impacto dessas diretrizes, sejam elas mais exigentes ou menos exigentes, tentar negociar com as concessionárias a flexibilização desses parâmetros, senão você atinge números de remoções muito altos e desenhar essas alternativas pra poder avaliar a conseqüência de cada uma dessas diretrizes. Posto esse estudo, você monta duas ou três alternativas de remoção que você vai levar a discussão pra comunidade. (ZUQUIM; MAUTNER, 2013)

Figura 21 – Mapeamento dos níveis de precariedade das construções



Fonte: Freire, 2006,.

Desse estudo preliminar surgiram três alternativas de diferentes impactos que foram postas à apreciação dos moradores. Após ouvir a comunidade, a proposta final (figura 22) aproximou-se da situação de médio impacto, prevendo a remoção de 1.743 moradias – equivalente a 48% do total cadastrado –, e propondo a implantação de 998 novas unidades dentro dos limites da área. O restante seria construído em áreas externas.

Figura 22 – Proposta de consolidação habitacional – tipologias para encostas em vermelho e para áreas planas em laranja.

Fonte: Freire, 2006.

Foram desenvolvidas duas tipologias, uma para terrenos planos e outra para encostas. A tipologia para esse segundo tipo de terreno era bastante inovadora e buscava solucionar um problema muito comum quando se lida com provisão habitacional em encostas íngrimes: como as edificações são implantadas em platôs, restam somente taludes como espaços livres – áreas de difícil apropriação e sujeitas a novas ocupações. Para fazer isso, a ideia do escritório de arquitetura consistia em implantar o edifício no talude como elemento de contenção, enquanto as bermas serviriam como vias e espaços livres.

A gestão da prefeita Marta Suplicy foi interrompida antes do início das obras, mas, como a licitação já havia sido realizada, a intervenção foi assegurada.

1.2.4.2. **Executado**

O discurso expresso no novo Plano Municipal de Habitação (2009 –2024) elaborado pelas gestões José Serra (2005 – 2006) e Gilberto Kassab (2006 – 2012) não colocava em evidência as diferenças entre a política habitacional destas gestões e a de Marta Suplicy. As novas diretrizes continuavam tendo como base a garantia de direitos, mas o discurso não se sustentava quando confrontado com as ações tomadas pela Prefeitura (ZUQUIM, 2012). No Jaguaré, a mudança de gestão se refletiu no atraso do lançamento das obras, pois 60% dos recursos viabilizados para ser

destinados a 14 favelas, incluindo a do Jaguaré, foram destinados à urbanização de Paraisópolis. Conforme nos revela o vereador Paulo Teixeira em trecho abaixo, os recursos se viram em meio a uma disputa política:

> Vim a esta tribuna e falei: Vamos investir esses recursos que existem, do PEHP – Programa Especial de Habitação Popular – nas 14 favelas. O dinheiro está depositado na conta. Essas favelas já têm contrato. Foram prioridades estabelecidas pela Cidade. Por exemplo, a favela do Jaguaré: prioridade absoluta. Inclusive, ali milita, não sei se V. Exa. sabe, o Secretário de Planejamento da atual Administração, Sr. Francisco Luna. Ele tem uma entidade que presta serviços às crianças da favela do Jaguaré. Pois essa favela está para ser urbanizada com esse recurso, que não é da Prefeitura, mas que uma decisão equivocada retirou da favela e colocou em Paraisópolis, que não começou suas obras porque a licitação foi mal encaminhada. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2005)

Mesmo com esse impasse, que atrasou as obras, a urbanização começou no ano de 2006 e durou até 2011. Entre o projetado e o executado, uma série de modificações foram impostas ao projeto concebido originalmente (figuras 23, 24 e 25). Observa-se que as principais mudanças dizem respeito aos setores de remoção e provisão habitacional (MOURA; NAZARETH; DOMINGUES, 2015). Considerando a proposta delimitada pelo projeto anterior, os dois setores ao sul da gleba foram modificados, sendo que em um deles a remoção não foi executada e o outro foi dividido em duas partes. Enquanto em uma das partes foram realizados acessos entre estruturas de contenção, a outra recebeu uma grande área de lazer: a praça do Telecentro. Já no setor mais ao norte da gleba, em encosta próxima à Marginal Pinheiros, a área de remoção diminuiu consideravelmente e a proposta de utilizar os edifícios como elemento de contenção também não se concretizou.

Figuras 23, 24 e 25 – Situação anterior (acima), projeto Bairro Legal (meio) e *as built* (abaixo) – sem escala

Fonte: elaborado por Rafaela Masunaga e Lis Souza, acervo Napplac, 2016.

A intervenção foi profundamente centrada no componente habitacional. Enquanto nas áreas de provisão internas e nas "áreas de risco"[79] as obras removeram totalmente o tecido da favela e implataram um novo desenho urbano, no restante do assentamento a intervenção se limitou à regularização das ruas existentes, dos serviços urbanos e obras de drenagem pontuais. Como a maioria das novas vias propostas em projeto não foram abertas, persistiram habitações precárias situadas sobretudo em miolos de quadra (PISANI, 2011; ZUQUIM, 2012).

Contudo, a única alteração fundamentada em questões de ordem técnica foi o abandono da provisão habitacional no antigo setor azul, pois percebeu-se que o solo era composto por sucessivas camadas de lixo. Mesmo assim, essa modificação também é justificada ora pelo custo, ora pela falta de áreas de lazer na comunidade. Fora isso, as alterações do projeto e a consequente degradação de sua qualidade urbanística aconteceram por três principais motivos: (i) mudança da administração municipal, (ii) busca por soluções mais rentáveis por parte das empresas e (iii) desarticulação entre os atores do projeto (MOURA; NAZARETH; DOMINGUES, 2015).

As obras terminaram em 2011, resultando na remoção de 1.879 famílias e na produção de 1.012 unidades habitacionais. A regularização fundiária só foi concluída na gestão de Fernando Haddad (2013 – 2016), em novembro de 2015, com a entrega dos títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (Cuem) (PREFEITURA REGULARIZA 3,5 MIL MORADIAS NA COMUNIDADE NOVA JAGUARÉ, 2015). Com isso, a Favela Vila Nova Jaguaré ganhou sua atual designação frente ao poder público: Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré.

[79] Adota-se aspas na expressão "áreas de risco", entre aspas, para destacar seu uso no contexto das urbanizações de favela, âmbito em que este jargão é amplamente empregado para justificar remoções muitas vezes questionáveis. No caso da Vila Nova Jaguaré, observa-se que as áreas removidas por serem consideradas "de risco" são nitidamente maiores do que as efetivamente mapeadas como "áreas de risco" (cf. figura 20).

CAPÍTULO 2

APROPRIAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES NA VILA NOVA JAGUARÉ

CAPÍTULO 2 – APROPRIAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES NA VILA NOVA JAGUARÉ

Ao longo do capítulo anterior, acompanhamos a transformação de uma encosta no distrito do Jaguaré: inicialmente designada como parque público, foi ocupada enquanto favela e, mais tarde, formalmente consolidada como núcleo urbanizado. Distinguiram-se quatro etapas desse desenvolvimento que marcam distintos níveis de organização social, arranjos particulares de atores e diferentes características físico-urbanísticas, indicando transformações no espaço e em sua apropriação. Percorreu-se esse caminho na tentativa de situar o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré no processo histórico que produziu esta forma urbana peculiar: uma favela consolidada e regularizada, uma *favela urbanizada*[81].

Neste capítulo, porém, foca-se a análise no momento atual, buscando descrever a apropriação do espaço verificada nessa *favela urbanizada*. Apesar das obras haverem terminarado em 2011 e a pesquisa começado em 2014, notou-se que o espaço físico ainda estava em transformação. As áreas livres[82] produzidas pela intervenção estavam sendo ocupadas e se transformando em garagens, estacionamentos, moradias, bares, quitandas, cabeleleiros, restaurantes etc. O comércio local se desenvolveu e diversos proprietários construíam moradias de aluguel e reformavam as fachadas. Ainda, moradores apontavam diversos impactos no cotidiano, novas comodidades, oportunidades e conflitos.

Apesar do assentamento ter sido formalmente reconhecido, de ter apresentado melhorias em mobilidade e em qualidade de vida e ter desenvolvido a economia local, ainda constatava-se falta de controle urbano, qualidade insatisfatória dos serviços urbanos e novas situações de ilegalidade fundiária. Ou seja, conquistaram-se direitos, mas ainda restavam alguns a alcançar; entraram serviços urbanos, mas não como nos bairros centrais. O controle urbano seguiu sendo privilégio desses mesmos bairros e a questão fundiária foi parcialmente resolvida, pois logo se apresentou um

[81] O termo favela urbanizada é utilizado no sentido de diferenciar favelas que passaram por processos de urbanização envolvendo regularização urbanística e/ou fundiária.
[82] Neste trabalho, entende-se como áreas livres espaços de domínio público não edificados, tais como calçadas, ruas, vielas, becos, praças, taludes, gabiões, excluindo-se portanto as áreas privadas não edificadas.

novo impasse. Nesse contexto, desdobraram-se novos processos urbanos e atividades socioeconômicas e marcou-se uma "nova realidade", tanto no imaginário quanto no cotidiano da população.

Esse momento atual foi descrito de diferentes formas, pois cada interlocutor tinha uma percepção diferente baseada nas suas experiências individuais. Posicionavam-se quanto à urbanização e seus impactos e qualificavam o momento atual pautados em mudanças concretas no seu cotidiano. Os assuntos mais comentados eram os conflitos instaurados por duas atividades: as reocupações e os bailes funk. Em ambos os casos, notava-se que diferentes grupos com diferentes interesses ingressavam na disputa pelas áreas livres, muitas vezes projetando usos incompatíveis. Por isso, empregavam diversas estratégias para implantar os usos pretendidos, impondo alguns grupos autoridade através da violência, outros investindo recursos próprios ou recorrendo a agentes externos.

Contudo, surgiam também posições intermediárias, produzidas a partir da combinação desses interesses aparentemente antagônicos. Ou seja, existiam olhares "hegemônicos" sobre as áreas livres que, relativizados e combinados, permitiam múltiplas formas de apropriação. As áreas livres eram vistas como possibilidade para moradia, espaço de lazer ou fonte de renda, o que possibilitava diferentes arranjos: a produção de moradias como fonte de renda, a promoção de festas coletivas que geravam oportunidades de trabalho informal etc. A partir daí, notou-se que a forma como os sujeitos apreendem as áreas livres diz muito sobre como sua apropriação se estrutura. Afinal, a apropriação não deriva justamente dos diferentes significados que o espaço evoca? Não seriam exatamente as principais formas de perceber e se relacionar com o espaço que estruturam a apropriação? Nesse sentido, o estudo da apropriação se converte em análise sobre os diferentes significados atribuídos ao espaço (GARCIA, 1976).

Neste capítulo, pretende-se retratar a trajetória de pesquisa, partindo das primeiras impressões sobre processos urbanos que impactaram na apropriação dos espaços coletivos para, em seguida, revelar como os diversos posicionamentos ao redor de novas atividades trouxeram à tona três olhares que regem a apropriação de áreas livres. Olhares estes que estiveram presentes ao longo de toda a formação do

assentamento e apontam para outro entendimento sobre o espaço da *favela urbanizada* e sobre as formas como é apropriado.

2.1. **TRANSFORMAÇÕES QUE SALTAM AOS OLHOS**

Em junho de 2014, durante a minha primeira visita à Vila Nova Jaguaré, já era possível notar transformações na apropriação do espaço. Das obras de urbanização resultaram não só novas praças, escadas, calçadas, taludes e gabiões (figuras 26 e 27), mas também equipamentos e outras benfeitorias que passavam a fazer parte do cotidiano da comunidade. Aliadas à promessa de regularização fundiária – satisfeita com a entrega da concessão de uso em 2015 –, essas novas condições do assentamento estimulavam uma série de dinâmicas urbanas.

Chegando à Praça 11, pedestres e automóveis contruibuíam ao movimento intenso das ruas: um caminhão abastecia um pequeno mercado, um utilitário dos correios distribuía leite, comerciantes sentavam-se em frente às suas lojas, algumas crianças brincavam perto de mesas na calçada de um bar. Fosse pela variedade de comércio e serviços à disposição dos moradores ou pelas obras em diversas lajes, o desenvolvimento da comunidade era notório.

Transitando por suas ruas principais, observavam-se padarias, cabeleireiros, açougues, quitandas, lojas de roupa e de utensílios, bares, pizzarias, restaurantes. Algumas moradias e comércios destoavam do entorno pelo tratamento cuidadoso das fachadas (figuras 28 e 29), o que era perceptível nos eixos mais consolidados. Mesmo limitadas à regularização e pavimentação de vias, as melhorias em mobilidade facilitaram a vida dos moradores, dando acesso a serviços como correios, peruas escolares, entregas a domicílio e caminhões de abastecimento. No entanto, se esse desenvolvimento era notório nas principais ruas, constatava-se a perenidade e a reprodução de diversos problemas em locais menos acessíveis.

A precariedade habitacional, por exemplo, não foi devidamente enfrentada. Embora as antigas "áreas de risco" realmente concentrassem as moradias mais precárias, as condições de habitabilidade de moradias em miolo de quadra também já haviam sido determinadas no projeto de urbanização como insatisfatórias. Por isso, o projeto original previa a abertura de novas ruas e vielas, proporcionando

melhor acessibilidade, iluminação, ventilação e viabilizando o desenvolvimento destas áreas. Porém, como praticamente não houve abertura de novas vias, restaram condições de precariedade em miolos de quadra, mesmo que encobertas pela transformação na paisagem dos eixos mais consolidados.

Figuras 26 e 27 – Áreas livres resultantes da intervenção – 2011 (esq.) e 2010 (dir.)

Fonte: Ligia Miranda, extraído de archdaily.com.br/br/01-182522/favela-nova-jaguare-setor-3-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo, acesso em 20/02/2017 (esq.); Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), acervo Napplac, 2016 (dir.).

Figuras 28 e 29 – Fachadas redecoradas – maio de 2015 (esq.) e maio de 2016 (dir.)

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016 (esq.); Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016. (dir.).

Persistiam também problemas de drenagem; além da maioria das praças, vielas e acessos não ter sido contemplada com iluminação pública. Ainda, o tráfego de veículos não foi regularizado, ou seja, não havia qualquer sinalização vertical indicando locais onde era proibido estacionar ou o sentido das ruas, o que colaborava para engarrafamentos nos horários de pico e em finais de semana. Fora as quadras esportivas, o único equipamento realizado foi o Telecentro (figura 30), que seria um espaço público e gratuito, com mesas e cadeiras e computadores conectados a internet, mas que, por motivos desconhecidos, foram retirados pouco tempo depois de sua inauguração.

Figura 30 – Fachadas redecoradas – maio de 2015 (esq.) e maio de 2016

Fonte: Daniel Ducci, extraído de archdaily.com.br/br/01-182522/favela-nova-jaguare-setor-3-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo, acesso em 20/02/2017.

Fosse pela fragilidade das soluções técnicas implementadas ou pela falha gestão do assentamento após as obras, despontava um tratamento diferenciado em relação ao resto da cidade. A coleta de lixo não abrangia todos os domicílios, o cálculo por média das tarifas de água e luz produzia distorções absurdas e a iluminação pública não alcançava todas as vielas. A regulação urbana não se aplicava e tampouco eram realizadas ações de controle urbano. Apesar de inúmeras denúncias, verificou-se reocupações[83] em diversos pontos.

[83] O termo reocupação, neste caso, refere-se ao processo de retomada de áreas públicas resultantes da obra de urbanização que apropria e transfere o uso de coletivo/público à privado.

Protagonistas das transformações mais perceptíveis, as reocupações se concentravam principalmente nas antigas "áreas de risco", encostas com alta declividade e áreas de alagamento onde todo o edificado foi removido e o espaço foi totalmente redesenhado. Duas dessas áreas haviam recebido conjuntos habitacionais cuja implantação resultou em taludes, gabiões, passeios, praças e ruas – novos espaços coletivos. Já a terceira área, ao sul da gleba em encosta a oeste da rua Três Arapongas, foi dividida em duas partes que receberam tratamentos diferentes (cf. figuras 24, 25 e apêndice A).

Na parte mais próxima ao conjunto Cingapura da mesma rua, havia sido construída uma grande praça dividida entre taludes e áreas verdes, onde foram implantados o Telecentro, duas quadras esportivas e uma escada metálica que conecta suas partes baixa e alta. Embora a praça não tenha nome, alguns a chamam de praça do Telecentro. Já na outra parte, que também apresenta alta declividade, foram construídos taludes e acessos de pedestre e, em um pequeno largo do passeio, foi implantada uma academia ao ar livre.

As primeiras construções em áreas de domínio público foram observadas nessa encosta onde se encontrava a academia ao ar livre, local bastante escondido e com muitas áreas disponíveis. No decorrer da pesquisa, apontaram-nos que se tratavam de ocupações lideradas pelo crime, que passou a comercializar terrenos de domínio público, além de alugar e vender unidades habitacionais prontas. Também, relataram-nos histórias de moradores que as haviam denunciado e foram expulsos da comunidade como forma de retaliação.

Nesse momento, já se podia notar um dos padrões mais recorrentes de reocupação: construções alicerçadas nas bases de taludes que avançam sobre as estruturas de contenção na medida em que verticalizam (figuras 31 e 32). Em 2014, já existiam famílias morando nas novas edificações, que chegavam a seis pisos, cada qual com até três unidades autônomas. Em junho do mesmo ano, pilares e vigas sobre acessos desenhavam uma nova forma de reocupação, transformando escadas e passeios em túneis de pedestre (figuras 33 e 34). Apesar de já apresentar indícios de novas fundações, o largo da academia ao ar livre ainda resistia e seguia sendo utilizado por crianças que soltavam pipa e brincavam (figuras 35 e 36). Entretanto, no

segundo semestre de 2015, todo o mobiliário foi retirado e, em 2016, o largo já havia sido tomado (figura 37).

Em outras partes da Vila, a retomada das áreas livres se deu de forma diferente. Na porção mais ao norte da gleba, em antiga zona de risco de alagamento, começaram a surgir estabelecimentos comerciais e garagens sobre calçadas e alargamentos de via antes mesmo de 2013. Com o tempo, algumas garagens foram consolidadas em alvenaria e, depois da construção do segundo piso, transformadas em moradias (figuras 38 e 39). Próximo aos edifícios do conjunto Nova Jaguaré, iniciou-se, na primeira metade de 2015, uma reocupação com padrão semelhante aos primeiros processos verificados, com as edificações apoiando em estruturas de contenção. No mesmo período, as áreas condominiais do Cingapura próximo a Marginal Pinheiros também começaram a ser ocupadas (PUXADÃO: FAVELA CRESCE DENTRO DE ÁREA DO CINGAPURA, 2015). Fora dos limites do conjuto, em nesgas remanescentes, construíam-se mais moradias e, ao pé do Morro do Sabão, uma rua sem saída tinha seu acesso restrito por uma corrente trancada com cadeado e funcionava como estacionamento (figuras 40 e 41).

Figuras 31 e 32 – Reocupações de taludes – maio de 2013 (esq.) e junho de 2014 (dir.)

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016 (esq.); Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016 (dir.).

Figuras 33 e 34 – Reocupações sobre vias de pedestre – junho de 2014 (esq.) e junho de 2016 (dir.)

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016 (esq.); Sofia Toi, acervo Napplac, 2016 (dir.).

Figuras 35 e 36 – Largo da academia ao ar livre – maio de 2013 (esq.) e junho de 2014 (dir.)

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016 (esq.); Claudia Bastos Coelho, acervo Napplac, 2016 (dir.).

Figura 37 – Largo da academia ao ar livre reocupado – junho de 2016

Fonte: Sofia Toi, acervo Napplac, 2016.

Figuras 38 e 39 – Garagem transformada em moradia – junho de 2014 (esq.) e maio de 2015 (dir.)

Fonte: Márcia Prestes, acervo Napplac, 2016 (esq.); Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016(dir.).

Figuras 40 e 41 – Reocupações (esq.) e restrição de acesso (dir.) em via ao pé do Morro do Sabão – novembro de 2015

Fonte: Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016.

Em geral, as moradias eram construídas em todos os locais onde fosse possível. Onde não havia espaço físico, proliferavam pequenos comércios (lojas, quitandas, bares etc) e locais acessíveis a carros se tornavam estacionamentos (figuras 42 e 43). Por outro lado, em resposta a esses processos que começavam a ameaçar praças, duas iniciativas buscaram preservar o uso coletivo do espaço.

Em encontro promovido em maio de 2015 pelo projeto Praças Vivas, coletivo externo que atua na região do Butantã e do Jaguaré, moradores foram convidados a pensar em maneiras de utilizar a praça do Telecentro em benefício da comunidade. Constatou-se a subutilização da praça e do equipamento, apontando-se também alguns motivos que comprometiam sua apropriação coletiva: na praça, ausência de bancos, iluminação e espaço para as crianças; no Telecentro, de mobiliário e computadores. O resultado do encontro foi a construção de um parque infantil em um dos cantos da praça (figura 44). Já em outra praça, resultante da implantação do conjunto Nova Jaguaré, condôminos optaram por cercar o acesso a um dos edifícios e utilizá-lo como área de uso condominial (figura 45), impedindo o avanço das ocupações ou outros usos. A paisagem evidencia um cuidado especial com a imagem: a grama amarronzada do restante da praça contrasta com as pequenas árvores e canteiros bem arranjados das áreas cercadas.

Figuras 42 e 43 – Pequenos comércios em calçadas estreitas (esq.) e estacionameto na praça do Telecentro (dir.) – dezembro de 2014 (esq.) e novembro de 2015 (dir.)

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016 (esq.); Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016 (dir.).

Figuras 44 e 45 – Parque infantil (esq.) e portão de entrada da área condominial (dir.) – outubro de 2015 (esq.) e maio de 2016 (dir.)

Fonte: Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016.

Em 2016, todas as áreas que foram totalmente removidas e redesenhadas já apresentavam reocupações, exceto as áreas verdes e alguns taludes da praça do Telecentro. Desde as primeiras visitas em 2014, já se observavam fundações nos gramados dessa grande praça, mas as primeiras reocupações se deram no ano seguinte, começando nas cristas de taludes e avançando sobre a encosta (figura 46). Subitamente, no segundo semestre de 2015, a praça começou a ser "loteada" (figura 47) e, em maio de 2016, foi tomada por trabalhadores, transformando-se em um grande canteiro de obras (figura 48). Hoje, tanto a praça do Telecentro quanto a área da academia ao ar livre estão quase totalmente ocupadas por moradias, a maioria para serem alugadas (figura 49). Em caderno de campo, registrei as impressões de uma de minhas passagens pela praça do Telecentro, em um momento de arrancada das obras:

> Chegando na altura da praça, vejo homens carregando sacos de cimento. Percebo que as obras avançaram muito nos últimos dias. Pilhas de cascalho e areia tomam parte das escadarias. O "esqueleto" das unidades já está estruturado. Pelos pilares e vigas, percebe-se que as construções avançarão sobre os acessos. Em outros pontos da praça, as fundações antecipam o aspecto final da ocupação. Hoje, a praça estava completamente tomada por trabalhadores, alguns uniformizados. Em uma passagem de olhar, consigo ler um nome de empresa nas vestes azul-escuro de alguns dos operários. Com uma rápida pesquisa no Google, descubro que é uma empresa de engenharia e fundações. Mesmo estarrecido com o avanço das obras – havia duas semanas que não passava por ali –, continuo meu caminho sem olhar para trás para não levantar suspeitas, o que me

permite passar lá mais vezes sem ser notado ou reprimido. (anotações de caderno de campo, 5 mai. 2016)

Figuras 46 e 47 – Reocupação sobre talude (esq.) e áreas verdes "loteadas" (dir.) – outubro de 2015.

Fonte: Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016.

Figuras 48 e 49 – Praça do Telecentro como um grande canteiro de obras (esq.) e com edifícios quase finalizados (dir.) – abril de 2016 (esq.) e setembro de 2016 (dir.)

Fonte: Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016.

Com o tempo, passei a identificar mais facilmente quais eram as construções do crime[85]. Apresentavam tipologia semelhante, com unidades autônomas e metragem bastante reduzida, e horários de trabalho que coincidiam com a jornada formal. Aparentemente, sua produção envolvia relações de trabalho. Apresentavam técnicas construtivas mais elaboradas e contavam inclusive com trabalhadores que vestiam uniformes com o logo de uma empresa de engenharia[86]. Principalmente, demonstravam um processo detalhado de planejamento e gestão das obras, o que ficou bastante claro na reocupação da praça do Telecentro. Primeiro, foram feitas marcações ao longo de toda a praça, como se ela estivesse sendo loteada. Em seguida, escavou-se as sapatas das edificações nos locais de implantação mais adequados, abrangendo praticamente todas as áreas verdes. Terminada a fundação, foi feita a concretagem do beldrame, novamente de forma simultânea em todas as contruções da praça, erguendo-se, assim, as paredes em materiais que variavam entre blocos cerâmicos e de concreto.

As edificações do crime apresentam mais de uma unidade por piso e chegam a até seis pavimentos construídos de uma vez só. Uma vez terminadas, as unidades são alugadas por, em média, 600 reais – 50% a mais do que o auxílio aluguel atual, de 400 reais. Ainda, pareciam ser "supervisionadas" desde o princípio da ocupação; quando visitávamos a área nosso grupo de pesquisa, nós sempre sentíamos os olhares, mas, em uma ocasião em particular, fomos abordados de forma bastante hostil por um homem que carregava uma cavadeira. Ele ficou preocupado pois tirávamos fotos, mas, quando os ânimos se arrefeceram, afirmou: "a culpa é da prefeitura [referindo-se ao projeto executado], ela que deixou todo esse espaço vazio pra ocupar".

As construções do crime contrastavam, portanto, de outras que tomavam o espaço público. Enquanto o crime produzia edifícios de apartamento, outras reocupações começavam em geral com estruturas mais precárias e usos mais simples, sendo as garagens de madeira o principal exemplo. Em seguida, evoluíam para

[85] É necessário esclarecer, contudo, que cada uma dessas moradias é construída por um indivíduo diferente, e nem todos são membros do crime. Entretanto, como a grande maioria das unidades lhes pertence, optou-se por empregar esta generalização.

[86] Não foi possível saber, no entanto, a relação que estes trabalhadores tinham com a empresa, se todavia estão empregados, se são trabalhadores egressos ou se não possuem vínculo algum e somente estavam utilizando os uniformes.

estruturas mais consolidadas e com usos mais diversos, associando moradia, comércio e serviços. A rapidez e o nível de organização das obras e a presença de moradias de aluguel eram os principais indícios que apontavam para construções do crime.

Com o avanço das ocupações, na tentativa de preservar o uso comum dessas áreas, outros grupos mobilizavam-se para ocupá-las com equipamentos e usos coletivos. A primeira dessas iniciativas veio de moradores que residiam em um dos edifícios do conjunto Nova Jaguaré e optaram por cercar a porção da praça que dá acesso ao prédio. Pintaram e rearranjaram os bancos de concreto dentro dos limites do "condomínio" e plantaram outras árvores e arbustos em canteiros. Poucos meses depois, o projeto Praças Vivas ingressou na comunidade. O coletivo havia obtido verba de uma rede de supermercados e pretendia aplicá-la para estimular o uso da praça do Telecentro. Por isso, organizou-se um encontro com moradores. Cerca de 30 pessoas compareceram, e o projeto culminou na construção de um parque infantil. A última das ações verificadas partiu de um "líder comunitário" em resposta a um boato sobre uma nova tentativa de reocupação da praça do conjunto Nova Jaguaré. Articulando contatos políticos, ele viabilizou verba pública para a construção de uma quadra esportiva e uma academia, mas que até o momento não foram implantadas.

2.1.1. Do aparente ao oculto

Esse era, portanto, o perfil da apropriação do espaço que observei em uma favela recém-urbanizada. Em um primeiro momento, notou-se que o físico-urbanístico seguia sendo retificado durante o pós-obra e era possível traçar alguns paralelos com os processos urbanos desencadeados pelo novo contexto de inserção urbana e a garantia de permanência dada pela regularização fundiária. Anotações no diário de campo destacam o cenário observado:

> Dos processos observados, ressaltamos o aumento das moradias de aluguel, em grande parte fruto da valorização imobiliária, verticalização e investimentos nas habitações, indicando maior segurança da posse, e intensa reocupação de espaços livres, principalmente taludes e áreas verdes. (anotações de caderno de campo, 2 jun. 2014)

Esses processos, porém, já eram empiricamente observados em diversos núcleos urbanizados, resguardadas as especificidades locais. Ainda assim, não deixava de ser impressionante a forma como transformavam a imagem da Vila Nova Jaguaré. Novos comércios, fachadas redecoradas, lajes em obra, edifícios cada vez mais altos, carros, motos, garagens, estacionamentos, escavações em praças, calçadas, taludes e escadas: o espaço físico se transfigurava.

Embora fosse possível descrever a apropriação, essa perspectiva externa limitava-se à sua expressão física. Dificilmente ia-se além da descrição de processos comumente observados: verticalização, valorização, aumento das moradias de aluguel, perenidade da precariedade. Alcançava-se somente a aparência do fenômeno, adotando-se uma postura comum no campo de estudos das urbanizações de favela de centralizar a análise na intervenção. Com isso, grande parte das críticas se voltavam ao projeto executado, à mercantilização do espaço e ausência do Estado no período pós-obra. As reocupações eram atribuídas ao baixo potencial de uso dos espaços produzidos e diversos processos instaurados eram vistos como consequência da "*terceira camada*" (MAUTNER, 2010, p. 257, itálico do autor) da produção do espaço das favelas e periferias – o capital.

No entanto, as formas como o espaço era apropriado revelavam muito mais do que sua mercantilização. Afinal, como compreender a produção de moradias de aluguel por grupos organizados, a construção de garagens e comércios por famílias e a implantação de um parque infantil por um coletivo externo unicamente sob o prisma do espaço-mercadoria?

De fato, é nítido que, após a urbanização, houve uma inflexão na relação da população com o espaço, pois abriram-se novas oportunidades de ascensão social. Inclusive, esse novo momento viabilizou para muitos a chance de "sair da favela", fosse construindo moradias de aluguel, vendendo seu imóvel ou, como no caso de alguns comerciantes, simplesmente pelo impacto positivo em seus negócios. Agentes externos também passaram a apostar no potencial do comércio local, investindo em padarias, açougues, bares etc. Paralelamente, famílias se viram obrigadas a mudar para outras favelas e periferias devido à alta no preço dos aluguéis.

Entretanto, essa é só mais uma das lógicas que rege a apropriação do espaço nessa *favela urbanizada*. Emergiram diferentes olhares que projetavam distintos valores sobre o espaço: a mesma praça que é usada para "jogar bola" também sofre com iniciativas de moradores que expandem suas casas, do crime que constrói moradias para venda ou aluguel e de proprietários de carros que a transformam em estacionamento. Fruto da relação destes diversos interesses projetados sobre o espaço, formas de apropriação antigas se reiventam e novas práticas se instalam, misturando opressões e virtudes do passado com oportunidades e impasses do presente, novos e antigos paradigmas. Faz-se necessário, portanto, revelar algum nexo de sentido que permita apreender a lógica da apropriação, investigar nos diferentes olhares os valores que a estruturam.

Para tanto, buscou-se no cotidiano da comunidade, na memória e nos posicionamentos da população novas chaves interpretativas que permitissem uma ampla compreensão da apropriação do espaço que se desenvolve na Vila Nova Jaguaré. A primeira atividade realizada com moradores foi uma oficina na qual se propôs discutir e mapear os impactos da urbanização. A partir daí, aprimorou-se um olhar etnográfico que introduziu desvios nas teorias do pesquisador e norteou a análise de acordo com pistas que se apresentavam ao longo das entrevistas e percursos de campo e até enquanto buscava-se os antecedentes da comunidade.

2.1.2. "A urbanização trouxe coisas boas e ruins"

A porta de entrada para a "experiência etnográfica" (MAGNANI, 2009)[87] foi a oficina "A Vida na Nova Jaguaré", realizada em junho de 2015 em parceria com o Centro Cultural e Profissionalizante da Congregação de Santa Cruz (CCP). Além de outros métodos e materiais, utilizou-se fotos aéreas de antes e depois das obras e adesivos com imagens que representavam palavras-chave (pictogramas) com o objetivo de era mapear impactos positivos e negativos produzidos pela intervenção

[87] Para o autor, a "prática etnográfica" consiste no componente planejado e contínuo das pesquisas em etnografia, enquanto a "experiência etnográfica" estaria associada aos aspectos descontínuos e imprevistos relacionados principalmente ao trabalho de campo. A expressão "experiência etnográfica" é usada em duas circunstâncias: para enfatizar uma primeira impressão sobre um fato desconhecido ou como experiência reveladora, quando passa-se a enxergar a realidade além das aparências (MAGNANI, .2009).

(figura 50) (ARES&RISLER, 2013). Como coordenador, participei de todas as etapas de desenvolvimento, incluindo preparação, divulgação, montagem, além de moderar o grupo de trabalho que tratava da dimensão Espaço Público, um dos quatro eixos da pesquisa.

Figura 50 – Pictogramas e mapeamento resultante do grupo de trabalho Espaço Público

Fonte: elaborado por Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016.

Dois meses antes do evento, durante a fase de divulgação da oficina, já começavam a surgir olhares bastante interessantes sobre a intervenção. Isso porque, ao explicar que iríamos "conversar sobre o que vocês acham da comunidade hoje e o que mudou com a urbanização", nossos interlocutores em geral sentiam a necessidade de qualificá-la, traduzir suas experiências individuais em um posicionamento. Dependendo do perfil e da vivência de cada um, emergiam percepções mais ou menos rígidas sobre os benefícios da intervenção. Enquanto alguns não tinham dúvidas sobre a melhoria na qualidade de vida, o discurso

predominante tanto na oficina quanto nas entrevistas tensionava essa visão: "a urbanização trouxe coisas boas e ruins".

Para eles, as melhorias estavam principalmente relacionadas à segurança da posse, inserção urbana e provisão de infraestrutura. Apesar da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (Cuem) ser questionada por não transferir a propriedade ao beneficiário ("não é um documento da casa, é um termo de uso"), a regularização da moradia era celebrada juntamente com o atendimento individualizado em água e luz, pois produziam sentimento de proteção contra possíveis arbitrariedades. Consequentemente, e também pelo aumento do poder aquisitivo da última década, passaram também a planejar mais confiantes a expansão da moradia, seu embelezamento e a investir em comércio e unidades para locação. De fato, essa segurança se transmitiu em uma maior preocupação com a imagem das construções, verticalização e valorização, todos esses processos em geral tidos como positivos, também, contribuindo para a "diminuição do estigma de favela".

Por outro lado, a regularização das ruas favoreceu não só a mobilidade urbana, como também conectou a comunidade a diversos serviços que antes não chegavam até lá. Agora, entram na Vila peruas escolares, carros dos correios, caminhões de entrega, caminhonetes com material de construção, motoboys. O aumento no fluxo de automóveis afastou as crianças que brincavam nas ruas, mas "melhorou porque é mais fácil pra se movimentar, ir pra outros lugares". Apesar de alguns problemas que persistem, a pavimentação de ruas e vielas associada às soluções em drenagem facilitaram em muito a acessibilidade peatonal, principalmente em dias de chuva.

Embora a rua tenha perdido um pouco esse papel de espaço cotidiano de socioabilidade dos jovens, muitas oportunidades estão atualmente disponíveis para eles, viabilizadas por projetos que visam sua inserção social: "só não faz quem não quer". Estão presentes no bairro do Jaguaré coletivos de teatro, artes marciais, recreação infantil, capacitação profissional, apoio escolar, entre outras entidades que promovem atividades no contraturno escolar, grande parte com o intuito de "tirar o jovem da rua para afastá-lo da violência". Junto a escolas e equipamentos do bairro, muitas dessas compõem a Rede Por Um Jaguaré Mais Feliz, que tem por objetivo "promover ações que contribuam ao desenvolvimento do bairro".

Além disso, verifica-se a presença de novas atividades de lazer, seja pelo surgimento de novos bares, lanchonetes e restaurantes ou pela apropriação das novas praças, quadras, equipamentos e melhor condição das ruas. O Telecentro, equipamento cuja gestão foi abandonada pelo poder público, passou a ser utilizado por coletivos do bairro para ministrar aulas ou promover eventos. Já as quadras esportivas da praça do Telecentro, antes da reocupação, costumavam ser utilizadas por jovens e adultos para "jogar bola". Em outras ocasiões, festas de funk também tomavam a praça. Da mesma maneira, as ruas, que, desde a década de 1990, já eram amplamente utilizadas para festas de vizinhança ou *shows* com carro de som, também tiveram suas formas de apropriação reinventadas e hoje abrigam bailes de forró e funk promovidos por donos de bares.

Assim, comecei a me deparar com uma das atividades mais controversas entre os moradores: os bailes funk. Para muitos dos interlocutores da pesquisa, esses bailes marcavam a grande diferença entre o cotidiano de antes e depois da intervenção. Perguntados sobre "o que mudou com a urbanização", respondiam de pronto: "antes não tinha baile funk". O impacto dos bailes no cotidiano da população é forte principalmente pela frequência com que são realizados. Ocorrem praticamente todos os finais de semana, às sextas e aos sábados e, eventualmente, aos domingos, e ocupam algumas ruas específicas até a manhã do dia seguinte. Em geral, são promovidos por donos de bares situados nos eixos mais consolidados, existindo certa mobilidade entre as ruas Três Arapongas, 4 de Dezembro, Três (próxima ao conjunto Nova Jaguaré), a praça 11 e a praça do Telecentro.

Apesar dessa visão crítica em relação aos bailes funk ter sido bastante predominante durante a pesquisa – principalmente dado o perfil das famílias às quais se teve acesso, religiosas e mais antigas na área –, essa perspectiva certamente não é unânime. Se, de um lado, existe uma visão criminalizada do funk, associando-o a violência, drogas, roubos, furtos e promiscuidade, manifesta-se, principalmente entre os jovens, um outro olhar que os toma como manifestação cultural legítima e atividade de lazer inédita na comunidade. Para estes últimos, o funk no Jaguaré é motivo de orgulho e reforça um sentimento de pertencimento ao bairro. Os "batidões", como também são chamados, atraem multidões e conectam a Vila Nova

Jaguaré ao *circuito* (MAGNANI, 2014)[88] do funk metropolitano: "vem gente até de outros municípios!". Se antes os jovens diziam não ter grandes motivos para valorizar sua comunidade, hoje chamam amigos de outras partes da cidade para aderir aos bailes:

> (...) o Jaguaré é um ponto de referência do funk. Não tem nem Rio Pequeno, nem Vila Dalva, nada que faça funk igual ao Jaguaré. O Jaguaré é um ponto que faz funk e vem muita gente, vem cerca de... dependendo se o funk for bom, chega a ter até 2 mil pessoas. E pessoas espremidas, espremidas mesmo, um do lado do outro. (informação verbal)

2.1.3. Novos conflitos

Durante os trabalhos de campo, processos urbanos como verticalização e valorização imobiliária não costumavam ser problematizados, mas os bailes funk e as reocupações do crime ganhavam centralidade como verdadeiros "dramas", conflitos latentes que ainda estavam buscando um equilíbrio. A título de exemplo, depois da oficina que realizamos, ficamos sabendo de um grupo de pessoas que passaram para perguntar se "iríamos fazer alguma coisa para acabar com os bailes funk". Quanto às reocupações, o conflito permanece silencioso, pois o crime estava envolvido: "a gente não pode falar nada". Porém, na medida em que avançavam, o sentimento de injustiça se tornava cada vez mais forte.

Conforme comentado anteriormente, a rua sempre foi utilizada como lugar da festa, e a reocupação de áreas livres também não é fato inédito. Então, por que os bailes funk são alvo de tantas críticas e os de forró não? Por que, de todas as formas de reocupação, somente as do crime são ilegítimas? O que diferenciava o funk de outras festas de rua do passado e do presente e o que fazia as construções do crime incomodarem mais que outros comércios, garagens, estacionamentos e moradias que

[88] A categoria *circuito* é usada por Magnani (2014) para distinguir uma configuração espacial não necessariamente contígua produzida nos deslocamentos de pessoas, objetos e informações dentro do contexto de alguma prática social ou de vários atributos que caracterizam um "modo de vida compartilhado" (parágrafo 24º). Neste trabalho, o *circuito* funk se refere ao conjunto de promotores, músicos, apreciadores, marcas, estilos, comportamentos, lugares etc que estão relacionados à "cultura funk".

ocupavam espaços coletivos? Para responder a essas perguntas, destrinchemos essas atividades polêmicas buscando a raiz do conflito.

No caso dos bailes funk, o conflito é potencializado pela frequência e pelo porte dos eventos. Os bailes tomam ruas inteiras e duram até a manhã do dia seguinte. Às vezes, são interrompidos pela polícia de forma truculenta – balas de borracha e gás lacrimogêneo. Dependendo dos DJs que se apresentam e da repercussão da divulgação, podem chegar a atrair mais de mil pessoas e, como na grande maioria das vezes são realizados na frente de bares, em ruas que não são muito largas, a multidão acaba por ocupar toda a extensão da rua. Para que o som chegue a todos, instalam caixas de som no meio das vias (figura 51), atingindo diretamente as casas. Moradores vizinhos aos bares reclamam que não conseguem dormir e dizem que é impossível sair de casa: "se uma pessoa passasse mal não tinha como socorrer" (figura 52). No dia seguinte aos bailes, é a sujeira que os incomoda: garrafas, copos, drogas e lixo no chão. Apesar de contratarem uma pessoa para fazer a limpeza, a "bagunça" é tamanha que demora horas para acabar o serviço:

> (...) não respeitam, fazem baile no meio da favela, sabendo que tem pai de família que acabou de chegar do trabalho pra dormir, ou tá saindo pra trabalhar e não dá porque tá tendo, sei la, 1000, 1500 pessoas na rua.. E a bagunça de hoje aqui no Jaguaré é isso. (informação verbal)

> Eles vendem droga como se tivessem vendendo doce. Eles gritam no meio da rua, olha o lança, olha a maconha, olha isso ou aquilo outro. (informação verbal)

Figuras 51 e 52 – Caixas de som na rua (esq.) e fotografia de um baile funk (dir.)

Fonte: facebook.com.br/bailedojb, acesso em 20/02/2017.

Embora essa visão negativa do funk fosse recorrente, surgiam outras formas de se relacionar com os bailes. Uma delas, já mencionada, era a visão dos frequentadores, que os têm como opção de lazer inédita no bairro. No mais, existem também aqueles que aproveitam o movimento dos bailes para trabalhar: vendem bebidas, lanches e até abrem suas casas e cobram pelo uso dos banheiros. Não só ambulantes, mas o comércio local também se beneficia: "a padaria, que fecha 22h, fica aberta a noite toda porque sabe que vai lucrar". Também, traficantes vendem entorpecentes.

> Muitas pessoas, elas alugam o próprio banheiro da casa. Assim, tá tendo funk aqui, aí coloca uma plaquinha lá, "Banheiro tal preço", aí a pessoa vai lá, bate na porta da casa da pessoa, paga um dinheiro, usa o banheiro da pessoa…
>
> (...) tem gente que vem com carro pra vender bebida, tem gente que vem com o carro pra vender comida, e lucra muito, lucra… Teve um amigo meu que ele, esse negócio de bebida, ele veio com o carro pra vender bebida… E o funk era à noite, começou acho que 23h na quinta e foi acabar na sexta, acho que umas 23h, quase 24h de funk. E ele ganhou cerca de... Quase 3 mil. Acabou a bebida, ele ia lá e buscava mais, e assim ia. Eles consomem muito e consomem e jogam no chão… Tomei uma garrafa de whisky aqui e jogo no chão. Eles não respeitam, lixo nem nada não. E, depois que acaba o funk, tem uma própria pessoa que eles pagam pra limpar a rua. (informação verbal)

Os bailes funk colocam em oposição dois grupos com interesses distintos: moradores que residem próximo aos bares e querem que os bailes acabem e donos de bares interessados no lucro proporcionado. De um lado, os moradores chamam a polícia, na tentativa de interrompê-los; do outro lado, alguns donos de bares fecham as portas durante a semana, escondendo-se para não sofrer pressão desses moradores. Dependendo do contexto de cada rua onde os bailes ocorrem e do grau de mobilização da vizinhança, o conflito pode se "resolver" ou seguir sendo disputado. Na praça 11, por exemplo, o funk parou de acontecer definitivamente. Embora não tenha sido possível saber ao certo o motivo, a pressão popular certamente contribuiu[89]. Também, relatou-se episódio na rua Três Arapongas em que

[89] Uma versão é a de que moradores entraram com uma ação na justiça, outra diz que a polícia "embaçou" porque o dono do bar negou o habitual "arrego" (proprina dada aos policiais para que

moradores se organizaram, chamaram a polícia e bloquearam a rua para que o baile não acontecesse. Já em locais onde os bailes seguem ocorrendo, moradores vizinhos procuram saídas para se mudar e o preço dos imóveis cai drasticamente (figura 53):

> Aí, simplesmente ele alugou uma casa bem do lado de um bar. E o contrato deles é assim, a gente vai alugar a casa, mas o mínimo que você tem que ficar é dois anos, se caso você sair você paga multa. A multa é o que, você paga quatro aluguéis e pode ir embora. Essa é a multa. Tipo, a pessoa paga 500 reais, aí a multa da pessoa vai ser dois mil, a pessoa paga os dois mil e vai embora. E muitos deles ficam na casa e depois que descobrem o funk vão embora, pagam o dinheiro e vão embora. Eles ganham muito dinheiro assim. (informação verbal)

> (...) eu tava procurando uma casa pra comprar aqui no Jaguaré, né… Aí, eu fui perguntar pra essa moça quanto ela queria… Ela falou: "Tô vendendo por 30, mas se você me der 25 mil você leva a casa...". Eu falei pro meu amigo, muito difícil você encontrar uma casa aqui por esse preço, né… Aí, depois que eu fui fazer uma pesquisa que eu descobri que era por causa do funk.
>
> (...) o preço que eu esperava ouvir era uns 60, 80 mil, porque geralmente é o preço de uma casa aqui no Jaguaré.
>
> (...) parece que a mulher tá desesperada pra vender, se você chegar com dez mil acho que ela vende. Vende, só pra sair de lá. Porque ela falou que já perdeu televisão, já perdeu copo, já perdeu muita coisa por causa do som. O som bate muito forte, de quebrar, de trincar vidro, janela… (informação verbal)

Figura 53 – Placa de "vende-se esta casa" em frente a um bar que promove bailes funk

Fonte: facebook.com.br/bailedojb, acesso em 20/02/2017.

façam "vista grossa") e uma terceira alega que um pastor fez uma "revelação" ao dono do bar de que, se ele não abandonasse os bailes, "a morte dele tava pronta pra chegar".

Com tantas formas distintas de se beneficiar ou ser prejudicado pelos bailes, surgem também posições intermediárias que tensionam esses olhares: pais que não aprovam que os filhos frequentem, mas saem para trabalhar; jovens que vão, mas criticam a "bagunça" no dia seguinte; famílias que não conseguem dormir, mas abrem suas casas para que usem o banheiro. Articulam-se perpectivas dominantes sobre o funk como "bagunça", lazer e fonte de renda, com toda a diversidade de interações que existe entre elas.

O conflito que envolve as reocupações guarda algumas similaridades com o do funk, salvo a grande diferença de ser silencioso. No entanto, na medida em que as reocupações do crime se tornavam mais visíveis, excedendo áreas com menor acessibilidade, eram cada vez mais questionadas e o conflito também transparecia.

A princípio, o que se percebia era um sentimento de impotência frente à tomada de áreas livres com potencial de uso coletivo para fins individuais. Ao presenciarem o desmantelamento de praças, parques infantis, bancos, mesas e outros equipamentos, os moradores lamentavam o esgotamento das melhorias trazidas pela urbanização. Sentiam-se tolhidos de sua voz, pois não podiam opinar sobre usos alternativos para o espaço. No caso das construções sobre estruturas de contenção, ponderava-se também o retorno das situações de risco, que ameaçava também as moradias adjacentes. Os trechos abaixo ilustram essa indignação diante da degradação de benefícios.

> Feio pra caramba isso aí, né? Pra gente seria melhor construir outra coisa, né? Um campinho de futebol... Mas a gente não pode falar nada, né? (informação verbal)

> A urbanização aqui no Jaguaré não foi beneficiada pra moradores, foi só pros bandidos. Porque aqueles espaços que sobraram, tinha mesinha pra você jogar dominó, tinha aqueles aparelho pra fazer ginástica, foi removido, eles tiraram pra fazer casa. (informação verbal)

> Arrancaram os negócios pra vender. Eles arrancam mas não desperdiçam nada. Teve um cara que ele arrancou uma mesa de concreto redonda, tinha umas cadeiras redondas também de cimento, e eles simplesmente cortaram o pé pra depois implantar em outro lugar. Eles fizeram e implantaram esses negócios dentro de um bar que eles fizeram lá na frente da antiga Caue.

> Aí simplesmente arrancaram a mesa de concreto, as cadeiras de concreto e colocaram em outro lugar. Mas pro uso deles, não pro uso da população. (informação verbal)

A partir da metade de 2015, quando as reocupações se intensificaram e diversificaram com a insurgência de outras iniciativas, ficou nítida a disputa pelas áreas livres. Pois, se antes as construções tomavam somente taludes, gabiões, acessos e seguiam avançavando em direção às praças, agora surgiam pequenas estruturas com usos variados e outras iniciativas que buscavam preservar o uso coletivo de praças.

No entanto, estas outras formas de apropriação que também transferem o uso de coletivo a privado não eram muito questionadas. O principal exemplo são as famílias que ocupam por não terem residência, única forma encontrada para resolver seu problema de acesso à moradia e que expressa a gênese das favelas: o impasse habitacional brasileiro. Porém, existem outros tantos casos que também não estão na centralidade do conflito, como garagens, estacionamentos, quitandas, bares, lojas e restaurantes construídos em espaço público. Uma grande diferença em relação às reocupações geridas pelo crime é que essas iniciativas são, em geral, individuais ou familiares e encerram disputas mais equilibradas, limitadas a um orçamento mais modesto, em que cada agente ocupa um pedaço de terra para empreender conforme seu interesse.

Essa reocupação diversa ocorreu principalmente ao redor dos conjuntos habitacionais. Como observador externo, era bastante interessante ver a rigidez nas formas urbanas que resultaram dos projetos habitacionais ser superada com estas soluções informais. O órgão financiador impossibilita a diversidade de usos nos conjuntos habitacionais; áreas verdes e calçadas transformam-se em marcenarias, bares, lanchonetes, restaurantes, quitandas, lojas, cabeleileiros. Os conjuntos não incluem garagens ou estacionamentos; veículos tomam alargamentos de vias e outras áreas acessíveis. Até as grades e cercas, comumente rejeitadas pelos arquitetos por motivos pertinentes, tornavam a fazer sentido pela conjuntura de forças local; acessos de edifícios dos conjuntos habitacionais foram gradeados para preservar o uso coletivo do espaço. Em muitos aspectos, a apropriação dialoga diretamente com o

projeto implantado, muitas vezes apontando soluções mais apropriadas à realidade local.

Talvez por isso fossem mais toleradas, já que atendiam a demandas locais e contribuíam para uma diversidade de usos, sobretudo com serviços voltados para a comunidade. Mas há também outros entendimentos, ligados a escassez histórica de espaços livres na favela, vistos como possibilidade de moradia na cidade, que fez com que parecessem desperdício de pontencial construtivo, espaço vazio. De fato, grande parte das reocupações se dava em áreas com baixíssimo potencial de uso, como taludes, gabiões, além de calçadas e áreas verdes em desuso que acumulavam lixo e entulho. O trecho abaixo, extraído de caderno de campo, traz o registro de uma conversa em que duas amigas defendem suas diferentes posições sobre as reocupações.

> Em meio à conversa, ouvíamos o barulho das construções. Uma das mulheres brinca com a outra dizendo que também vai reclamar seu pedaço da praça em ocupação. As duas riem. Com mais seriedade, argumenta que não é contra as invasões. Em outro momento, ela já havia colocado que deveriam ter construído sobrados no local. A outra replica. Se diz contrária às invasões, pois estas colocam outras moradias em situação de risco. Após novas provocações, elas riem novamente. (anotações de caderno de campo, 1 abr. 2016)

Nesse sentido, o conflito é em grande parte potencializado porque a oportunidade de construir está sendo dominada, ainda por cima para produzir moradias como forma de gerar renda. E benefícios da intervenção estão sendo em parte capturados para subsidiar esta atividade econômica, esse novo "potencial construtivo", controlado por um único grupo. O crime não somente constrói, mas também vende ou concede a terceiros a "permissão para construir":

> Minha amiga morava aqui e tinha uma ribanceira do lado que eles acabaram de invadir também, minha amiga foi lá e pediu pra construir e eles não deixaram. E quando foi agora, eles invadiram, construíram e é tudo pra alugar.
>
> (...) [eles falaram pra ela que] não podia construir, que a prefeitura não ia deixar, que era patrimônio da prefeitura, que ali era uma área de lazer... Só que foi tudo ao contrário. Hoje, se você passar, é tudo casa que eles fizeram. (informação verbal)

> Eles invadem, eles pegam aqueles pedaços que realmente interessa pra eles e os outros espaços eles vendem. Sem construir. Tem muita gente aí que não precisa de moradia e tá fazendo... (informação verbal)

Os aluguéis destas novas casas são pagos individualmente a seus donos, e alguns membros do crime chegam a arrecadar aluguel de até vinte casas. Sendo assim, fica nítido o contraste entre as ocupações antigas e as atuais, tanto no que diz respeito ao processo construtivo, quanto em relação aos promotores, seus interesses e a forma como se beneficiam. A produção dessas moradias se dá de forma fundamentalmente diferente ao que um dos entrevistados por Cavalcanti (2009) assinalou como as construções que nunca terminam, as casas que sintetizam a "luta" da família e, na medida em que se expandem verticalmente, transparecem seus projetos de vida: "casa na favela nunca fica pronta, minha filha" (p. 72). Essas novas casas terminam, e muito rapidamente.

Para grande parte dos moradores, o principal descontentamento com os atuais processos de reocupação está no uso da casa como fonte de renda:

> Antigamente, eles invadiam lugar pra construir casas, mas por necessidade. Eles chegavam, construíam um barraquinho… tem muitas pessoas que, com esses barracos que elas fizeram, hoje tem apartamento que a prefeitura fez a urbanização, tirou a casa e deu apartamento. E hoje em dia não, hoje tão fazendo casa pra alugar, pra ganhar dinheiro em cima… (informação verbal)

Por outro lado, como observador externo, as transformações físicas chamavam a atenção para uma evidente disputa pelas áreas livres, conforme registrado em caderno de campo:

> Olhando na direção da encosta, podemos ver dois edifícios do conjunto habitacional construído durante a urbanização e um terceiro, de cerca de cinco andares, com quatro unidades por andar, construído sobre o talude. Mais adiante, garagens de alvenaria já se transformaram em casas. São perto de cinco construções numeradas em 700, 701, 702... Duas ou três são casas assobradadas, o restante ainda são garagens de alvenaria. Continuamos andando até o final desta rua, uma rua sem saída que termina próxima ao conjunto habitacional Cingapura da Marginal Pinheiros. Lembro de uma

> reportagem[90] que aponta novas ocupações dentro do conjunto. Nos aproximamos para verificar. De frente para a Marginal, algumas casas inacabadas parecem inabitadas. Porém, no final da rua, verificamos ocupações recentes, com acabamento impecável. Em uma delas, um papel indica "aluga-se". Na volta, passo a olhar os espaços livres: ainda há muito espaço a ser ocupado. A rua tem cerca de 8 metros, o que permite construir unidades de 6 metros de profundidade e ainda restarem 2 para passagem.
>
> A única coisa que parece realmente consolidada é o jogo de poder. Quem produz o espaço e quem se apropria dos benefícios. (anotações de caderno de campo, 5 mai. 2016)

2.2. UM VELHO PROBLEMA EM UM NOVO CONTEXTO

Em grande parte, a pesquisa de campo esteve bastante relacionada às mudanças causadas pela intervenção, pois era recente e gerou grande impacto na comunidade. Era o que os moradores queriam falar, pois desencadeou diversos processos, novas atividades, novas condições de vida. Todas essas novidades, desde a maior disponibilidade de bens e serviços até os problemas relacionados aos bailes funk e às reocupações, alteraram significativamente o cotidiano da população, o que se refletia na fala dos moradores: "a urbanização trouxe coisas boas e ruins". Nesse sentido, era comum que fossem feitas comparações de "antes e depois", situando o momento atual em relação ao passado, em intervalos nem sempre assinalados com rigor.

Por isso, as mudanças promovidas pela urbanização apareciam muitas vezes misturadas em processos que se inseriam em um contexto maior, deslocamentos sociais que ocorreram nas últimas décadas, principalmente em favelas e periferias. Também, relacionavam-se a mudanças estruturais no bairro, que agora se apresentava como nova centralidade no contexto da cidade. Os moradores apontavam, por exemplo, maiores oportunidades para os jovens, proximidade a equipamentos públicos de saúde e educação, novos postos de trabalho, ao mesmo tempo que apontavam um grave problema de segurança pública, com assaltos e

---

[90] *Puxadão: favela cresce dentro de área do Cingapura; terreno foi dividido por 23 famílias*. Folha de São Paulo (online), 24 jul. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1659808-puxadao-favela-cresce-dentro-de-area-do-cingapura-terreno-foi-divido-por-23-familias.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2016.

furtos frequentes não só no bairro como dentro da comunidade – ou seja, mudanças que não necessariamente estavam ligadas à recente intervenção.

Nesse sentido, as narrativas retratam uma "nova realidade" que não foi produzida somente pela intervenção, e sim por uma série de transformações sociais em diferentes escalas. A apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré refletia, por exemplo, políticas sociais em nível federal que democratizaram o consumo de mercadorias, facilitaram o acesso ao ensino superior, além de impulsionarem a ascensão social e certas melhorias na qualidade de vida, apontadas em estudo do Data Popular[91]. O acesso a bens de consumo, principalmente automóveis, mas também vários outros produtos, modificaram profundamente as formas de apropriação, fazendo o papel de mobilidade urbana da rua aumentar em detrimento de outros usos e também viabilizando outras formas de lazer, acesso à informação, novas oportunidades.

Além disso, a juventude de Vila Nova Jaguaré expressava o que Feltran (2010a; 2010b) coloca como deslocamentos no mundo social das favelas e periferias. Quando fui confrontados com histórias de vida de moradores mais antigos, era bastante claro que as trajetórias dos jovens de hoje se inseriam em um novo contexto, marcado por transformações em diversas esferas da vida social: trabalho, família, religião, criminalidade. Ao contrário das gerações passadas, os projetos de vida desses jovens não passam pelo trabalho industrial e pela divisão sexual do trabalho tradicional. Como a expectativa de ascensão social não é mais familiar, e sim individual, os arranjos familiares se complexificaram e flexibilizaram. Existe ainda uma visão de que os jovens de hoje levam uma vida "fácil", cheia de facilidades, mas não dão valor a essas oportunidades. Por último, uma das transformações que mais impactou o cotidiano das comunidades paulistanas foi o deslocamento nas dinâmicas de criminalidade entre os anos 1970 e hoje.

Nos anos 1970 e 1980, o crescimento da "criminalidade violenta" (CAVALCANTI, 2009, p. 71; FELTRAN, 2010b, p. 61) modifica radicalmente a dinâmica das favelas e periferias pela eclosão da violência urbana: "todo dia morria um" (informação verbal). Com o passar dos anos, o que começa como uma

[91] A renda média dos favelados aumentou mais do que no Brasil como um todo, proporcionando a duplicação do tamanho da classe C nas favelas na década passada. Ainda, 76% dos favelados afirmam que a vida melhorou nos últimos anos (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014).

criminalidade dispersa e local passa a uma guerra entre facções pelo monopólio do tráfico, o que se converte em disputas pelo domínio territorial nas favelas e periferias durante os anos 1990. No entanto, a partir dos anos 2000, ocorre em São Paulo a chamada "pacificação das relações internas ao crime" (FELTRAN, 2010b, p. 63), visando diminuir a violência nos bairros pobres por meio da conciliação dos diferentes grupos armados em torno de uma única organização[92]. Não somente pela violência armada, a legitimidade desse grupo aumenta ainda mais pois passa à instância normativa: promove "proteção", impõe condutas e oferece "justiça" (FELTRAN, 2010b). As mortes diminuem, mas agora os moradores respondem a outra autoridade: o "tráfico". No caso de roubos, furtos ou qualquer outro conflito, a população é proibida de recorrer à polícia; são instruídos a dialogar com o crime – "os donos da favela".

De 2003 até hoje, essa facção criminosa paulista cresceu e estendeu seus negócios por todo o Brasil. São considerados a facção mais organizada do país, se assemelhando a uma grande corporação, dado seu aparelhamento e estrutura: além de fornecem a seus membros "assistência jurídica, empréstimo de armas e drogas, apoio no Brasil todo e nos países vizinhos onde o PCC tem ramificações, e melhores condições na prisão, de TV de plasma a frango frito para o jantar", garantem "seguro médico e funerário caso a empreitada criminosa dê errado" (EL PAÍS BRASIL, 2016).

Dentro desse contexto de transformações das favelas e periferias a nível de cidade e país, o Jaguaré sofria um processo particular, impulsionado pela expansão do capital financeiro na direção sudeste e por mudanças estruturais dos setores produtivos do bairro, com aumento nos investimentos em comércio e serviços (FIORAVANTI, 2013). Como bairro passou a centralidade local, atraiu não só novos postos de trabalho, empreendimentos, moradores e recursos, como também maiores índices de violência, com aumento do número de roubos a estabelecimentos, assaltos e furtos a pedestres e motoristas. Entre 2013 e 2014, o Jaguaré foi o bairro com maior aumento de roubos da capital, apresentando crescimento da ordem de 124,6% (JAGUARÉ TEM MAIOR ALTA DE ROUBOS DA CAPITAL, 2014).

[92] Segundo Feltran (2010b), em 2003 os membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) "assumiram a tarefa – antes do principal traficante local – de ordenar todo o 'mundo do crime' e fazer seus negócios funcionarem sem conflito" (p. 63).

Na escala da comunidade, as principais transformações estão relacionadas a conquistas na luta pelo reconhecimento das favelas, ou seja, uma nova relação com o poder público marcada pela promoção de políticas públicas direcionadas à urbanização. Nesse contexto, podemos dizer que a Vila Nova Jaguaré completou um ciclo de lutas histórico, experimentando a urbanização plena e sendo formalmente integrada a diversas dinâmicas da cidade. Notoriamente, persistiram seus traços estruturais de precariedade, informalidade, criminalidade, mas que agora convivem com seus pares, o desenvolvimento, a formalidade e a institucionalidade: o momento atual marca, portanto, o encontro de formas de apropriação que moldaram e foram moldadas pelas condições de vida das favelas com diversos direitos que lhes foram negados: uma "nova realidade".

2.2.1. Melhorias e oportunidades: benefícios em disputa

Em grande parte dos estudos de urbanização de favelas, essa dimensão da transformação urbana não aparece inserida em um contexto maior. Até porque a maioria centraliza suas análises nos processos de valorização imobiliária, verticalização, "gentrificação"[94] e na apropriação do espaço físico resultante das obras. Por outro lado, existem também muitos estudos que apontam a reincidência de situações de risco geotécnico e a perenidade da precariedade habitacional e urbana. Muitas vezes, adotam uma abordagem objetiva de problemas diagnosticados a partir de uma perspectiva externa para subsidiar uma crítica à intervenção e seus efeitos. Nesse sentido, apontam-se soluções e parâmetros de projeto mais adequados e evidenciam-se impasses e a desarticulação entre planos, programas, projetos, obra e pós-obra.

No início desta pesquisa, as observações de campo refletiam esse olhar típico do pesquisador de favelas na área da arquitetura e do urbanismo. Em campo, o olhar atentava a problemas de drenagem, coleta de lixo, reocupações, quantidade de pavimentos das construções, desenvolvimento econômico. Nas análises, apontava

[94] O termo gentrificação aparece entre aspas por se referir a um processo de mudança de perfil socioeconômico específico à revitalização de centros urbanos. Recentemente, o termo começou a ser usado para apontar deslocamentos forçados pelo aumento do custo de vida em favelas, processo também conhecido como "remoção branca".

falhas e limitações do projeto urbano executado, denunciava a discrepância entre remoções e unidades habitacionais produzidas, procurava os motivos que resultaram nas formas urbanas implantadas: gestão estatal terceirizada, mudanças de gestão pública, o *modus operandi* das empreiteiras. (ARANTES, 2006; MOURA, NAZARETH, DOMINGUES, 2015)

No entanto, quando comecei a processar os relatos obtidos em campo, percebi que estes assuntos não estavam no foco de atenção de grande parte dos moradores. Afinal, as obras foram como foram e, salvo raras exceções, não lhes interessava procurar soluções de projeto ou novos modelos de gestão que amenizassem as contradições. O que interessava era se posicionar a respeito da urbanização, questionar ou apoiar a ação pública e, principalmente, apontar o que melhorou e o que piorou no cotidiano da comunidade. Nesse sentido, o que se pode dizer sobre o impacto da intervenção com segurança é que ela trouxe melhorias que aumentaram a qualidade de vida e permitiu novas formas de gerar renda, mas, por outro lado, persistiram situações de precariedade e surgiram novos conflitos.

Sem desconsiderar a totalidade dos processos que, nos últimos anos, modificaram a realidade das favelas, a urbanização também teve seu papel no estabelecimento de conflitos. Afinal, as ruas, que recebem as multidões do funk, por onde passam os caminhões que abastecem os bares, onde são colocadas as caixas de som, foram pavimentadas durante as obras; a praça do Telecentro, que já recebeu alguns bailes e que hoje está sendo tomada por reocupações, também foi resultado da intervenção; ainda, o aquecimento do mercado imobiliário, que estimulou a produção de moradias de aluguel, está diretamente ligado à segurança da posse e provisão de infraestrutura. Ou seja, as reocupações do crime e a emergência dos bailes funk não são consequências diretas da urbanização, mas foram viabilizadas por ela.

Sendo assim, pode-se dizer que o impacto direto da intervenção está na produção de *melhorias*, mas ela também fomentou novas *oportunidades*, dois tipos de benefício diferentes pela forma como são apropriados. Por um lado, as *melhorias* são apropriadas coletivamente, como novos comércios, serviços, novas atividades e áreas de lazer, melhor qualidade de vida, infraestrutura, diminuição do estigma de favela, eliminação das situações de risco, segurança da posse, inserção urbana etc. Por outro

lado, as *oportunidades* estão relacionadas ao ambiente propício ao desenvolvimento econômico, que estimulou novas e velhas práticas capazes de capturar estes recursos que passaram a ingressar no assentamento. Isto é, as *oportunidades* estão relacionadas a bens que são apropriados individualmente, ou seja, cuja posse é mutuamente excludente, o que faz com moradores e agentes externos disputem sua captura[95].

Muitos dos benefícios produzidos não são passíveis de captura, como a segurança da posse ou a inserção urbana, e, portanto, se apresentam como *melhorias* por sua natureza. Expressam-se nas novas condições de vida desfrutadas e, em contrapartida, produzem *oportunidades*, como no caso da segurança da posse, que também trouxe segurança aos investimentos e impulsionou a entrada de capital. Nesse sentido, como as *oportunidades* só podem ser capturadas individualmente, aquecem-se as disputas, estimulam-se os mercados (imobiliário, de comércio, serviços, informal, formal etc). No entanto, o espaço público chama a atenção pela sua ambiguidade, sendo visto de pontos de vista diferentes ora como *melhoria*, ora como *oportunidade*.

A princípio, as novas áreas de lazer, áreas verdes, ruas, vielas, passeios, taludes e gabiões são *melhorias*, já que são áreas públicas cujo uso deveria ser compartilhado. No entanto, podem ser também empossados, transformados em propriedade e ter seu uso transferido de público/coletivo a privado. Ou seja, permitem uma dupla leitura de acordo com os interesses mobilizados: podem ser vistos tanto como *melhoria*, sendo projetados usos de lazer, valores coletivos, quanto como *oportunidade*, apreciados como futuras propriedades, relacionados a interesses individuais. Caso sejam empossadas, a *oportunidade* subtrai a *melhoria*: a grande praça onde se "jogava bola" se transforma em moradias de aluguel, estacionamentos etc.

Essa ambiguidade das áreas livres, que permite sobreposições das noções de público e privado, é comum principalmente em favelas porque nelas esses espaços não assumem necessariamente um caráter público, como "bem de uso comum". Afinal, a própria gênese da favela está justamente na visão dos espaços públicos da cidade como oportunidade de abrigo, possibilidade de moradia na cidade. Sendo assim, é o equilíbro de forças que acaba por determinar a destinação destes espaços,

[95] Neste trabalho, utiliza-se a expressão capturar oportunidades para enfatizar o fato de que oportunidades não podem ser compartilhadas, ou seja, são capturadas para usufruto individual.

como nos mostra o caso das ocupações da praça 11 e do campo de futebol que, dada a conjuntura da época, acabaram por ter seu uso alterado e se transformaram em moradias. Além disso, a dimensão pública do espaço é enfraquecida pela ausência histórica das instituições públicas e pelo controle social exercido pelo crime.

Em contrapartida, as ruas da favela assumem historicamente o papel de espaço de sociabilidade. A rua é onde crianças brincam, onde jovens e vizinhos se encontram e também onde são organizadas festividades religiosas e outras celebrações. Embora em Vila Nova Jaguaré os automóveis agora estejam em disputa com esse uso social, ainda é comum presenciar mesas e cadeiras nas calçadas dos bares, comerciantes sentados em frente aos seus negócios, crianças brincando nas vielas com as mães as observando desde as casas, donas de casa varrendo a soleira das portas e colocando a conversa em dia. Para isso, contribui em muito a proximidade entre os espaços públicos e privados, portas e janelas que se abrem para ruas e vielas e permitem outras dinâmicas urbanas onde "a rua vira a casa" (SANTOS; VOGEL, 1981). Também, acentua-se um caráter de comunidade, lugar onde todos se conhecem e procuram se ajudar mutuamente.

Apesar dos bailes funk refletirem esse uso da rua como espaço de lazer, eles modificam sensivelmente essa dinâmica de sociabilidade. Conectam a Vila Nova Jaguaré com várias partes da cidade e atraem pessoas de fora, o que faz com que as ruas passem a ter mais "estranhos" do que "conhecidos". Dadas as proporções das festas, é como se a rua voltasse a ser *rua*, invertendo sua dinâmica cotidiana e tornando-a espaço do anonimato – fenômeno semelhante à *inversão* que o Carnaval produz nas ruas da cidade, quando valores da *casa* são projetados sobre a *rua* (DA MATTA, 1981). Somada a criminalização do funk ao desequilíbrio gerado, cresce uma visão dos bailes como "perigosos", lugar da criminalidade, promiscuidade, delinquência – que obviamente não é unânime. Conforme mencionado, o uso da rua como espaço da festa não é exatamente novidade, mas os bailes representam muito mais do que isso: são fruto de uma visão da rua como *oportunidade* de promover eventos, atrair pessoas e gerar renda, ou seja, *oportunidade* de aumentar os recursos disponíveis para a captura.

Novamente, recai-se em sobreposições de noções de público e privado que permitem múltiplas formas de apropriação. As ruas pavimentadas são tidas, por um

lado, como *melhoria* em mobilidade, mas, por outro, são apropriadas por grupos específicos para a promoção de eventos públicos. Os bailes funk são promovidos porque são uma grande *oportunidade* de gerar renda, mas podem ser apropriados tanto como *melhoria* (novo espaço de lazer no bairro), quanto como uma atividade que degrada outras *melhorias* (dificulta a mobilidade, suja as ruas, piora a qualidade de vida e pode até desvalorizar o imóvel).

Assim como no caso do funk, em outros casos também verifica-se que *oportunidades* podem trazer *melhorias*. A promoção de atividades culturais e econômicas é muitas vezes vista como *melhoria* em um local historicamente escasso em bens e serviços, pois valoriza a imagem do bairro e diminui o estigma de favela. Nesse sentido, tanto os bailes como as reocupações com usos voltados à comunidade diversificam os usos vigentes e promovem novas formas de apropriação: "antigamente não tinha nada, tudo o que a gente queria a gente ia comprar longe".

2.2.2. Áreas livres em disputa: entre melhoria e oportunidade

Ao longo dos anos, os olhares que qualificam as áreas livres da Vila Nova Jaguaré parecem ter se complexificado. Como falado anteriormente, se antes oscilavam entre espaço de sociabilidade e possibilidade de moradia, na *favela urbanizada* de hoje também são vistas como *oportunidade* de produzir pequenos negócios, eventos ou moradias para venda ou aluguel. Ou seja, se antes a apropriação das áreas livres era conduzida principalmente por valores de uso, hoje despontam forças que fazem prevalecer seu potencial como valor de troca. Mesmo que em grande parte das favelas a construção de barracos para gerar renda já fosse praticada desde a formação dos assentamentos, hoje existe grande diversidade de iniciativas que exploram o espaço como *oportunidade* de lucro. Considerando o momento atual, nota-se a ascensão de forças que visam sua captura como *oportunidade* de lucro em detrimento de outras que as percebiam como *melhoria* coletiva ou *oportunidade* de uso.

Nesse sentido, os conflitos que envolvem as reocupações e os bailes funk estão relacionados também à mercantilização do espaço, isto é, a novos capitais que passam a ingressar no núcleo e entram em disputa. Diferentes estratégias são

empregadas para promover essas atividades lucrativas, enquanto outras tentam bloqueá-las. Porém, a disputa pelos benefícios da intervenção não é exatamente "justa" – enquanto uns perdem, outros lucram.

O espaço na favela é extremamente hierarquizado, tanto em sua dimensão física quanto social. As áreas de ocupação mais antiga, próximas aos eixos estruturantes do assentamento, diferem profundamente daquelas de ocupação tardia, como miolos de quadra e encostas íngremes. Nos eixos mais consolidados, as famílias, em geral, possuem melhores condições de vida, casas maiores – obviamente mais acessíveis do ponto de vista da mobilidade e mais valorizadas. Já os miolos de quadra e encostas apresentam unidades menores, piores condições de habitabilidade e acessibilidade, são menos valorizadas e abrigam famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Essa hierarquia do espaço físico se traduz também em uma hierarquia social que divide famílias mais consolidadas de outras mais vulneráveis a processos como valorização imobiliária e aumento do custo de vida. No entanto, o espaço social da Vila Nova Jaguaré se complexificou ao longo dos anos, de modo que existem outros níveis de hierarquia além daquela estabelecida pelo tempo de ocupação.

Observando a reocupação das áreas livres, algumas dessas forças ganhavam dimensão física, e ficava claro que as regras que regem a apropriação estavam sendo manipuladas por forças autoritárias. Desde o início das ocupações, o controle e a utilização de áreas coletivas para construir moradias de aluguel eram vistos como práticas ilegítimas, que, portanto, necessitaram de outros meios para se afirmarem. Em 2013, membros do crime começaram a ocupar uma área mais escondida, acessível somente por vias de pedestre, construindo um edifício por vez. As reocupações sofreram denúncias, talvez prejuízos com a remoção de algumas de suas construções, mas os membros do crime seguiram ocupando, reagindo com violência e expulsando os delatores e suas famílias da comunidade. Hoje, depois do crime ter reafirmado sua autoridade e constatado a ausência de controle urbano por parte do poder público, as construções penetraram em locais de maior visibilidade e estão formando um verdadeiro "parque de locação". São os membros do crime que dirigem a grande maioria das ocupações, "loteando" o terreno, empossando as

melhores áreas e vendendo ou concedendo a terceiros a "permissão para construir" em nesgas remanescentes – atuam como "donos do espaço".

Cada um dos grupos interessados nas áreas livres emprega estratégias diferentes. Aqueles que detêm maior poder econômico e autoridade suficientes "loteiam" praças inteiras, mas os menos poderosos investem paulatinamente: o guardavagas se transforma em garagem, a garagem vira sobrado, o piso térreo se coverte em comércio, e daí em diante. As estratégias se adaptam de acordo com os poderes: grupos que ditam as "regras" praticam arbitrariedades para controlar as *oportunidades***,** enquanto outros disputam os "restos" ou combatem indiretamente as reocupações do crime. Nesse sentido, a reocupação das áreas livres materializa os poderes envolvidos, retrata as forças implicadas e revela o controle que o crime exerce sobre o espaço social dessa *favela urbanizada*: enquanto a praça do Telecentro era tomada por moradias de aluguel do crime, um parque infantil se apertava em um canto da mesma praça e pequenas nesgas eram disputadas por múltiplos agentes.

O exemplo evidencia que as *oportunidades* viabilizadas pela intervenção não se colocam igualmente para todos, já que a posição na hierarquia social diferencia as "capacidades de apropriação (...) que cada um detém como propriedade" (BOURDIEU, 2012, p. 165). Para Bourdieu (2012), essa capacidade de capturar *oportunidades* depende dos capitais (econômico, político, social, cultural etc) possuídos, ou seja, os que concentram maiores poderes capturam mais *oportunidades*, criando uma hierarquia clara entre "quem ganha e quem perde"[96]. Dentre os diferentes estratos sociais que existem dentro da Vila Nova Jaguaré, podemos destacar grupos que apresentam "capacidades de apropriação" totalmente desiguais, separando-os basicamente por três critérios: posse da terra, poder aquisitivo e autoridade.

Certamente, aqueles que têm maior capacidade de explorar as *oportunidades* são os membros mais altos na hierarquia do crime. Afinal, a autoridade que adquiriram lhes permite impor regras, reivindicar comportamentos e praticar arbitrariedades; podem dizer quem pode e quem não pode ocupar, vender áreas públicas ou, ainda, expulsar moradores da comunidade e empossar suas

[96] A expressão "quem ganha e quem perde" é utilizada por Zuquim (2012, p.1) em estudo que realiza um balanço de avanços e impasses sobre as políticas contemporâneas de urbanização de favelas em São Paulo.

propriedades. Além disso, o crime é também um universo de geração de renda e, com o dinheiro que recolhem de suas atividades, podem investir em moradias de aluguel, comércio e serviços – alguns nem moram na comunidade, mas possuem dezenas dessas moradias e de outros estabelecimentos.

Um pouco abaixo na hierarquia da *favela urbanizada*, estão aqueles que não possuem autoridade, mas detêm poder aquisitivo suficiente para investir. Nesse grupo incluem-se principalmente moradores antigos e investidores externos. Em geral, aplicam seus recursos para produzir moradias para venda ou aluguel, garagens, bares ou outros negócios, investimentos que nem todos conseguem realizar. Para proprietários de menor poder aquisitivo, resta usufruir das *melhorias*, juntar dinheiro para "bater laje"[97] e alugar, ou abdicar dessas conquistas, vender o imóvel e deslocar-se para locais menos valorizados. Por último, estão os locatários, os mais prejudicados, grande parte deslocados para outras favelas ou periferias devido ao aumento no custo de vida. Muitos dos removidos que ainda moram de aluguel social estão entre aqueles que não desfrutam nem das *melhorias* e tampouco das *oportunidades* enquanto aguardam suas moradias.

Sendo assim, mesmo a urbanização tendo rompido certas barreiras (principalmente a informalidade e a precária acessibilidade) que facilitaram a entrada de capital, somente algumas pessoas conseguem capturar essas novas *oportunidades*. Isso porque a apropriação dos benefícios segue um jogo de forças em que **grupos sociais diferentes, com interesses diferentes, disputam as oportunidades com poderes também diferentes**[98].

Por isso, os grupos que detêm maior poder (econômico, político, social) acabam sendo os mais beneficiados, enquanto os mais vulneráveis são os que enfrentam os maiores prejuízos. De certa forma, reforça-se a segregação socioespacial, pois o espaço visto como *oportunidade* de lucro atrai novos atores com maiores poderes. Mas a disputa continua: ao mesmo tempo que o crime e outros agentes buscam explorar novas *oportunidades*, demonstra-se grande resistência de parte da população visando preservar *melhorias* e democratizar *oportunidades*.

---

[97] Expressão usada na Vila Nova Jaguaré com significado de construir um novo piso sobre o edificado existente.

[98] Inspirado em célebre frase do professor Flávio Villaça: "grupos sociais diferentes têm problemas diferentes e lutam pela resolução destes problemas com forças políticas diferentes". (informação verbal)

2.2.3. Espaço é memória: novos conflitos ou velhas disputas

Quando falamos em *melhorias* e *oportunidades*, estamos falando dos benefícios da intervenção, ou seja, de novos bens, serviços e direitos – "novidades" que modificaram a apropriação local. No entanto, o modo como essas benfeitorias estão sendo apropriadas abre chaves de entendimento não só sobre circunstâncias que condicionam seu acesso, mas também sobre diferentes olhares que qualificam a *favela urbanizada*. Afinal, sempre que falávamos da urbanização, não estávamos analisando as obras ou o projeto, e sim comparando o novo cotidiano com o antigo, o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré com a favela homônima.

Os benefícios e adversidades trazidos pela intervenção influenciam enormemente a visão de cada interlocutor sobre a realidade atual. E, conforme abordado, essas "novidades" se colocam diferencialmente entre os grupos sociais, já que sua apropriação está relacionada a valores individuais e à "capacidade de apropriação" de cada agente. Como valores e poderes influenciam nas formas de apropriação, emergiam diferentes posicionamentos não só sobre a urbanização, mas também sobre a *favela urbanizada*.

Diferentemente dos poderes, que seguem estritamente a hierarquia do espaço social, os valores são transversais e manipulados de acordo com o contexto. Obviamente, dependendo do perfil socioeconômico, de crenças, de costumes e da posição geográfica e social no contexto do assentamento, prevalecem interesses particulares sobre o espaço. Mas existem inúmeras exceções, pois o que realmente determina os valores são as experiências cotidianas e as memórias cultivadas, de modo que a descrição do momento atual reflete trajetórias de vida.

> A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. **Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra**. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 2008, pp. 14–15, negrito nosso)

Na passagem acima, extraída de *As cidades invisíveis*, o personagem Marco Polo diz que tentará "inutilmente" descrever a cidade de Zaíra, já que uma descrição fiel deveria conter todo o seu passado. Explora-se a ideia de que o espaço é socialmente produzido, ou seja, materializa a História (LEFEBVRE, 2000). Assume-se uma perspectiva mais distante, em que convergem as recordações e produz-se o espaço, que é o mesmo para todos, produzido por todos e reflete, portanto, a diversidade de olhares presente no conjunto de atores sociais. No entanto, embora essa perspectiva seja norteadora dos estudos de produção do espaço, a apropriação não faz sentido se o ponto de partida da análise não for o sujeito.

No plano do concreto, do cotidiano, a História é manipulada e individualizada e produzem-se distorções e subjetividades para construir narrativas. Afinal, o espaço não é o mesmo para todos, já que os valores individuais são como uma lente que foca em interesses particulares – a forma como cada um apreende o espaço reflete seus valores e determina suas ações. Para uma pessoa do "asfalto", que nunca subiu o "morro", a experiência na favela será fundamentalmente diferente do que para um morador, pois aquele que associa a favela a pobreza, marginalidade, criminalidade, apresentará comportamentos distintos de um outro que projeta valores de hospitalidade, abrigo e que vê aquele espaço como uma conquista. Afinal, a apropriação depende não só de um domínio sobre os "códigos" e "regras" do espaço (SANTOS; VOGEL, 1981), mas também do vínculo que cada indivíduo cultiva com o lugar: no âmbito da apropriação, **espaço é memória**.

Para cada interlocutor, a descrição da realidade atual da Vila Nova Jaguaré assumia contornos diferentes. Em cada uma das narrativas, articulavam-se recordações que refletiam trajetórias de vida, recortes sociais, geracionais e de gênero, indicavam aspirações e adversidades enfrentadas pelos sujeitos. Naturalmente, um militante que lutou pela urbanização e regularização fundiária desde a década de 1980 provavelmente terá uma visão do hoje bastante diferente da de um jovem nascido nos anos 2000 que vivenciou as obras durante sua infância. A partir de trajetórias diferentes emergem posicionamentos particulares, "versões" da história que qualificam o espaço atual de acordo com juízos pessoais.

Nas primeiras visitas de campo, em contato com lideranças da comunidade, o tema mais abordado eram certamente as obras e suas consequências, mas os pontos

de vista que se colocavam expressavam posicionamentos rígidos, discursos moldados a partir da vivência no seio de instituições como associações de moradores, centros de assistência social, administrações regionais, subprefeituras etc. Tratava-se da urbanização com um tom muito semelhante ao dado pelo conteúdo dos programas: "a urbanização chegou e trouxe muitas melhorias, pois houve participação da comunidade. Retiraram as pessoas em área de risco para os conjuntos e deram título para todas as famílias". Ao falar com essas pessoas, em geral, não se podia questionar a urbanização (o projeto executado ou suas consequências) sem que se gerasse algum desconforto, já que elas lutaram pelas melhorias e lamentavam que a população não fosse capaz de preservá-las.

No entanto, a partir da oficina "A Vida na Nova Jaguaré", essa visão do momento atual começou a ser tensionada: "a urbanização trouxe coisas boas e ruins". Inclusive, emergiam opiniões mais radicais, de que "preferiam antes", apontando que "antes não tinha baile funk" ou que "as pessoas eram mais solidárias", entre outros motivos. Começaram a surgir impactos positivos e negativos da intervenção embasados nas experiências individuais dos participantes, ou seja, posicionamentos que eram ponderados a partir de casos concretos como "antes, quando chovia, era difícil de andar na rua", "hoje ninguém mais tem sossego", "agora a conta de luz chega em casa", "aumentaram os roubos e furtos" etc. Sendo assim, travavam-se disputas físicas e simbólicas que situavam a urbanização entre avanços e retrocessos. Os posicionamentos variavam de acordo com os valores que norteavam a forma de cada um perceber o espaço, o que ficou bastante claro no âmbito dos novos conflitos instaurados.

Tanto no caso das reocupações como dos bailes funk, encontravam-se três olhares conflitantes que competiam pelo uso das áreas livres: espaço como *casa*, *lazer* ou *negócio*. As reocupações evidenciavam a ascensão de uma visão do espaço como fonte de renda, enquanto mercantilizava-se a moradia e inviabilizava-se usos coletivos. Quanto ao funk, promovia-se uma festa coletiva com alto potencial de gerar rendimentos, em detrimento do caráter de moradia. São olhares sobre as áreas livres da Vila Nova Jaguaré que sempre existiram, embora antes a disputa se apresentasse sob outras formas.

Sob a perspectiva histórica, percebe-se que esses olhares têm suas raízes no passado, em diferentes épocas da formação do assentamento. O primeiro uso da área surgiu das linhas do projeto de Dummont Villares, designada como um parque público que atenderia aos futuros habitantes do Jaguaré, famílias operárias com determinado poder aquisitivo. Contudo, com o desenvolvimento tardio do bairro industrial e por outras condicionantes que competem a uma urbanização tipicamente brasileira, o bairro acabou sendo ocupado por estratos sociais mais baixos, uma classe operária precarizada e trabalhadores informais. Constatando a ociosidade do parque e o descaso da prefeitura, João, morador do bairro que comprometia grande parte de seu orçamento com o aluguel, foi o primeiro a ocupar a área, onde construiu um barraco para a família e um roçado de mandioca.

A partir daí, a ocupação da área progrediu, e o parque passou a abrigar centenas de famílias: nascia a Favela do Jaguaré. Frente às ameaças de remoção, as famílias se uniram e começaram uma luta pela posse que reforçou laços de vizinhança e usos coletivos. Se autoproclamaram Vila Nova Jaguaré e construíram juntos escola, caixa d'água e ambulatório, reivindicaram luz, saneamento e posse, seguindo os ideais de que o progresso viria a partir do "esforço comunitário". Esbarraram, no entanto, no imbróglio da terra e reencontraram-se novamente como favela, a Favela Vila Nova Jaguaré.

Considerando seu tamanho, sua organização social, suas alianças políticas e estratégicas, via-se cada vez mais distante das políticas de desfavelamento. Por outro lado, sua boa localização e a "tolerância" do poder público proporcionaram seu adensamento e acirraram a disputa pelo espaço. Com isso, áreas instáveis e espaços de lazer comunitário passaram a ser ocupados – mais uma vez, prevalecia a moradia sobre outras formas de apropriação. Porém, o aumento da demanda pelas áreas livres inevitavelmente se refletiu nos preços, aquecendo o mercado imobiliário e alimentando a perspectiva do espaço como fonte de renda. Assim, naturalmente, passou-se a construir barracos para venda e aluguel.

Depois da urbanização e com a promessa de regularização fundiária, satisfeita no final de 2015, passam a ingressar novos capitais, atraídos pela segurança proporcionada pelas condições de formalidade do agora Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré. Ainda, resultam novas áreas livres – importante *melhoria* e grande

oportunidade em uma comunidade tão adensada e valorizada. Estabelecem-se novas formas de apropriação: carros, motos, caminhões e bailes funk tomam as ruas do assentamento, pequenos pólos de comércio local desenvolvem-se, novos serviços passam a ser oferecidos, praças são apropriadas coletivamente para produzir espaços de convivência e também se consolidam como "parques de locação". Surgem, portanto, formas de apropriar o espaço que revelam nova conjuntura de forças, novos atores com outro perfil socioeconômico, novos hábitos culturais, mas ainda alicerçadas em diferentes arranjos dos mesmo olhares de espaço como *casa*, *lazer* ou *negócio*.

Nesse sentido, pode-se se dizer que estes "novos" conflitos são, na realidade, velhas disputas em um novo contexto. Ou seja, por trás dos conflitos entre atores sociais, existe um embate histórico entre diferentes formas de perceber o espaço e seus usos, diferentes valores. Aqueles que projetam no espaço usos de lazer acabam inevitavelmente se opondo aos que pretendem usos privados; aqueles que têm uma visão criminalizada do funk naturalmente apropriam-se dos bailes diferentemente daqueles que os têm como manifestação cultural. Entretanto, nem sempre estes valores são vistos como antagônicos.

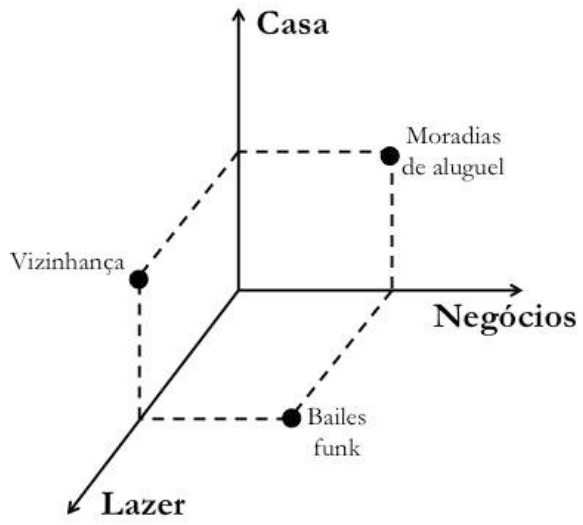
Inicialmente, estes "novos" conflitos parecem somente polarizar grupos sociais com interesses aparentemente incompatíveis, mas também revelam-se interações entre os diferentes olhares que os relativizavam e produzem novas lógicas. Percebe-se uma grande área "cinza" onde valores opostos são tensionados e combinados, permitindo outras leituras das atividades conflitantes: o jovem que frequenta o baile, mas não aprova a "bagunça"; as famílias que criticam os "pancadões", mas aproveitam para vender bebidas; a mãe que questiona as ocupações, mas se lhe fosse dada a oportunidade também construiria; o "invasor" que diz que "a prefeitura deixou o espaço vazio" e a moradora que constata que "a prefeitura devia ter construído sobrados". Ou seja, em suas disputas e interações, os três olhares principais produzem as múltiplas formas de apropriação das áreas livres verificadas em Vila Nova Jaguaré.

2.2.4. Das áreas livres à *favela urbanizada*

Até aqui, o estudo da apropriação esteve muito focado nas áreas livres, já que sofreram visíveis transformações e são palco dos principais conflitos da comunidade. Empregou-se, portanto, um recorte físico e buscou-se compreender a "gramática" de sua apropriação, os valores e atores que produzem as formas de apropriação verificadas (SANTOS; VOGEL, 1981, p. 67). No entanto, passou-se ao largo de outras formas de apropriação da moradia ou de equipamentos coletivos, como, por exemplo, o embelezamento das fachadas, os "puxadinhos" que se transformam em moradias de aluguel, a ocupação de equipamentos para ministrar cursos etc. Desconsiderou-se também que a apropriação não tange somente o espaço físico – os capitais disponíveis no espaço social são igualmente disputados e apropriados de diversas formas. Mas, como apreender a apropriação do espaço na *favela urbanizada* como um todo?

Embora os olhares sobre as áreas livres não se apliquem a outros possíveis recortes do espaço, trouxeram importantes esclarecimentos sobre o processo de apropriação. Nota-se que a apropriação se estrutura a partir de interesses historicamente construídos e que, dependendo do cenário que se apresenta, operam-se diferentes combinações de olhares. Como todas as atividades são motivadas por diferentes interações entre três olhares – *casa*, *lazer* e *negócio* –, pode-se pensá-los como eixos em que todas as formas de apropriar as áreas livres se localizam em algum ponto dentro deste sistema de coordenadas (figura 54).

Figura 54 – Principais olhares sobre as áreas livres e atividades que se situam entre eles



Fonte: elaboração nossa.

Grupos sociais diferentes percebem o espaço de maneira diferente e, portanto, existem múltiplos pontos que representam diferentes usos pretendidos para as áreas livres. Ainda, se o contexto se altera (como no caso da entrada de novos capitais), os interesses sobre as áreas livres também podem variar, e os pontos se deslocam no espaço cartesiano. A partir desse esquema, tanto os bailes funk como a produção de moradias de aluguel, as dinâmicas de vizinhança e todas as outras formas de apropriar as áreas livres podem ser compreendidas, mesmo que, naturalmente, prevaleçam aquelas atividades mobilizadas pelos atores mais poderosos.

Em geral, a apropriação é compreendida na relação entre o sujeito e o espaço, no qual se opera recortes físicos e projeta-se valores e usos: a casa se distingue da rua tanto por sua forma física como pelos usos e valores que evoca (SANTOS; VOGEL, 1981). Contudo, na medida em que os interlocutores da pesquisa colocavam o momento atual em questão, revelavam-se perspectivas a partir das quais o assentamento assumia diferentes significados. Assim como no caso das áreas livres, diversos olhares qualificam Vila Nova Jaguaré, mas sempre articulando três leituras principais: "vai ser eternamente favela", "agora é um bairro como qualquer outro", "minha vida é aqui na comunidade". Nas conversas informais e entrevistas, as narrativas transitavam por estes pontos de vista, priorizando certos valores em detrimento de outros e relacionando atributos de precariedade e desenvolvimento, solidariedade e individualismo, identidade e indiferença, criminalidade e institucionalidade.

Sendo assim, da mesma maneira que três olhares estruturam a apropriação das áreas livres, não seriam essas três leituras a base da apropriação do espaço nessa *favela urbanizada*? Até porque, se existem significados hegemônicos atribuídos a recortes espaciais como a casa, a rua, a praça e o centro, o mesmo não acontece para o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré, entendido tanto como *favela*, *comunidade* ou como qualquer outro *bairro* da cidade dependendo da característica que se quer enfatizar?

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS DA VILA NOVA JAGUARÉ

CAPÍTULO 3 – NARRATIVAS DA VILA NOVA JAGUARÉ

Desde o início da pesquisa, buscou-se compreender a diversidade de formas de apropriação das favelas. Entretanto, percebeu-se que a realidade da *favela urbanizada* é ainda mais complexa, manifestando diferenças cruciais em relação a outros assentamentos. Considerando que hoje se apresentam outras atividades, outros capitais disponíveis e, ainda, outro espaço físico, é notório que a urbanização alterou o espaço da comunidade – transformação expressa em sua nova designação: o núcleo urbanizado não é mais favela[99].

Conforme aponta Cavalcanti (2009), a "favela consolidada" [100] registra "novidades históricas" (p. 70) que permitem cenas inconcebíveis décadas atrás, como a de um funcionário da Light[101] consertando os danos de um tiroteio ao lado de jovens da "boca" armados com fuzis e sentados em um platô erguido como parte do programa Favela-Bairro. Tal cena evidencia uma nova realidade justamente porque só se tornou possível a partir de deslocamentos no relacionamento da população local com o poder público, transformações nas dinâmicas da criminalidade, novas infraestruturas, ou seja, uma nova conjuntura político-econômica que se coloca aos atores sociais.

Paralelamente, muitas das cenas observadas na Vila Nova Jaguaré também revelam "novidades históricas". Há 30 anos, ainda não existia infraestrutura para comportar um evento do porte dos bailes e o funk carioca não era muito popular na capital paulista. Além disso, as reocupações eram antes majoritariamente realizadas por famílias em situação de vulnerabilidade; dificilmente se ocupava para construir comércio; os automóveis eram raros; e a criminalidade era violenta, dispersa e local. No entanto, até hoje a apropriação das áreas livres na *favela urbanizada* continua estruturada a partir dos mesmos olhares que as têm como *casa*, *lazer* ou *negócio*.

---

[99] Apesar da expressão *núcleo urbanizado* ser uma categoria institucional adotada pela Prefeitura para diferenciar "favelas urbanizadas, com infraestrutura básica (rede de água, rede de esgoto, drenagem, pavimentação, coleta de lixo e iluminação pública) predominantemente implantada" (HABITASAMPA METADADOS, 2017, p. 1), os núcleos urbanizados ainda estão situados dentro do grupo dos assentamentos precários.

[100] O termo *favela consolidada* é usado por Cavalcanti (2009, p. 70) para diferenciar favelas mais antigas e que já receberam intervenções públicas com provisão de infraestrutura de outras mais recentes e precárias.

[101] Concessionária de luz e eletricidade do Rio de Janeiro.

Nota-se que a memória da antiga favela persiste, orientando formas de apropriação que resultam do encontro destes mesmos valores que, com maior ou menor peso, estiveram presentes ao longo da formação do assentamento. Ou seja, as novidades apontam não só para transformações conjunturais, mas também para a continuidade dos mesmos paradigmas que suscitam as disputas e produzem o espaço. Nesse sentido, pode-se dizer que a intervenção produziu mudanças conjunturais que modificaram o cotidiano da comunidade, mas as novas formas de apropriação ainda refletem a mesma estrutura. Utilizando expressão de Santos e Vogel (1981), seria possível dizer que a "gramática" da apropriação continua a mesma da antiga favela.

Apesar de hoje ser axiomático o contraste entre as novas condições de desenvolvimento, formalidade, institucionalidade e os traços históricos de precariedade, informalidade e criminalidade, o cotidiano da favela sempre foi determinado na intermediação entre esses opostos: desde a primeira tentativa de remoção, João, primeiro morador da comunidade, já havia estabelecido vínculos com o Serviço de Patrimônio da Prefeitura, autointitulando-se "fiscal da prefeitura"; a partir dos anos 1970, serviços urbanos começaram a ser oferecidos, mesmo que o uso da área para fins de moradia ainda não estivesse formalizado; no período de auge da indústria, a Vila Nova Jaguaré abrigava operários formalmente empregados, mas que viviam em situação de precariedade urbana e habitacional.

Afinal, não só a Vila Nova Jaguaré, mas a realidade social brasileira é estruturada a partir de arranjos entre precariedade e desenvolvimento, igualdade e hierarquia, *centros* e *periferias*[102]. Reflexo desse "dilema brasileiro" (DA MATTA, 1981), a Vila também é marcada pela informalidade com traços formais, pela moradia precária com bens de consumo modernos, pela sobreposição de dinâmicas de criminalidade e institucionalidade. Nesse sentido, a *favela urbanizada* se revela como uma nova forma urbana, mas estruturada sobre os mesmos paradigmas – manifesta contradições estruturais da sociedade brasileira[103].

---

[102] Entende-se a oposição centro-periferia não como uma distinção geográfica, e sim em um contexto de segragação socioterritorial em que as periferias são marcadas pela exclusão social. Nesse sentido, as favelas são "periferias" em relação aos bairros nobres.

[103] Segundo Garcia (1976), o espaço incorpora elementos estruturais da sociedade na qual está inserido.

3.1. A "GRAMÁTICA" DA APROPRIAÇÃO

A apropriação do espaço na *favela urbanizada* envolve diversos padrões de comportamento, relações humanas e atividades – distintas territorialidades (GARCIA, 1976). Engloba festas de bairro e grande eventos, o cotidiano das casas e da rua, relações familiares, de vizinhança e outras mais impessoais, condutas estabelecidas pela criminalidade e violência etc. Nos estudos de apropriação em geral, a descrição das diferentes formas de apropriação segue recortes físicos, já que cada fragmento do espaço é entendido de forma particular e, portanto, é utilizado diferentemente. No caso de Vila Nova Jaguaré, isto significaria, por exemplo, contrapor a rotina das vielas com a das ruas, dos miolos de quadra com eixos consolidados, de praças, conjuntos habitacionais e acessos, identificando os princípios que orientam a forma como cada um destes recortes é visto e, portanto, apropriado.

Em miolos de quadra, por exemplo, a dinâmica cotidiana é centrada na moradia e está condicionada à alta densidade construída e aos acessos precários. Muitas vezes, as vielas de acesso são utilizadas como extensão da casa, onde crianças tomam café da manhã antes de saírem para a escola, fazem suas tarefas de casa sentadas na soleira da porta, ou, também, onde estende-se varais de roupa e guarda-se objetos de pouco valor. Por outro lado, nos arredores do conjunto Nova Jaguaré, onde as ruas largas são muito utilizadas por pedestres e existe alta concentração de comércios, o movimento de pessoas faz o local se aproximar mais a uma pequena centralidade. Reúnem-se diferentes espaços com diferentes funções, como a praça do conjunto que é lugar de encontro de jovens e adultos; a avenida José Maria da Silva, principal via local e passagem para aqueles que saem para estudar ou trabalhar; áreas condominiais que dão acesso a edifícios do conjunto e são utilizadas por famílias e amigos etc. Ainda, há grande diversidade de serviços, como quitandas, mercearias, uma marcenaria, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, lojas de roupa e de utensílios e muitos bares. Próximo à praça, existem também alguns trailers comerciais – em um desses, inclusive, instalou-se uma mesa de sinuca sob uma cobertura de zinco, que serve de entretenimento para trabalhadores em suas horas

livres. Nos finais de semana, a dinâmica local está mais relacionada ao lazer, com bares cheios e noites de baile funk.

Uma das formas de descrever as diferenças entre essas duas territorialidades se expressa na oposição público-privado, já que miolos de quadra são espaços relativamente mais reservados do que os principais eixos do assentamento. Enquanto, no primeiro caso, as relações humanas são mais próximas e os usos estão mais relacionados à vida privada, no segundo, os contatos são relativamente mais impessoais e centrados – durante a maior parte do dia – no trabalho. Ou seja, as vielas condominiais, que dão acesso a um conjunto de habitações, são vistas a princípio como locais privados às famílias residentes, ao passo que as centralidades da comunidade assumem caráter mais relacionado a usos coletivos. Nesse caso, estaríamos inserindo esses dois recortes físicos em uma gradação na qual os extremos são a *casa* e a *rua*, categorias que marcam as oposições público-privado, impessoal-pessoal, formal-informal, visível-invisível, trabalho-descanso, igualdade-hierarquia etc (DA MATTA, 1981; SANTOS; VOGEL, 1981).

Apesar da oposição *casa-rua* ser básica no universo social brasileiro (DA MATTA, 1981), a *favela urbanizada* reúne outras complexidades colocadas ao longo de sua formação que influenciam notadamente a dinâmica urbana. A criminalidade, por exemplo, impõe restrições a muitos moradores, que preferem evitar passar por "biqueiras" ou áreas em reocupação, onde o controle do crime é mais ostensivo. Ainda, áreas ilegalmente reocupadas apresentam outras condicionantes, já que os habitantes não possuem endereço formal, os serviços urbanos são clandestinos, a segurança da posse é mais frágil e, em geral, concentra-se somente usos residenciais. De outra parte, a própria precariedade dos serviços públicos de iluminação, coleta de lixo, drenagem e saneamento também influencia nos deslocamentos e usos do espaço, com áreas evitadas por serem mal iluminadas, poluídas, alagadas ou estarem obstruídas pelo acúmulo de lixo. Por fim, a presença do carro, bem de consumo símbolo de urbanidade e ascensão social, também modificou a dinâmica do assentamento ao competir por espaço tanto nas ruas como em calçadas, praças e edifícios.

Sendo assim, existem diversos outros padrões de uso que passam ao largo da descrição do espaço a partir da dicotomia público-privado, pois se expressam em

oposições como precariedade-desenvolvimento, criminalidade-institucionalidade, legalidade-ilegalidade – paradigmas da sociedade brasileira que estão incorporados ao espaço e estruturam a forma como este é percebido e apropriado. Ou seja, os diferentes recortes físicos (casa, rua, praça, calçada, viela etc) seguem um código que relaciona esses parâmetros a formas específicas de comportamento. Afinal, a prática social estabelece esses recortes justamente para qualificar o espaço, já que o espaço físico contínuo, destituído de valores e significados, não é passível de utilização (GARCIA, 1976; SANTOS; VOGEL, 1981). Para Garcia (1976), esses paradigmas compõem a *territorialidade metafórica*, em que o espaço é uma "expressão metafórica de algum aspecto da estrutura social" (p. 103, tradução nossa).

A título de exemplo, pode-se pensar que a desigualdade social se expressa espacialmente ordenando as cidades em *centros* e *periferias*. Se, no senso-comum, o *centro* evoca valores de legalidade, institucionalidade e desenvolvimento, enquanto as *periferias* estão mais próximas à ilegalidade, marginalidade e precariedade, a Vila Nova Jaguaré também possui seus *centros* e suas *periferias*, recortes físicos que marcam essas mesmas oposições.

Em geral, as áreas de ocupação mais antiga, que compõem os eixos consolidados, estão um passo a frente em termos de desenvolvimento. São as áreas mais valorizadas, que concentram os principais serviços e entidades, por onde passam mais pessoas e onde o controle do tráfico é menos abusivo. Apresentam-se como um espaço de transição entre os bairros nobres, formais e valorizados e a *periferia* da *favela urbanizada*, área de ocupação mais recente que inclui encostas, miolos de quadra, além de favelas do bairro para onde se deslocaram grande parte das famílias prejudicadas durante os processos de remoção.

Nesses locais, de acessibilidade mais precária e, portanto, de menor visibilidade, a hierarquia social presente nas favelas transparece. Eles concentram as famílias mais vulneráveis, as unidades com metragem reduzida e as piores condições de habitabilidade, além de praticamente não haver comércio ali. Em alguns desses becos e vielas, o poder do crime se torna explícito. A região da academia ao ar livre, por exemplo, além de ter sido completamente dominada para produção de moradias de aluguel, é também utilizada como "lugar da disciplina", para onde são levados aqueles que devem ser punidos por não seguirem as regras de conduta. Muitas

vezes, essa face da Vila Nova Jaguaré, marcada por disputas "injustas", precariedades e ilegalidades, é encoberta pelo discurso da solidariedade entre moradores, do desenvolvimento econômico e da nova condição de legalidade. Em suma, assim como nas cidades brasileiras, o espaço do núcleo urbanizado é organizado em torno de um modelo desigual e excludente característico de uma sociedade em que a igualdade reforça a hierarquia, o desenvolvimento se ancora na precarização do trabalho e o *centro* não existe sem a *periferia* (DA MATTA, 1981; MARICATO, 1996; OLIVEIRA, 2013).

Por outro lado, mesmo que diferentes recortes espaciais apontem para territorialidades características, elas não são fixas. Em noites de baile funk, por exemplo, a dinâmica das ruas muda completamente, passando a lugar do anonimato, do imprevisível, do entretenimento, da "ostentação" e caracterizado por outros comportamentos característicos de uma cultura própria do funk. Outro exemplo são as variações periódicas ou sazonais, isto é, os usos que variam conforme as horas do dia, os dias da semana, os meses do ano, acompanhando ciclos do corpo, de trabalho, calendários festivos etc. Em um passeio pela comunidade em horário de *rush*, quando os carros obstruem as vias principais, percebe-se usos bastante diferentes daqueles que acontecem ao meio-dia, momento em que crianças brincam e transeuntes caminham pelo meio da rua. Ou seja, a territorialidade está também relacionada a contextos, já que o espaço apresenta temporalidades que o ressignificam de acordo com a conjuntura que se apresenta. Esse movimento que faz com que os significados variem no tempo Garcia (1976) denomina como *territorialidade metonímica*, componente que transforma os valores do espaço ao situar as significações metafóricas em um contexto.

Sendo assim, considerando que as territorialidades são resultado do processo de apropriação, uma pergunta permanece: como caracterizar a apropriação do espaço em uma *favela urbanizada*? Quais são os valores que estruturam a *territorialidade metafórica* na Vila Nova Jaguaré?

Se as territorialidades são produzidas pelas formas como o ser humano entende e se relaciona com o espaço, a apropriação se apresenta como o campo em que se encontram forças mobilizadas por grupos que entendem o espaço de maneiras distintas e possuem "capacidades de apropriação" desiguais (GARCIA, 1976;

BOURDIEU, 2012). Assim, a apropriação permite duas chaves de análise, uma focada nos valores e outra nos atores, uma interessada nas interações e outra nas disputas. Se, do ponto de vista dos atores, enfatiza-se as lutas por capitais disponíveis no espaço social, a perspectiva dos valores opera na escala da mente humana, onde são articulados elementos metafóricos e metonímicos para atribuir significado ao espaço. Aqui nos deparamos, portanto, com dois alinhamentos que se apresentam nos estudos urbanos de diferentes formas, expressos nas opções entre explorar as fragmentações do espaço ou suas regularidades, tomar a cidade por seus enclaves ou pelas trocas que permite, reconhecer os conflitos da vida em comunidade ou compreender a vitalidade do espaço público produzida no encontro de diferentes territorialidades (MAGNANI, 2012).

Com o objetivo de compreender as múltiplas formas de apropriação do espaço em favelas e, especialmente, aquelas verificadas na Vila Nova Jaguaré, adota-se a partir daqui uma perspectiva de valores assumindo-se que a apropriação engloba um componente estrutural e outro conjuntural: os paradigmas que estruturam as formas que o espaço pode ser entendido e o contexto (*quem?*, *quando?*, *onde?*) que determina a forma como o espaço é entendido.

3.2. *FAVELA URBANIZADA* EM "MÚLTIPLOS PLANOS"[104]

Naturalmente, a Vila Nova Jaguaré é percebida de diferentes maneiras entre os moradores, que tensionam benefícios e impasses, mudanças e continuidades, passado e presente. Para alguns, sobressaem problemas como a volta das situações de risco, o controle social exercido pelo crime, a violência, a degradação das melhorias, compondo uma imagem viciosa do lugar: "tenho vergonha de trazer alguém onde eu moro" (informação verbal). Em outros casos, enaltece-se a solidariedade entre os moradores e um sentimento de identificação com a comunidade: "eu gosto daqui, tem muita gente que gosta de mim e eu gosto deles" (informação verbal). Um terceiro posicionamento reconhece todas as facilidades que a vida no Jaguaré proporciona, como boa acessibilidade, oportunidades de emprego

[104] A expressão é utilizada por Da Matta (1981, p. 67) quando revela que o Carnaval é resultado da projeção de múltiplas visões da realidade social.

e estudo, proximidade a comércio e serviços, etc: "todo mundo quer estar aqui no Jaguaré" (informação verbal).

A *favela urbanizada* permite diversas interpretações. Até hoje, o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré ainda é chamado de favela, vila, comunidade, bairro, cidade. Dependendo do ponto de vista ou do contexto que se apresenta, emprega-se a categoria que reúne os significados desejados: *entulho na rua* é coisa de *favelado*, *ajuda mútua* é característica da *comunidade*, enquanto que a *formalização da concessão de uso* assegura tratar-se de um *bairro*. Ou seja, como a *favela urbanizada* evoca significados muitas vezes paradoxais, existem categorias que se aplicam a diferentes dimensões de sua realidade.

A grande diversidade de formas e usos presente na Vila Nova Jaguaré indica que o espaço da *favela urbanizada* pode ser interpretado e apropriado de diversas maneiras. Entretanto, na medida em que os moradores se posicionam sobre os avanços e impasses que o momento atual representa, percebe-se três narrativas que estruturam os argumentos individuais de cada um deles. Essas narrativas são como interpretações hegemônicas do lugar e recortam distintas características da *favela urbanizada*. São como, portanto, eixos de significação que estruturam todas as formas pelas quais o espaço da Vila Nova Jaguaré é entendido, representando o componente *metafórico* da apropriação. Por outro lado, as perspectivas individuais transitam por esses eixos de acordo com o contexto apresentado, o que permite que a realidade possa ser encarada através de "múltiplos planos" (DA MATTA, 1981, p. 67). Isto é, das três percepções que estruturam a *territorialidade metafórica*, resultam múltiplos pontos de vista que produzem as territorialidades presentes na *favela urbanizada*.

Uma dessas dimensões do assentamento se expressa em uma imagem estigmatizada, comum entre os que se sentem mais prejudicados ou que não foram beneficiados com a urbanização. Contribui para essa narrativa a fragilidade dos serviços e a negligência do controle urbano, evidenciando um tratamento diferenciado em relação ao resto da cidade: pontos de acúmulo de lixo e entulho, equipamentos abandonados em degradação, problemas em drenagem, tarifas de serviços públicos desproporcionais, ausência de regulação urbana, de iluminação de vielas e de regularização do tráfego de veículos. Sobram críticas à falta de comprometimento do poder público, pois sentem-se tolhidos de sua cidadania:

> nosso voto é equiparado ao das pessoas da cidade legal, e por quê nossos direitos não são iguais também? Só os deveres, em direitos não. Isso é que é complicado. (BARROS, 2014, p. 34)

Nesse vazio institucional, surgem também grupos organizados que subtraem ainda mais os direitos dos moradores: "a gente não pode falar nada". O domínio que mantêm sobre as áreas livres é exemplo concreto de seu poder, nítido na paisagem da praça do Telecentro: o pequeno parque infantil no canto da praça contrasta com o restante de suas áreas verdes e taludes tomados por moradias de aluguel. Desempenham papel central no seio da prática social, impondo regras, mediando conflitos, regulando condutas e oferecendo "segurança" e "justiça" (FELTRAN, 2010b). Portanto, a proximidade com dinâmicas de criminalidade ainda marca esse espaço social: "aqui na favela tem tráfico". Deste ponto de vista, as melhorias implementadas não foram suficientes para que o núcleo urbanizado deixasse de ser *favela*[105].

Por outro lado, outros discursos também apontam para novas oportunidades e facilidades, grandes avanços que indicam que a *favela urbanizada* "já não é mais favela". Com concessão de uso outorgada, serviços públicos individualizados e um endereço formal, os moradores acessam serviços que antes lhes eram negados, como entregas a domicílio, crédito bancário, além de se sentirem mais confiantes em expor seu local de moradia a empregadores. Também, ao consolidar formalmente o assentamento, a urbanização impulsionou o desenvolvimento econômico, aqueceu o mercado imobiliário e transformou a imagem da Vila. Hoje, existe grande diversidade comercial e são oferecidos vários cursos e atividades promovidas por entidades do terceiro setor: "só não faz quem não quer". Até mesmo sob o ponto de vista dos problemas relacionados à presença do carro e da escalada de valores individualistas, a Vila Nova Jaguaré é como qualquer outro *bairro* da cidade. Em geral, a urbanização aparece nessas narrativas como positiva, e a própria comunidade é responsabilizada pelo mau estado de conservação dos equipamentos: "é a falta de conservação dos próprios moradores" (BARROS, 2014, p 35).

---

[105] Apesar de em muitos outros assentamentos brasileiros o significado da palavra *favela* também englobar a luta pelo reconhecimento de direitos e a força das relações comunitárias, na Vila Nova Jaguaré essa conotação dificilmente aparece, sendo mais comum o tom pejorativo da palavra.

No entanto, dos conflitos que passaram a ocorrer após a intervenção, percebe-se que o desenvolvimento econômico do assentamento compete em certo grau com as relações comunitárias estabelecidas. Os bailes funk, por exemplo, apesar de gerarem renda e entretenimento para diversos grupos, acabam trazendo incômodos para muitas famílias, pois alteram sensivelmente a dinâmica das ruas ao atrair multidões de "desconhecidos". De outra parte, o uso social das áreas livres para autoconstrução de moradias ou lazer compete hoje com usos econômicos, visto que a acentuação da mercantilização do espaço tornou a moradia de aluguel uma das atividades mais lucrativas da Vila. Agravando ainda mais este quadro de degradação das relações comunitárias, mais de 35% da população removida pela frente de obra não foi reassentada dentro dos limites da ZEIS[106], e outras tantas famílias foram deslocadas pela valorização imobiliária e aumento do custo de vida.

Entre alguns moradores antigos, é comum a expressão de certa nostalgia em relação à época anterior à intervenção, quando as pessoas se ajudavam e lutavam juntas pelo reconhecimento de direitos. Afinal, estes laços de vizinhança foram fortalecidos ao longo de anos de ajuda mútua entre os habitantes da Vila, que se amparavam para construir equipamentos comunitários e melhoramentos na moradia. Fruto deste vínculo com o lugar, trajetórias de vida passam e repassam pelo Jaguaré, conectando-o ao Nordeste e a outros bairros da capital paulista. Esse caráter de *comunidade*, que tem a solidariedade como principal traço, é comumente exemplificado pela receptividade às novas famílias que chegavam, que alguns dizem ter testemunhado:

> eu vivenciei e achei interessante, muito bonito. As pessoas chegavam às vezes desamparadas e iam morar em casas das famílias. Muitas pessoas, não só famílias, mas às vezes vizinhos, amigos, acabavam ajudando. Porque essas famílias que já estavam morando aqui, que já tinham um pouco de estabilidade, iam ajudando essas outras famílias e assim sucessivamente. (informação verbal)

Conforme já mencionado, a realidade da *favela urbanizada* é visivelmente ambígua, caracterizada pela simultaneidade da ilegalidade fundiária e de títulos de posse, da precariedade urbanística e do desenvolvimento econômico, de relações de

[106] Das 3.600 famílias registradas em 2003, 1.879 foram removidas e somente 515 foram reassentadas dentro do limite da Zeis que delimita o Núcleo Urbanizado Nova Jaguaré (COBRAPE, 2003). Do restante, sabe-se que outras 497 foram reassentadas em gleba próxima no conjunto Alexandre Mackenzie, mas não foram encontrados dados relativos às outras 867 famílias.

trabalho formais e informais, do controle do crime e da polícia. Sendo assim, através dos relatos obtidos em campo, nota-se que, dependendo do aspecto da *favela urbanizada* que se quer enfatizar, utiliza-se uma categoria diferente. O termo *favela*, por exemplo, aponta para o estigma em relação ao lugar e a seus moradores, reconhece que o preconceito ainda existe e indica que muitas dificuldades do passado não foram superadas. Por outro lado, a palavra *comunidade* é a mais utilizada e destaca um modo de vida próprio, em que as relações humanas sustentam as lutas cotidianas e permitem superações. Muitas vezes, a ideia de *comunidade* também aparece como "cartão-postal" da favela, uma imagem utópica do lugar, alheia às opressões vividas cotidianamente e utilizada para amenizar o senso comum de *favela* como lugar determinado unicamente pela pobreza. Atualmente, dada a nova condição formal da Vila, que marca o encerramento de um ciclo pelo reconhecimento da posse, emerge ainda a narrativa de que ela é agora um *bairro*, perspectiva reforçada pelo seu desenvolvimento enquanto centralidade econômica e cultural.

Nesse sentido, cada uma dessas categorias foca em diferentes territorialidades presentes, recorta e seleciona características que qualificam os principais modos de ver e se relacionar com a *favela urbanizada* – as principais dimensões de sua realidade. Ainda, as narrativas sobre a Vila Nova Jaguaré se constroem a partir dessas visões do espaço social, que naturalmente se sobrepõem e se contrapõem para formar os múltiplos posicionamentos sobre o momento atual. Durante os trabalhos de campo, os discursos dos interlocutores da pesquisa oscilavam entre afirmações de que o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré não deixou de ser *favela*, resiste como *comunidade* ou se assemelha a qualquer outro *bairro*.

Estas categorias realizam, portanto, um recorte social e não físico. Obviamente, tratam de recortes virtuais, já que o núcleo urbanizado é produzido justamente no encontro dessas contradições, de modo que a *favela urbanizada* é a síntese dessas formas de ver o espaço. Como essas categorias emergiram da fala da população, que admite diferentes conotações, é necessário esclarecer que os significados aqui adotados dizem respeito ao senso comum, usos habituais das expressões, em geral carregados de preconceitos. Por isso, quando se fala que "ainda é *favela*", faz-se referência a dinâmicas determinadas pelas condições de precariedade, informalidade, ilegalidade e criminalidade que ainda existem e encerram as maiores

diferenças entre a *favela urbanizada* e outras partes da cidade. Já a categoria *comunidade* aparece muitas vezes como o "lado bom" dos assentamentos populares, fazendo alusão aos laços comunitários que permitiram grandes avanços em termos de infraestrutura e reconhecimento pelo poder público. O termo evoca, portanto, a solidariedade, a sociabilidade e um sentimento de proteção entre os habitantes, aspectos que se traduzem no jargão "minha casa é aqui". Finalmente, a categoria *bairro* é utilizada para enfatizar a nova condição marcada pelo desenvolvimento, formalidade, legalidade e institucionalidade, perspectiva que coloca a Vila Nova Jaguaré em paridade com a "cidade formal".

3.2.1. "Ainda é favela"

No início da pesquisa, enquanto ainda nos familiarizávamos com o universo da Vila Nova Jaguaré, dificilmente a palavra "favela" era utilizada pelos moradores para qualificar o assentamento. Diferentemente do Rio de Janeiro, onde o termo é largamente empregado e conota não só a exclusão, como também uma vitalidade sociocultural característica, em grande parte dos assentamentos em São Paulo "favela" dificilmente apresenta atributos positivos. Por isso, é comum que técnicos e pesquisadores a evitem, já que os moradores podem se sentir constrangidos ou insultados – ainda mais no caso estudado, pois sua designação oficial reforça o fato de que a Vila Nova Jaguaré não é mais favela. Além disso, a própria luta popular liderada pela antiga União dos Moradores já havia adotado a estratégia de evitar designá-la como tal para contornar políticas de desfavelamento, artifício que é até hoje utilizado. O antigo "não é favela, é vila" se expressa hoje como "não é favela, é comunidade":

> Na verdade, quando você vê os próprios moradores falando favela, eles tão falando pro lado ruim, mesmo, não é o lado bom. Eu falo favela porque eu sempre falei favela, eu conheci como favela, pra mim é favela, não é comunidade. É favela. Mas não pro lado ruim, porque é o termo que eu conheço, é o termo que eu me identifico, que eu sempre ouvi. Aí agora, principalmente o pessoal da área social fala muito "comunidade". Mas pra mim continua sendo favela, do mesmo jeito. Mas eu vejo que aqui em São Paulo a visão é diferente, de favela.
> (...)

> A visão é diferente. Quando a pessoa fala: "Ah, favela do Jaguaré", você pode até tá falando de uma maneira normal, mas a outra pessoa tá olhando de um outro jeito. Com uma visão às vezes de preconceito, "Ah favela, né?". "Não é favela, é comunidade". Eu não sei por que isso também, não entendo. (informação verbal)

A primeira vez que a palavra apareceu, citada por jovens ao final do primeiro dia da oficina "A Vida na Nova Jaguaré", trouxe importantes esclarecimentos sobre sua conotação. Lembrando-se de uma visita recente e percebendo que no mapeamento das atividades e locais não frequentados havia dois símbolos de "não vou" na Praça do Telecentro, a professora Maria de Lourdes Zuquim, coordenadora da pesquisa, associou o relato dos jovens a uma sensação que havíamos passado no mesmo local. Ao visitarmos a área com cerca de dez alunos, que tiravam fotos e tomavam notações, diversos moradores que se encontravam na praça, ou mesmo na laje de suas casas, na crista dos taludes, fitaram-nos com um olhar hostil. A professora complementou dizendo que achava curioso, pois aquele era o único local da comunidade em que havia sentido esses olhares, e lhes perguntou que motivo poderia ter resultado em tal constrangimento. Imediatamente, um dos participantes da oficina respondeu: "na favela tem tráfico, e ali é o local da boca de fumo".

Até o momento, havíamos falado sobre as reocupações e a falta de áreas livres e equipamentos e até sobre questões relativas à segurança, mas somente os termos "comunidade" e "vila" haviam sido mencionados. Foi justamente quando apareceu a questão da criminalidade que a palavra "favela" surgiu, sugerindo o entendimento de que, sob este ponto de vista, a Vila Nova Jaguaré nunca deixou de ser *favela*.

Mesmo que os arranjos de criminalidade tenham mudado muito ao longo de sua consolidação, passando de grupos dispersos a um "mundo do crime" unificado, o cotidiano do assentamento foi, desde os anos 1970, profundamente marcado pela presença desses atores. Se antes existia maior distância entre "moradores" e "bandidos" e as disputas pelo controle do tráfico de drogas resultavam em um espaço público perigoso, hoje grande parte dos "moradores" são levados a manter canais de comunicação com o tráfico, já que são eles que determinam a "lei" da *favela*. Apesar de tiroteios e mortes serem atualmente acontecimentos incomuns, a violência ainda se manifesta em regras de conduta, punições arbitrárias e também em roubos e furtos cada vez mais frequentes. Independentemente desses deslocamentos, o medo

ainda persiste no imaginário coletivo, seja por um preconceito reforçado pela mídia[107] ou por uma realidade em que a violência efetivamente está mais presente:

> Olha, eu vou falar a verdade pra você, pra mim continua a mesma coisa. Antigamente tinha esse negócio de tiroteio pra lá, tiroteio pra cá, mas não tínhamos o que nós temos hoje que é roubo, né, aqui dentro. Não tinha negócio de droga, fumando do teu lado, não tinha. E antigamente, eles não podiam roubar ninguém aqui dentro. (informação verbal)

> Eu tenho muito medo de morar aqui, não vou mentir pra vocês. Igual muita gente fala, "porque o Jaguaré..." não é. Se você só vive dentro de casa, você não sai pra lugar nenhum, você não sabe o que acontece aqui. Mas se você sempre anda, você tá se comunicando com as pessoas, você sabe de coisa que você fica de boca aberta. (informação verbal)

Por um lado, o cotidiano da Vila Nova Jaguaré realmente é diferenciado em relação a bairros "centrais". As armas estão mais presentes, a polícia atua com maior truculência, os deslocamentos forçados são recorrentes e a liberdade individual é limitada. O medo vai muito além dos roubos e furtos, já que, apesar de frequentes, são ações pontuais de indivíduos que em geral vêm de fora do Jaguaré. O principal problema está relacionado ao fato de a *favela* ter uma "lei" paralela, o que faz com que os moradores tenham cuidado constante com o que se fala e o que se faz. Por isso, as iniciativas populares são bastante limitadas, já que qualquer ação que vá de encontro aos interesses do crime pode sofrer retaliações ou simplesmente ser bloqueada. Seja por desvios de conduta que são "corrigidos" com linchamentos, por abusos policiais ou pelo uso desproporcional da força em pequenos desentendimentos, fato é que as pessoas da Vila Nova Jaguaré sentem-se mais expostas e vulneráveis à violência. Os trechos abaixo trazem alguns exemplos das adversidades às quais os moradores estão sujeitos.

> (...) Aqui, ó, eu vou falar pra você. À noite, você vê coisa que você fica besta. Você fica assim que você fala, meu, como que pode o pessoal morar num lugar desse... Mas o que eu tô falando pra você, o chato é

[107] Em reportagem à BBC, um produtor de eventos da Rocinha, favela carioca, diz que "os veículos de comunicação só mostram a favela quando 'um tiro sai pela culatra'", que só quando "acontece alguma coisa, eles (os meios de comunicação) vêm para cá. E a Rocinha, que era aquele centro de grandes projetos, passa a ser um local cheio de problemas". (PRECONCEITO DIFICULTA MUDANÇAS NAS COMUNIDADES, 2002)

> que a gente não tem oportunidade de a gente falar 'isso aqui é meu, vamo cuidar do que é nosso', não dá. Não dá pra gente fazer, porque, se a gente fizer, você perde sua moradia. Aí a gente vai morar onde?
>
> (...) Porque o que acontece? Eles vão falar que você tá se metendo onde você não é chamado, você tá sendo o tal do "talarica". Então, eles expulsam. Aí você vai optar, ou sua vida ou sua moradia, né. (informação verbal)

> Aqui, onde eu falei pra você, onde tinha a academia dos senhorzinhos, minha amiga saiu de lá porque não aguentava o tanto de gente que levavam pra bater ali. Disse que eles batiam em mulher, batiam em homem, pessoal pedindo por favor, socorro... (informação verbal)

> Aí começou o forró aqui. Aí eu vim uma vez, eu vim umas três vezes. A última vez que eu vim, veio minha filha e uma amiga minha. Deram um tiro aí, pegou na minha amiga. (...) Deram um tiro, pegou aqui de raspão do peito dela e aqui do lado. Não deixaram ela ir pro médico, falaram que se ela fosse pro pronto socorro, era pra ela falar que ela tava bêbada e caiu em cima de umas garrafas – o médico sabe o que é um corte de um vidro ou uma coisa de uma bala. Ela não foi. Ela ficou com tanto medo deles, com tanto medo, que ela foi embora pro Norte. (informação verbal)

Por outro lado, como é associada diretamente a violência e precariedade, a categoria *favela* expressa o preconceito com o lugar. Mesmo depois de se tornar núcleo urbanizado, o "estigma de favela" ainda persiste, o que ficou claro em inúmeros relatos de pessoas receosas com a visão que a Vila passa para quem é "de fora". Coletivos e entidades situadas dentro da comunidade passam muitas vezes por constrangimentos, já que, apesar de não ser classificado, o assentamento continua sendo reconhecido como *favela*. O lugar ainda é descriminado por ser conhecido como ponto de venda de objetos roubados, preconceito este que faz com que comerciantes omitam seus endereços. De diversas formas, a descriminação se faz presente no cotidiano dos moradores:

> Mas quem é de fora tem muito medo de entrar aqui. Teve uma menina do coletivo [Coletivo Coca-Cola, sediado no CCP], que eu não sei da onde que ela veio, não sei se ela veio de Santo Amaro. Veio um carrão aí, parou. Aí ela entrou, o pai dela falou não sei o quê – deu um show aí fora com a menina. Ela: "Ai, gente, desculpa, meu pai não quer". Aí a diretora [do CCP]: "Não, mas aqui não é perigoso", não sei o quê. Ela falou: "Ai, mas ele não quer". E ele levou a filha embora. Mas quem é de fora tem medo de entrar aqui, tem medo de entrar aqui. Porque é comunidade, já fica pensando na favela, então tem um certo receio mesmo. (informação verbal)

> Não, não vou colocar o endereço, não, porque o Jaguaré é muito descriminado, se eu colocar o endereço a pessoa vai pedir a marmitex sabendo que é daqui do Jaguaré. (informação verbal)

> Aí, eu tava vendo com um amigo meu, ele tava querendo comprar um celular, e ele mora lá no Rio Pequeno… Aí, eu fazendo essa pesquisa com ele, e ele [disse] "não, não, desmarca o Jaguaré, porque deve ser tudo celular roubado". Muitas pessoas de fora veem o Jaguaré como ponto de… Você roubou, foi… Principalmente de moto, muita moto roubada aqui dentro. (informação verbal)

Da descriminação com o lugar, passa-se também à estigmatização das pessoas. Até hoje, o "favelado" continua a ser caracterizado como o inurbano, "mal-educado", que só pensa em si próprio e não sabe viver em comunidade. Muitas vezes, o mau estado de conservação dos equipamentos coletivos é atribuído ao "favelado" que não preserva o bem público, que descarta lixo e entulho em locais inadequados ou que tira proveito em cima dos outros. Existe uma visão pejorativa de que o morador desrespeitoso "merece" sua realidade, de que ele mesmo colabora com a degradação do lugar, diminuindo as responsabilidades do poder público e incumbindo-as ao morador. Nesse sentido, a condição da Vila Nova Jaguaré enquanto *favela* aparece frequentemente associada ao comportamento das pessoas, refletindo o dito popular (de teor extremamente pejorativo) de que "a pessoa sai da favela, mas a favela não sai da pessoa". O trecho abaixo exemplifica esta culpabilização do morador pelas condições que o assentamento se encontra:

> Na verdade aqui é considerado eternamente favela, claro, a gente chama de comunidade, vila mas pras pessoas a maioria aí fora vai considerar aqui eternamente favela, é como se fosse um preconceito que vai ser eterno, [...] aqui hoje é uma vila urbanizada, talvez a gente vai ter escritura, pagar IPTU, tudo normal, vai ser um bairro como qualquer outro, mas vai ser eternamente favela, vai, vai, aqui vai ser eternamente, principalmente se o cara faz isso daí [se referindo ao entulho que é constante em frente a sua casa] "isso daí é coisa de favelado". (BARROS[108], 2014, p.36)

A *favela* é como uma memória atávica, representa o passado de exclusão e opressões que, na visão de muitas pessoas, ainda não foi superado. Em função disso,

[108] Somente uma parte dessa citação encontra-se no trabalho de Barros (2014, p.36), o restante foi extraído da transcrição da entrevista na íntegra.

essa memória é encoberta, reforça-se que a *favela* ficou para trás, que agora é *comunidade*. Durante os trabalhos de campo, a expressão aparecia na mesma medida em que se criava vínculos mais fortes com os interlocutores da pesquisa, pois abria-se espaço para que eles pudessem desabafar sobre temas mais sensíveis, como experiências de preconceito, hostilidades cotidianas e impotência diante de injustiças, demonstrando muitas vezes ceticismo frente a expectativas de real transformação social. Nesse contexto, a *favela* Vila Nova Jaguaré é a face do assentamento ao qual se quer fugir, evitar, superar, mas que ao mesmo tempo deve-se encarar todo dia. Para muitos moradores, sair de Vila Nova Jaguaré é sair da *favela* e libertar-se de uma série de problemas que envolvem sua vida atual:

> Eu mesma tenho vergonha de trazer alguém na minha casa. Não de trazer na minha casa, de trazer onde eu moro. Porque, vamos supor, eu trago você na minha casa, acontece alguma coisa, você vai ficar com medo, você não vai querer mais vir aqui. Não é seguro. Não é mesmo, de jeito nenhum. (informação verbal)

> A gente mora aqui não é porque a gente se acomodou com a moradia, é pela dificuldade que a gente tem de comprar um lugar fora. (informação verbal)

Evidentemente, essa dimensão da *favela urbanizada* foi formada desde os tempos em que a favela era vista como "patologia social" e o favelado, considerado "marginal"; desde quando incêndios criminosos eram prática comum e nem sequer o direito à vida dos habitantes era respeitado. Por isso, a *favela* é em geral associada às antigas condições de precariedade, barracos de madeira, esgoto a céu aberto, ruas de barro, mas também evoca, em certos casos, nostalgia e orgulho da trajetória de lutas e conquistas: "saudades da favela", "até hoje tenho foto do meu barraquinho, eu sinto falta dele". Em um primeiro momento, quando se comenta sobre o passado, é nítido que grande parte das dificuldades foram superadas. De outra parte, conversando sobre o presente, fica bastante claro que a dimensão da *favela* ainda existe dentro da Vila Nova Jaguaré.

Esse estereótipo de *favela* ao qual a categoria se refere e que, vale lembrar, desde sempre convivia com outras narrativas, é muito bem representado pela imagem que Carolina Maria de Jesus (2014) esboça da favela enquanto "quarto de despejo" da cidade. Nesse seu primeiro livro, que reúne registros de seus diários, a

autora relata o cotidiano da favela do Canindé nos anos 1950, uma realidade marcada pela miséria, fome e violência. Em diversos trechos, retrata a favela como universo extremamente competitivo e marcado por conflitos: "a unica [*sic*] coisa que não existe na favela é solidariedade" (JESUS, 2014, p. 16). Ou seja, um ambiente hostil que também se traduz em uma visão do favelado como mal-educado e egoísta, conforme ilustram as passagens abaixo:

> ... As [*sic*] oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla [*sic*] com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos [*sic*], almofadas de sitim [*sic*]. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p. 37)

> ... Os favelados todos os anos fazem fogueiras. Mas em vez de arranjar lenha rouba [*sic*] dos outros. Entram nos quintaes [*sic*] e carregam as madeiras de outros favelados. (...) Eu tinha um caibro, eles levaram pra queimar. Não sei porque [*sic*] é que os favelados são tão nocivos. Alem [*sic*] deles não ter [*sic*] qualidades ainda surgem os maus elementos que mesclam-se com eles. (JESUS, 2014, p. 71)

Embora a realidade das favelas no Brasil – especificamente em São Paulo – tenha se transformado em vários aspectos, a visão da *favela* como "quarto de despejo" da cidade continua atual. Inclusive, os trechos destacados ao longo deste tópico reproduzem em parte essa visão da *favela urbanizada* como lugar onde as pessoas continuam a ter menos voz e menos direitos, onde as disputas são acirradas e os poderosos controlam a dinâmica social. Nesse sentido, *favela* engloba as territorialidades da precariedade, criminalidade e ilegalidade, determina um cotidiano de lutas pela sobrevivência e expressa um universo social extremamente hierarquizado.

3.2.2. "Minha casa é aqui"

Embora os relatos de Carolina Maria de Jesus adquiram em geral caráter cético, enfatizando os sofrimentos do dia-a-dia da favela do Canindé, algumas das cenas que descreve apontam para territorialidades que não são assinaladas pela categoria *favela*, que fogem inclusive de seu retrato melancólico da realidade. Entre

um acontecimento e outro, fala sobre os boatos na fila da água, as brigas que viram "espetáculos", as noites de cinema e as "batucadas". Nas entrelinhas, apresenta outra narrativa da apropriação do espaço no Canindé, na qual as áreas coletivas não mais manifestam a miséria e o conflito, e sim a sociabilidade e o lazer:

> Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse [*sic*] na sua desdita por residir num lugar sem atração. Um lugar que [*sic*] não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O unico [*sic*] perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga.
>
> ... Hoje ninguem [*sic*] vai dormir porque os favelados que não trabalham já estão começando a fazer batucada. Lata, frigideira, panelas, tudo serve para acompanhar o cantar desafinado dos notivagos [*sic*]. (JESUS, 2014, p. 47)

> ... Já faz seis meses que não pago a agua [*sic*]. 25 cruzeiros por mês. E por falar na agua [*sic*], o que eu não gosto e tenho pavor é de ir buscar agua [*sic*]. Quando as mulheres aglomeram [*sic*] na torneira, enquanto esperam a sua vez para encher a lata vai [*sic*] falando de tudo e de todos. Se uma mulher está engordando, elas dizem que está gravida. Se está emagrecendo elas dizem que está tuberculosa. (JESUS, 2014, p. 57)

No entanto, se, por um lado, essa face mais positiva da favela do Canindé aparece latente na narrativa da autora, encoberta pela pobreza, no Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré essa dimensão é completamente aparente. Inclusive, esse é o retrato da realidade que geralmente se quer passar, de uma *comunidade* que superou as misérias do passado, um lugar bom de se morar graças às relações comunitárias, onde as soluções sempre passam pelas mãos da população. Essa dimensão da apropriação se expressa na utilização coletiva do Telecentro, nos grupos que resistem contra as reocupações e também no uso das vielas como extensão da casa, onde crianças fazem lição de casa e vizinhos conversam enquanto realizam tarefas domésticas. Ou seja, a categoria se refere a uma relação mais intimista com o lugar, ao sentimento de que a Vila Nova Jaguaré é a *casa* dessa *comunidade*. Fruto desse vínculo, dessa relação específica em que valores da *casa* são projetados sobre a *rua*, os espaços coletivos assumem o papel da comunhão, do encontro, do diálogo, característica que ficou preservada mesmo com a evasão de muitos moradores após a urbanização. Nesse sentido, muitas vezes verificam-se usos geralmente relacionados

a ambientes domésticos se darem em ruas e vielas, para o que contribui a proximidade entre a casa e o espaço público:

> Mais um lance de escada. Peço licença e me viro de lado, passando entre duas crianças sentadas na escada fazendo lição de casa e sua mãe que conversa com a vizinha. Ao final da travessa, avisto a rua do Assum Preto, e reconheço as mesmas pessoas da semana anterior. Uma jovem à porta de uma loja de roupas, um senhor sentado em uma cadeira de plástico lendo um livro, algumas mulheres conversando. (anotações de caderno de campo, 8 abr. 2016)

Em muitas das histórias de vida relatadas, as trajetórias familiares passam e repassam pelo Jaguaré. Vínculos de sangue e laços de amizade fazem da *comunidade* um porto seguro para muitos migrantes que chegam a São Paulo e para outros que saíram da Vila para tentar a vida em diferentes partes da metrópole. Nota-se que a rede de relações que sustentou as migrações continua ativa, embora as novas gerações, nascidas na capital paulista, já tenham se dispersado consideravelmente, devido à alta dos preços. Por esse mesmo motivo, o discurso da *comunidade* como uma "grande família", na qual todos se conhecem, é mais característico dos adultos, que migraram de várias partes do Brasil, do que dos jovens, cujo cotidiano gira em torno de equipamentos que transcendem os limites do assentamento – escolas, parques, praças, shoppings e igrejas do Jaguaré e de bairros vizinhos. Ou seja, enquanto antigos moradores já consolidaram uma rede de relacionamento ao longo de anos de convivência e amparo mútuo, o contexto atual permite aos jovens ampliar essa rede e se conectar com outras partes da cidade. O trecho abaixo, extraído de entrevista com uma comerciante local, ilustra essas redes que conectam o Jaguaré ao Nordeste e também sua recente dispersão:

> **Comerciante:** (...) esse pessoal que é daqui da padaria, eles também são lá da Paraíba, eram meus vizinhos…
> **Miguel:** Seus vizinhos na Paraíba?
> **Comerciante:** É, são vizinhos da Paraíba.
> **Sofia:** Eles sabiam que você tinha vindo?
> **Comerciante:** Sabiam, sabiam... (...) aí depois aquele outro, lá do mercado também, eles são também lá do Nordeste, são meus vizinhos também.
> **Miguel:** Do Nordeste também?
> **Comerciante:** Da Paraíba também... Os pais dele, aquele rapaz lá, eles são padrinhos de uma de uma das minhas irmãs, lá na Paraíba.

> (...) E os meninos da padaria eles... Mais ou menos, eles têm um primo que é casado com a minha irmã, que essa é minha irmã que mora depois de Guarulhos.
> **Miguel:** Nossa, todo mundo é família.
> **Comerciante:** (...) e, assim, se você olhar aqui, [se] você conhecer mais pessoas que moram aqui, a maioria são [*sic*] tudo lá do Nordeste, principalmente da Paraíba. E às vezes as pessoas falam assim: "Nossa, mas aqui tem muito paraibano". Se você pensar assim, aqui tem um mercado que [*sic*] eles são vizinhos, ali tem outro tio deles que mora ali, que muitos e muitos anos, criou os filhos todos aqui, tudo morando aqui. Hoje, os filhos... Tem uns que moram aqui, tem outros que moram em Osasco, tem outros que moram na Paraíba, tem outros que moram em vários lugares aqui de São Paulo. Mas todos foram criados aqui, são todos parentes deles. (informação verbal)

Em entrevistas com moradores antigos, que chegaram à Vila Nova Jaguaré entre os anos 1970 e 1980, a *comunidade* se reflete em relações humanas que mesclam laços de vizinhança, amizade e parentesco – vizinhos que se tornam amigos, amigos que são tratados como família. Assim, como uma "grande família", tais moradores não expõem seus problemas ao mundo inadvertidamente, protegem sua imagem e buscam soluções organizando-se entre si e articulando contatos. Pertencer a uma *comunidade* significa, principalmente, ser conhecido e conhecer os moradores e seus papéis no contexto local, perceber problemas em comum e buscar soluções coletivas, exercer uma forma de sociabilidade particular – pertencer a uma *comunidade* significa pertencer a um *pedaço*[109] (MAGNANI, 2012). As passagens abaixo foram extraídas do diário de campo e trazem exemplos dessas relações de vizinhança mais próximas:

> Encontro Sofia e arranjamos, em cima da hora, uma entrevista com uma antiga moradora. Conta que recentemente fez as contas: vive há 36 anos na comunidade. Começa dizendo que "Isso aqui antigamente era só terra, esgoto, rato e barraco", e fala sobre as coisas que não existiam, como o piso das ruas e as casas de cinco andares. Em certo ponto da entrevista, pergunto se ela "fez família" aqui em São Paulo, e ela diz que não, pois não pode ter filhos. Estranho o movimento de pessoas em sua casa – uma mulher sempre ao seu lado cuidando dos assuntos da casa, crianças e jovens adultos que entram e saem a todo momento da sala onde conversávamos com a senhora. Pergunto se

[109] "Na periferia, essa categoria havia permitido descrever uma forma de sociabilidade com base numa particular relação entre o espaço e os atores sociais envolvidos. No entanto, percebeu-se que, diferentemente do contexto do bairro, onde o importante era ser *conhecido* por meio de laços de vizinhança, parentesco e coleguismo, pertencer a um *pedaço* no centro significa *reconhecer-se* como membro de uma teia de relação mais vasta e *ser reconhecido* por meio da exibição de símbolos compartilhados." (MAGNANI, 2012, p. 249, itálico do autor).

> são parentes, e ela diz que "é tudo amigo", e explica: "Tem dois aqui por causa da cachaça", "Tem essa mulher aqui, essa vizinha", vira-se para a moça ao seu lado e diz "Essa aqui eu peguei pra cuidar, quando segurei no colo sua cabeça era molinha", virando-se, de novo, "Esse homem aí, ele vive lá e é cego das duas vistas". Aponta para as crianças e continua, "Aquela outra é filha dela", "Esses dois moram ali na frente, mas estão dormindo aqui", "E agora tudo vai ficando, criando, tudo aqui dentro de casa". (anotações de caderno de campo, 5 mai. 2016)

> Entrando na Três Arapongas, acompanho com o olhar um senhor que caminha do outro lado da rua por uma calçada repleta de estabelecimentos comerciais. Aparentemente, é morador da comunidade. Todos o cumprimentam: dois homens na porta de um pequeno varejo, um moço de dentro de um bar e uma moça segurando uma vassoura na porta de um cabeleireiro. Mais à frente, um cachorro carrega uma sacola plástica com a alça entre os dentes. Parece ser conhecido, pois todos comentam sua passagem. (anotações de caderno de campo, 8 abr. 2016)

Este traço característico da Vila Nova Jaguaré e de muitas outras *favelas urbanizadas* tem sua origem relacionada principalmente a um passado em que a relação da favela com o poder público ainda era frágil, quando ainda eram negados serviços básicos como atendimento de água, luz e esgoto. Preteridos pelas políticas públicas e discriminados pelos "visinhos [*sic*] ricos de alvenaria" (JESUS, 2014, p.45), não viram outra opção senão se unir, e não somente para reivindicar e trabalhar por melhores condições de vida, mas também porque sofriam das mesmas mazelas, reconheciam-se reciprocamente em suas dificuldades e anseios. Afinal, da situação de exclusão socioterritorial no contexto da cidade surge outra relação de inclusão: a *comunidade* que inclui os "moradores" e exclui os que não são do *pedaço*.

Ao longo da história do assentamento, essa perspectiva de *comunidade* sofreu deslocamentos na mesma medida em que se transformavam as formas de organização dos moradores. O período demarcado pela chegada da Ação Comunitária do Brasil, por exemplo, pode ser considerado um primeiro momento de ascensão desse sentimento. Quando se autodenominaram *Vila Nova Jaguaré*, levaram esses laços de vizinhança à esfera política, angariaram recursos e implantaram importantes melhorias. Também, passaram a apropriar o local de outra maneira, valorizando mais sua imagem e as relações humanas – embelezaram os barracos e construíram o parque infantil da Praça 11. Nesse intervalo em que passou a designar-

se *Vila*, acentuou-se também o controle social do espaço, fosse através de ordenamento das novas ocupações realizado por lideranças ou simplesmente porque estimularam-se usos coletivos com a implantação de equipamentos, como, por exemplo, a escola, o ambulatório, o campo de futebol etc.

Contudo, se, de um lado, a *comunidade* valoriza a praça – um dos espaços de encontro e lazer local onde se tece a trama que agrega a população em torno de uma identidade coletiva –, a *favela*, por outro lado, preza somente pela casa, o abrigo que permite a sobreviência na cidade e, aos poucos, vai se tornando definitivo. Não por acaso, o período em que a Vila voltou a ser Favela coincide também com o início da ocupação da Praça 11, evidenciando um novo arranjo, em que a *favela* ganhava destaque em detrimento do caráter de *comunidade* e, portanto, a construção de novos barracos era mais importante do que a preservação da praça.

A categoria *comunidade* abrange, assim, uma forte ligação com o espaço – tanto em relação ao lugar quanto às pessoas. Evoca valores de solidariedade e sociabilidade, uma possibilidade de inclusão dentro de uma realidade de exclusão, uma zona de conforto no contexto opressivo da cidade. Trata-se os vizinhos como se fossem família e o assentamento como se fosse casa. Nessa perspectiva, as praças necessitam estar preservadas e vivas e as ruas e vielas são tratadas como extensão da casa. Cuida-se das pessoas e do espaço cotidianamente através de pequenos gestos – moradores que varrem vielas de acesso, deixam luzes acesas para iluminar a passagem, ajudam vizinhos idosos ou com problemas de locomoção. Nos anos 1980, a capela e os projetos sociais do padre Roberto Grandmaison também contribuíram ao fortalecimento desta narrativa, assim como as melhorias implantadas ao longo dos anos pelo poder público. Solucionando problemas cotidianos, abre-se espaço para criar vínculos mais fortes com o lugar, sentimento expresso no trecho a seguir e que contrasta nitidamente com o olhar de Carolina Maria de Jesus sobre sua realidade:

> Desmentindo a crença vigente, 81% dos moradores gostam da comunidade em que estão fixados e 66% não estão dispostos a abandoná-la. De maneira plena ou com restrições, 62% admitem ter orgulho do local onde vivem. **Se existe esse amor e essa fidelidade ao lugar, a principal razão é o estabelecimento de fortes laços sociais entre os moradores.** A favela é, desde sempre, responsável e solidária. Ali, o cidadão tem quase sempre com quem contar. Há alguém que pode lhe emprestar algum dinheiro ou o cartão de

> crédito na hora do aperto. Há outro que pode tomar conta de seus filhos enquanto ele trabalha. E há sempre aquele que pode ouvir suas confissões, no "divã" improvisado no boteco ou no salão de beleza. Quem recebe, evidentemente, acaba por retribuir. **A lei da reciprocidade impera na favela.** (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 31, negrito nosso)

Contudo, se antes o aspecto de *comunidade* desvanecia frente às condições de vida insalubres e aos conflitos cotidianos, hoje manifestam-se outras condicionantes que também o deterioram. Principalmente, revela-se um choque entre o recente desenvolvimento econômico e as antigas relações comunitárias, já que, conforme comentado anteriormente, os benefícios da intervenção são encarados tanto como *melhorias* quanto como *oportunidades*. Nesse sentido, as forças que prezam por usos coletivos e direcionados à *comunidade* perderam espaço para outras mais poderosas e que pretendem justamante "abrir" a *comunidade*, conectá-la à cidade, mesmo que essa inserção possa significar uma potencial desarticulação da *comunidade* – valorizar as trocas entre a Vila Nova Jaguaré e outras partes da metrópole em vez do amparo mútuo entre moradores, prezar por ganhos materiais individuais e não coletivos, ativar valores de troca em detrimento do uso coletivo.

Por outro lado, embora as relações comunitárias estejam comprometidas frente a uma possível mudança de perfil socioeconômico ("remoção branca"), as pessoas seguem resistindo às investidas sobre os espaços coletivos lideradas por alguns grupos e criando novas formas de apropriar coletivamente a *favela urbanizada*. Articulando entidades do terceiro setor com lideranças e jovens moradores da Vila Nova Jaguaré, propõem uma possível conciliação entre *comunidade* e *bairro* através de redes que, ao mesmo tempo que a conectam com outros lugares e outras culturas, também fortalecem os vínculos internos da Vila.

3.2.3. "Um bairro como qualquer outro"

Desde a abertura democrática, quando as políticas públicas começaram efetivamente a reconhecer os direitos dos favelados, o discurso de que os assentamentos informais também são cidade ganhou força em diversos núcleos de diferentes cidades brasileiras. Afinal, com a garantia de direitos básicos, sentiam-se

mais *cidadãos* e, portanto, parte da cidade. Para isso, colaborou também a luta popular, no sentido de afirmar a formação das favelas não como um processo residual fruto da falta de planejamento, e sim como parte fundamental da lógica do capitalismo periférico brasileiro, essência de um processo de urbanização ancorado na desigualdade e exclusão – no Brasil, o *bairro* não existe sem a *favela* (DA MATTA, 1981; MARICATO, 1996; OLIVEIRA, 2013). O discurso de que "favela é cidade" reforça que "mesmo partida, a cidade é uma só: partida é seu modo de ser aquilo que é" (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 11).

Contudo, apesar da importância política de se revelar a "cidade real" e compreender os processos de urbanização formais e informais dentro de uma mesma lógica, as fissuras do ambiente urbano são constantemente reafirmadas no cotidiano das camadas mais pobres – moradores das favelas e periferias. Existe, portanto, a necessidade de marcar as diferenças entre dois ambientes, as "periferias" e os "centros", já que eles assumem significados distintos, possuem dinâmicas próprias e estabelecem diferentes maneiras de se comportar. Na Vila Nova Jaguaré, a categoria *bairro* muitas vezes representa o lugar do trabalho e das relações impessoais, do progresso e dos desejos, enquanto a *comunidade* simboliza o repouso, os laços de vizinhança e a *favela* retrata o atraso, a dura realidade. Ou seja, é como se existisse um plano da realidade desse assentamento composto pela *favela-comunidade*, uma realidade dual de opressão e virtudes, onde, ao longo dos anos (e principalmente após a urbanização), foi introduzida uma terceira narrativa: agora, Vila Nova Jaguaré é tudo o que nunca foi, um bairro legal, com atendimento formalizado, com uma econômia dinâmica e diversa.

A categoria *bairro* se define na oposição com a *favela-comunidade*. Em contraste com a *favela*, *bairro* representa o moderno e o desenvolvido, a ordem e a legalidade, a "sala de visitas" (JESUS, 2014, p. 37) que se apresenta aos "visitantes de São Paulo" (Ibidem, p. 85). É *locus* das oportunidades, da qualidade de vida, da prosperidade, de modo que ascender socialmente significa "sair da favela". O *bairro* evoca a cidadania e a isonomia, onde os conflitos se tornam mais "justos", pois são mediados por instâncias normativas formais e não pela "lei do mais forte" ou regras paralelas. O par existe, também, para retratar os efeitos da desigualdade socioterritorial,

refletindo a dicotomia *centro-periferia* e seus efeitos no cotidiano das populações periféricas.

Já a *comunidade* se contrapõe ao *bairro* por outra perspectiva, não mais sob o ponto de vista físico-urbanístico ou dos privilégios, mas pela forma como as pessoas se organizam e se relacionam. A principal diferença é que a ideia de *comunidade* implica uma consciência coletiva, ao contrário da ideia de *bairro,* em que prevalecem ideais individualistas. Ou seja, enquanto a coesão da primeira se dá em torno do sentimento de pertencimento que produz uma identidade comum, a segunda só existe pois acolhe o "diferente", sendo dependente da especialização do trabalho e da estratificação social. Isto é, a *comunidade* reúne pessoas com vínculos mais fortes, que atuam em cooperação para superar problemas comuns, enquanto o *bairro* gira em torno do trabalho e envolve relações mais distantes e objetivas. Mas, se por um lado o *bairro* é o lugar do anonimato, da indiferença e do desamparo, por outro lado também pode dar uma liberdade que a *comunidade* não permite, viabilizar trocas inusitadas e situações imprevisíveis. O *bairro* é, sobretudo, o lugar da diversidade e é precisamente por isso que a *favela urbanizada* engloba essa dimensão.

Na Vila Nova Jaguaré, o discurso de que "agora é um bairro como qualquer outro" se fundamenta principalmente na regularização da situação fundiária, nas melhorias em mobilidade e no ingresso de uma série de serviços, comércios e entidades que prestam assistência social, promovem cursos, atividades culturais e esportivas. Isto é, a narrativa realça não só os impactos da urbanização, mas também uma série de novas oportunidades proporcionadas por políticas públicas e agentes externos que possibilitaram a inserção urbana do assentamento. Por um lado, aponta-se novos postos de trabalho, novas atividades de lazer, facilidades em atendimento à saúde, novos equipamentos educacionais e coletivos que ampliaram as oportunidades oferecidas aos jovens. Por outro lado, ressalta-se uma grande mudança no modo de vida, já que agora, mais do que nunca, o espaço pode ser explorado e gerar grandes rendimentos.

Dos exemplos apresentados pelos moradores, destaca-se melhorias recentes nos serviços de atenção básica às famílias e a implantação de uma Assistência Médica Ambulatorial (AMA), em 2013, e de um Centro Educacional Unificado (CEU), em 2009. Enquanto os serviços de saúde são avanços bastante comentados por idosos e

adultos, os jovens reconhecem o CEU como importante equipamento de educação e lazer, já que engloba um Centro de Educação Infantil (CEI) uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), um programa municipal de ensino superior (UniCEU), além de três piscinas e duas quadras poliesportivas, duas canchas de boca e um anfiteatro, equipamentos de lazer que permanecem abertos ao uso durante finais de semana e feriados. Ainda, somente três anos após a urbanização da Vila Nova Jaguaré, já estava sendo preparada a chegada de um grande empreendimento, o São Paulo Plaza Shopping (figura 55), que seria instalado em gleba vizinha ao assentamento (informação verbal)[110]. No trecho abaixo, extraído do folder comercial digital do empreendimento, apresenta-se sua motivação econômica:

> Com os espaços urbanos cada vez mais escassos e bairros vizinhos, como a Lapa e Pinheiros, já saturados, chegou a vez de o Jaguaré mudar o seu perfil de ocupação. **No lugar das antigas fábricas e galpões estão surgindo novos condomínios residenciais de médio e alto padrões, e com eles uma crescente demanda por comércio e serviços de qualidade**. Esse fenômeno é semelhante ao que ocorreu em outras regiões da capital paulista, como Mooca e Vila Leopoldina. É nesse cenário que surge o São Paulo Plaza Shopping. (SÃO PAULO PLAZA SHOPPING, 2017, negrito nosso)

Figura 55 – Projeto do São Paulo Plaza Shopping com a Vila Nova Jaguaré no canto direito superior

Fonte: Archigraph, extraído de spplaza.com.br, acesso em 20/02/2017.

[110] Professores do CEU relatam que em 2014 os empreiteiros do shopping solicitaram a utilização do CEU para realizar mapeamento da área através de drones (anotações de caderno de campo, 31 mai. 2015).

O folder aponta uma área de influência do empreendimento entre os bairros Vila Leopoldina, Lapa, Pinheiros, Morumbi, Butantã, Rio Pequeno e Jaguaré que compreende mais de 580 mil moradores, 41% pertencentes às classes A e B (GEU[111], 2014 apud SÃO PAULO PLAZA SHOPPING, 2017). Também, ressalta que a renda média familiar dessa área é de R$ 8.967,00, podendo ainda aumentar, pois está prevista a instalação de mais 43 mil moradores no Jaguaré até 2018, grande parte em novos investimentos imobiliários de alto padrão. Embora tenham surgido durante a pesquisa posicionamentos de pessoas preocupadas com os efeitos do shopping na região, principalmente professores do CEU e membros de diversos coletivos, o empreendimento costuma ser visto como uma melhoria para o bairro: jovens o veem como uma opção de lazer e adultos já projetam a criação de novos postos de trabalho. De todo modo, a instalação do shopping ratifica o desenvolvimento de uma nova centralidade no Jaguaré, restando ainda saber qual será seu impacto sobre a Vila.

Seja pela transformação do bairro em centralidade ou pela urbanização que favoreceu a inserção urbana da Vila Nova Jaguaré, fato é que o cotidiano do assentamento sofreu mudanças notórias desde a virada dos anos 2000. Se, por um lado, a comunidade se tornou mais diversa e plural, a emergência de atividades altamente lucrativas criou, por outro, um clima de disputa individual e desconfiança, já que as pessoas "não pensam nos outros" e buscam capturar as *oportunidades* a todo custo. E isso não só quanto aos grandes conflitos comentados anteriormente, mas também em pequenas ações diárias. Entre alguns, existe um sentimento de que a *comunidade* não é mais como "antigamente", conforme expresso nos trechos a seguir:

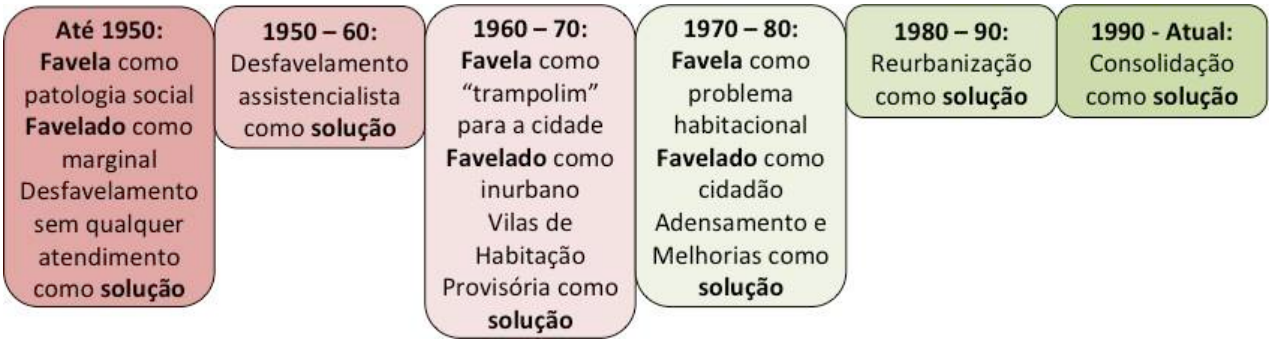
> Acho que, hoje em dia, os vizinhos não se falam muito… Hoje em dia, se o vizinho precisa de alguma coisa e você sabe, você não vai até ele, ele que tem que vir até você pra pedir. E antigamente não tinha isso, como tinha mais conversa e um sabia o que o outro tava precisando, já ajudava… Teve muitas vezes que a gente montou cesta básica pra dar pra pessoas que necessitavam. Hoje em dia não tem mais isso, é cada um por si e Deus por todos.
>
> Hoje em dia, acho que muitas pessoas não pensam no próximo… Você vê, muitas casas aqui no Jaguaré hoje em dia tem quatro andares. A pessoa faz uma casa de quatro andares e não pensa nos vizinhos do lado. Se acontecer um acidente nessa casa não vai sobrar só pra essa casa, vai sobrar para os vizinhos do lado… (informação verbal)

[111] Grupo de Estudos Urbanos, 2014.

> Tinha vezes que, dia de sábado e domingo, quando o pai e a mãe não podiam ir [brincar na Avenida Jaguaré], a gente podia ir com o vizinho, porque o vizinho também ia. Antigamente a gente confiava mais nos vizinhos, hoje em dia não dá pra confiar tanto assim…
>
> (...) a gente era mais amigo antigamente, hoje em dia cada um praticamente quer ser o dono do próprio umbigo. Se eu coloquei lixo na minha porta, se o lixeiro tá passando e eu tô vendo que o lixeiro tá do outro lado, e eu vou jogar meu lixo fora, ele prefere ir lá e só jogar o dele do que pegar o que tá do lado dele, do vizinho, e jogar também. Antigamente não tinha isso, antigamente se você lavava a frente de uma porta tinha praticamente que lavar quase a rua toda, tinha que lavar a frente da casa dos vizinhos, antigamente tinha muito disso. Hoje em dia, não, você vai lavar o seu quadradinho lá, se lavar seu quadradinho tá bom. (informação verbal)

Entretanto, é necessário ressaltar que a dimensão da Vila Nova Jaguaré enquanto *bairro* não teve sua origem na urbanização ou nas recentes transformações do Jaguaré. Na realidade, essa perspectiva atravessa a história do assentamento, crescendo ao longo de sua consolidação. Assumindo que o caráter de *bairro* está relacionado à garantia de direitos e mercantilização do espaço, essa face do assentamento foi sendo aos poucos construída. No âmbito das favelas da capital paulista em geral, pode-se tomar a década de 1970 como grande marco que possibilitou a ascensão de dinâmicas de *bairro*. Nesse período, a favela passou a ser tratada como problema habitacional e o favelado, como cidadão, além de terem começado a ser realizadas melhorias nas maiores favelas como parte da solução (figura 56). As ações de remoção não acabaram (concentrando-se, então, nas favelas menores e nos eixos de expansão do mercado imobiliário), mas a abertura democrática do país fez com que os assentamentos mais populosos passassem a reunir importante capital político – ou seja, não podiam mais ser negligenciados, tinham que ser tratados como parte da cidade, como qualquer outro *bairro*.

Figura 56 – Resumo das políticas de intervenção no município de São Paulo



Fonte: elaboração nossa a partir de Bueno, 2000, Cardoso, 2012, Silva, 2009, Trento, 2011 e Zuquim, 2012.

Já a Vila Nova Jaguaré possui uma trajetória singular. No início da formação do assentamento, nos anos 1960, a posição da administração municipal era inflexível e contornável somente por uma rede de relações estabelecida com funcionários da Prefeitura: o prazo para deixar o local era de seis meses, mas "se tudo corresse bem" o responsável do Serviço de Patrimônio da Rua da Glória deixaria eles continuarem lá (FREIRE, 2006, p. 103). Sendo a primeira favela do distrito, era conhecida simplesmente como Favela do Jaguaré. Com a chegada da Ação Comunitária do Brasil, em 1967, e a fundação da União dos Moradores, marca-se um "tempo de avanço" que ensaia a consolidação do assentamento frente à opinião pública. A organização dos moradores repercute na imprensa e na Alesp, tida como exemplo de "esforço comunitário". A assistência da ACB faz com que a Vila Nova Jaguaré ganhe projeção, o que também ajuda a estabelecer arranjos com políticos, empresários e entidades que favoreciam o alcance a melhorias.

Em 1970, os moradores já haviam construído uma escola, posto de saúde, caixa d'água e também já haviam entrado em acordo com a concessionária de energia para realizar o abastecimento das casas. Três anos depois, o assentamento já contava com dez quitandas e 21 bares, além de outros estabelecimentos. Desde esse período, portanto, a população local já cultivava relações com diversas instituições, como, por exemplo, a Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes), a Secretaria de Saúde, o Sesi e a própria Prefeitura. Inclusive, as soluções em abastecimento de água e luz foram implementadas antes na Vila Nova Jaguaré do que no restante do Jaguaré – na cena política municipal, a Vila era *bairro* tanto quanto o Jardim Jaguaré ao lado. Fruto de

grande mobilização social, conquistou-se importantes avanços e certa "tolerância" do poder público, o que proporcionou seu adensamento.

Conforme relata grande parte das pessoas em entrevistas ou conversas informais, os recém-chegados à favela não só se estabeleciam ocupando áreas livres ou em casas de parentes ou amigos, mas também alugavam e compravam barracos. Muitos relatam terem morado de aluguel antes de conseguirem comprar seu próprio barraco, contrariando o senso comum de que o acesso à moradia na favela se dá unicamente por ocupação. Ou seja, até mesmo a perspectiva do espaço-mercadoria vem desde muito antes da urbanização, já que o mercado imobiliário informal da Vila já se encontrava relativamente aquecido desde os anos 1970 e 1980. Ainda, conforme relata Carolina Maria de Jesus, a construção de barracos para aluguel e venda já era prática adotada em favelas desde os anos 1960:

> ... Aqui na favela há os que fazem barracões para residir e os que fazem para alugar. E os alugueis [*sic*] são 500 a 700,00. E os que fazem barracões para vender. Gasta [*sic*] 4 mil cruzeiros e vendem por 11 mil cruzeiros. Quem fez muitos barracões para vender foi o Tiburcio. (JESUS, 2014, p. 46)

Em suma, o momento atual de grandes transformações não só do espaço físico, mas principalmente da forma como a população apropria seu lugar de moradia, trouxe à luz um processo paulatino em que a *favela-comunidade* vai se tornando "favela consolidada", apresentando cada vez mais uma dinâmica dividida entre *favela*, *comunidade* e *bairro*. Observar o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré nos permitiu distinguir uma perspectiva do espaço que antes era minoritária, apesar de ter adquirido cada vez mais importância ao longo de sua consolidação. Assim, a história do assentamento, dividida em quatro períodos principais – Favela do Jaguaré, Vila Nova Jaguaré, Favela Vila Nova Jaguaré e Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré –, pode ser entendida a partir de diferentes equilíbrios entre essas três perspectivas sobre o espaço. Nos seus primeiros anos, predominava a dimensão de *favela*; após os moradores se organizarem e se unirem, estabeleceu-se uma dinâmica dual entre *favela* e *comunidade*; com a conquista de direitos e a valorização do espaço, cresceu seu caráter de *bairro*, apresentando uma conjuntura semelhante a outras "favelas consolidadas"; finalmente, com a regularização urbanística e fundiária, já

não é mais possível afirmar qual dimensão de sua realidade predomina. A *favela urbanizada* difere das outras favelas pelo novo equilíbrio que se estabelece entre suas três projeções principais.

3.3. A *URBANIZAÇÃO DA FAVELA* E A *FAVELIZAÇÃO DO URBANO*

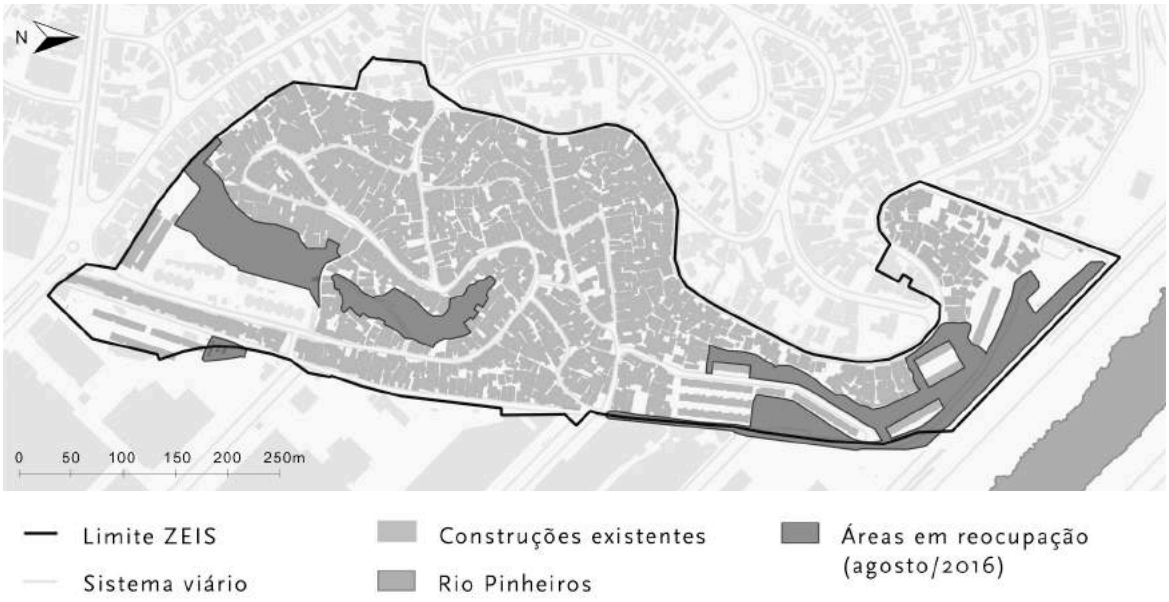
Na perspectiva individual de cada um dos sujeitos da apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré, as três dimensões da *favela urbanizada* aparecem de forma descontínua, já que, dependendo do tema e dos valores do interlocutor, emerge um dos "múltiplos planos" de sua realidade (DA MATTA, 1981, p. 67). No entanto, se qualquer atividade pode ser vista a partir dos três pontos de vista estruturais ou de qualquer arranjo entre eles, é porque todas essas territorialidades estão ali presentes. Exemplo exaustivamente explorado, os bailes funk são fruto de seu encontro: simultaneamente, envolvem o tráfico de drogas, estabelecimentos comerciais e ambulantes; proporcionam encontros de conhecidos e a interação com desconhecidos; podem estar relacionados ao aumento de roubos e furtos; mas também fazem da Vila Nova Jaguaré uma centralidade no âmbito do funk. Isto é, as narrativas individuais podem transitar entre diferentes pontos de vista, mas o espaço define-se no encontro de todas essas perspectivas: a *favela urbanizada* é ao mesmo tempo *favela*, *comunidade* e *bairro*.

Na cena urbana da Vila Nova Jaguaré, essas territorialidades mesclaram-se de tal maneira que reinventaram o espaço, que passou a apresentar não só novos conflitos, como também novas formas de apropriação. Ou seja, se, por um lado, existem impasses entre as relações comunitárias e a mercantilização do espaço, ou entre o uso das áreas livres para fins individuais ou coletivos, por outro lado, é justamente a diversidade de valores que faz emergirem novas atividades e uma dinâmica urbana intensa e complexa. As três principais dimensões da *favela urbanizada* disputam-se entre si, mas também combinam-se e produzem novas possibilidades, o que fica evidente quando se observa a apropriação das áreas que foram totalmente redesenhadas.

O momento atual foi especialmente privilegiado para distinguir a dinâmica urbana característica da *favela urbanizada*, visto que tanto essas áreas como outras

partes do assentamento, onde a intervenção foi mais branda, estavam incorporando novas territorialidades e se transformando. No caso das áreas totalmente redesenhadas, o espaço físico resultante das obras, com usos racionalizados e rígidos, passava também a comportar a espontaneidade e a diversidade características da Vila Nova Jaguaré, onde desde sempre misturaram-se dinâmicas e espaços de moradia, lazer e comércio. Isto é, equipamentos, estruturas de contenção, conjuntos habitacionais, praças, escadas, vias e áreas verdes projetados vivenciaram uma apropriação que transformou esses espaços para os reformatar aos moldes da realidade local, incorporando suas territorialidades – espaços que foram pensados de fora para dentro, desenhados assim como o *bairro*, e, por isso, não fazem sentido no contexto da *favela urbanizada*. Não por acaso, as áreas que foram totalmente redesenhadas coincidem com as áreas em reocupação (figura 57).

Figura 57 – Áreas em processo de reocupação – agosto de 2016



Fonte: elaborado por Rafaela Masunaga e Lís Souza, acervo Napplac, 2016.

A implantação de uma praça grande, isolada das casas e em encosta representa um desses contrassensos, exemplo de como os processos de urbanização de favelas muitas vezes produzem uma resultante descolada da realidade das *favelas urbanizadas*. Em primeiro lugar, a proposta vai de encontro ao caráter coletivo que as áreas livres assumem nas favelas, onde o público não faz muito sentido se não estiver articulado com o privado, pois é apropriado como extensão da casa. Ao contrário de

bairros "centrais", nos quais os serviços de manutenção e segurança são contratados por associações de moradores e/ou são realizados pela Prefeitura, as praças, ruas e vielas nas favelas, em geral, necessitam estar próximas das dinâmicas domésticas para serem cuidadas, varridas, lavadas e vigiadas. Ou, então, precisam ser reconhecidas e utilizadas pela comunidade, estar vivas e povoadas cotidianamente para que não sofram reocupações, o que dificilmente ocorrerá em uma antiga "área de risco".

Nesse sentido, a praça do Telecentro era vista como um grande espaço vazio, "terra de ninguém", e sua apropriação é exemplo da forma como as territorialidades que existem na *favela urbanizada* ressignificam o espaço a partir da resultante da urbanização. Hoje, a praça reúne um parque infantil, um equipamento utilizado por coletivos (Telecentro), uma quadra de esportes (a outra está em processo de reocupação), um estacionamento, uma "biqueira" do tráfico, moradias de aluguel e possivelmente também se desenvolverão pequenos comércios e serviços. Apesar da transformação do espaço não ter terminado a tempo de se observar sua dinâmica cotidiana, nota-se que a diversidade de usos e formas penetrou nesta área, que antes só era utilizada para "jogar bola ou usar drogas". E não se trata de qualquer diversidade, mas de uma diversidade característica da *favela urbanizada*, combinando: iniciativas de agentes externos, moradores e tráfico; estruturas construídas por mutirão com outras produzidas a partir de técnicas construtivas sofisticadas e com planejamentos criteriosos; e, finalmente, produzindo um espaço entre casas, locais de lazer e de negócios.

Já na área adjacente, onde se localizava a academia ao ar livre, a ocupação foi bastante homogênea. Talvez por ser menos acessível e pela forte presença do crime, o local foi unicamente ocupado por moradias, a maioria alugada, e a área hoje apresenta uma dinâmica parecida com a dos miolos de quadra: espaço físico adensado, porém, sem comércios, onde prevalecem usos domésticos. Aqui, a transformação também não se completou a tempo de ser observada, mas aparentemente a força do crime foi preponderante e acabou por produzir ambientes monótonos, fruto de um só interesse, mas que igualmente misturam as territorialidades da *favela*, da *comunidade* e do *bairro*.

Outro exemplo de como os espaços redesenhados incorporam a *favela urbanizada* está nos conjuntos habitacionais implantados, cada qual apresentando transformações de acordo com seu contexto local. Começando pelos dois conjuntos Cingapura realizados na década de 1990, as áreas privadas aos condomínios apresentam impasse semelhante àquele existente na praça do Telecentro: não foram apropriadas como áreas coletivas e, portanto, ficaram ainda mais sujeitas à ação de grupos organizados, do crime. Segundo relatos obtidos em campo, ambos sofreram ameaças de reocupação, embora só o Cingapura próximo à Marginal Pinheiros apresente hoje construções em área condominial[112].

No Alexandre Mackenzie, conjunto habitacional composto por 25 edifícios e situado em gleba externa à Vila, a aproximadamente 1 km de distância, observa-se que as famílias utilizam bastante as áreas coletivas. No térreo, algumas pessoas preservam canteiros ornamentais na frente de suas casas, outras cultivam alimentos e há, ainda, as que cercaram o acesso (figura 58). Nos pisos superiores, também apropriam-se das sacadas de circulação com vasos e flores, utilizam-nas para conversar, para estender roupa e observar as crianças que brincam nos espaços de recreação entre os prédios (figura 59). Nesse conjunto, a única grande modificação nas áreas coletivas ocorreu no sentido de incluir os moradores da favela Diogo Pires[113], ao lado; como são separadas do conjunto habitacional por um muro, abriu-se uma passagem principalmente para que as crianças de lá pudessem utilizar brinquedos situados na área interna do conjunto. Esse sentimento de solidariedade pode estar relacionado tanto a laços de vizinhança constituídos desde quando moravam na Vila Nova Jaguaré como também à precária acessibilidade do local – isolados no bairro, relacionam-se como *comunidade*. Além disso, os próprios edifícios

---

112 *Casas irregulares invadem Cingapura e são vendidas por R$ 50 mil em SP*. Globo G1, 3 nov. 2016. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/casas-irregulares-invadem-cingapura-e-sao-vendidas-por-r-50-mil-em-sp.html>. Acesso em: 27 jan. 2017.

113 A favela Diogo Pires teve sua formação relacionada aos processos de remoção que ocorreram na Vila Nova Jaguaré, possivelmente motivada pelo baixo valor do Aluguél Social pago às famílias e também pela demora na entrega das unidades. Assim, após um incêndio que ocorreu em 2011, foi articulada a provisão de um novo conjunto habitacional para abrigar essas famílias, mas as obras encontram-se atualmente paralisadas. No entanto, a favela possui hoje aproximadamente 505 famílias, e o projeto prevê a construção de somente 240 unidades habitacionais (RESIDENCIAL DIOGO PIRES, 2011; HABITASAMPA MAPA, 2016). Segundo consta no site do escritório de arquitetura responsável pelo empreendimento, "O Residencial Diogo Pires se insere nas ações de urbanização da Favela Nova Jaguaré em São Paulo com o objetivo de realizar parte do reassentamento das famílias moradoras nas áreas de risco ou afetadas por obras de infraestrutura." (RESIDENCIAL DIOGO PIRES, 2011)

também são tratados como extensão da casa, o que ficou bastante evidente no caso específico de moradores que se apropriaram da laje da escada de acesso para construir um terraço com churrasqueira (figura 60).

Figuras 58 e 59 – Conjunto Alexandre Mackenzie: canteiros preservados e acesso de uma unidade cercado (esq.) e uso recreativo das áreas livres (dir.) – fevereiro de 2016 (esq.) e dezembro de 2010 (dir.)

Fonte: Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016 (esq.); Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016 (dir.).

Figura 60 – Conjunto Alexandre Mackenzie: laje de escada de acesso transformada em terraço com churrasqueira – fevereiro de 2016

Fonte: Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016.

Figuras 61 e 62 – Conjunto Kenkiti Simomoto: canteiros preservados e utilizados para atividades domésticas (esq.) e uso das áreas livres como estacionamento (dir.) – maio de 2013 (esq.) e outubro de 2015 (dir.)

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016 (esq.); Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016 (dir.).

Figuras 63 e 64– Conjunto Nova Jaguaré: placas de aço em janelas (esq.) e ponto de comércio como extensão da casa (dir.) – maio de 2015.

Fonte: Miguel Bustamante F. Nazareth, acervo Napplac, 2016.

No conjunto Kenkiti Simomoto, adjacente à Vila, moradores também preservam a frente de suas unidades, mas vários outros espaços foram ocupados como estacionamento (figuras 61 e 62). Ainda, tanto nesse último como no conjunto Nova Jaguaré, foram incorporados dispositivos de segurança como barras e placas de aço em janelas, além de portões, cadeados e cercas em escadas e acessos (figura 63). Por ser o único totalmente aberto, as áreas que resultaram da implantação do conjunto Nova Jaguaré foram as que sofreram as maiores transformações. Com a instalação de diversos estabelecimentos comerciais, a área acabou por se consolidar como uma centralidade local, reunindo todas as funções urbanas: conjuntos habitacionais e outras formas de moradia, lanchonetes, quitandas, garagens, bares e outros espaços de lazer e encontro. Nessa centralidade, as territorialidades da *favela*

urbanizada estão em constante movimento, misturando o trabalho e com relações de vizinhança, tardes tranquilas e noites de baile, construções em materiais resistentes e outros mais baratos e provisórios. Entre a grande diversidade de usos, uma atividade simboliza essa mistura: um dos moradores do piso térreo do conjunto Nova Jaguaré incorporou uma estrutura de madeira a uma de suas janelas, utilizando-a como ponto de comércio (figura 64).

Por outro lado, em vias já consolidadas, as transformações foram bastante diferentes. A paisagem foi aos poucos se transformando, começando pela construção de novos pisos e por reformas estéticas de fachadas, que incorporaram elementos e materiais que antes não eram muito comuns, como sacadas, guarda-corpos em balaústre de concreto ou em vidro e inox, azulejos e tintas de cores vivas (figuras 65. 66 e 67). Automóveis tomaram ruas e calçadas e muitos moradores construíram ou adaptaram garagens. Também, a polícia passou a estar mais presente, assim como trabalhadores da Eletropaulo, da Sabesp, dos Correios e outras instituições. O comércio se diversificou, investidores externos ingressaram na Vila e outros antigos comerciantes se mudaram, mas continuam administrando seus negócios. Sobretudo, essas áreas se adensaram consideravelmente devido à construção de unidades sobrepostas com acessos autônomos, cada uma delas abrigando uma família (figura 68). Uma cena observada, provavelmente uma "novidade histórica", que ilustra essas transformações foi um caminhão de entrega de pacotes de cigarros em uma padaria local escoltado por seguranças privados armados.

Figuras 65, 66 e 67 – Eixos consolidados: guarda-corpos em balaústres de concentro (esq.) e inox (dir.) e tintas de cores vivas (abaixo)

Fonte: extraído de maps.google.com.br, acesso em 20/02/2017.

Figura 68 – Eixos consolidados: construção de unidades sobrepostas com acessos autônomos –junho de 2014

Fonte: Maria de Lourdes Zuquim, acervo Napplac, 2016.

Pensando no espaço físico da Vila Nova Jaguaré, as partes que foram consolidadas e regularizadas começaram a intensificar as territorialidades de *bairro*,

enquanto as que foram totalmente redesenhadas acabaram apropriadas como *favela urbanizada*, como se, após as obras de urbanização, a prática social fortalecesse no "novo urbano" as territorialidades de *favela* e *comunidade*. Em outras palavras, o enraizamento da dimensão de *bairro* marca a transformação da favela propriamente dita em "espaço urbano", entendendo esse espaço como aquele que atende a certos requisitos para que o capital se estabeleça e também onde se assegura a cidadania plena, garantindo-se direitos sociais e exigindo-se o cumprimento de deveres. Porém, o *bairro* não afasta as outras territorialidades; pelo contrário, elas interagem e influenciam-se mutuamante, de forma que o *bairro* modifica o plano da *favela-comunidade* e vice-versa. E essa imagem, que contrapõe as transformações das partes consolidadas àquelas redesenhadas, traz uma importante revelação sobre as contradições do processo de urbanização da Vila Nova Jaguaré e do bairro do Jaguaré.

O processo de formação do bairro, desencadeado pelo projeto do Centro Industrial Jaguaré, ilustra igualmente a sobreposição de territorialidades de *bairro*, *favela* e *comunidade*. Pensado como bairro industrial nos moldes estrangeiros, em pouco mais de uma década já se revelava um projeto inexequível, enfrentando problemas na instalação das indústrias e na consolidação do loteamento residencial. Mesmo com todo o planejamento para que o bairro se tornasse um distrito industrial, para que sua dinâmica urbana favorecesse tanto o trabalhador quanto as indústrias, o projeto do Centro Industrial se mostrou inviável frente a particularidades do processo de urbanização da capital paulista. A venda dos lotes industriais e a provisão de infraestrutura ao bairro entraram na lógica especulativa dos processos de expansão periférica, e as áreas residencial e industrial se desenvolveram de forma dissociada. Ainda, o perfil do operariado local contrariou as espectativas, caracterizando-se pela mão-de-obra não especializada, flutuante e, portanto, mal remunerada. Como o bairro passou a ser habitado por populações com poder aquisitivo menor do que o esperado, cuja grande maioria não trabalhava nas indústrias da região, os lotes tais quais foram planejados ficaram inacessíveis e, aos poucos, o bairro passou a vivenciar processos de precarização – lotes sendo vendidos sem qualquer construção, reparcelados e também edificados com materiais baratos.

Em contrapatida, mesmo que movidas por interesses em grande parte econômicos, várias iniciativas fortaleceram os laços de comunidade, a começar pela instalação da Ordem da Santa Cruz na década de 1940 e por ações do empresariado industrial paulista. Na década de 1960, o bairro carecia de atendimento público de serviços básicos, as ruas eram de terra e o transporte público era ineficiente. Aos poucos, o bairro foi se urbanizando, sendo integrado à cidade e recebendo infraestrutura, e, assim, foi se tornando uma nova centralidade, com maior oferta de trabalho e melhor localização no contexto urbano, o que reproduziu novos processos de precarização. A partir de meados de 1960, quando o bairro passou a ser visto efetivamente como "espaço urbano", e não mais como subúrbio, cresceu a demanda local por moradia e ocupou-se o parque público; e, quanto mais o bairro se desenvolvia, mais a Vila Nova Jaguaré e outras favelas do bairro se adensavam. Ou seja, o próprio processo de urbanização do bairro mostra que essas territorialidades estão conectadas, como se a *favela*, a *comunidade* e o *bairro* fossem dimensões desse espaço urbano: no Jaguaré, a "urbanização" esteve desde sempre associada a processos de precarização das áreas do bairro menos favoráveis à ocupação.

E na Vila Nova Jaguaré não foi diferente. Considerando a *urbanização da favela*[114] como um processo que parte tanto da luta popular pela garantia de direitos como também do reconhecimento destes por parte do poder público, a Favela do Jaguaré foi paulatinamente se "urbanizando", conquistando (mesmo que parcialmente) os direitos à vida, à moradia, à localização, e, finalmente, à cidade, sendo formalmente integrada como Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré. Ao longo do desenvolvimento da Vila, as adversidades colocadas por sua condição de *favela* fizeram a população se organizar enquanto *comunidade* para que pudessem progredir como qualquer outro *bairro* da cidade. Entretanto, a cada conquista, apresentavam-se novos impasses; fosse pelo imbróglio fundiário, por novas pressões por moradia ou pela disparidade entre a ação pública no assentamento e em outros bairros "centrais", a Vila voltava a se reencontrar como *favela*. Até mesmo depois das obras de urbanização, as três territorialidades continuaram a conduzir a apropriação do

[114] Utiliza-se a expressão *urbanização da favela* para diferenciar o processo gradual de consolidação de direitos e integração aos serviços e equipamentos urbanos da urbanização de favelas, processo com recorte físico e temporal definido e caracterizado, no caso da Vila Nova Jaguaré, pela regularização urbanística e fundiária que ocorreu entre 2006 e 2011.

espaço no assentamento, de modo que, dependendo do ponto de vista, este pode ser reconhecido como *favela*, *comunidade* ou *bairro*.

Sendo assim, tanto no bairro como na Vila, a "urbanização" aparece associada a processos de precarização; afinal, os processos de urbanização formais e informais fazem parte da mesma lógica: o *bairro* não existe sem a *favela*. Mas, diferente do Jardim Jaguaré, a Vila nasce como *favela* e busca seu reconhecimento como *bairro*, processo que nunca chegou a se completar, tendo em vista que ainda existem várias limitações à garantia plena dos direitos: houve a produção de melhorias, mas também o adensamento da área, o que pressionou a infraestrutura e criou novas condições de precariedade; os serviços urbanos foram garantidos, mas não com o mesmo padrão de atendimento de outras partes da cidade; o discurso da garantia de direitos alcançou as políticas públicas, mas as ações do Estado continuaram ratificando uma cidadania parcial. Nesse sentido, observa-se que a Vila Nova Jaguaré nunca se tornou efetivamente *bairro*, já que os avanços conquistados não afastam a *favela* e a *comunidade*. Relembrando a apropriação das áreas que foram totalmente redesenhadas, os avanços em termos de cidadania, em vez de eliminarem a herança da *favela*, reproduziram-na e deram-lhe novas conformações: **a *urbanização da favela* ocorre simultaneamente à *favelização do urbano***[115]. Fruto desse processo dual, nasce a *favela urbanizada* – ao mesmo tempo *favela*, *comunidade* e *bairro*.

[115] As expressões *urbanização da favela* e *favelização do urbano* fazem um paralelo entre o desenvolvimento urbano da Vila Nova Jaguaré e o processo de urbanização brasileiro, marcado pelo "desenvolvimento moderno do atraso" (MARICATO, 1996, p. 14) ou, em outras palavras, pela simultaneidade entre a "modernização do arcaico" e a "arcaização do moderno" (FERNANDES, 1977 apud MARICATO, 1996, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa, propôs-se a observação do cotidiano e a descrição da realidade de uma favela recém-urbanizada, analisando-se também as transformações e os impactos da intervenção na apropriação do espaço. Entretanto, durante esses três anos em que se acompanhou a Vila Nova Jaguaré, a pesquisa sofreu diversos desvios, descolando-se de uma investigação sobre as consequências das obras de urbanização e avançando em direção a um estudo mais aprofundado sobre a apropriação do espaço no momento atual, na *favela urbanizada*. Em grande parte, esse movimento se deu para que se pudesse ir além das transformações do espaço físico, para que fosse possível esboçar um quadro que permitisse compreender desde as novas atividades e conflitos até as formas de se relacionar e perceber o espaço.

Nesse sentido, as primeiras análises estiveram profundamente marcadas por um olhar mais objetivo, atento aos processos urbanos, impressionado pela transformação do espaço físico e movido pela vontade de denunciar as contradições que envolvem os processos de urbanização de favelas. Esta perspectiva estava especialmente relacionada a uma discussão – muito presente em estudos de urbanização de favelas em Arquitetura e Urbanismo – que coloca a política pública em evidência e assinala os desarranjos entre programa, projeto, obra e pós-obra. A maioria desses trabalhos conclui apontando avanços e impasses ou buscando novos parâmetros para as políticas de intervenção em favelas; principalmente, revelam a discrepância entre o discurso dos programas e as reais consequências das intervenções.

Entretanto, a partir do diálogo com as pessoas em campo, percebeu-se que não interessava aos moradores discutir sobre os processos urbanos e muito menos sobre o projeto de urbanização. O que interessava era se posicionar frente às consequências da intervenção, destacar problemas e virtudes do momento atual e, sobretudo, denunciar dois grandes conflitos: os bailes funk e as reocupações do crime. A partir daí, introduziu-se um dos primeiros desvios na pesquisa, que migrou de uma visão geral sobre os processos urbanos para uma análise dedicada à apropriação das áreas livres.

Os conflitos mencionados foram o ponto de partida para revelar os olhares e interesses projetados sobre as áreas livres. Afinal, eram o assunto do momento, atividades vistas como consequência da intervenção e que impactavam diretamente o cotidiano da comunidade – todos queriam se posicionar a seu respeito. A princípio, essas atividades separavam a população da Vila em dois grupos: os que eram beneficiados e os que eram prejudicados. No caso das reocupações, os membros do crime "ganhavam" e o restante da população "perdia"; já no caso dos bailes, o conflito se dava entre donos de bares que os promoviam e moradores próximos.

Como os conflitos instaurados por essas atividades são potencializados pela visão das áreas livres como fonte de renda, percebeu-se que a urbanização gera não só *melhorias*, mas também proporciona *oportunidades*, dois tipos de benefício que se distinguem por sua natureza: enquanto *melhorias* são compartilhadas, as *oportunidades* são capturadas, pois somente podem ser apropriadas individualmente. Existem, por um lado, alguns benefícios que se colocam exclusivamente como *melhorias*, como a segurança da posse e a diminuição do "estigma de favela", e, por outro lado, outros que se manifestam apenas como *oportunidades*, como os recursos que passaram a ingressar na Vila e hoje são disputados por diferentes agentes. E, no centro dos conflitos, estão as áreas livres, que podem ser tidas tanto como *melhorias*, utilizadas coletivamente, quanto como *oportunidades*, apropriadas para uso individual.

Entretanto, nem todas as iniciativas que visam transferir o uso das áreas livres de coletivo a privado são controversas. Pelo contrário, algumas podem ser vistas inclusive como positivas, ou ao menos toleradas e tacitamente consentidas, a exemplo do uso das áreas livres como possibilidade para moradia na cidade ou para promover negócios voltados para a própria comunidade. Na realidade, *melhorias* e *oportunidades* são constantemente tensionadas, de modo que, não só o espaço físico, mas também comércios, festas e outras iniciativas podem se revelar simultaneamente como *melhoria*, *oportunidade* ou atividade que degrada *melhorias*. Ou seja, ao mesmo tempo que são pontos de vista antagônicos, também são combinados e geram percepções individualizadas da realidade, como bem demonstra a pluralidade de narrativas sobre os bailes funk e as reocupações.

Nesse sentido, a apropriação pode ser analisada através de duas perspectivas. Uma primeira a toma como disputa determinada por um jogo de forças em que grupos sociais diferentes, com interesses diferentes, disputam as oportunidades com poderes também diferentes. Outra a compreende através de distintos valores socialmente construídos que se contrapõem e se sobrepõem de modo a produzir todas as formas de apropriação verificadas.

Retomando a história dessa *favela urbanizada*, percebe-se olhares sobre as áreas livres que sempre existiram, embora as forças que os conduzem tenham sofrido diversos deslocamentos. Nos primeiros anos depois de sua formação, quando ainda abundavam terrenos propícios à ocupação, a apropriação girava em torno da *casa* – barraco, agricultura de subsistência, laços familiares e de vizinhança. Aproximadamente uma década depois, com a comunidade política e socialmente organizada, já disfrutavam de espaços voltados essencialmente ao *lazer* e ao encontro, como a praça 11 e o campo de futebol. No entanto, a partir de meados da década de 1970, a pressão pelo adensamento da área agravou a disputa por esses espaços coletivos, que acabaram transformados em moradias. Também, foi a partir desse momento que o assentamento passou a abrigar cada vez mais *negócios* – padarias, casas do norte e bares, a princípio – e as formas de acesso à moradia se diversificaram, com barracos sendo vendidos e alugados para famílias récem-chegadas.

Nesse sentido, os novos conflitos observados revelam-se como velhas disputas. Desde sempre, as áreas livres foram disputadas com interesses relacionados a *casa*, *lazer* ou *negócio*, com diferentes desfechos, a depender da área e do momento histórico. Além disso, esses olhares aparentemente antagônicos também se combinam, produzindo novas e reproduzindo velhas formas de apropriação. Ou seja, ao que tudo indica, a apropriação das áreas livres da Vila Nova Jaguaré se estrutura a partir dos principais significados que evocam, o que aponta para uma última questão: compreender a apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré não seria equivalente a entender as formas que essa *favela urbanizada* é vista pela população? A apropriação não se estrutura a partir das principais formas de ver o espaço, já que seus diferentes significados apontam para diversas maneiras de utilizá-lo?

Definir a apropriação do espaço na Vila Nova Jaguaré partindo unicamente de uma perspectiva externa é tarefa extremamente difícil, visto que a *favela urbanizada* é visivelmente ambígua: reúne territorialidades impostas pelas condições de precariedade e desenvolvimento, legalidade e ilegalidade, criminalidade e institucionalidade etc. Com tantas dinâmicas contraditórias se encontrando, é praticamente impossível descrever essa grande diversidade urbana a partir de uma só narrativa, sem que sejam emitidos juízos de valor, o que fica bastante claro a partir dos posicionamentos a respeito dos bailes funk. Afinal, os bailes são *melhorias*, *oportunidades* ou degradam *melhorias*? Perturbam as dinâmicas da *casa*, proporcionam o *lazer* ou são ótima oportunidade para os *negócios*?

Entre os moradores, as narrativas que qualificam a Vila Nova Jaguaré estão embasadas em fatos concretos, problemas e virtudes da vida cotidiana. Contudo, a realidade da *favela urbanizada* se coloca de forma desigual para pessoas que ocupam diferentes níveis na hierarquia social ou que possuem trajetórias de vida e posicionamentos políticos distintos. Cada sujeito da apropriação possui valores particulares e, nesse contexto, utilizam diferentes categorias para recortar essas territorialidades presentes: dependendo do ponto de vista, o Núcleo Urbanizado Vila Nova Jaguaré não deixou de ser *favela*, resiste como *comunidade* ou é como qualquer outro *bairro*.

Quando aparece no discurso da população, a palavra *favela* aponta para as adversidades colocadas pelas dinâmicas de criminalidade, para a perenidade de condições de precariedade, para um tratamento por parte do poder público que diferencia o assentamento de outros bairros da cidade. Já a categoria *comunidade* expressa laços de vizinhança e um cotidiano marcado pela sociabilidade, dimensão que também toca a esfera política ao tentar se desvincular da *favela* e superar problemas coletivos. Finalmente, como também são notórios os avanços proporcionados pela luta popular e pelas regularizações urbanística e fundiária, cresce a perspectiva de que a Vila agora é um *bairro*, onde a permanência está legalmente garantida, pagam-se impostos e promovem-se diversas atividades econômicas, sociais, culturais, esportivas etc. Naturalmente, reproduz-se aqui a mesma estrutura da apropriação das áreas livres, com esses eixos dando suporte aos

"múltiplos planos" da realidade social: do ponto de vista da apropriação do espaço, a *favela urbanizada* é, simultaneamente, *favela*, *comunidade* e *bairro*.

Essa perspectiva da realidade atual da Vila Nova Jaguaré traz, também, importantes esclarecimentos sobre as características desse desenvolvimento urbano que levou a antiga favela a se tornar *favela urbanizada*. Em primeiro lugar, é importante desvincular a "urbanização" – processo de conquista de direitos e busca da garantia efetiva da cidadania – da urbanização plena, intervenção pública que inclui as regularizações urbanística e fundiária. Sob a perspectiva histórica, percebe-se que a ação do Estado vem a reboque da luta popular, e esta última acaba despontando como a principal responsável pela consolidação da Vila Nova Jaguaré, pois a colocou a frente de outras favelas em termos de organização política e acabou por inviabilizar as propostas de remoção e reurbanização que foram apresentadas ao longo dos anos.

Entretanto, essa luta pela *urbanização da favela* proporcionou, por outro lado, um adensamento desordenado de encostas instáveis e outras áreas com condições de habitabilidade insatisfatórias, aumentou a pressão sobre a infraestrutura existente e culminou em novos processos de precarização. Além disso, como a ação do poder público na Vila Nova Jaguaré nunca se deu de forma contínua, quase sempre respondendo a pressões populares sobre demandas pontuais, a garantia dos direitos básicos depende de uma constante reivindicação por parte da população, constituindo uma cidadania ancorada em relações clientelistas[116].

De maneira similiar, as obras de urbanização reviveram as contradições desse processo de *urbanização da favela*. Assim como as intervenções precedentes, as obras proporcionaram um adensamento particular e resultaram em novas precariedades. Também, a nova condição do assentamento enquanto núcleo urbanizado não mudou a lógica do poder público de atuar sempre em resposta a reivindicações, fazendo com que continue havendo a necessidade da ação direta da população para implantar novas infraestruturas, combater abusos das concessionárias de serviços públicos e enfrentar as ações do crime. Aliás, essa perspectiva reforça que é indispensável que a questão da criminalidade seja pautada nos debates sobre urbanização de favelas,

[116] O termo clientelista busca qualificar uma cidadania que vem a reboque, pois depende de uma constante luta popular, como se os direitos conquistados não fossem permanentes. Nesse contexto, as melhorias urbanas e o reconhecimento de direitos são muitas vezes utilizadas para fins eleitoreiros.

visto que é uma das principais barreiras à liberdade de expressão e à garantia de direitos; em outras palavras, ignorar as dinâmicas de criminalidade é equivalente a consentir que o domínio dos benefícios gerados pela intervenção seja usufruído por uma parcela minoritária da população.

Nesse sentido, constata-se que o desenvolvimento urbano da Vila Nova Jaguaré foi produzido no encontro entre melhorias em termos de cidadania e infraestrutura e processos de precarização de direitos e condições de vida. Todas as tentativas de garantir a cidadania plena foram frustradas, de modo que a Vila Nova Jaguaré reencontra-se, mais uma vez, com sua condição de *favela*. Em função desse impasse histórico, o processo de garantia de direitos nunca se completa, contradição que se expressa tanto no discurso da população – a *favela urbanizada* é ao mesmo tempo *favela*, *comunidade* e *bairro* – quanto na política pública – para a administração municipal, o núcleo urbanizado não é mais favela, mas continua sendo assentamento precário. Sendo assim, o desenvolvimento urbano da Vila Nova Jaguaré sustenta o argumento de que a *urbanização da favela* se dá simultaneamente à *favelização do urbano*, processo em que nunca se elimina a herança da *favela*, somente a reconfigura e lhe dá novas conformações.

REFERÊNCIAS[117]

ARANTES, P. F. . **O ajuste urbano**: As políticas do Banco Mundo e do BID para as cidades. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 20, dezembro 2006, p. 60-75. ISSN 2317-2762. Disponível em: <www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43485/47107>. Acesso em: 24 fev. 2017.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Website da arquidiocese de São Paulo**, 2016. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br>. Acesso em: 3 jun. 2016.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Paróquia São José celebra 70 anos de fundação**, 5 fev. 2015. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/noticias/paroquia-sao-jose-celebra-70-anos-de-fundacao#sthash.wTIhUMiM.dpuf>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BARBOSA, I. S. . **O lugar do Movimento de Moradia na mudança da política pública paulistana para as favelas (1979-1989)**. São Paulo: Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2014. 304 p.

BARROS, G. G. . **Remoções provenientes de projetos de urbanização de favelas no município de São Paulo (2005-2010)**: o caso do Jaguaré. Iniciação Científica FAUUSP/CNPq, 2014.

BBC BRASIL. **Preconceito dificulta mudanças nas comunidades**, 5 dez. 2002. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021129_preconceitorg.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BOLDARINI. **Residencial Diogo Pires**, mar. 2011. Disponível em: <http://www.boldarini.com.br/projetos/residencial-diogo-pires>. Acesso em: 20 fev. 2017.

[117] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BONI, V.; QUARESMA, S. J. . **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: Em Tese, v. 2, n. 1, janeiro-julho 2005. 68-80 p.

BOURDIEU, P. . A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. 304 p. cap. 3. 183-191 p. ISBN 85-225-0200-5.

BOURDIEU, P. . Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P (coord.). **A miséria do mundo**. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 159-166. ISBN 978-85-326-1818-4.

BOURDIEU, P. . **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. Estudos Avançados, São Paulo, SP. v. 27, n. 79, 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 set. 2015.

BUENO, L. M. M. . **Projeto e favela**: metodologia para programas de urbanização. São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000. 362 p.

CALVINO, I. . **As cidades invisíveis**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 150 p. ISBN 978-85-7164-149-5.

CAVALCANTI, M. . **Do barraco à casa**: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidade. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 69, fevereiro 2009. 69-80 p. ISSN 0102-6909. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713664005>. Acesso em: 24 fev. 2017.

CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 156 p.

CARDOSO, A. L. . **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. Cadernos Metrópole, n. 17, fevereiro 2012, 219-240 p. ISSN 2236-9996. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8771>. Acesso em: 24 fev. 2017.

CIA CITY. **Cia City Projetos**, 2014. Disponível em: <http://www.ciacity.com.br/projetos>. Acesso em: 17 jun. 2016.

COBRAPE, Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. **Relatório de Diagnósticos da Favela Nova Jaguaré**: Programa Bairro Legal. São Paulo: Relatório técnico, Cobrape, 2003.

COLÉGIO SANTA CRUZ. **Website do Colégio Santa Cruz**, 2016. Disponível em: <http://www.santacruz.g12.br>. Acesso em: 31 mai. 2016.

DA MATTA, R. . O ofício do Etnólogo ou como ter "Anthropological Blues". In: NUNES, E. O. . **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 331 p. cap. 1. 23-35 p.

DA MATTA, R. . **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 272 p.

DA MATTA, R. . **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 151 p. ISBN 85-325-0759-X.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Executivo**, 7 jun. 1967, p. 50. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Executivo**, 21 nov. 1968, p. 52. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Judiciário**, 15 nov. 1973, p. 9. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Ineditoriais**, 25 ago. 1977, p. 29. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Executivo**, 3 mar. 1979a, p. 78. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Executivo**, 16 mar. 1979b, p. 84. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Executivo**, 11 mai. 1979c, p. 72. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Diário do Município**, 22 set. 1979d, p. 2. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Caderno Diário Oficial da cidade de São Paulo**, 13 dez. 2005, p. 87. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

EL PAÍS BRASIL. **Maior facção criminosa do país lança ofensiva empresarial no Rio**, 24 dez. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/22/politica/1482434757_533449.html>. Acesso em: 7 jan. 2016.

FELTRAN, G. S. . **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008. 363 p.

FELTRAN, G. S. . **Política e violência nas margens da cidade**: um experimento político numa favela de São Paulo. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, n. I, fevereiro 2010a, 46-70 p.

FELTRAN, G. S. . **Crime e castigo na cidade**: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Salvador: Caderno CRH, v. 23, n. 58, janeiro-abril 2010b, 59-73 p.

FIORAVANTI, L. M. . **Da periferia à centralidade**: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo. São Paulo: FFLCH, 2013. 137 p. ISBN 978-85-7506-218-0.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ação Comunitária do Brasil**, 9 dez. 1967. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ação Comunitária do Brasil**, 14 nov. 1968. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Uma favela em tempo de avanço**, 19 nov. 1968. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **"Acción International" pretende ativar seu trabalho no Brasil**, 30 jul. 1969. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jardim Jaguaré reclama melhoramentos**, 25 jan. 1970. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ajuda para 40 mil favelados**, 11 out. 1971. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **600 famílias em terreno da Prefeitura**, 25 jan. 1973. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Vila Nova Jaguaré: uma favela ameaçada**, 29 jan. 1973. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Favelados pedem urbanização**, 21 out. 1975. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Favelados do Jaguaré não sabem para onde ir**, 28 abr. 1977. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Favela do Jaguaré: a difícil remoção**, 11 out. 1977. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Favela da Fepasa será removida para lote da Prefeitura**, 29 nov. 1978. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Prefeitura subsidiará casas para favelados**, 8 fev. 1979. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **2 mil favelados na Prefeitura**, 8 mar. 1979. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Favelados do Jaguaré vão ser distribuídos em áreas do Butantan**, 23 mai. 1979. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Custo de vida faz da favela uma opção**, 18 ago. 1979. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Maluf promete escola nova para favela**, 16 abr. 1981. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **"Supermutirão é um bom começo", dizem favelados**, 8 mai. 1981. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Figueiredo promete estudar o caso da favela do Butantã**, 19 out. 1982. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Morro ameaça 300 barracos**, 10 jun. 1983. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Loteamentos clandestinos**, 18 nov. 1983. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Maluf visita quatro favelas e faz promessas**, 26 set. 1986. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO (online). **Jaguré tem maior alta de roubos da capital**, 6 jul. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/07/1481650-jaguare-tem-maior-alta-de-roubos-da-capital.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO (online). **Puxadão: favela cresce dentro de área do Cingapura; terreno foi dividido por 23 famílias**, 24 jul. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1659808-puxadao-favela-cresce-dentro-de-area-do-cingapura-terreno-foi-divido-por-23-familias.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FOOTE-WHYTE, W. . **Treinando a observação participante**. In: ZALUAR, A. (org.). Desvendando máscaras sociais. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1980. 77-87 p.

FREIRE, L. M. . **Encostas e favelas**: Deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. 183 p.

GARCIA, J. L. . **Antropologia del territorio**. Espanhã (Madri): Taller de Ediciones Josefina Betancor, 1976. ISBN 84-7330-043-2.

GLOBO G1. **Casas irregulares invadem Cingapura e são vendidas por R$ 50 mil em SP**, 3 nov. 2016. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/casas-irregulares-invadem-cingapura-e-sao-vendidas-por-r-50-mil-em-sp.html>. Acesso em: 27 jan. 2017.

GOHN, M. G. . **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. 193 p. ISBN 85-15-00247-7.

GOLDENSTEIN, L.; ROSSINI, R. E. . **O bairro industrial do Jaguaré, SP**. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, n. 47, maio de 1972. 30-72 p.

HARVEY, D. . **From managerialism to entrepreneurialism**: The transformation in urban governance in late capitalism. Geografiska Annaler. Series B, Human Geography. v. 71, n. 1, 1989. p. 3-17.

HOLSTON, J. . **Cidadania insurgente**: disjunções da cidadania e da modernidade no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 485 p. ISBN 978-85-359-2303-2.

JACOBS, J. . **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 510 p. ISBN 978-85-7827-421-4.

JAGUARÉ SP. **Fatos e imagens do Jaguaré, pelas lentes do residente local**, 16 fev. 2010. Disponível em: <http://www.pazeduca.pro.br/jaguare>. Acesso em: 31 mai. 2016.

JESUS, C. M. . **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª edição. São Paulo: Ática, 2014. 200 p. ISBN 978-85-08-17127-9.

KOWARICK, L. . **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009. 320 p. ISBN 978-85-7326-429-6.

LEFEBVRE, H. . **De lo rural a lo urbano**. 4ª edição. Barcelona: Ediciones Península, 1978. 268 p. ISBN 84-297-0910-X.

LEFEBVRE, H. . **A produção do espaço**. Tradução do grupo "As (im)possibilidade do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. 4a edição. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 270 p.

LEFEBVRE, H. . **O direito à cidade**. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2013. 141 p. ISBN 978-85-88208-97-1.

LOPEZ, I. . **Memória social**: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008. 98 p. ISBN 978-85-60505-06-7.

MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008. 318 p. ISBN 978-85-314-0356-9.

MAGNANI, J. G. C. . **Etnografia como prática e experiência**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos (online), v. 15, n. 32, 2009. 129-156 p. ISSN 0104-7183. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MAGNANI, J. G. C. . **Da periferia ao centro**: trajetória de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. 349 p. ISBN 978-85-7816-096-8.

MAGNANI, J. G. C. . **O circuito**: proposta de delimitação da categoria. Ponto Urbe (Online), n. 15, 2014. Disponível em: <pontourbe.revues.org/2041>. Acesso em: 24 fev. 2017.

MANCUSO, F. . **Las experiencias del zoning**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1980. p. 9-23.

MANSUR et al. . **Estudo sobre o processo de intervenção em favelas e Habitações de Interesse Social em encostas**. São Paulo: Monografia (Graduação em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2007. 169 p.

MARICATO, E. . **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p.

MARICATO, E. . **A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades**. Petrópolis: Cultura Vozes, v. 93, n. 6, 1999. 7-22 p. Disponível em:

<erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/cultura-vozes.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MARICATO, E. . É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª edição. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MARQUES, E.; TORRES, H.; SARAIVA, C. . **Favelas no município de São Paulo**: Estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. In: R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n. 1, mai. 2003.

MAUTNER, Y. . A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEAK, C. & SCHIFFER, S. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. cap. 7. p. 245-260. ISBN 978-85-314-0513-6.

MEIRELLES, R.; ATHAYDE, C. . **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014. 167 p. ISBN 978-85-7312-939-7.

MOURA, R. C.; NAZARETH, M. B. F.; DOMINGUES, C. G. . **Favela Nova Jaguaré**: entre o projetado e o executado nos eixos habitação e espaços livres. In: III Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono (III CIHEL). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

NAZARETH, M. B. F.; ZUQUIM, M. L. . **Núcleo urbanizado**: uma nova (velha) cidade?. In: II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (II URBFAVELAS). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016. ISBN 978-85-7785-506-3.

OLIVEIRA, F. . **Crítica à razão dualista**: O ornitorrinco. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013. 152 p. ISBN 978-85-7559-036-2.

PATARRA, I. . **O governo Luiza Erundina**: cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo, de 1989 a 1992. 1ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 1996. 595 p.

PISANI, M. A. J. . **Indústria e favela no Jaguaré**: o palimpsesto das políticas públicas de habitação social. São Paulo: Arquitextos, n. 11.131, Vitruvirus, abril 2011. ISSN 1809-6298. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3838> . Acesso em: 24 fev. 2017.

RISLER, J.; ARES, P. . **Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Argentina (Buenos Aires): Tinta Limón, 2013. 80 p. ISBN 978-987-27390-7-2.

ROLNIK, R. . **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3a edição. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997. ISBN 978-85-85445-69-0.

SAMORA, P. R. . **Projeto de Habitação em Favelas**: especificidades e parâmetros de qualidade. São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009. 348 p.

SANTORO, P. F.; COBRA, P. L.; BONDUKI, N. . **Cidades que crescem horizontalmente**: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano. Cadernos Metrópole, v. 12, n. 24, maio 2011. ISSN 2236-9996. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5897>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. (coords.). **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981. 152 p.

SANTOS, C. N. F. . **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUUF, Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Projeto Editores, 1988. 192 p. ISBN 85-228-0074-X.

SÃO PAULO (cidade). INFOCIDADE. **Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais**, 2000a. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SÃO PAULO (cidade). INFOCIDADE. **Estimativas de População e Domicílios em Favelas Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais**, 2000b. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SÃO PAULO (cidade). INFOCIDADE. **População Recenseada e Taxas de Crescimento Município de São Paulo, Regiões e Distritos Municipais**, 2000c. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SÃO PAULO (cidade). INFOCIDADE. **Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais**, 2014. Disponível em: <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SÃO PAULO (cidade). **Prefeitura regulariza 3,5 mil moradias na comunidade Nova Jaguaré**, 20 nov. 2015. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/7287#ad-image-0>. Acesso em: 15 set. 2016.

SÃO PAULO (cidade). HABITASAMPA MAPA. **Sistema de mapas do Habitasampa**, 2016. Disponível em: <http://www.mapa.habitasampa.inf.br>. Acesso em: 20 set. 2016.

SÃO PAULO (cidade). HABITASAMPA METADADOS. **Metadados das camadas geográficas do Habitasampa**, 2017. Disponível em: <http://mapa.habitasampa.inf.br/linkdocs/docmapa/metadados_habitasampa.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SÃO PAULO ANTIGA. **Mirante do Jaguaré – 1943 & 2012**, 15 mar. 2012. Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/mirantedojaguare>. Acesso em: 31 mai. 2016.

SÃO PAULO PLAZA SHOPPING. **Folder comercial digital**. Disponível em: <saopauloplazashopping.com.br> . Acesso em: 20 jan. 2017.

SATO, B. A. A. . **Estudo dos impactos das remoções de famílias por intervenções urbanísticas: favela Nova Jaguaré**. Iniciação Científica FAUUSP/RUSP, 2013.

SILVA, M. G. P. . **Percurso da ação pública nas áreas informais do município de São Paulo: urbanização de favelas, mutirão e autoconstrução – 1979 - 1994**. São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009. 517 p.

SIMMEL, G. . A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 134 p. 10-24 p.

TASCHNER, S. P. . **Favelas em São Paulo**: censos, consensos e contra-sensos. Cadernos Metrópole, n. 5, maio 2012, 9-27 p. ISSN 2236-9996. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294>. Acesso em: 24 fev. 2017.

TOI, S. . **Dinâmicas de apropriação dos espaços públicos em favelas urbanizadas**: o caso da Vila Nova Jaguaré. Iniciação Científica FAUUSP/CNPq, 2016.

TRENTO, M. . **Estudo dos projetos e intervenções de urbanização na favela Nova Jaguaré**. Iniciação Científica FAUUSP/CNPq, 2011.

UN-HABITAT. **Streets as tools for urban transformation in slums**: a street-led approach to citywide slum upgrading. Kenya (Nairobi): United Nations Human Settlements Programme, 2012. ISBN 978-92-1-132606-2.

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS. **Website de divulgação de resultados da pesquisa "Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia" (FAPESP 14/01328-2)**. São Paulo: Napplac, 2017. Disponível em: <http://www favelasaopaulomedellin.fau.usp.br >. Acesso em: 20 fev. 2017.

VALIERIS, L. B. . **Os moradores dos conjuntos habitacionais da favela Nova Jaguaré e suas relações com a população local**. Iniciação Científica FAUUSP/RUSP, 2015.

VELHO, G. . Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 331 p. cap. 1. 36-46 p.

VELHO, G. (org.). **O desafio da cidade**: novas perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 180 p. ISBN 85-7001-041-9.

VILLARES, H. D. . **Urbanismo e indústria em São Paulo**. São Paulo: edição do autor, 1946.

VILLEGAS, M. M.; GONZÁLEZ, F. E. . **La investigación cualitativa de la vida cotidiana: medio para la construcción de conocimiento sobre lo social a partir de lo individual**. Chile (Valparaíso): Pontificia Universidad Católica de Valparaíso: Psicoperspectivas, v. 10, n. 2, 2011. 35-59 p. ISSN 0717-7798.

WIRTH, L. . O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 134 p. 89-112 p.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). **Um século de favela**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 372 p. ISBN 85-225-0253.

ZUQUIM, M. L. . **Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo**: quem ganha e quem perde?. Natal: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (II ENANPARQ), setembro 2012.

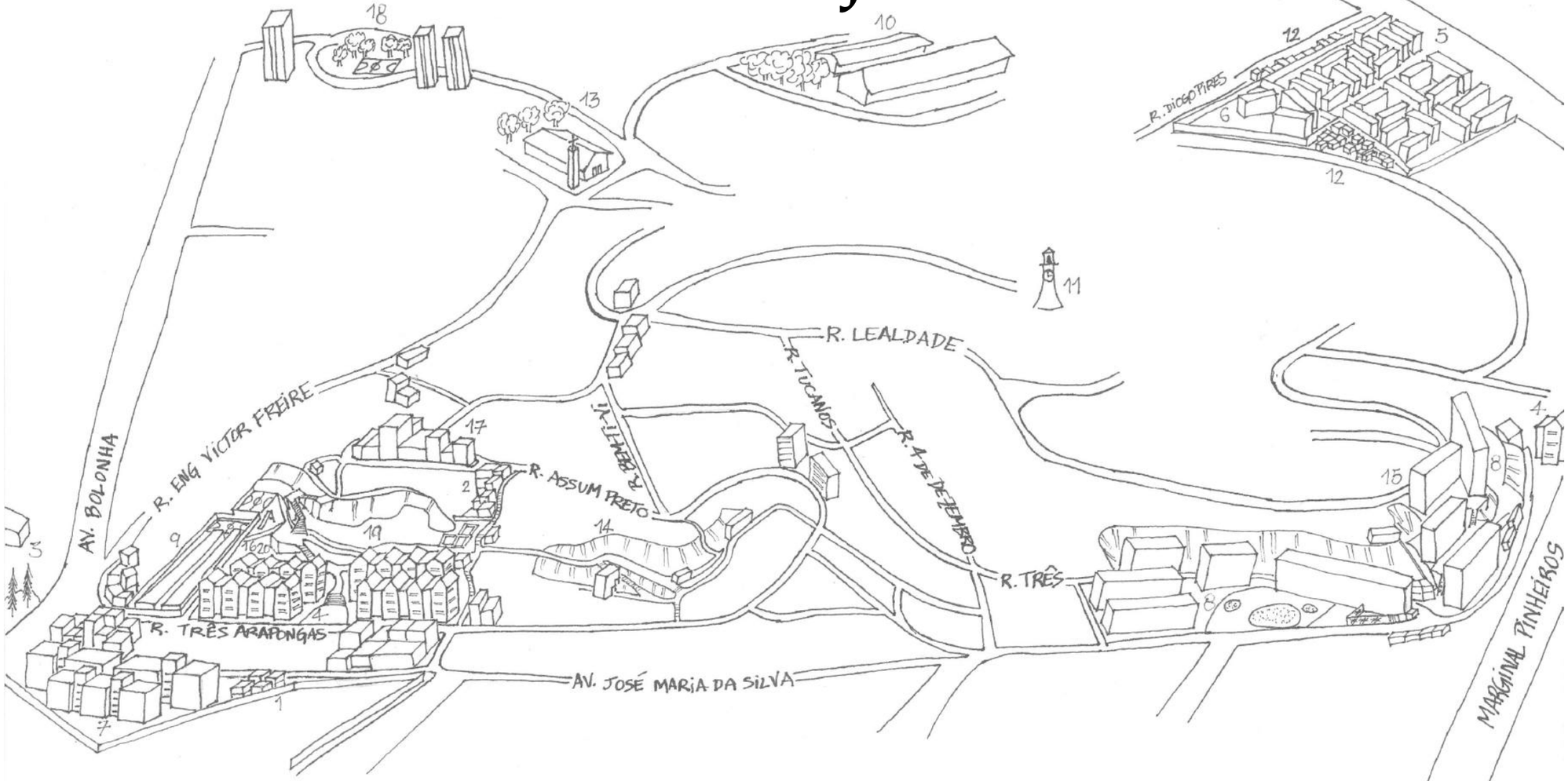
ZUQUIM, M. de L.; MAUTNER, Y. (coord.). **Velha Nova Jaguaré**. São Paulo: VIDEOFAU, 2013. Documentário online (28 min.). Didático. Disponível em: <vimeo.com/75771527>. Acesso em: 2 de set. 2015.

ZUQUIM, M. L.; D'OTTAVIANO, C. (orgs.). **Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina**. São Paulo: FAU, 2014. 240 p. ISBN 978-85-8089-047-1.

APÊNDICES

MAPA ILUSTRADO
DA

VILA NOVA JAGUARÉ



1- Boxes comerciais
2- CCP
3- CEU Jaguaré
4- Cingapura
5- Conj. Alexandre Mackenzie
6- Conj. Diogo Pires (em construção)
7- Conj. Kenkiti Simomoto
8- Conj. Nova Jaguaré
9- E.E. João Cruz Costa
10- E.E. Maria Eugenia
11- Farol do Jaguaré
12- Favela Diogo Pires
13- Igreja São José
14- Largo da academia ao ar livre
15- Morro do Sabão
16- Parque infantil
17- Praça 11
18- Praça do balão
19- Praça do Telecentro
20- Telecentro

APÊNDICE A – NAZARETH, M. B. F. . *Vila Nova Jaguaré entre favela comunidade e bairro*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.